



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
MESTRADO

JARBAS MAURICIO GOMES

RELIGIÃO, EDUCAÇÃO E HEGEMONIA NOS *QUADERNI DEL*
CARCERE DE ANTONIO GRAMSCI

JARBAS MAURICIO GOMES

MARINGÁ
2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
MESTRADO**

**RELIGIÃO, EDUCAÇÃO E HEGEMONIA NOS *QUADERNI DEL
CARCERE* DE ANTONIO GRAMSCI**

JARBAS MAURICIO GOMES

**MARINGÁ
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
MESTRADO**

**RELIGIÃO, EDUCAÇÃO E HEGEMONIA NOS *QUADERNI DEL CARCERE* DE
ANTONIO GRAMSCI**

Dissertação apresentada por JARBAS MAURICIO GOMES, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:
Prof. Dr. CÉZAR DE ALENCAR ARNAUT
DE TOLEDO

**MARINGÁ
2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G633r Gomes, Jarbas Mauricio.
 Religião, educação e hegemonia nos *Quaderni del*
 Carcere de Antonio Gramsci. / Jarbas Mauricio Gomes.
 -- Maringá, 2012.
 216 f. il. Color.
 Orientador: Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de
 Toledo.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
 Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012.

 1. Educação. 2. Religião. 3. Hegemonia. 4.
 Filosofia da práxis. 5. Antonio Gramsci. I. Arnaut de
 Toledo, Cezar de Alencar, orient. II. Universidade
 Estadual de Maringá. III. Título.

CDD 21.ed.: 370.98162

JARBAS MAURICIO GOMES

**RELIGIÃO, EDUCAÇÃO E HEGEMONIA NOS *QUADERNI DEL CARCERE* DE
ANTONIO GRAMSCI**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo
(Orientador) – UEM – Maringá

Prof. Dr. Paulino José Orso – UNIOESTE – Cascavel

Prof. Dra. Marcília Rosa Periotto – UEM – Maringá

Maringá, 01 de Março de 2012

Dedico esta pesquisa aos meus professores.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo que, dotado de rara sabedoria, paciência e bom senso, mediu minha aproximação com o campo das pesquisas em História da Educação e me ensinou o valor e a importância do rigor acadêmico.

À professora Dra. Marcília Rosa Periotto, pela agradável interlocução e disposição para dialogar sobre questões de método.

Aos professores, Dr. Paulino José Orso – UNIOESTE, Dra. Rosângela Célia Faustino – UEM e Dr. José Mário Angeli – UEL, pelos questionamentos, indicações e sugestões que se confirmaram como importantes contribuições para o desenvolvimento da pesquisa.

À Priscila Satie Furuya, pela admirável paciência, apoio incondicional e a amável companhia.

À Família Furuya, pelo acolhimento, incentivo e apoio recebido.

Ao Hugo Alex da Silva e a Márcia Galvão da Mota Lima, da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Sobre Política, Religião e Educação na Modernidade – UEM.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

Aos Mantenedores e a Equipe Diretiva do Colégio Graham Bell – Maringá, pelo apoio, paciência e compreensão.

Vê-se que, na evolução do homem, juntaram-se muitas condições favoráveis no sentido de ajudá-lo a se tornar o que era, mesmo antes de se desenvolverem a vontade definida para um fim e a inteligência suficiente para organizar os meios necessários para alcançar o próprio fim. Ao que parece, a quantidade se torna qualidade para o homem e não para os outros seres vivos.

(Antonio Gramsci, 1935)

GOMES, Jarbas Mauricio. **RELIGIÃO, EDUCAÇÃO E HEGEMONIA NOS QUADERNI DEL CARCERE DE ANTONIO GRAMSCI**. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Cézar de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2012.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo os *Quaderni del Carcere* (QC) de Antonio Gramsci (1891-1937) e se dedica à análise da relação entre religião e educação a partir do estudo da crítica gramsciana à atuação dos intelectuais católicos na manutenção da hegemonia educacional do catolicismo na transição do século XIX para o século XX. A perspectiva de análise genético-evolutiva, fundamentada na discussão da gênese e evolução das ideias de Gramsci, com o auxílio da história italiana, permite superar a fragmentariedade estrutural dos QC pela apreensão da unidade teórica presente na leitura marxista da história feita por Gramsci, que dedicou à questão religiosa algumas notas que se encontram dispersas ao longo de sua obra, com destaque para o QC 20, dedicado integralmente ao catolicismo. O interesse de Gramsci pela questão religiosa teve origem na dificuldade de adesão das classes subalternas à concepção socialista de mundo. Gramsci defendeu a tese de que a ideologia religiosa, assimilada pelas classes subalternas por meio de ações educativas desenvolvidas pela Igreja, estava arraigada no senso comum e nos princípios morais que influenciavam a decisão das classes subalternas de aderir ou não ao movimento operário. Com a unificação da Itália (1861) e a laicização do Estado, o catolicismo foi forçado a disputar a direção cultural e educacional do povo, na esfera da política. Para manter sua hegemonia religiosa e a direção educacional e cultural do povo italiano, o papado orquestrou a *Ação Católica*, um movimento religioso de luta política, fortalecido pela restauração da Companhia de Jesus (1814). Pela análise das notas dos QC é possível afirmar que Gramsci considerava o catolicismo e sua ação educacional nocivos ao desenvolvimento da Itália e à consolidação da hegemonia do proletariado, porque a religião tornava os trabalhadores dóceis e suscetíveis à organização burguesa do Estado. Gramsci atribuía aos jesuítas e sua ação educacional o mérito de eliminar as disputas internas do catolicismo e liderar seu processo de modernização. Gramsci postulava que a participação política do povo era o caminho para a superação da concepção religiosa de mundo, pelo desenvolvimento da filosofia da práxis, um pensamento original das classes subalternas e elemento fundamental para o desenvolvimento da consciência crítica da classe trabalhadora na construção da hegemonia do proletariado.

Palavras-chave: Educação. Antonio Gramsci. Religião. Hegemonia. Filosofia da práxis. Jesuítas.

GOMES, Jarbas Mauricio. **RELIGION, EDUCATION AND HEGEMONY IN THE QUADERNI DEL CARCERE OF ANTONIO GRAMSCI**. 216 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2012.

ABSTRACT

This dissertation has as object of study the *Quaderni del Carcere* (QC) of Antonio Gramsci (1891-1937) and it's dedicated to analyze the relationship between religion and education from the critical Gramscian of the performance of intellectual Catholic in maintenance of educational hegemony of Catholicism in the transition from the nineteenth to the twentieth century. The perspective of genetic and evolutionary analysis, on the basis of the discussion of the genesis and evolution of Gramsci's ideas, with the aid of Italian history, allows to overcome the fragmented structural of QC by apprehension of theoretical unity present in this Marxist reading of history made by Gramsci, who dedicated to the religious question some notes that are disperse along his work, highlighted the QC 20, fully dedicated to Catholicism. Gramsci's interest by the religious question had its origin in the difficulty of adhesion of the subaltern classes to the socialist conception of the world. Gramsci defended the thesis that religious ideology, understood by the subaltern classes through educational actions developed by the Church, was rooted in common sense and in the moral principles that influenced the decision of the subaltern classes to join or not to the labor movement. With the Italy's unification (1861) and the secularization of the State, the Catholicism was forced to compete the people's cultural and educational direction, in the political sphere. To maintain its religious hegemony and the educational and cultural direction of the Italian people, the papacy orchestrated the *Catholic Action*, a religious movement of political struggle, strengthened by the restoration of the Society of Jesus (1814). By the QC notes' analysis is possible to affirm that Gramsci considered Catholicism and its educational action harmful to the Italy's development and to the consolidation of the proletariat's hegemony, because the religion became workers docile and susceptible to the organization of the State bourgeois. Gramsci has attributed to the Jesuits and their educational action the merit of eliminating the internal disputes of Catholicism and of leading its process of modernization. Gramsci postulated that the people's political participation was the way to overcome the religious conception of the world, by developing the philosophy of praxis, an original thought of the subaltern classes and fundamental element for the development of working class'critical consciousness in the construction of proletarian hegemony.

Keywords: Education. Antonio Gramsci. Religion. Hegemony. Philosophy of praxis. Jesuits.

LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS NO TRABALHO

BTD – Biblioteca de Teses e Dissertações

CAPES – Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EP – Escritos Políticos

LC – *Lettere dal Carcere*

PC – Partido Comunista

PCI – Partido Comunista Italiano

PUC – Pontifícia Universidade Católica

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PSI – Partido Socialista Italiano

QC – *Quaderni del Carcere*

SP-I – *Scritti Politici, a cura de Paolo Spriano. Vol. I.*

SP-II – *Scritti Politici, a cura de Paolo Spriano. Vol. II.*

SP-III – *Scritti Politici, a cura de Paolo Spriano. Vol. III.*

ST – *Sotto la Mole*

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	23
2.1. Caracterização dos Quaderni del Carcere	24
2.1.1. Os planos de estudo e o início da redação dos Quaderni del Carcere	26
2.1.2. As fases de redação e a classificação dos Quaderni del Carcere	31
2.1.3. A publicação dos Quaderni del Carcere na Itália e no Brasil	38
2.2. Pressupostos de leitura para os Quaderni del Carcere de Antonio Gramsci	50
2.3. A primeira aproximação dos educadores brasileiros com o pensamento de Antonio Gramsci	59
3. FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO EDUCACIONAL DE ANTONIO GRAMSCI.....	68
3.1. Gramsci e a hegemonia	68
3.1.1. A concepção de hegemonia no pensamento de Gramsci	68
3.1.2. A concepção de hegemonia nos Quaderni del Carcere	74
3.2. Educação e Cultura em Gramsci.....	83
3.2.1. A formação do Bloco Histórico como elemento educativo.....	84
3.2.2. O papel educativo dos intelectuais na consolidação do bloco histórico	90
3.2.3. A inserção dos intelectuais na sociedade: intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais	98
4. RELIGIÃO, CULTURA E EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI	106
4.1. A religião como princípio da formação educacional do povo italiano	107
4.1.1. Religião, senso comum e filosofia	107
4.1.2. A crítica gramsciana à religião	142

4.2. A <i>Azione Cattolica</i> : a organização política da religião	158
5. CONCLUSÃO.....	178
REFERÊNCIAS.....	184
ANEXOS	194
Anexo A – <i>Quaderni del Carcere, primeira página</i>	195
Anexo B – Gramsci em torno de 30 anos de idade, início década de 1920	196
Anexo C – Gramsci na Clínica Cusumano em Fórmia (1935).....	197
APÊNDICES.....	198
Apêndice A – Cronologia da vida de Antonio Gramsci (1891-1937)	199
Apêndice B – Relação das pesquisas brasileiras sobre o pensamento de Antonio Gramsci (1987-2010)	208
Apêndice C – Levantamento Bibliográfico da presença do pensamento de Gramsci nas pesquisas acadêmicas	216

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo os *Quaderni del Carcere* (QC) de Antonio Gramsci (1891-1937) e se dedica à análise da relação entre religião, educação e hegemonia a partir do estudo da crítica gramsciana à atuação dos grupos de intelectuais da Igreja Católica, no processo de manutenção da hegemonia do catolicismo na transição do século XIX para o século XX¹. Para tanto, optou-se pela leitura dos QC na língua original, o italiano, a partir da consulta dos textos na Edição Crítica dos ***Quaderni del Carcere***, elaborada pelo Instituto Gramsci e organizada por Valentino Gerratana, publicada pela primeira vez em 1975. Trabalhou-se também com os textos jornalísticos escritos antes de sua prisão, em 1926, e as cartas redigidas por ele durante o período de sua reclusão, entre os anos de 1926 e 1937.

O interesse pela temática e a escolha são resultado de um processo formativo de longa data. As raízes culturais familiares fundamentadas na doutrina Católica e os anos de estudos vivenciados em um seminário católico da Ordem dos Padres Agostinianos Descalços (1994-2001) evidenciaram a importância da contribuição do catolicismo na formação intelectual e moral familiar. As experiências juvenis de leitura nas celebrações eucarísticas, os debates decorrentes da exegese dos textos bíblicos durante a formação catequética e, posteriormente, a vivência dos serviços pastorais desenvolvidos durante a experiência da vida religiosa na comunidade dos Frades Agostinianos Descalços foram os elementos que fomentaram a identificação com a temática. Consciente ou inconscientemente, essas experiências pessoais configuravam a escolha e a afinidade com o tema de pesquisa em relação à função educativa da Igreja e de seus agentes culturais no processo de construção social.

No que se refere a Antonio Gramsci e às suas formulações teóricas, a primeira aproximação ocorreu no último ano da graduação em Filosofia na

¹ Os textos dos ***Quaderni del Carcere*** serão citados a partir da ***Edizione Critica dell'Istituto Gramsci a cura de Valentino Gerratana*** (2007) com tradução livre do italiano para o português e apresentação do texto original no rodapé. As menções aos *Quaderni* serão feitas pela abreviatura QC e as citações serão indicadas pelos números do Caderno, do parágrafo e da página (QC 1, § 1, p. 1). As citações diretas de outras obras em língua estrangeira terão tradução livre para o português e a reprodução do texto original em nota de rodapé.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2002). Ainda que breve, o contato com excertos do Caderno 12, sobre **Os intelectuais e a organização da cultura**, gerou ao mesmo tempo simpatia e inquietação. As elaborações gramscianas sobre o papel dos intelectuais no desenvolvimento da sociedade, as noções de intelectual orgânico, intelectual tradicional e hegemonia lidas de maneira rasa e descontextualizadas, apresentavam-se como conceitos complexos de difícil compreensão cujo entendimento, equivocado, pouco se aplicava ou continha relação com o cotidiano brasileiro.

O contato direto com o pensamento de Gramsci se concretizou durante a Especialização em Pesquisa Educacional (2008-2010), ofertada pelo Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá. Nela, foi possível desenvolver uma pesquisa sobre o pensamento educacional de Antonio Gramsci em uma investigação sobre a relação entre Hegemonia e Educação nos ***Quaderni del Carcere***. A partir da leitura e análise dos QC, pôde-se identificar a preocupação de Gramsci em relação ao papel dos intelectuais na formação do consenso e na difusão de uma dada ideologia que permite a manutenção ou a desconstrução das estruturas sociais de uma determinada época ou local². Essa experiência de pesquisa permitiu, não só o contato com o pensamento de Gramsci, mas, configurou-se como um exercício de disciplina que oportunizou o estudo de um pensador a partir de sua língua original. Se, no momento inicial da pesquisa a meta era identificar, dominar e explorar as principais categorias do pensamento gramsciano em suas relações com a educação, durante o trabalho o aprofundamento da leitura do pensamento de Gramsci originou novos questionamentos e novas perspectivas de pesquisa foram se desenvolvendo, abrindo caminhos para a ampliação da leitura e da compreensão do pensamento gramsciano a partir do contexto histórico no qual foi desenvolvido.

O estudo das formulações teóricas de Gramsci se justifica na medida em que o entendimento de suas categorias e análises instrumentaliza o pesquisador no processo de reflexão sobre a realidade. Os QC permitem a imersão do

² O termo ideologia é empregado nesta pesquisa no sentido gramsciano apresentado no QC 11, § 12 (p. 1380). Nele Gramsci entende a ideologia como uma concepção de mundo, uma elaboração teórica de um determinado sujeito, seja ele coletivo ou individual, que tende a compor um conjunto sistemático de ideias políticas.

pesquisador num processo de revolução que, embora datado do início do século XX, expressa os principais temas decorrentes da contraposição entre classes sociais na Itália, a relação/contraposição burguês-proletário ou da disputa entre os modelos econômicos predominantes em cada região italiana, com ênfase para os modelos agrário e industrial. As análises foram desenvolvidas e fundamentadas tendo em vista os principais estudos e pesquisas sobre o pensamento de Gramsci, com destaque para as investigações de Valentino Gerratana, Giorgio Baratta, Guido Liguori, Pasquale Voza, Raul Mordenti, Mario Alighiero Manacorda, Luciano Gruppi, Hugues Portelli, Giorgio Nardone, Antonio A. Santucci, Fábio Frosini, Christine Buci-Glucksmann, Dermeval Saviani, Paolo Nosella, Anita Schlesener, Rosemary Dore Soares, Antonio Tavares de Jesus, Marcos Del Roio, Alvaro Bianchi, Carlos Nelson Coutinho, Edmundo Fernandes Dias, Dario Ragazzini, Lincoln Secco e Carlos Eduardo Vieira.

A atual pesquisa parte de duas hipóteses. A primeira, de cunho mais geral, diz respeito à importância da temática dos intelectuais e da organização da cultura nas elaborações teóricas dos QC. E parte do pressuposto de que as questões relativas à formação cultural e à ação dos intelectuais no processo de elaboração e difusão da cultura assumem um papel, se não central, ao menos importante na teoria de Gramsci; já a segunda hipótese, de caráter mais específico, remete ao papel da religião na formação cultural da classe subalterna. E toma como pressuposto que para Gramsci o processo de modernização do catolicismo, operado pelos intelectuais religiosos, foi prejudicial ao desenvolvimento cultural da Itália, servindo como um instrumento de dominação da classe burguesa sobre o proletariado.

Italiano, comunista e um intelectual engajado no movimento de superação da hegemonia burguesa na primeira metade do século XX, suas análises sobre o desenvolvimento histórico da Itália são assentadas sobre os desdobramentos da relação econômica e social entre as regiões norte e sul³. A relação de exploração fundada no desenvolvimento industrial do norte italiano e a exploração latifundiária que ocorria no sul, foi denominada de questão meridional e é um tema que permeia todo o pensamento de Gramsci o qual, a partir dos elementos

³ O **Apêndice A - Cronologia da vida de Antonio Gramsci (1891-1937)** apresenta um panorama geral das principais ocorrências da vida de Gramsci.

que configuraram o atraso da região sul, elaborou uma análise profunda dos processos de dominação e direcionamento da organização político-econômica da Itália.

Suas análises apontavam para a influência da formação religiosa sobre o processo de desenvolvimento cultural, político e econômico da Itália, essa problemática foi analisada à luz da atuação dos intelectuais na organização das estruturas e superestruturas responsáveis pela consolidação do Estado Moderno, potencializada pelo processo de laicização. A Igreja Católica, mesmo distante do poder político e econômico do Estado, continuou a exercer sua hegemonia sobre as classes subalternas e, conseqüentemente, sobre as decisões de ordem política e econômica. Essa influência ocorreu por meio de sua ação diretiva exercida sobre a sociedade civil. Destacam-se os processos formativos e educacionais informais desenvolvidos pela Igreja e pela educação formal, por meio das instituições escolares e universidades confessionais dirigidas e coordenadas pelas diferentes Ordens Religiosas.

Para analisar a atuação educacional dos intelectuais religiosos na manutenção da hegemonia católica, a presente dissertação se divide em três capítulos. O primeiro, **Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa** é dedicado à análise da estrutura interna da obra de Gramsci e aborda a sistemática de seu principal conjunto de textos, os QC. Um conjunto de 29 cadernos, redigidos entre os anos de 1929 e 1935, no ambiente prisional, consequência de sua oposição ao regime político de ordem fascista, instituído na Itália em 1926. O capítulo tem como objetivo central apresentar e discutir o processo de redação e publicação das notas dos QC, dada sua complexidade estrutural e as questões ideológicas que envolveram a sua primeira publicação na Itália.

Na parte dedicada à **Caracterização dos Quaderni del Carcere** é estabelecida a relação entre os temas discutidos nas notas dos QC e a atividade prática de militante e intelectual. Destaca-se que o conteúdo dos cadernos remete a um trabalho de investigação mediado por planos de estudos, elaborados na medida em que seu pensamento amadurecia, o que pode ser percebido pela revisão que Gramsci impôs aos textos elaborados nos primeiros anos de redação dos QC. Elaboradas em um primeiro momento como anotações de pesquisa

assistêmáticas, as notas foram reorganizadas, revisadas e inseridas em reflexões teóricas sistemáticas, fundamentadas no desenvolvimento real da vida material.

Os **Pressupostos de leitura para os *Quaderni del Carcere*** compõem a segunda parte e apresentam o caminho estabelecido historicamente como necessário para uma leitura das notas dos QC. A polêmica entre o direcionamento intencional da leitura do pensamento de Gramsci, efetuado por Palmiro Togliatti (1893-1964), quando da primeira publicação dos textos dos QC, desencadeou uma série de estudos sobre seu conteúdo, entre estes, estão aqueles que originaram a Edição Crítica dos Cadernos, coordenada por Valentino Gerratana e publicada em 1975. Dentre os principais pressupostos se encontram o movimento contínuo de desconstrução interna do pensamento gramsciano, operado por meio da revisão e reedição de seus textos, e o respeito à dinamicidade de seus escritos, em especial aos períodos de redação indicados pelas datações. Destaca-se neste item a dispersão-unidade existente no texto dos QC, em que as temáticas são desenvolvidas sempre tendo em conta o comprometimento de Gramsci com a causa operária, fundamentada na sua vivência junto ao movimento operário e ao Partido Comunista.

O capítulo termina com uma análise sobre a primeira aproximação dos pesquisadores brasileiros da área da Educação com o pensamento de Antonio Gramsci. A pesquisa em educação se voltou para o pensamento de Gramsci no fim da década de 1970, pela experiência da primeira turma de Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A aproximação dos pesquisadores e educadores brasileiros ao pensamento de Gramsci, ocorrida no fim da década de 1970, foi multiplicada rapidamente no início da década de 1980, quando levaram suas experiências para outras universidades nos mais diferentes Estados da Federação. A aproximação mais estreita dos estudiosos brasileiros ao pensamento de Gramsci ocorreu com a institucionalização dos Programas de Pós-Graduação no Brasil e, em especial, com o processo de abertura política ocorrido a partir da década de 1980. Os esforços sistemáticos de pesquisa no campo das ciências sociais e humanas permitiram o conhecimento e a difusão da obra desse pensador italiano, que no Brasil teve na área da educação o espaço mais acolhedor.

O segundo capítulo, **Fundamentos do pensamento educacional de Antonio Gramsci**, tem como objetivo analisar as concepções de hegemonia, bloco histórico e intelectual em suas relações com a ação educativa e é dividido em duas partes: a primeira **Gramsci e a hegemonia** e a segunda **Educação e cultura em Gramsci**. Parte do pressuposto de que o pensamento educacional de Gramsci foi desenvolvido tendo como premissa a formação da consciência política dos operários para que estes, uma vez dirigentes, pudessem assumir o controle do Estado e consolidar a hegemonia do proletariado. Nesse sentido, é necessário considerar os elementos constituintes da concepção de hegemonia, entendida por Gramsci como a capacidade de exercer o direcionamento político e econômico sobre todas as esferas do Estado.

Para Gramsci, a ação educacional acontecia dentro do Estado que, entendido de maneira ampliada, abarcava duas esferas sociais. De um lado a sociedade política, com seu aparato Estatal e legislativo, e de outro a sociedade civil, composta pelas instituições privadas que atuam, sobretudo, sobre a esfera econômica pela organização dos meios de produção. A relação entre essas esferas sociais torna o Estado um ambiente de tensões sociais de ordem política e econômica, sobre as quais os intelectuais atuavam para estabelecer o consenso dos diferentes grupos sociais, possibilitando o exercício da hegemonia por um grupo social. A hegemonia nasce, para Gramsci, da transformação do consenso em poder político e domínio da capacidade coercitiva do Estado exercida no ato de legislar. A luta pela hegemonia ocorre no campo da sociedade civil, no processo de organização produtiva, o que faz com que a hegemonia seja além de política, econômica.

O resultado da luta hegemônica é a formação de um bloco histórico, uma unidade homogênea em que o Estado é a expressão da coesão entre a sociedade civil e a sociedade política, ou seja, entre estrutura e superestrutura. O bloco histórico se caracteriza como um momento educativo, porque é pela ação educativa que se estabelece sua unidade. A ação educativa dos intelectuais prepara as novas gerações para atuarem na sociedade civil dando consistência à produção da esfera econômica, base para o exercício da hegemonia política. O processo de consolidação do bloco histórico se destaca como um momento educativo ao se estabelecer como uma nova ordem econômica. A organização

política e econômica decorrente do estabelecimento do bloco histórico demanda a criação e formação dos agentes necessários para atender às necessidades da nova ordem produtiva.

Por meio da análise da consolidação do bloco histórico, Gramsci identificou a existência de dois grupos distintos de intelectuais, os intelectuais tradicionais e os intelectuais orgânicos. A formação de um bloco histórico ocorre por intermédio da luta hegemônica desenvolvida no âmbito da sociedade civil, mediante o confronto de duas perspectivas de mundo diferentes, com modelos distintos de organização social e econômica da sociedade. Ao se estabelecer um bloco histórico, ocorre a desagregação e a destituição da unidade histórica anterior, permanecendo, no entanto, os intelectuais remanescentes da antiga unidade do bloco histórico.

Os intelectuais remanescentes da ordem anterior foram denominados por Gramsci de intelectuais tradicionais, pois são oriundos da antiga organização econômica e atuam de forma independente na nova organização hegemônica. Gramsci apontava que os intelectuais tradicionais possuíam uma ligação profunda com os grupos de trabalhadores preexistentes e que para uma hegemonia se consolidar plenamente precisaria absorvê-los dentro de sua estrutura. Essa tarefa é uma das funções dos intelectuais orgânicos, cuja origem está vinculada às necessidades próprias da nova ordem política e econômica. Inscritos no processo de organização e direção das diferentes esferas administrativas e produtivas que nascem com a nova hegemonia, os intelectuais orgânicos são os responsáveis pela criação do consenso entre os diferentes grupos sociais.

Ao analisar o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade italiana do início do século XX, Gramsci promoveu uma ampliação do entendimento da concepção de intelectual, a qual passou a agregar todos os tipos de atividades que, no mundo da produção material da existência humana, possuíam vinculação com a capacidade técnico-diretiva. A ação educacional, portanto, desenvolve-se em todas as esferas da sociedade e incide diretamente sobre a capacidade do trabalhador. A proposta educacional de Gramsci considerava as ações educacionais tanto nos processos e espaços informais como nos processos formais e institucionais, de modo que o objetivo final do princípio educativo é o

desenvolvimento das capacidades intelectuais e físicas para o exercício do trabalho, por meio do direcionamento político e econômico da sociedade.

O terceiro capítulo **Religião, cultura e educação no pensamento de Antonio Gramsci** identifica e discute a presença do fenômeno religioso no pensamento gramsciano e analisa as relações entre religião e educação. Parte do pressuposto de que a religião, na condição de direcionamento cultural, é o resultado da obtenção do consenso e aceitação das classes subalternas em relação a uma determinada concepção de vida. Religião é um tema que ocupa um espaço considerável no conjunto dos QC e constitui os fundamentos históricos da análise gramsciana sobre o desenvolvimento dos intelectuais e da história política, cultural e econômica da Itália. O capítulo é dividido em duas partes, **A religião como princípio da formação educacional do povo italiano** e **A Azione Cattolica: a organização política da religião**.

Na primeira, a seção intitulada **Religião, senso comum e filosofia** tem como objetivo analisar o discurso gramsciano sobre a função da religião na sociedade ocidental. Nela se desenvolve a discussão sobre a percepção gramsciana acerca da influência da religião na formação cultural do povo italiano. Gramsci afirmou que o senso comum e o folclore são reflexos da ideologia religiosa e que o primeiro, como expressão popular da filosofia operada pela religião em seus níveis mais elevados de intelectualidade, sedimenta-se na sociedade como concepção de mundo, de modo que as práticas culturais populares são uma expressão pitoresca das elaborações filosóficas e teológicas da religião. Gramsci apontava que o fenômeno religioso, no caso italiano, significava um abismo quase intransponível entre a cultura das classes subalternas, perceptíveis pelas formulações do senso comum e a cultura intelectual elaborada pelo clero na fundamentação da religião em seus ritos e práticas.

Gramsci postulava que a filosofia da práxis era o elemento de libertação das classes subalternas e pelo exercício de uma filosofia genuína da classe trabalhadora, elevaria-se o nível de sua consciência e se produziria uma cultura própria de sua classe social. Para tal, seria necessário elevar o nível cultural dos proletários para que estes pudessem operar a crítica à sua concepção de mundo

e superassem as visões degradantes e negativas do processo do filosofar e operassem à crítica sobre a concepção religiosa de mundo.

A segunda seção, **A crítica gramsciana à religião**, tem como objetivo analisar a concepção de religião assumida por Gramsci e o papel da religião no desenvolvimento italiano. Gramsci criticou duas visões contemporâneas de religião que, entendidas como concepções de mundo, travaram durante o século XIX a luta pela hegemonia e contrapuseram a concepção religiosa tradicional, ligada ao catolicismo e denominada de confessional à concepção laica de religião, originária do pensamento liberal burguês. A crítica gramsciana à religião serve de fundamento para a análise dos fenômenos religiosos na contemporaneidade. Segundo ele, o catolicismo se tornou cosmopolita, assim como a sociedade burguesa, e ambas as concepções de mundo passaram a disputar a hegemonia do direcionamento cultural, tanto na Europa quanto na África, Ásia e nas Américas.

A segunda parte, **A Azione Cattolica: a organização política da religião**, focaliza a crítica gramsciana à estratégia de luta política do catolicismo na manutenção da sua hegemonia em face dos desafios enfrentados com os avanços da filosofia liberal e a consolidação da sociedade burguesa na Itália. Destacam-se as iniciativas de organização política dos intelectuais religiosos na tentativa de fortalecer a posição do catolicismo ante a configuração histórica que se estabelecera a partir do século XVIII. *Azione Cattolica* é o nome dado à ação de organização política da ofensiva católica aos avanços do protestantismo e das filosofias liberais. Essa ofensiva não foi uma ação homogênea e os intelectuais católicos, ao defender suas posições ideológicas, dividiram-se em grupos distintos.

Na Itália, a corrente modernizadora da Igreja ficou conhecida como *Modernista* e se caracterizou especialmente pela atuação política na forma de partido. Em oposição aos modernistas, estavam os católicos *Integrais*, considerados de direita, os quais eram provenientes e representantes da aristocracia latifundiária e defendiam a conservação dos privilégios obtidos pelas classes sociais dominantes, contrapondo-se aos ideais socialistas.

Entendidos por Gramsci como o principal grupo de intelectuais do catolicismo moderno, os jesuítas eram concebidos como uma força central que

controlou o aparelho eclesiástico e a organização política do Vaticano. Coube aos jesuítas, líderes intelectuais da organização católica fazer frente aos excessos decorrentes dos posicionamentos ideológicos de *Modernistas* e *Integrais*, dentre estes as aproximações com o pensamento liberal. As análises de Gramsci, sobre a atuação intelectual dos jesuítas, apontam para a sua importância no desenvolvimento das estratégias políticas para a manutenção da hegemonia católica. Gramsci fez uma análise crítica da ação dos padres jesuítas no processo de manutenção da hegemonia católica e destacou suas ações na eliminação das contradições entre religião e ciência e na assimilação do positivismo ao pensamento religioso. A crítica de Gramsci se estendia às estratégias utilizadas pelos jesuítas no processo de consolidação do cristianismo, dentre elas, nas ações pedagógicas e educacionais.

As conclusões se encaminham para a valorização da educação como campo de luta pela hegemonia, dado que as estratégias políticas desenvolvidas pelo catolicismo na transição do século XIX para o século XX se direcionavam à manutenção de sua hegemonia no direcionamento cultural do povo italiano, não apenas nos campos informais, mas na direção da educação escolar. Os jesuítas, revelaram-se o principal grupo de intelectuais orgânicos do catolicismo moderno, e sob a tutela do poder papal, foram os responsáveis pelo direcionamento político e religioso da Ação Católica.

A crítica de Gramsci à religião, na forma de concepção de mundo, explicitou o poder eclesial na formação cultural das classes subalternas, que imbuídas do espírito religioso, afastavam-se do socialismo em função da coerção moral e aceitavam passivamente a dominação capitalista em nome da ideologia religiosa. Gramsci denunciou que a igreja usava a submissão das classes subalternas à ideologia religiosa como elemento de barganha política na luta pela manutenção de sua hegemonia e na conquista do direito de educar o povo italiano formalmente, assumindo, na organização do Estado moderno, a direção da escola laica.

Os anexos A, B e C são meramente ilustrativos e têm a função de situar o leitor no universo gramsciano, fornecendo uma imagem, ainda que limitada, dos QC (Anexo A) e do próprio Gramsci no auge de sua militância, no início da década de 1920, (Anexo B) e de seu desgaste físico pelos anos de

encarceramento e maus-tratos à sua saúde (Anexo C), fatores que culminaram na sua morte poucos dias após receber a liberdade plena. O apêndice A apresenta a cronologia de sua vida e fornece informações sobre sua ação como militante. Os apêndices B e C finalizam a dissertação, apresentando um panorama geral dos estudos gramscianos realizados nos Programas de Pós-graduação, no Brasil. Com base nos dados do Banco de Teses e Dissertações (BTD) da CAPES, são listados, no Apêndice B, as pesquisas em que o pensamento de Gramsci foi objeto de estudo. O levantamento se limita a abrangência do BTD em janeiro de 2012, que compreende o período entre os anos de 1987 e 2010. O Apêndice B apresenta, em forma de tabela, a quantificação dos trabalhos que empregaram o pensamento gramsciano como referência, seja pela análise de seu pensamento, ou no emprego de suas categorias na análise dos fenômenos educacionais, filosóficos, políticos ou sociais.

2. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo analisar a organização interna dos *Quaderni del Carcere* de Antonio Gramsci a partir da discussão do seu processo de elaboração, de sua publicação na Itália e da elaboração e publicação de suas traduções no Brasil. Parte-se da hipótese de que o entendimento do pensamento de Gramsci está intrinsecamente ligado à compreensão de como sua obra foi elaborada e de como foi tornada acessível ao público. É consenso entre os pesquisadores da obra de Gramsci de que se faz necessária uma leitura contextualizada de seu pensamento e alertam para os equívocos oriundos das leituras que retiram o pensamento de Gramsci de seu contexto e o analisam sem considerar uma das principais características de sua obra: a reflexão sobre as contradições emergentes do processo histórico de desenvolvimento cultural e econômico da Itália.

O capítulo é dividido em três partes: **Caracterização dos *Quaderni del Carcere***; **Os pressupostos de leitura para os *Quaderni del Carcere*** e **A primeira aproximação dos educadores brasileiros com o pensamento de Antonio Gramsci**. A partir delas é discutido o processo de redação das notas dos QC e as características próprias do trabalho de investigação desenvolvido por Gramsci no período do cárcere (1926-1937). É apresentado o processo editorial de preparação das notas dos QC para sua primeira publicação e as controvérsias que suscitaram diferentes debates sobre a organização e a disposição dos conteúdos analisados por Gramsci. Dos debates e estudos sobre a primeira edição dos QC resultaram os trabalhos de datação dos períodos de redação de cada caderno e as classificações das notas entre inéditas e revisadas. Com base nas análises do conteúdo e da organização dos temas nos QC e por indicação do próprio Gramsci, foram classificados em Cadernos Especiais e Cadernos de Miscelâneas.

A última parte do capítulo **A primeira aproximação dos educadores brasileiros com o pensamento de Antonio Gramsci** discute o processo de apropriação do pensamento de Gramsci no Brasil pela área da educação, ocorrido no fim da década de 1970 e início dos anos 1980, em decorrência do

momento histórico do país. O processo de consolidação dos programas de pós-graduação, a decadência do militarismo e o movimento de abertura política foram fatores que favoreceram a aproximação dos educadores brasileiros ao pensamento revolucionário de Gramsci. As experiências de pequenos grupos de estudantes e pesquisadores se multiplicaram a partir da década de 1980, disseminando as ideias de Gramsci e fomentando os estudos de suas proposições no campo da educação, desde a discussão das concepções pedagógicas até os fundamentos e objetivos da ação educacional.

2.1. Caracterização dos *Quaderni del Carcere*.

A leitura dos QC deve ser tomada como um desafio de grande complexidade. A disposição/exposição fragmentária dos temas tornam a leitura uma tarefa trabalhosa que demanda tempo e esforço para reconstruir a unidade temática do pensamento gramsciano partindo de sua unidade teórica, a leitura marxista. Essa leitura deve ser feita se levando em consideração o momento histórico em que as análises de Gramsci foram elaboradas e a importância que assumiram como parâmetro para a interpretação e o entendimento da sociedade (BARATTA, 2004; MORDENTI, 2010). Essas preocupações, sustentam-se devido ao fato de que, na condição de tema, ocuparam uma parte importante da reflexão de Gramsci que reforçou a necessidade de contextualização de suas notas ((BARATTA, 2004; MORDENTI, 1996; MORDENTI, 2010).

O estudo contextualizado das notas gramscianas nos permite determinar a esfera de atuação e a extensão de suas reflexões. Situada em um momento histórico de transição e de rupturas que culminaram no fracasso das tentativas proletárias de operar a revolução na Europa, a obra de Gramsci se destacou pelo teor de suas ideias e pela posição teórica assumida em relação ao marxismo praticado pelos grupos socialistas na Itália e nos movimentos revolucionários ocorridos no leste europeu (MACCIOCCI, 1980).

Essa perspectiva de análise torna o pensamento e as proposições de Gramsci compreensíveis, ao desvelar a própria história da Itália e dos

movimentos revolucionários. Toma-se como premissa de leitura a ideia de que o estudo da teoria de um pensador não pode se limitar apenas à análise de suas proposições. Os resultados e o conhecimento produzido devem, em algum momento, extrapolar os aspectos meramente formais da análise objetiva e se aplicarem à problematização, investigação, análise e compreensão do momento histórico que o sujeito da pesquisa está inserido (BARATTA, 2004; MORDENTI, 1996). Não se trata, todavia, de retirar excertos de Gramsci de seu contexto original e aplicá-los de forma aleatória na análise do presente, mas sim, de analisar a dinâmica com que Gramsci desenvolveu seu pensamento, para assim superar a principal característica dos temas explorados nos QC, a fragmentariedade. “[...] Não se trata, neste caso, de tentar uma atualização das suas categorias, mas de revisitá-las na sua dinâmica interna, reapropriando-se delas ou tornando-as disponíveis como fermentos para uma análise do existente” (BARATTA, 2004, p. 17).

A descontextualização do pensamento de Gramsci ocorre, no entanto, não apenas no aspecto histórico no qual o texto foi produzido, mas na própria relação com a materialidade em que os textos foram escritos no cárcere. São notas elaboradas de memória, sem consulta direta ou estudo aprofundado dos textos clássicos (MORDENTI, 1996). Essas características, que podem parecer um entrave ou um empobrecimento do seu pensamento, apontam, de certa forma, para a capacidade intelectual de Gramsci, que pôde, no isolamento e no confinamento carcerário, em condições precárias, produzir uma das mais importantes análises do século XX sobre o desenvolvimento histórico dos intelectuais italianos.

[...] sempre estive preocupado em analisar suas próprias ações políticas e as de terceiros em termos de uma teoria geral da História e da sociedade; e a inatividade forçada dos anos do cárcere foi usada, até onde o permitiram a restrição das circunstâncias e as condições de sua saúde, que pioravam rapidamente, para situar sua experiência política ativa em marcos históricos e filosóficos mais amplos (JOLL, 1979, p. 11).

Essa preocupação é datada, e remete a novembro de 1926 quando Gramsci, então deputado eleito pelo Partido Comunista Italiano (PCI), perdeu a imunidade parlamentar e foi encarcerado em decorrência das medidas de

exceção implantadas com a ascensão e a consolidação do regime fascista na Itália. A condenação prévia a cinco anos de reclusão, culminou na sua condenação a mais de vinte anos e encerrou um ciclo de militância e de reflexão sobre as condições da luta proletária na Itália, em especial na cidade de Turim, onde participou efetivamente dos movimentos operários e colaborou intensamente na redação de diversos jornais de esquerda, como o **Avanti!**, o **L'Ordine Nuovo** e **L'Unità** (GERRATANA, 2007b; COUTINHO, 1999).

Esse marco temporal constituiu o divisor da obra gramsciana entre escritos pré-carcerários e escritos carcerários, determinando não apenas o lugar de onde produziu suas reflexões, mas a própria relação entre ele e seu objeto de análise: a história italiana. Na primeira fase seus escritos, denominados *Escritos da Juventude* ou *Pré-carcerários*, voltavam-se para a práxis política e para a militância partidária, veiculados em jornais socialistas ou comunistas, tratavam de temas imediatos ligados à organização do movimento operário italiano. Seu encarceramento e a solidão vivenciada na prisão determinaram o segundo momento de sua reflexão. As circunstâncias o afastaram do imediatismo da militância e dos problemas de ordem prática, aproximando-o de uma reflexão propriamente teórica. Sem descurar dos principais problemas enfrentados na frente revolucionária, Gramsci se dedicou com afinco à compreensão da formação intelectual dos italianos e sobre a influência desta no sucesso ou não da revolução proletária na Itália e, de forma mais ampla, na Europa. Dentre os temas abordados pelo intelectual marxista, está sua crítica ao papel da religião como ideologia e a ação da Igreja Católica como conjunto de intelectuais empenhados no processo educacional das classes subalternas e no direcionamento e organização da cultura italiana e europeia.

2.1.1. Os planos de estudo e o início da redação dos *Quaderni del Carcere*

A obra carcerária de Gramsci produzida a partir de 1926 constitui não só sua fase de amadurecimento intelectual, como também compreende o corpo teórico de seu pensamento. Essa produção teve início em fevereiro de 1927, com

a obtenção de uma autorização para redigir duas cartas semanais⁴. Nesse mesmo período, foi permitido a Gramsci ler jornais e fazer o empréstimo de oito livros por semana na biblioteca da prisão. Passou a escrever regularmente à família, e em especial para sua cunhada Tatiana (Tania) Schucht a quem confidenciou seus planos intelectuais e apresentou seus “projetos de estudo” com destaque para quatro temas – a história dos intelectuais; estudos de linguística comparada; o teatro de Pirandello; os romances de folhetim (GERRATANA, 2007b, MUSITELLI, 1996)⁵.

A vida carcerária de Gramsci pode ser dividida em três períodos, o primeiro, a breve reclusão na Ilha de Ústica, como uma espécie de exílio político, por um período de quase dois meses, entre dezembro de 1926 e janeiro de 1927. Viveu sob vigilância policial em uma casa particular com outros comunistas, onde desenvolveu uma espécie de escola para confinados. Sentenciado primeiramente a cinco anos de prisão, quando o tribunal para defesa do Estado foi implantado em Roma em janeiro de 1927, foi transferido para a Prisão de São Vítor. Em 4 de junho de 1928 recebeu a sentença definitiva de vinte anos, quatro meses e cinco dias de prisão e foi conduzido a Casa Penal de Turi, na província de Bari, ao sul da Itália, onde cumpriu grande parte de sua pena (GERRATANA, 2007b).

Os anos de prisão (1926-1928) anteriores à sentença do tribunal especial de Roma, foi um período atribulado com constantes transferências de uma casa penal para outra, descritas por Gramsci nas cartas. Ele relatava as condições de vida no cárcere e constantemente indicava aos seus correspondentes a necessidade de se dedicar ao estudo. Uma condição que se pôs para a concretização dos estudos no cárcere foi a obtenção de uma autorização que lhe permitiu ter em sua cela o mínimo necessário para escrever. Permissão que nos primeiros anos de prisão não foi concedida.

⁴ As ***Lettere dal Carcere*** serão citadas utilizando a abreviação *LC*, seguida do ano da edição e da respectiva página.

⁵ Gramsci descreveu seu plano de estudo à cunhada Tatiana na Carta de 19 de março de 1927. Em um parágrafo longo relatou parte de seu cotidiano de estudos, afirmando ler muito, aproximadamente um livro por dia mais os jornais disponíveis. Para além da mera apresentação dos temas, Gramsci reafirmava constantemente o desejo de proceder estudos “desinteressados” que ultrapassassem as barreiras do tempo. Por fim, solicitou a opinião de Tatiana sobre ele. (*LC*, 2008, p. 33-34).

[...] ‘Estou atormentado (...) por esta ideia: de que é preciso fazer algo *für ewig* [para sempre]...’ Pede – mas não obtem naquele momento – que lhe seja concedido ter na cela o necessário para escrever. Decidiu retomar o estudo de línguas. Em 20 de março [de 1927], foi novamente interrogado pelo promotor Macis (GERRATANA, 2007b, p. LXII)⁶.

A partir desses fatos, pode-se afirmar que dois fatores interferiram no início da redação dos Cadernos. Primeiro, as transferências de prisão, segundo, a dificuldade de obter a licença para escrever na cela. As transferências ocorridas em decorrência dos julgamentos realizados em Roma interferiram no início da redação dos QC, visto que as longas viagens o impediam de se dedicar de forma mais aplicada ao estudo. Ainda que procedesse regularmente a atividade de leitura, não tinha um ambiente propício para fazer suas anotações; com a licença concedida em janeiro de 1929, Gramsci iniciou a redação dos cadernos, pondo em prática o plano de estudos elaborado anteriormente e apresentado na carta a Tatiana (GERRATANA, 2007b; MORDENTI, 2010; MUSITELLI, 1996; COUTINHO, 1999)⁷.

A redação dos QC teve início com um apontamento na primeira página que especifica a datação, nos seguintes termos: “*PRIMO QUADERNO (8 FEBBRAIO 1929)*”. Em carta escrita a Tatiana em 9 de fevereiro de 1929, comunicou a liberação para escrever na cela e junto a algumas orientações de ordem prática, apresentou suas perspectivas pessoais de organização das suas atividades de reflexão, enfatizando o desejo de se dedicar sistematicamente à leitura com o objetivo de aprofundar suas reflexões sobre temáticas determinadas.

[...] Agora que posso tomar notas em cadernos, vou ler de acordo com um plano e aprofundar determinados argumentos e não mais ‘devorarei’ os livros. Penso que somente excepcionalmente, para alguns livros de atualidade que não conheço a existência [...]. Já escrevo na cela. Por enquanto faço traduções, para acostumar a

⁶ [...] ‘Sono assillato (...) da questa idea: che bisognerebbe far qualcosa *‘für ewig’*...’ – Chiede – ma per ora non ottiene – che gli sia concesso in cella l’occorrente per scrivere. Decide di riprendere lo studio delle lingue. Il 20 marzo è nuovamente interrogato dal giudice istruttore Macis (GERRATANA, 2007b, p. LXII).

⁷ Muito se especula sobre a natureza da relação entre Gramsci e Tatiana. Fiori (1979), um dos biógrafos mais renomados sobre a vida de Gramsci, não menciona a existência de uma relação extraconjugal ou amorosa entre eles.

mão, enquanto coloco ordem nas minhas idéias (LC, 2008, p. 151)⁸.

A prisão de Gramsci, em novembro de 1926, não se caracterizou apenas como um marco divisor de sua produção em textos pré-carcerários e carcerários. Ela foi o início de um período de pouco mais de dois anos (novembro de 1926 a fevereiro de 1929) no qual se viu privado da possibilidade de escrever. O primeiro plano de estudos desenvolvido e apresentado por carta a Tatiana permaneceu “engavetado” até o início da redação dos *Cadernos*, em fevereiro de 1929. Ainda que tenha se mantido atualizado dos fatos cotidianos por meio da leitura dos jornais e tenha lido regularmente os livros aos quais teve acesso no cárcere, o período anterior a 1929 não lhe propiciou um ambiente intelectual “sadio”, no qual pudesse se dedicar à reflexão. É necessário considerar que as constantes transferências de uma prisão a outra, e as longas e dificultosas viagens, aliadas à angustiante imprecisão sobre o futuro perante os julgamentos, não configuraram o cenário propício à análise e reflexão de temas de ordem teórica ou histórica (GERRATANA, 2007c; COUTINHO, 1999).

[...] Gramsci inicia a redação dos *Cadernos*, no cárcere de Turi, em 8 de fevereiro de 1929, exatamente dois anos e três meses depois da prisão (8 de novembro de 1926). A lentidão desta gestação dependeu, em parte, das condições externas. Prisioneiro daquele regime no qual o marxismo era considerado crime, ele sabia que deveria estar preparado para tudo [...] (GERRATANA, 2007c, p. XV)⁹.

A condenação imposta a Gramsci pelo Tribunal Especial de Roma e sua transferência para a casa penal de Turi conspiraram para a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento da atividade intelectual. Ainda que as condições carcerárias não pudessem ser tomadas como um ambiente intelectual ideal, Gramsci construiu, em meio à adversidade, uma vasta obra teórica na qual

⁸ [...] Adesso che posso prendere degli appunti di quaderno, voglio leggere secondo un piano e approfondire determinati argomenti e non più ‘divorare’ i libri. Penso che solo eccezionalmente, per qualche bel libro di attualità, di cui io non posso conoscere l'esistenza [...]. Scrivo già in cella. Per adesso faccio solo delle traduzioni, per rifarmi la mano: intanto metto ordine nei miei pensieri [...] (LC, 2008, p.151).

⁹ [...] Gramsci inizia la stesura dei *Quaderni*, nel carcere di Turi, l'8 febbraio 1929, esattamente due anni e tre mesi dopo l'arresto (8 novembre 1926). La lentezza di questa gestazione dipende solo in parte da condizioni esterne. Prigioniero di quel regime in cui il marxismo è diventato un reato, egli sa di dover essere preparato a tutto [...] (GERRATANA, 2007c, p. XV).

discutiu os principais temas relativos ao desenvolvimento da Itália no século XIX. A obra carcerária de Gramsci é composta por dois tipos de textos: os epistolares, um conjunto de cartas redigidas a partir de sua prisão em 1926 e endereçadas a familiares, amigos e colaboradores; e as notas dos Cadernos, que contêm as reflexões teóricas desenvolvidas por Gramsci a partir de 1929.

Com um plano de estudo de longa data, apresentado a Tatiana na carta de 19 de março de 1927, Gramsci objetivava a compreensão do desenvolvimento italiano em suas diferentes faces. Ao iniciar a redação dos Cadernos em 1929, reviu seu plano de estudos e apresentou esta segunda versão a Tatiana na carta de 25 de março de 1929. Nesta, solicitou que Tatiana providenciasse e lhe enviasse diversos livros que julgava necessários para desenvolver seu plano de estudos. Dentre estes estavam as obras de Benedetto Croce, Gaetano Salvemini, e Antonio Labriola, assim como a *Storia delle dottrine economiche* de Marx, além de tratados sobre a história italiana, economia e democracia e outros livros sobre o Vaticano e o capitalismo moderno (LC, 2008, p. 156).

A lista era composta por 27 títulos, para além de outros que ele mencionou, e tinha como base o plano de estudo. Os títulos solicitados estavam relacionados a temas específicos de seu plano de estudo, em especial à história do desenvolvimento italiano e suas relações com os modelos econômicos. Para proceder a esses estudos de caráter histórico, Gramsci se propôs a tratar de três temas primeiramente: a formação e o desenvolvimento dos grupos de intelectuais, as questões relativas à história e à historiografia, como teoria da história, e à questão do americanismo e do modelo de produção americano predominante, o fordismo.

[...] Estou decidido de me ocupar prevalentemente e de escrever sobre três argumentos: - 1º A história italiana no século XIX, com atenção especial para a formação e desenvolvimento dos grupos de intelectuais; - 2º A teoria da história e da historiografia; - 3º O americanismo e o fordismo [...] (LC, 2008, p. 156)¹⁰.

¹⁰ Ho deciso di occuparmi prevalentemente e di prendere note su questi tre argomenti: – 1º La storia italiana nel secolo XIX, con speciale riguardo della formazione e dello sviluppo dei gruppi intellettuali; – 2º La teoria della storia e della storiografia; – 3º L'americanismo e il fordismo (LC, 2008, p. 156).

A concretização e o cumprimento dos planos de estudos propostos por Gramsci resultaram em um conjunto sistemático de notas divididas em diversas temáticas¹¹. Os Cadernos do Cárcere, como ficaram conhecidos historicamente, compreendem um conjunto de 29 Cadernos escolares, que foram preenchidos em alguns casos simultaneamente. Esses cadernos eram cedidos a Gramsci pela diretoria do Cárcere e sempre vinham com o número de identificação prisional de Gramsci (7047), o carimbo da *Casa Penal Especial de Turi* e a assinatura do Diretor. Ainda que Gramsci tivesse um plano de estudo, este não foi executado de forma linear e progressiva, resultando em uma espécie de mosaico, no qual cada Caderno representa uma pequena parte. Isso é decorrente do fato de que Gramsci dispunha de mais de um caderno por vez, o que lhe permitia fazer anotações em cadernos diferentes em um mesmo período, da mesma forma com que era possível a ele anotar em um mesmo período temas diferentes em um mesmo Caderno.

2.1.2. As fases de redação e a classificação dos *Quaderni del Carcere*

Uma das Grandes contribuições da *Edizione critica* organizada por Gerratana para os estudos do pensamento de Gramsci foi o trabalho de datação dos Cadernos. Essas indicações de ordem cronológica, para além de determinar quando as notas foram escritas, permite aos estudiosos analisar o processo de desenvolvimento de suas ideias a partir da própria confrontação entre as diferentes versões de redação das notas. A datação dos QC permite também ao leitor se situar no processo de produção dos Cadernos a partir da imersão do leitor no processo de construção e desconstrução de uma perspectiva teórico-filosófica, como aquela que Gramsci foi desenvolvendo ao longo de suas reflexões. Dessa forma, apreender a fluidez do pensamento de Gramsci no tempo, constitui um recurso importante para a análise de seu amadurecimento intelectual, da gênese de sua teoria e da lógica de suas proposições teóricas.

¹¹ Tomando como base a *Edizione Critica* organizada por Valentino Gerratana, edição de 2007, as notas dos Cadernos ocupam mais de 2300 páginas que correspondem aos 3 primeiros volumes da edição.

A atividade intelectual desenvolvida por Gramsci no cárcere teve sempre como ponto limitador, a sua condição de saúde. As duras condições de vida, somadas à sua frágil saúde frequentemente acarretavam graves crises, que influenciaram não só no processo de redação dos Cadernos como também exerceram influência sobre o resultado de sua reflexão. Tomando como critério a cronologia dos textos e a cronologia da vida de Gramsci, a redação dos Cadernos pode ser dividida em três momentos distintos: o primeiro entre 1929 e 1931, o segundo entre 1931 e 1933 e o terceiro momento entre os anos de 1934 e 1935 (GERRATANA, 2007c; MORDENTI, 2010).

As fases de redação estão ligadas ao amadurecimento do Plano de Estudos elaborado por Gramsci e podem ser analisadas como parte do processo e elaboração de sua pesquisa. A primeira fase é composta por notas, redigidas de memória ou estimuladas por alguma leitura, notas redigidas ao “correr da pena”, sem preocupações relacionadas ao estilo, ou mesmo na sua inserção em um texto acabado. Essas anotações eram reflexões sobre temas variados, indicações de temas e textos que precisariam ser lembrados posteriormente e que foram preenchendo os primeiros Cadernos sem uma sistematicidade no seu processo de elaboração, como é possível perceber pela terceira nota do primeiro Caderno.

§ (3). *Relação entre Estado e Igreja*. O “Vorwärts” de 14 de junho de 1929 em um artigo sobre a Concordata entre a Cidade do Vaticano e a Prússia (escreve) que “Roma considerou caduca (a legislação precedente que já constituía um concordato) após as mudanças política ocorridas na Alemanha”. Este poderá ser um precedente muito importante a recordar (QC 1, § 3, p. 7)¹².

Essa nota foi retomada no QC 16 (1932-1933) como parte de uma discussão maior, inserida em meio aos ***Argomenti di Cultura I***, quando no § 11 discutiu a relação entre a Igreja e o Estado por aproximadamente onze páginas, com destaque para a posição assumida pelo Vaticano ante as mudanças políticas e territoriais ocorridas na Europa após a Primeira Guerra Mundial. Esse exemplo demonstra a importância da primeira fase de redação dos Cadernos, mas também

¹² § (3). *Rapporti tra Stato e Chiesa*. Il ‘Vorwärts’ del 14 giugno 1929 in un articolo a proposito del Concordato tra la Città del Vaticano e la Prussia (scrive) che ‘Roma ha ritenuto fosse decaduta (la legislazione precedente che già costituiva di fatto un concordato) in seguito ai cambiamenti politici intervenuti in Germania’. Questo potrebbe essere un precedente molto importante e da ricordare (QC 1, § 3, p. 7).

delimita o seu âmbito, não só temporal, mas também físico naquele que poderíamos nomear de *Corpus* da obra de Gramsci.

Ainda que muitos textos da primeira fase tenham sido mantidos intactos e não tenham sido reelaborados em outras notas, pelo fato de que Gramsci não teve tempo de voltar a eles, ou porque os considerou “prontos”, é necessário tomar os primeiros escritos dos Cadernos como parte do processo de elaboração de uma obra maior, como parte da pesquisa de Gramsci. Esta tinha como objetivo fundamental aprofundar as discussões a partir de um plano previamente elaborado em que os argumentos a serem desenvolvidos se encontravam predeterminados sem, necessariamente, servirem como uma camisa de força (MORDENTI, 1996).

Na primeira fase de redação dos Cadernos, iniciada em fevereiro de 1929, Gramsci completou dez Cadernos, três dedicados exclusivamente a exercícios de tradução. O início da redação dos QC foi um período conturbado e Gramsci dedicava grande parte de seu tempo aos exercícios de tradução, como uma forma de superar as adversidades da vida carcerária. Somente na segunda metade daquele ano Gramsci conseguiu impor um ritmo regular de trabalho, equilibrando o desenvolvimento de seu Plano de Estudo e a execução dos exercícios de tradução. Essas primeiras reflexões podem ser caracterizadas como análises amplas e generalistas dos assuntos tratados e são dotadas de uma contínua fragmentação característica de anotações pessoais de um estudioso que mais tarde desenvolveria seus argumentos com precisão (GERRATANA, 2007c).

Outro elemento importante é a presença de ideias e argumentos que, em sua imediatez, fogem ao plano de estudos previamente elaborado e se expandem para novos temas, surgidos em decorrência da exploração dos temas iniciais. Esta é uma característica do trabalho gramsciano, que se aprofunda na compreensão das particularidades do objeto de análise sem perder o contato com a totalidade do fenômeno analisado. Essa questão dos “desvios” era vivenciada por ele com certa cautela, o que demonstra a consciência que tinha do caminho teórico que estava trilhando (GERRATANA, 2007c).

O trabalho da primeira fase de redação dos Cadernos se estendeu até agosto de 1931. O sentimento de solidão aumentou na medida em que Gramsci se recolheu à cela para evitar conflitos com outros presos políticos, cujas ideias e

perspectivas ideológicas não eram compatíveis com as suas críticas às orientações do PC de Moscou (GERRATANA, 2007c). Esses momentos ou acontecimentos despertaram em Gramsci a necessidade de avançar em sua proposta de estudos e desenvolver um trabalho diferente daquele que havia iniciado.

[...] Pode-se dizer que já não tenho mais um verdadeiro programa de estudos e de trabalho, o que, naturalmente, devia acontecer. Tinha me proposto pensar uma certa série de questões, mas devia acontecer que, num certo ponto, a uma fase de trabalho e de elaboração que requer grandes bibliotecas. Isto não quer dizer que perca completamente o tempo, mas o fato é que não tenho mais grandes curiosidades por determinadas direções gerais, pelo menos por ora. Quero lhe dar um exemplo: - uma das questões que mais me interessam nestes últimos anos foi estabelecer alguns aspectos característicos na história dos intelectuais italianos. Este interesse nasceu, por uma parte, do desejo de aprofundar o conceito de Estado e, por outra parte, de compreender alguns aspectos do desenvolvimento histórico do povo italiano [...] (LC, 2008, p. 259)¹³.

Nesse excerto da Carta a Tatiana de 3 de agosto de 1931, Gramsci apresentou uma nova perspectiva de trabalho para suas pesquisas, para a qual necessitaria de uma vasta biblioteca, para o trabalho de documentação e de fundamentação de suas reflexões. Gramsci assinalava a necessidade de se dedicar a um tema específico, aprofundando suas análises gradualmente sem se deixar levar pela curiosidade sobre temas decorrentes de seu trabalho principal. Nesse mesmo dia, Gramsci sofreu uma crise de saúde, o que lhe exigiu repouso absoluto (GERRATANA, 2007c). Dada à sua condição de saúde, abandonou os exercícios de tradução e se dedicou exclusivamente à sua pesquisa e ao trabalho dos Cadernos. Reformulou seu plano de trabalho e iniciou a redação do QC 8 com o título de ***Note sparse e appunti per una storia degli intellettuali italiani***.

¹³ [...] Si può dire che ormai non ho più un vero programma di studi e di lavoro e naturalmente ciò doveva avvenire. Io mi ero proposto di riflettere su una certa serie di quistioni, ma doveva avvenire che a un certo punto queste riflessioni avrebbero dovuto passare alla fase di una documentazione e quindi ad una fase di lavoro e di elaborazione che domanda grandi biblioteche. Ciò non vuol dire che perda completamente il tempo, ma, ecco, non ho più delle grandi curiosità in determinate direzioni generali, almeno per ora. Ti voglio dare un esempio: – uno degli argomenti che più mi ha interessato in questi ultimi anni è stato quello di fissare alcuni aspetti caratteristici nella storia degli intellettuali italiani. Questo interesse nacque da una parte dal desiderio di approfondire il concetto di Stato e dall'altra parte di rendermi conto di alcuni aspetti dello sviluppo storico del popolo italiano [...] (LC, 2008, p. 259).

Nos primeiros parágrafos apresentou uma espécie de metodologia, na qual forneceu indicações para a leitura dos Cadernos e apresentou os argumentos que seriam desenvolvidos (Q. 8, p. 435-436). Esse trabalho resultou na elaboração de cadernos dedicados a uma única temática, que ficaram conhecidos como Cadernos Especiais.

Até esse momento Gramsci havia preenchido parcialmente sete cadernos, que constituem a primeira fase de Redação. A carta a Tatiana, redigida em 3 de agosto de 1931, e uma crise de saúde, ocorrida naquela noite, marcam o início da segunda fase de elaboração dos QC que iria se estender até o fim de 1933, somando mais dez cadernos. Da mesma forma que entre os sete primeiros cadernos, alguns estavam incompletos e foram sendo preenchidos gradativamente, nesses dez ocorreu o mesmo e alguns somente foram completados na terceira fase de redação. Na segunda fase, Gramsci trabalhou concomitantemente em cadernos com anotações de temas gerais compostos por diversas notas e cadernos com temas específicos (GERRATANA, 2007c).

A nova proposta de trabalho de Gramsci permitiu, além da determinação de diferentes fases de redação, uma classificação dos cadernos por ele redigidos, assim, como ele mesmo apontou, são *Cadernos Miscelâneos* e *Cadernos Especiais*. A grande diferença entre eles está no conteúdo, enquanto nos *Cadernos Especiais* Gramsci se dedicou a recolher as notas anteriormente produzidas e a aprofundar suas reflexões sobre um único tema, nos *Cadernos Miscelâneos* tratou de diferentes temas em um mesmo caderno, seguindo sempre a mesma sistemática, revisando as notas escritas anteriormente e reescrevendo-as. Para cada texto revisto e incorporado em um novo Caderno, Gramsci cuidadosamente tratou de cancelá-los com um pequeno risco que, todavia, não inviabilizou a sua leitura (GERRATANA, 2007c; MORDENTI, 1996; COUTINHO, 1999).

Essa iniciativa tornou possível a classificação de seus textos pelo período de redação, da mesma forma como possibilitou classificar os Cadernos por propostas de trabalho e conteúdo. O cuidado de Gramsci para reler os cadernos antigos e a reelaborar seus argumentos está circunscrito naquilo que ele insistiu em determinar como “caráter provisório” de suas anotações, indicando que os escritos, como foram elaborados, não tinham como última finalidade uma

publicação na forma em que se encontravam. Essas advertências podem ser a origem de outra discussão, que diz respeito aos trabalhos editoriais que deram origem as diferentes edições dos textos de Gramsci disponíveis à estudiosos e pesquisadores.

Nesse ritmo de trabalho, que desacelerava, Gramsci, em meio a construção e desconstrução de suas formulações, foi acometido por outra crise de saúde em março de 1933. Durante todo o ano, Tatiana persistiu na tentativa de transferir Gramsci para uma clínica de saúde especializada, insistindo com o governo fascista na necessidade da visita de um médico a Gramsci no cárcere. A cada moção negando seu pedido, as condições de saúde de Gramsci pioravam e o ritmo de trabalho nos cadernos foi diminuindo gradativamente (GERRATANA, 2007b).

Em função de complicações de saúde, Gramsci foi transferido em regime de liberdade condicional para uma clínica na cidade de Formia, sob forte vigilância policial. Esse evento estabeleceu o início da terceira fase de redação dos Cadernos, que foi do fim de 1933 até 1935, quando foi transferido de Formia para uma Clínica privada em Roma durante o mês de Agosto. Com a saúde fragilizada e pouca disposição para escrever, diminuiu muito o ritmo de redação dos Cadernos. Durante esse período e no ano de 1935, embora tenha trabalhado em diversos cadernos, praticamente cessou a redação daqueles que ainda se encontravam inacabados (GERRATANA, 2007c).

Na terceira fase Gramsci iniciou a redação de outros 12 Cadernos, que ficaram incompletos, alguns com poucas páginas preenchidas. Nessa fase, assim como na segunda, continuou a produzir novas notas e a integrar os textos elaborados anteriormente. Ainda que estivesse lúcido, as condições físicas inviabilizavam o trabalho de redação dos Cadernos. Quando conquistou a liberdade plena em abril de 1937, foi novamente acometido por uma crise de saúde e faleceu no dia 27 do mesmo mês. Os últimos dois anos de sua vida foram difíceis e pouco ou nada tiveram a acrescentar ao trabalho dos Cadernos que, praticamente haviam sido encerrados ao fim de 1935. Esse último período consiste na fase mais elaborada dos escritos e é também a parte mais incompleta das notas, aquela na qual por motivos de saúde Gramsci foi forçado a desapegar

do trabalho de redação, abandonando seu projeto incompleto (GERRATANA, 2007c).

Ao elaborar a *Edizione Critica*, publicada em 1975, Gerratana, por uma questão de organização, classificou as notas redigidas por Gramsci em três grupos, as que permaneceram com uma única redação e não foram revisadas durante as duas últimas fases de redação; as notas que são resultado do trabalho de reelaboração dos argumentos; e as notas que foram canceladas por Gramsci, porque foram revistas e inseridas em textos nos cadernos da segunda e terceira fase (GERRATANA, 2007c; MORDENTI, 1996; BARATTA, 2004).

A classificação das notas elaboradas por Gerratana deu origem aos denominados textos “A”, “B” e “C”. Os Textos “A” compreendem o conjunto de textos que Gramsci cancelou, pois os utilizou em um trabalho de redação mais elaborado e estão presentes em cadernos sucessivos à sua redação original, como é o caso de muitas notas do Caderno 1, que reaparecem em diversos cadernos, a partir do QC 10. Os textos “B” se configuram como o grupo de textos de redação única, aos quais Gramsci não incorporou os textos “A”. Esses textos podem ser encontrados em quase todos os Cadernos, do QC 1 ao QC 29, que é composto somente por textos “B”. Os textos “C” são os textos constituintes do grupo das reelaborações e, portanto, são textos que agregaram os textos “A”, e compreendem um trabalho mais elaborado, ainda que possam ser tomados como inacabados. Os textos “C” compreendem a última elaboração de Gramsci, e aparecem pela primeira vez no QC 10, quando em uma espécie de sumário Gramsci retomou alguns textos do QC 8 (GERRATANA, 2007c; MORDENTI, 1996; BARATTA, 2004).

A produção carcerária de Gramsci recebeu diversas classificações, seja pelas fases de redação, seja pelos tipos de Cadernos (Miscelâneos e Especiais), ou pelo tipo de texto que os Cadernos são compostos (“A”, “B” e “C”). Essas classificações foram estabelecidas com o intuito de situar historicamente a produção dos textos de Gramsci, permitindo ao pesquisador estabelecer o processo de amadurecimento das reflexões gramscianas. Deve-se ter em conta, no entanto, que são interpretações propostas e que, de uma forma ou de outra, acabaram canceladas pela tradição dos estudos gramscianos e que não se constituem como um grilhão dos estudos e interpretações de sua obra, mas

servem de ponto de partida para uma reflexão que é datada e deve ser analisada a partir de sua contextualização.

2.1.3. A publicação dos *Quaderni del Carcere* na Itália e no Brasil

A “história” da publicação dos *Quaderni del Carcere* iniciou logo após a morte de Gramsci em 25 de abril de 1937, quando Tatiana empreendeu uma jornada com o objetivo de salvaguardar a herança intelectual do pensador italiano. Tatiana, mesmo com o pedido de Gramsci para que seus manuscritos fossem entregues para sua esposa Giulia, entrou em contato com Piero Sraffa e solicitou que ele assumisse a responsabilidade de preparar e organizar os manuscritos para uma eventual publicação. Sraffa recusou a tarefa por dois motivos: primeiro, a impossibilidade de publicá-los na Itália naquele período e, segundo, a certeza que Sraffa tinha acerca da importância dos manuscritos para os dirigentes do PC, em especial Togliatti. Sraffa sugeriu então que Tatiana entregasse os manuscritos ao PC em Moscou. (GERRATANA, 2007c; MORDENTI, 1996).

Para executar tal tarefa, Tatiana, como critério de controle, etiquetou e numerou todos os Cadernos. Como dois cadernos já possuíam na capa uma numeração em algarismos romanos feita por Gramsci, ela sistematicamente numerou os outros da mesma forma preservando aqueles que já estavam numerados¹⁴. O conjunto dos QC contava então com 33 Cadernos, dos quais 4 continham apenas os exercícios de tradução. Essa numeração, etiquetada por Tatiana não teve como objetivo estabelecer uma ordem, de cunho cronológico ou temático, contudo tinha como fim único servir de instrumento de catalogação para que o material não fosse extraviado ou perdido (GERRATANA, 2007c).

Ainda em 1937, Tatiana procedeu a uma primeira tentativa de enviar os manuscritos a Moscou em 6 de julho, mas alguns problemas na remessa acabaram inviabilizando a transferência. Assim, os manuscritos foram guardados em um “lugar seguro” em Roma até julho de 1938, quando foram transferidos

¹⁴ Trata-se dos Cadernos n. III (QC 28) – *Lorianismo*; e o n. IV bis (QC 18) intitulado *Niccolò Machiavelli II* (GERRATANA, 2007c).

para Moscou, e de lá saíram as primeiras fotocópias que chegaram rapidamente a Togliatti que, estando na Espanha, prontamente começou a estudá-los junto a outros companheiros, formulando assim o projeto de publicação da primeira edição dos Cadernos (GERRATANA, 2007c; MORDENTI, 1996).

Ainda que Togliatti tenha assumido a função de estudar os manuscritos gramscianos e de prepará-los para a publicação, esta não teria sido concretizada caso Tatiana não tivesse empreendido um grande esforço para salvaguardar a herança intelectual do marxista italiano, uma vez que antes da morte de Gramsci pouco se sabia da existência dos manuscritos. Piero Sraffa tinha conhecimento dos manuscritos pela sua interlocução com Gramsci, mas era Tatiana quem sabia da preciosidade e da importância dos Cadernos. Togliatti, entretanto, não sabia da existência e não tinha conhecimento das temáticas tratadas por Gramsci nos manuscritos. Ele tomou conhecimento do fato de que Gramsci estava escrevendo, por intermédio de uma carta enviada a ele por Sraffa (MORDENTI, 1996)¹⁵.

Dez anos após o primeiro contato de Togliatti com os manuscritos de Gramsci, o trabalho de organização e os estudos empreendidos por ele deram origem à denominada Edição Temática dos QC. A edição recebeu essa denominação em função da natureza do trabalho de organização ao qual Togliatti submeteu os textos gramscianos, que foram agrupados de acordo com as suas temáticas, originando seis volumes publicados pela Editora Einaudi entre 1948 e 1951. O projeto de publicação da herança literária de Gramsci contemplava, para além dos textos dos Cadernos, a publicação as Cartas enviadas por ele a seus familiares e colaboradores. Para tanto, antes da publicação dos QC em 1948, foi publicado em 1947 um volume intitulado como ***Lettere dal carcere*** com algumas dessas Cartas (GERRATANA, 2007c; MORDENTI, 1996; GERRATANA, 1997).

O primeiro volume da Edição Temática dos QC foi publicado em 1948 com o título de ***Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce***, e reuniu as análises e críticas de Gramsci ao pensamento filosófico e à teoria da história de

¹⁵ Raul Mordenti (1996) apresenta o excerto de uma carta de Togliatti a Piero Sraffa datada de Maio de 1937, na qual Togliatti afirmava seu desconhecimento acerca dos manuscritos carcerários de Gramsci e na qual já perscrutava uma possível publicação: “Per quanto io so, gli scritti del carcere sarebbero in luogo sicuro e verrebbero a poco a poco trasmessi qui. No ho però nessuna idea, nemmeno approssimativa di essi. Di che si tratta. Sono essi redatti in modo che sia possibile una pubblicazione entro un termine relativamente breve. Che lavoro vi sarà da fare su di essi ecc. Su tutte queste cose desidererei avere da te dei chiarimenti” (MORDENTI, 1996, p. 16).

Benedetto Croce. O segundo volume agregou os textos relativos às reflexões gramscianas sobre os intelectuais, publicado sob o título de ***Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura***, em 1949. No mesmo ano, foram publicados o terceiro e o quarto volume da edição. O terceiro, com os textos sobre a história do desenvolvimento italiano no século XIX, sob o título de ***Il Risorgimento***¹⁶ e ***As notas sobre o pensamento de Maquiavel e a organização do Estado Moderno*** compuseram o quarto volume, intitulado de ***Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno*** (GERRATANA, 2007c; MORDENTI, 1996).

Em 1950, foi lançado o quinto volume que, com o título de ***Letteratura e vita nazionale***, continha, além das notas do cárcere sobre a temática, as Crônicas Teatrais publicadas no Jornal ***L'Avanti***, escritas entre 1916 e 1920. O sexto volume da Edição Temática, intitulado de ***Passato e presente***, foi lançado em 1951 e continha também um Apêndice com uma espécie de índice dos temas dos QC (GERRATANA, 2007b; MORDENTI, 1996). Se de um lado essa organização da edição por temas teve o mérito de facilitar o acesso dos leitores ao pensamento de Gramsci, por outro ela possuía fins políticos justificados pelas condições especiais nas quais os QC foram redigidos. A organização temática proporcionou uma espécie de hierarquia temático-teórica do pensamento de Gramsci, em que a filosofia e, em especial, o marxismo receberam destaque, sendo os primeiros escritos a serem divulgados. Seguidos pelos temas da cultura e dos intelectuais, tomados como um tema à parte, até mesmo sem conexão com o pensamento filosófico. As outras temáticas seguem a mesma lógica de apresentação, valorizando a história, depois a política e a literatura italiana, assim como as notas esparsas sobre temas diversos (MONASTA, 1993; BIANCHI, 2007; MONASTA, 2010).

As escolhas de Togliatti, além de direcionar a leitura e estabelecer uma hierarquia entre as temáticas, foram construídas sobre uma determinada ideologia, a comunista. Na condição de dirigente do PCI, Togliatti aproveitou a herança intelectual de Gramsci para reafirmar e renovar os ideais comunistas, então desgastados pelos diversos embates com o fascismo e a social democracia

¹⁶ O *Risorgimento* (Ressurgimento) foi o movimento político que se desenvolveu entre 1825 e 1879, a partir do qual se deu o processo de unificação da Itália. As análises de Gramsci sobre o *Risorgimento* permitem a compreensão dos problemas estruturais de ordem político-econômica decorrente das alianças desenvolvidas pela burguesia entre as classes envolvidas no processo de formação e desenvolvimento do Estado italiano (SCHLESENER, 2007).

(MUSITELLI, 1996). Dessa forma, é possível afirmar que a edição temática serviu de instrumento para a luta pela hegemonia política na Itália, de modo que as escolhas de Togliatti no processo de construção da edição não podem ser tomadas como ingênuas, pois era muito mais conveniente para o PC que Gramsci fosse lido como um crítico do idealismo de Croce e não como um crítico das concepções ideológicas e decisões tomadas pelos dirigentes do PC, como o próprio Togliatti e até mesmo Bukharin¹⁷. Sobre essa questão, Raul Mordenti (2010) ao analisar o processo de elaboração das edições dos Cadernos e a influência de Togliatti sobre a leitura de Gramsci afirmou:

[...] Na construção de Togliatti daquilo que foi definido 'gramscianismo' o pensamento de Gramsci foi muitas vezes reduzido ao repertório de fórmulas decoráveis ('o nacional-popular', 'o Partido Moderno Príncipe', 'intelectual orgânico', 'hegemonia versus domínio', etc.), certamente útil para enfeitar discursos e comícios, mas não para orientar outras pesquisas originais e criativas (se pensarmos: é uma circunstância singular, que se deve atacar, o fato de que a pesquisa de Gramsci seja mantida completamente destituída de imitadores e continuadores!). Além disso, a mesma exigência de combater em seu próprio terreno Benedetto Croce e a hegemonia ideológica da burguesia o conduziu a reconstruir o caminho e quase aderir a ele, como exemplo, ao reestabelecer o ordenamento dos volumes da edição e as distinções disciplinares (filosofia, história, literatura, etc.) que Gramsci tinha apresentado a sua crítica e que não são concebidas a partir do ponto de vista ideológico (MORDENTI, 2010, p. 51-52)¹⁸.

¹⁷ A crítica de Gramsci às concepções teóricas de Bukharin pode ser lida no § 17 da segunda parte do QC 11 e estava voltada à redução que se fazia acerca do marxismo, tomando-o apenas uma teoria sociológica. Para Gramsci, esse tipo de posicionamento teórico, que condicionava o marxismo a um manual, uma cartilha de fácil acesso que difundisse o marxismo às massas, era uma ação perigosa, porque o esvaziava de sua principal característica: a crítica à sociedade burguesa, o que tornava a classe operária incapaz de impor a própria hegemonia (MUSITELLI, 1996).

¹⁸ [...] Nella costruzione da parte di Togliatti di ciò che fu definito 'gramscianesimo' il pensiero di Gramsci veniva troppo spesso ridotto a repertorio per poche formulette mandate a memoria ('il nazionale-popolare', 'il Partito moderno Principe', 'l'intellettuale organico', 'egemonia versus dominio', etc.), certo utili per infiorare discorsi e comizi ma non per orientare altre ricerche originali e creative (se ci riflettiamo: è una circostanza singolare, che ci deve colpire, il fatto che la *ricerca* di Gramsci sia rimasta del tutto priva di emuli e prosegutori!). Inoltre, la stessa esigenza di contrastare sul suo terreno Benedetto Croce e l'egemonia ideologica della borghesia condusse a ripercorrerne la strada e quasi ad aderirvi, ad esempio reintroducendo nell'ordinamento dei volumi dell'edizione le distinzioni 'disciplinari' (filosofia, storia, letteratura, etc.) che Gramsci aveva invece di fatto sottoposto alla sua critica e che non sono affatto scontate né prive di conseguenze dal punto di vista ideologico (MORDENTI, 2010, p. 51-52).

O Antonio Gramsci apresentado por Togliatti era caracterizado como um pensador que produziu uma obra dentro de uma hierarquia temática na qual os diferentes temas e assuntos estavam submetidos e eram desenvolvidos por intermédio de uma discussão linear, progressiva e sistemática dos fenômenos analisados. A edição temática elaborada por Togliatti extraiu da obra gramsciana a contradição, o fragmentário e substituiu a rudez com que as notas foram elaboradas e deixadas nos originais dos Cadernos, pela imagem de um pensamento gramsciano cuidadosamente lapidado por seu autor (MORDENTI, 1996; MUSITELLI, 1996; BARRATA; 2005).

A edição temática dos QC foi publicada no pós-guerra e serviu à ideologia do PC e aos ideais políticos de Togliatti de diversas formas, com destaque para três condições: a) por meio da edição temática dos QC, era reafirmada a dignidade moral e intelectual da posição comunista; b) o pensamento de Gramsci, acessível às classes subalternas, servia para o PCI como uma base ideológica genuinamente nacional, fundamentada na história cultural da Itália; c) o pensamento de Gramsci desencadeou um processo de formação dos quadros para um novo Partido de massa, uma vez que a leitura dos textos de Gramsci desenvolvida pelos militantes na escola do partido permitia a formação e a adoção de uma nova metodologia de análise, agregando novas habilidades de estudo e novas formas de expressão (MORDENTI, 1996; MUSITELLI, 1996; BARRATA; 2005).

Em função das polêmicas acerca das inconsistências da edição temática elaborada por Togliatti, o *Istituto Gramsci* confiou a Valentino Gerratana a tarefa de coordenar o trabalho de organização de uma nova edição dos QC¹⁹. Essa edição, nomeada de *Edizione Critica*, foi pensada com o propósito de restaurar a originalidade dos QC, a partir de um trabalho filológico que objetivou o estudo dos Cadernos para estabelecer a sua datação, restaurando a ordem cronológica em

¹⁹ Em 1950, em Roma, foi constituída a **Fundação Antonio Gramsci** que tinha o propósito de recolher documentos relativos à obra e ao pensamento de Antonio Gramsci, facilitando e incentivando as pesquisas sobre a história do movimento operário nacional e internacional. Em 1954, a Fundação Gramsci foi renomeada como *Istituto Gramsci* e os trabalhos de constituição de um arquivo teve início com livros e revistas que tinham relação com Gramsci. Nos anos 1960 o arquivo agregou os manuscritos gramscianos relativos aos *Quaderni del Carcere* e as *Lettere dal carcere*. No ano de 1982 foi instituída a *Fundação Instituto Gramsci* que herdou os arquivos do Instituto Gramsci. Faz parte também do acervo o Arquivo Histórico do Partido Comunista Italiano (1921-1991) que foi incorporado ao acervo do Instituto em 1994.

que Gramsci os redigiu. O trabalho coordenado por Gerratana foi iniciado em 1957 (MACCIOCCI, 1980), finalizado em 1975 e publicado no mesmo ano pela editora Einaudi sob o título de ***Quaderni del carcere – Edizione Critica dell'Istituto Gramsci***. Esse trabalho resultou em um conjunto de quatro volumes, em que os três primeiros reproduzem integralmente as notas dos cadernos e o quarto volume, o ***Apparato Critico***, é dedicado exclusivamente à caracterização e à apresentação da datação e de elementos analíticos sobre os argumentos, tipos de textos e referências utilizadas por Gramsci (GERRATANA, 2007b; MORDENTI, 1996; MUSITELLI, 1996).

A publicação integral das notas do QC na *Edizione Critica* constituiu um marco divisor nos estudos sobre o pensamento de Gramsci, porque revelou a evolução e o processo de amadurecimento das reflexões gramscianas, permitindo aos leitores e estudiosos compreender a complexidade na qual as notas carcerárias foram escritas. O grande mote desta edição foi o trabalho de determinação do período de redação de cada Caderno, que tomou como critério as poucas menções temporais apontadas por Gramsci, as indicações de liberação dos cadernos pelo Diretor da Prisão e as referências citadas. A datação desmistificou a organização temática elaborada por Togliatti e revelou a complexa descontinuidade textual das reflexões gramscianas e o trabalho constante de reelaboração das notas e dos argumentos (GERRATANA, 2007c; MORDENTI, 1996).

Na tentativa de superar a edição togliatiana dos textos de Gramsci, a *Edizione critica* dos QC valorizou alguns elementos desconsiderados na edição anterior. O primeiro deles foi a reprodução dos textos dos cadernos em sua íntegra, mantendo a redação tal como ela se apresenta nos manuscritos. Dessa forma, todas as notas inseridas pelo editor aparecem em um volume separado, o *Apparato critico*. A reprodução das notas gramscianas em sua íntegra acabaram por tornar a *Edizione Critica* como um dos referenciais mais importantes para o estudo do pensamento gramsciano, configurando-se como um instrumento de leitura que permite ao leitor trilhar o caminho de pesquisa desenvolvido por Gramsci (GERRATANA, 2007c).

O segundo elemento foi a tentativa de preservação da cronologia de redação a partir da identificação do período em que as notas foram redigidas e da

datação dos QC, a *Edizione Critica* apresentou os textos organizados seguindo a sua condição original de redação. Os cadernos acabaram recebendo uma numeração adicional, que indicava a possível ordem de redação. Essa numeração passou a ser citada como referência para os cadernos e aparece sempre junto à primeira numeração estabelecida por Tatiana. São no total vinte e nove cadernos contendo as notas carcerárias, mais quatro utilizados para os exercícios de tradução. Ainda que a reconstrução da cronologia de redação seja determinada de forma quase inquestionável, ela determina, entretanto, a exatidão do período em que cada caderno começou a ser escrito.

[...] A reconstrução da ordem cronológica dos cadernos quase sempre foi possível, como se pode ver, sem graus significativos de incerteza, mas fica a advertência de que esta ordenação é para o início da redação dos vários cadernos, aos quais Gramsci, ao que parece trabalhava contemporaneamente, completando-os em alguns casos com uma grande diferença de tempo [...] (GERRATANA, 2007c, p. XXXVI)²⁰.

Com o intuito de facilitar o acesso do leitor à obra de Gramsci, em seus diferentes períodos e nas suas constantes reconstruções, a *Edizione Critica*, além de publicar o conteúdo dos QC na íntegra, optou por assinalar os textos que foram reelaborados por Gramsci (Textos A), distinguindo-os dos outros textos (Textos B e C) pelo tamanho dos caracteres impressos. Nos manuscritos originais, Gramsci indicou o cancelamento dessas notas “A” com um fino traço que, no entanto, não impedia a leitura. Os textos que foram analisados, retomados e reelaborados por Gramsci a partir da segunda fase da redação, recebem o tratamento tipográfico e uma indicação no fim do parágrafo, que remete o leitor ao Caderno e ao parágrafo em que a nota reaparece. As notas dos Cadernos foram reproduzidas página a página, conservando a sua disposição original, sendo para tanto indicado à margem do texto a numeração da página original (GERRATANA, 2007c).

²⁰ [...] La ricostruzione dell'ordine cronologico dei quaderni è stata possibile quasi sempre, como si vedrà, senza apprezzabili margini d'incertezza, ma è da avvertire che tale ordine riguarda solo l'inizio della stesura dei diversi quaderni, ai quali però Gramsci, a quanto risulta, lavorava spesso contemporaneamente, completandoli in alcuni casi a grande distanza di tempo [...] (GERRATANA, 2007c, p. XXXVI).

Nos manuscritos gramscianos quase todas as notas são identificadas pelo sinal indicativo de parágrafo (§) seguido frequentemente por um título. Com o objetivo de facilitar a consulta ao texto de Gramsci, a *Edizione Critica* dos QC manteve as indicações originais acrescentando a elas um número indicando o parágrafo, progressivamente. Para os casos em que Gramsci não pôs as indicações, a marcação e a numeração foram introduzidas. Em alguns cadernos fez anotações entre as linhas ou ao lado da página, essas anotações foram inseridas no texto entre o símbolo de colchetes “[]”. Além desses indicadores, a proposta da *Edizione Critica* é respeitar todas as particularidades do estilo de redação de Gramsci, preservando inclusive erros de ortografia, que quando detectados foram indicados em notas de rodapé (GERRATANA, 2007c).

Ainda que a proposta da edição crítica seja reproduzir o material integralmente, isso não ocorre com os quatro cadernos que contêm os exercícios de tradução desenvolvidos por Gramsci, com exceção de alguns exemplos deste exercício, que correspondem à tradução de excertos da obra de Marx e possuem uma relação especial com o conteúdo geral das notas dos Cadernos. Essa tradução é apresentada em uma das seções do quarto volume da edição, o *Apparato Critico*, que se constitui uma fonte analítica e sistemática de grande importância para o estudo dos QC, não apenas pelos seus índices, mas pela descrição analítica dos Cadernos, parágrafo a parágrafo.

No Brasil, a primeira edição dos Cadernos do Cárcere foi publicada na década de 1960, pela Editora Civilização Brasileira e se consistiu na tradução da Edição temática elaborada por Togliatti, desenvolvida por Luiz Mario Gazzaneo, responsável pelo primeiro volume, Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder responsáveis pela tradução dos demais. Ainda que ambos, juntamente com Enio Silveira, o editor-proprietário da Editora Civilização Brasileira, mantivessem na época uma vinculação político-partidária esquerda, foi à margem dos partidos políticos e nos meios intelectuais que se deu a apropriação do pensamento de Gramsci no Brasil (BIANCHI, 2007).

A publicação da primeira edição brasileira dos QC ocorreu entre os anos de 1966 e 1968 e foi o resultado de um processo de negociação entre a Editora Civilização Brasileira, na pessoa de seu editor-proprietário, e o *Istituto Gramsci*. Em decorrência das negociações entre ambas as partes, foi estabelecido o

consenso de que na edição brasileira seriam suprimidos dois volumes, **O Risorgimento** e **Passado e presente**. A tradução brasileira da Edição Temática de Togliatti foi composta pela apresentação de quatro volumes, em 1966 **Concepção dialética da história**, e em 1968 **Os intelectuais e a organização da cultura; Maquiavel, a política e o Estado moderno; Literatura e vida nacional**. O projeto de divulgação dos textos de Gramsci previa também a publicação de uma coletânea com Cartas do Cárcere. Essa coletânea se configurou como o primeiro conjunto de escritos de Gramsci traduzidos para o português, em 1966 (COUTINHO, 2009; SECCO, 2000; SECCO, 2002; BIANCHI, 2007).

Assim como ocorreu na Itália, as primeiras publicações dos textos de Gramsci foram orientadas por uma ideologia. A Edição temática elaborada por Togliatti valorizava determinados temas, indicando que Gramsci organizou seus estudos privilegiando certas temáticas em detrimento de outras. No Brasil, além da determinação da ordem dos textos que foram publicados, havia uma imagem acerca de Gramsci como intelectual, em especial como marxista.

Este primeiro ciclo tinha, para os seus idealizadores, um objetivo claro: apresentar ao leitor brasileiro um Gramsci especialmente filósofo e crítico literário, em que a dimensão estritamente política tinha um peso secundário. É neste sentido, por exemplo, que Gramsci é apresentado na introdução da primeira edição brasileira de *Materialismo Histórico* como aquele que ‘melhor definiu o verdadeiro caráter da filosofia marxista’. Quanto à dimensão teórico-política da sua obra, mencionada em poucas linhas, Gramsci era considerado – de comum acordo com a leitura togliatiana de 1958 – como um continuador direto do pensamento de Lênin (COUTINHO, 2009, p. 38).

Deve-se tomar como certo o fato de que, até aquele momento, a Edição Temática de Togliatti era a única existente e, portanto, influenciava a leitura e as interpretações do pensamento de Gramsci. No que se refere diretamente ao projeto editorial de publicação dos textos de Gramsci no Brasil, este foi contemporâneo à consolidação do Regime Militar no Brasil e com a promulgação do Ato Institucional nº 5 em 1968. Dadas as condições objetivas do regime político instaurado no país, os textos de Gramsci não tiveram uma boa recepção e

acabaram caindo em uma espécie de esquecimento (SECCO, 2002; BIANCHI, 2007).

Com a publicação da Edição Crítica dos QC, os estudos sobre Gramsci ganharam um novo impulso tanto na Europa como na América. Porém, o Brasil tardaria para elaborar uma nova edição dos Cadernos do Cárcere. No fim da década de 1970 e início dos anos 1980, o processo de publicação e divulgação dos textos de Gramsci foi renovado pelas edições dos textos dos QC publicados entre 1966-68, além de uma série de textos traduzidos e publicados em novas antologias e coletâneas. Em 1978, foi publicada pela Editora Martins Fontes uma antologia intitulada **Obras escolhidas**. Em 1981, foi publicado **Conselhos de Fábrica**, pela editora Brasiliense e a coletânea **Textos Selecionados de Gramsci** organizada por Carlos Nelson Coutinho (SECCO, 2002). Em 1990, foi publicada uma Antologia pela Editora Brasiliense, sob a organização de Emir Sader, que apresentava alguns textos traduzidos da Edição temática de Togliatti, dentre os quais, aqueles sobre **Passado e Presente** e o **Risorgimento**, até então inéditos no Brasil. Junto a estes foram republicadas as **Notas sobre Maquiavel** (SECCO, 2002; SADER, 2005).

Ao fim da década de 1990, foi iniciada a publicação da obra completa de Gramsci no Brasil por iniciativa de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. A tradução das obras de Gramsci para o português se consolidou entre 1999 e 2002 e foi organizada em dez volumes. Destes, seis são dedicados exclusivamente aos textos dos Cadernos. Dois foram dedicados à apresentação dos textos escritos entre 1910 e 1926. Estes volumes, contendo os textos da juventude, foram intitulados de **Escritos Políticos**. Para finalizar o projeto de publicação da obra de Gramsci no Brasil, foram lançados ainda dois volumes contendo as Cartas do Cárcere. Essa edição brasileira da obra gramsciana assumiu contornos próprios e publicou diversos textos ainda inéditos no Brasil (COUTINHO, 1999; SIMIONATTO, 2002).

A organização dos seis volumes, que se referem especificamente aos textos dos Cadernos na nova edição brasileira, incorporou as contribuições da *Edizione Critica* de Valentino Gerratana, porém não assumiu sua forma e conservou a organização temática adquirida da edição de Togliatti. A edição brasileira procurou se apropriar das melhores características dos projetos

editoriais italianos, mantendo a acessibilidade dos leitores brasileiros aos textos de Gramsci por meio da organização temática, mas incorporou a cronologia da redação estabelecida pela *Edizione Critica*. O critério metodológico de organização da edição brasileira constituiu um projeto singular que optou por reproduzir os textos dos Cadernos Especiais tal como se encontram na Edição de Gerratana, conservando, portanto, as mesmas numerações contidas nos Cadernos e nas notas miscelâneas. Por fim, as notas miscelâneas foram agrupadas junto aos cadernos especiais de acordo com o tema tratado a partir da ordem cronológica de sua redação (SIMIONATTO, 2002).

O primeiro volume dos **Cadernos do Cárcere** da edição brasileira foi publicado em 1999 com o título de **Introdução ao estudo da Filosofia; A filosofia de Benedetto Croce**. Composto pelos Cadernos 10 e 11, foi dedicado às análises filosóficas acerca da filosofia de Benedetto Croce e do processo de vulgarização do marxismo desencadeado a partir da II Internacional Comunista, em especial às iniciativas de Bukharin e dos marxistas soviéticos (COUTINHO, 1999; SIMIONATTO, 2002). A análise das diferentes edições dos textos de Gramsci e o primeiro volume da nova edição brasileira permite afirmar que na composição do primeiro volume, os organizadores seguiram a orientação da Edição temática ao priorizar as questões teórico-filosóficas e as críticas de Gramsci em relação aos temas relativos ao materialismo histórico dialético, mas, como contraponto, apresentaram a crítica de Gramsci a Bukharin, contida no QC 11. A organização demonstra o cuidado editorial dispensado à edição que, mesmo recolhendo os textos de Gramsci por suas temáticas, manteve a sua dinamicidade ao apresentar o contraponto, permitindo ao leitor brasileiro perceber que, para além da crítica gramsciana a um ou outro pensador isoladamente, sua proposta de análise se voltava à compreensão do marxismo e, para tanto, rebatia as perspectivas que julgava serem perigosas para o desenvolvimento do pensamento crítico da classe operária e da esquerda política.

O segundo volume, dedicado aos temas relativos aos intelectuais e à sua ação, foi lançado em 2000, sob o título de **Os intelectuais, o princípio educativo e o jornalismo**. Esse volume é composto pelos Cadernos 12, 24 e 28. Com eles a edição brasileira ofereceu aos leitores e estudiosos a visão gramsciana sobre o desenvolvimento histórico dos intelectuais italianos e de suas funções na

sociedade a partir da compreensão de sua relação com o momento histórico vivido. A partir desse conjunto de escritos, a edição brasileira permitiu o acesso à concepção gramsciana de intelectual, apresentando-o como um grupo que, uma vez inserido na sociedade, tem o papel de agente transformador, servindo ora como força revolucionária, ora como força conservadora da estrutura dominante (COUTINHO, 1999; SIMIONATTO, 2002).

As análises gramscianas da obra e do pensamento político de Maquiavel são os temas abordados pelo terceiro volume publicado em 2000 com o título de **Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Composto pelos cadernos 13 e 18, apresenta como temas estruturantes do volume as reflexões de Gramsci acerca das correlações de força e da guerra de movimento, além das discussões sobre as questões do Estado, da hegemonia e da revolução passiva. Temas estes que constituem as categorias analíticas do pensamento de Gramsci que foram se destacando como sendo fundamentais para a compreensão dos escritos carcerários (COUTINHO, 1999; SIMIONATTO, 2002).

Em 2001, foi publicado o quarto volume da edição brasileira dos QC com o título de **Temas de Cultura – Ação Católica – Americanismo e fordismo**. O critério temático de publicação dos textos orientados pelas questões cronológicas permitiu aos editores agregar neste volume os Cadernos 4, 16, 20, 22 e 26. Voltado à questão cultural, o volume reuniu os textos gramscianos referentes à sua crítica à organização cultural norte-americana, presente no QC 22, da mesma forma que traz questões direcionadas ao papel da cultura no processo revolucionário ou na manutenção da ordem, por meio do conservadorismo. Assim, nesses volumes, é possível ler as análises de Gramsci sobre as relações entre a Igreja e a manutenção da cultura e a influência desta sobre a formação do pensamento das classes subalternas (COUTINHO, 1999; SIMIONATTO, 2002).

Para finalizar o plano editorial de tradução e de publicação dos QC no Brasil, foram publicados em 2002 os volumes cinco e seis dos cadernos. Esses volumes contemplam os textos ausentes na tradução da edição temática na década de 1960. O quinto volume da nova edição brasileira dos QC, **O Risorgimento – Notas sobre a história da Itália**, foi dedicado ao Caderno 19 e aos temas relacionados ao *Risorgimento* italiano e à revolução passiva. O sexto volume, **Literatura. Folclore. Gramática**, contém além das notas carcerárias de

Gramsci sobre os temas ligados ao folclore, à gramática e à literatura, um índice analítico dos principais conceitos presentes no pensamento de Gramsci, e um sumário relativo aos cadernos (COUTINHO, 1999; SIMIONATTO, 2002).

Ainda em 2002, foram publicados dois volumes contendo os escritos políticos de Gramsci e, em 2003, findou-se o processo de publicação das obras de Gramsci no Brasil, com a publicação das Cartas do Cárcere (COUTINHO, 1999; SIMIONATTO, 2002). A publicação da Edição Brasileira dos QC deu novo vigor aos estudos acerca do pensamento gramsciano, facilitando o acesso dos estudiosos ao texto de Gramsci, na medida em que ofereceu uma série de textos até então inéditos no Brasil. Para cumprir a proposta editorial de conciliar as contribuições das edições italianas em um único conjunto, a edição brasileira não publicou os textos “A” dos Cadernos, partindo da premissa que esses já estavam contemplados nos Cadernos especiais ou miscelâneos. Por essa omissão, a edição tem sido questionada, contudo não se pode negar o seu mérito que se consolidou como um projeto original e inovador, que para além das críticas, não só fomentou as pesquisas acerca do pensamento de Gramsci, como permitiu o acesso dos estudiosos brasileiros ao conjunto do pensamento de Gramsci, em sua quase totalidade.

2.2. Pressupostos de leitura para os *Quaderni del Carcere* de Antonio Gramsci

Os QC foram redigidos por Gramsci no período em que cumpriu pena de reclusão por oposição ao regime fascista, entre os anos de 1926 e 1937, ano de sua morte. As notas dos cadernos foram produzidas de forma assistemática, sem acesso constante ou contínuo a referências bibliográficas. Ao registrar suas análises, estabeleceu relações e elaborou críticas, que se apresentam sem o rigor de um trabalho acadêmico, consolidando-se, do ponto de vista da sequência lógica dos textos, como um trabalho fragmentado, impreciso em suas aproximações teóricas com a realidade e assistemático no que se refere à ordem

e à disposição das notas (GERRATANA, 2007c; MORDENTI, 1996; MUSITELLI, 1996; COUTINHO, 2009; MORDENTI, 2010).

A existência de diferentes edições e publicações dos textos de Gramsci e as polêmicas sobre a intenção dos editores tomou corpo ao longo dos anos. A disputa do legado intelectual de Gramsci e das formas de sua apropriação mediante os aspectos teóricos de sua produção acirrou ainda mais os debates sobre a apropriação de seu pensamento. Entre o objetivo de Togliatti de utilizar os escritos de Gramsci como recurso ou como uma ferramenta intelectual para alavancar o PCI e os questionamentos de suas intenções, consolidou-se a certeza de que os escritos de Gramsci serviam como um referencial para a análise da sociedade. As reflexões contidas nos Cadernos e as Cartas constituem uma análise profunda do desenvolvimento histórico italiano, de modo que o estudo do pensamento de Gramsci se justifica na medida em que o entendimento de suas formulações, categorias e análises instrumentalizam o pesquisador no processo de reflexão da realidade.

Conjugar de maneira equilibrada e produtiva, filologia e política, estudo e uso, não é tarefa fácil. É possível, também que ambos os aspectos venham a se Fundir. Talvez, seja essa a novidade mais importante de certa literatura recente que assume – pelo estudo paciente, principalmente, de escavação genética e diacrônica da edição crítica dos Cadernos e em geral de toda a obra de Gramsci – o “estilo” e o “ritmo” do seu pensamento, não apenas como objeto mas como um método de estudo. Não se trata, neste caso, de tentar uma atualização das suas categorias, mas de revisitá-las na sua dinâmica interna, reapropriando-se delas ou tronando-as disponíveis como fermentos para uma análise do existente (BARATTA, 2004, p. 17).

A importância dos QC e dos debates em torno dos paradigmas de sua leitura foi discutida por Raul Mordenti (2010). Ele afirmou que a leitura dos QC é uma tarefa difícil, porém valorosa. Ele propôs a leitura de Gramsci como uma premissa, mas alertou para o fato de que essa leitura, feita de maneira descontextualizada ou de forma leviana pode parecer em um primeiro momento uma banalidade. Ele defende que a leitura de Gramsci se sustenta pelo espaço ocupado pela sua reflexão no cenário histórico em que foi produzida (MORDENTI, 2010). Essa premissa determina o espaço, a esfera de atuação e a grandiosidade das reflexões gramscianas ao situá-las em um momento histórico de transição e

rupturas, que culminaram no fracasso das tentativas proletárias de operar a revolução na Europa: “Uma premissa, que pode parecer trivial, mas não é o de todo: deve-se ler os *Quaderni del Carcere*, uma das obras fundamentias da cultura comunista e, de forma geral, uma das obras fundamentais do Novecentos italiano e europeu” (MORDENTI, 2010, p. 53)²¹.

Dadas as condições físico-materiais em que as notas foram redigidas e os debates acerca das primeiras publicações dos textos dos Cadernos na Itália em 1948, os estudiosos do pensamento de Gramsci, liderados por Valentino Gerratana, fomentaram o debate sobre os métodos de leitura e análise dos textos dos QC (MORDENTI, 1996). Na última década, diversas obras refletem as perspectivas de leitura e de análise dos QC adotadas nos círculos de discussão sobre o pensamento de Gramsci no Brasil e na Europa e, em especial, na Itália (DEL ROIO, 2005; BARATTA, 2005; BARATTA, 2004).

No prefácio intitulado **Identidade e diversidade do pensamento de Gramsci**, do livro **Os prismas de Gramsci** de Marcos Del Roio, Giorgio Baratta (2005) destacou o trabalho de pesquisa de Del Roio (2005) como um modelo de leitura do pensamento gramsciano e enfatizou que para ler Gramsci, sem enveredar numa “leitura fácil” ou aligeirada, faz-se necessário reconhecer a unidade de sua obra. O elemento unificador é a leitura marxista da história, pela qual Gramsci perseguiu os temas sobre o desenvolvimento da Itália, na perspectiva da revolução proletária. A riqueza da obra gramsciana é o seu caráter dialógico, que exige uma leitura atenta para a mudança e a transformação, expressas pela descontinuidade, e as rupturas existentes no desenvolvimento histórico.

Defender a unidade da obra de todo o Gramsci, por outro lado, não comporta a subvalorização da mudança, da transformação, até mesmo das rupturas ocorridas ao longo de sua breve, mas densa existência; ao contrário, sem dissipar a própria unidade interna, hoje sabemos que não se pode estudar o *Quaderni*... sem colocar em ação uma metodologia de pesquisa genético-evolutiva de análise (BARATTA, 2005, p. 11).

²¹ Una premessa, che può sembrare banale ma non lo è affatto: occorre leggere i *Quaderni del carcere*, una delle opere fondamentali della cultura comunista e, più in generale, una delle opere fondamentali del Novecento italiano ed europeo (MORDENTI, 2010, p. 53).

A preocupação de Giorgio Baratta e a ênfase dada ao paradigma de leitura a ser adotado quando da leitura dos textos de Gramsci estava ancorada na mística imposta ao texto dos QC quando da sua primeira publicação, uma vez que Togliatti extraiu as notas de seu contexto de redação e os dispôs numa organização temática (BARATTA, 2005). A organização realizada por Togliatti estabeleceu um paradigma de leitura para os textos dos QC, a partir dos quais surgiram os debates sobre a intencionalidade política da edição de Togliatti (MORDENTI, 1996). Na tentativa de se contrapor ou de superar a proposta de leitura linear e temática apresentada inicialmente por Togliatti, o Instituto Gramsci de Roma confiou a Valentino Gerratana a tarefa de coordenar e desenvolver o estudo filológico dos QC tornando possível proceder à leitura a partir de um novo pressuposto. O discurso de Baratta é a síntese dos trabalhos de investigação e estudo dos QC operado por Gerratana, e representa o resultado dos debates desenvolvidos em torno da publicação da ***Edizione Critica dos Quaderni del Carcere*** por ele organizada e publicada em 1975.

Essas observações contemplam a proposta de leitura crítica dos textos gramscianos, resultante do trabalho filológico de Gerratana em contraposição à leitura temática de Togliatti (BARATTA, 2005) e apontam para o complexo e difícil debate sobre a leitura de Gramsci, que perpassa a própria reflexão gramsciana sobre a leitura dos textos clássicos (GERRATANA, 2007c). O perfil do “leitor crítico” dos textos de Gramsci se fundamenta na necessidade de respeitar a lógica interna de unidade/descontinuidade, sem descurar da compreensão das condições materiais em que foram produzidos (a relação entre Gramsci encarcerado e o mundo e as teorias que fundamentam sua reflexão) e a relação de Gramsci com o contexto histórico no qual estava inserido e produzia suas reflexões, relacionando-se com a história italiana e os modelos político-econômicos de desenvolvimento do capital com os quais o proletariado se debatia na Europa e na América, com destaque para o comunismo na União Soviética e o capitalismo norte-americano nos Estados Unidos.

Por um lado, é exatamente isso que seus escritos [escritos de Gramsci], tanto os políticos e jornalísticos como os epistolares e teóricos, requerem: um interlocutor vivo, capaz de agarrar a idéia e de ir além, assumindo uma atitude não apenas filológica e crítica, mas projetual e herética. Por outro lado, Gramsci nos

advertiu, com as suas notas circunstanciais na forma de ler Marx – um autor com o qual se sintoniza pelo movimento perpétuo e o carácter não sistemático nem puramente teórico do seu pensamento – a preservar o máximo de escrúpulo e honestidade científica, a não ‘forçar’ jamais os textos (BARATTA, 2004, p. 17).

Essa metodologia, ou proposta de leitura, tem como fundamento a consciência que Gramsci possuía de que suas notas carcerárias tinham um carácter provisório e que necessitavam de um trabalho de análise e de reconstrução (MORDENTI, 2010; MUSITELLI, 1996; BARATTA 2005; GERRATANA, 2007c). O estilo diacrónico com o qual Gramsci elaborou suas notas para depois retomá-las e reelaborá-las, reafirma a necessidade de se proceder a uma leitura meticulosa de seus textos. O tratamento dado a muitas das passagens dos Cadernos e a forma como organizou os “Cadernos especiais”, a partir da retomada crítica de suas reflexões anteriores a 1932, são um indicativo de que, para ler Gramsci, deve-se olhar para além do aspecto formal do texto, considerando o aspecto dialético no qual produziu tais anotações (BARATTA, 2004).

Os QC não podem ser tomados como uma obra acabada e que encerra todo o cabedal reflexivo de Gramsci, deve-se considerar que ele não publicaria os textos na forma em que foram deixados. Mordenti (1996) deu indícios de que a retomada que Gramsci fez a partir de 1931 e a reorganização das notas e ideias já era uma preocupação em relação aos apontamentos pessoais, para facilitar o acesso do leitor. Os QC são fruto de um processo de reflexão pessoal e devem ser tomados como um conjunto de anotações pessoais, feitas sem o rigor ou a preocupação de serem claras e sistemáticas (MORDENTI, 2010; MUSITELLI, 1996; GERRATANA, 2007c).

Ao analisar cuidadosamente esse aspecto da obra de Gramsci, Giorgio Barata (2004) e Raul Mordenti (2010) apontaram as advertências de Gramsci sobre a condição de provisoriedade que suas notas possuíam. Baratta (2004), no capítulo IV intitulado ***O ritmo do pensamento nos Cadernos do cárcere***, analisou o processo de amadurecimento do pensamento gramsciano no que se refere ao método de análise de um pensador clássico. Ele se debruçou sobre os seis primeiros parágrafos da ***Primeira Série*** do QC 4 – ***Appunti di filosofia, materialismo e idealismo*** – nos quais Gramsci expôs o caminho e os cuidados

necessários quando do estudo de uma obra, em especial no processo de elaboração de uma pesquisa original. Para além da análise de conteúdo, Baratta (2004) contrapôs o texto do QC 4 com a sua reformulação presente no QC 16 intitulado ***Argomenti di cultura 1º***, no § 2 na nota intitulada ***Quistioni di metodo***.

O pressuposto de leitura para os QC tem como fundamento a restituição da unidade conceitual e teórica do pensamento gramsciano, que se encontra, por força das condições em que Gramsci cessou a redação dos cadernos, como um conjunto de fragmentos. As análises do pensamento gramsciano devem pressupor a possibilidade de reconstrução da articulação temática trabalhada por Gramsci, tomando como pontos de unidade e continuidade teórica a sua leitura marxista da história e o seu engajamento político com a causa revolucionária dos trabalhadores. A metáfora apresentada por Baratta (2004) descreveu o pensamento de Gramsci pela imagem de uma espiral que, ao afunilar, conduz o leitor ao aprofundamento dos temas tratados nos QC. A reconstrução conceitual e a unidade temática permitem analisar o pensamento gramsciano para além de sua fragmentariedade estilística. O trabalho de organização e de restituição da unidade textual foi iniciado por Gramsci que, ao revisar suas notas e reorganizá-las nos Cadernos especiais, reformulava as notas preparando-as para uma possível publicação que tornaria suas reflexões acessíveis ao público. Diante desses elementos presentes nos QC, é possível afirmar que Gramsci “convidava” o leitor a considerar seu pensamento como um conjunto que se desenvolve continuamente, sem distinguir entre a produção pré-carcerária e as notas do cárcere, como apontou Giorgio Baratta:

[...] Gramsci, ainda que indiretamente, analogicamente, nos convida a considerar o seu pensamento no seu contínuo desenvolvimento de conjunto, sem contudo separar excessivamente o período carcerário daquele precedente; e a analisar portanto *toda* a sua ‘biografia intelectual’ com a paciência exigida pelos ‘detalhes’ da filologia juntamente com o aprofundamento crítico que olha para os critérios ‘intrínsecos’ [...] (BARATTA, 2004, p. 92).

Mediante as advertências redigidas por Gramsci e as características das edições de seus textos no Brasil, pode-se afirmar que ao consultar os QC, um leitor desavisado tende a tomar a obra como um todo acabado, sem considerar

que é uma publicação póstuma, cujo autor não teve controle daquilo que seria ou não tornado público. Os QC devem ser entendidos, em um primeiro momento, como notas pessoais e apontamentos redigidos entre a solidão e o isolamento carcerário e a esperança da liberdade, notas produzidas em um ritmo único e próprio.

Características do trabalho de Gramsci que se tornaram acessíveis aos leitores com a publicação da **Edizione Critica** de Valentino Gerratana. Essa edição teve o mérito de apresentar o volume de material produzido em um processo de reflexão, cuja elaboração e organização das ideias se desenvolveu num movimento dialético de análise das contradições. Essa característica foi analisada por Baratta (2004) que afirmou:

Somos conduzidos, aos poucos, na 'intimidade' do autor (fato que acontece nos Cadernos). Podemos imaginar que Gramsci estivesse intuindo a possível 'fortuna' pública deles (sucessiva ou em consequência do seu malogro pessoal): seus escritos poderão ser 'publicados por algum amigo ou seguidor, com revisões, reelaborações, cortes etc., ou seja, com alguma intervenção ativa do editor'. Se Gramsci naquele momento tenha imaginado ou não o fantasma de Togliatti (não se pode excluir), precisa dizer que a 'intervenção ativa' deste, afinal, foi menos pesada do que o próprio Gramsci poderia ter suposto, embora certamente menos 'desinteressada' da que Engels teve em relação à Marx. [...]. (BARATTA, 2004, p. 93).

As advertências gramscianas sobre o método foram apresentadas de forma explícita nas páginas iniciais dos Cadernos 8 e 11. No QC 8 intitulado de **Note sparse e appunti – per una storia degli intellettuali italiani**, cuja datação aponta o período de redação entre 1931 e 1932, logo de início, antes da marcação do primeiro parágrafo, em uma espécie de introdução, Gramsci destacou as características de seu trabalho em cinco itens, com ênfase para a provisoriedade e a imprecisão de suas análises. Quanto ao resultado de seu trabalho, apontava para os limites das análises apresentadas e afirmava que deveriam ser tomadas como reflexões independentes, cuja unidade estaria na perspectiva de análise e no método e não pela sua unidade estrutural.

1º Caráter provisório – de auxílio à memória – destas notas e apontamentos; 2º Delas poderão resultar ensaios independentes,

não um trabalho orgânico de conjunto; 3º Não pode haver ainda uma distinção entre a parte principal e as partes secundárias da exposição, entre o que seria o 'texto' e o que deveriam ser as 'notas'; 4º trata-se, frequentemente, de afirmações não verificadas, que poderiam ser definidas como de 'primeira aproximação': algumas delas, nas ulteriores pesquisas, poderiam ser abandonadas e talvez a afirmação oposta possa demonstrar ser a exata; 5º Não devem causar uma má impressão a vastidão e a incerteza dos limites do tema, por causa do que dissemos acima: não tem absolutamente a intenção de compilar uma mistura confusa sobre os intelectuais, uma compilação enciclopédica que queira preencher todas as 'lacunas' possíveis e imagináveis (QC 8, p. 935)²².

Na nota inicial do QC 11, intitulado ***Introduzione allo studio della filosofia*** e redigido entre 1932 e 1933, Gramsci retomou a advertência registrada no § 16 do QC 4 e apontou que suas anotações para além do caráter provisório, haviam sido escritas na “ponta da caneta”, sem preocupações com erros e imprecisões e que por isso mesmo poderiam ser anacrônicas, com relações e aproximações imprecisas. Se esta advertência aparece primeiramente aparentemente sem importância no fim de um parágrafo e entre parênteses, escondida ou mesclada em meio às notas do QC 4, ao retomá-la no QC 11 Gramsci lhe deu um ar de solenidade e a destacou no texto, utilizando-a como abertura do Caderno. O próprio título ***Avvertenza*** atrai o olhar do leitor para a importância de seu conteúdo, como se pode ler a seguir:

{Advertência}

As notas contidas neste caderno, como nos demais, foram escritas ao correr da pena, como rápidos apontamentos para ajudar a memória. Todas devem ser revistas e verificadas minuciosamente, já que certamente contém inexatidões, falsas aproximações, anacronismos. Escritas sem ter presentes os livros a que se referem, é possível que, depois da verificação, devam

²² 1º Carattere provvisorio – di pro-memoria – di tali note e appunti; 2º Da essi potranno risultare dei saggi indipendenti, non un lavoro organico d'insieme; 3º Non può esserci ancora una distinzione tra la parte principale e quelle secondarie dell'esposizione, tra ciò che sarebbe il 'testo' e ciò che dovrebbero essere le 'note'; 4º Si tratta spesso di affermazioni non controllate, che potrebbero dirsi di 'prima approssimazione': qualcuna di esse nelle ulteriori ricerche potrebbe essere abbandonata e magari l'affermazione opposta potrebbe dimostrarsi quella esatta; 5º Non deve fare una cattiva impressione la vastità e l'incertezza di limiti del tema, per le cose sopra dette: non ha affatto l'intenzione di compilare uno zibaldone farraginoso sugli intellettuali, una compilazione enciclopedica che voglia colmare tutte le 'lacune' possibili e immaginabili (QC 8, p. 935).

ser radicalmente corrigidas porque o contrário do que foi escrito é que é verdadeiro (QC 11, p. 1365)²³.

A consciência que Gramsci tinha de seu trabalho, ao redigir tais indicativos e advertências, aponta o processo de amadurecimento das suas ideias e a necessidade de reelaborar suas notas, tornando-as mais sistemáticas e acessíveis aos leitores. O trabalho desenvolvido na última fase de redação dos cadernos (1931-1937), assemelhou-se ao trabalho editorial de organização, mas, mais do que uma editoração, Gramsci imprimiu um processo de produção teórica mais elaborada e complexa, partindo de suas análises anteriores, anotadas e dispostas de forma fragmentária.

Cabe aqui ressaltar que o debate em torno das possibilidades de leitura e dos leitores de Gramsci desenvolvido nas últimas oito décadas foi fecundo e seu resultado permitiu traçar orientações metodológicas, que possibilitaram a formação de um perfil de leitores, críticos, reflexivos ou curiosos que se tornaram intelectuais e extrapolaram as discussões internas dos temas dos QC, ampliando as reflexões gramscianas para a análise da realidade em que estão inseridos.

Deve-se lê-lo completamente, lê-lo diretamente, lê-lo com curiosidade e atitude criativa, não somente para ver que coisas Gramsci escreve, mas também para compreender como raciocina, como organiza sua pesquisa, como formula e procura resolver os seus problemas, que são muitos dos nossos problemas, isto é, o problema da revolução na Itália. (Seja dito entre parênteses: por esta razão, falaremos aqui sobretudo dos Cadernos, ainda que, naturalmente sejam mais importantes, também as outras obras de Gramsci, do Gramsci do 'L'Ordine Nuovo' e depois do Gramsci fundador, ou melhor 'refundador' do PCI, do qual vale a pena falar em qualquer outra ocasião) (MORDENTI, 2010, p. 53)²⁴.

²³ {Avvertenza} Le note contenute in questo quaderno, come negli altri, sono state scritte a penna corrente, per segnare un rapido promemoria. Esse sono tutte da rivedere e controllare minutamente, perché contengono certamente inesattezze, falsi accostamenti, anacronismi. Scritte senza aver presenti i libri cui si accenna, è possibile che dopo il controllo, debbano essere radicalmente corrette perché proprio il contrario di ciò che è scritto risulti vero (QC 11, p. 1365).

²⁴ Occorre leggerli tutti, leggerli direttamente, leggerli con curiosità e atteggiamento creativo, non solo per vedere cosa Gramsci scrive ma anche per capire come ragiona, come organizza la sua ricerca, come formula e cerca di risolvere i suoi problemi, che sono per tanta parte anche i nostri problemi, cioè i problemi della rivoluzione in Italia. (Sai detto fra parentesi: per questo motivo parleremo qui soprattutto dei *Quaderni*, anche se, naturalmente sono assai importanti anche le altre opere di Gramsci, del Gramsci dell'Ordine Nuovo' e poi del Gramsci fondatore, o piuttosto 'ri-fondatore' del PCd'I, di cui varrà la pena parlare in qualche altra occasione) (MORDENTI, 2010, p. 53).

Por reconhecer o processo dialético e fragmentário que Gramsci imprimiu em suas notas, toma-se aqui os QC como um todo, fragmentário e inacabado, e que, mais do que uma obra completa, consiste em um conjunto pessoal de notas de pesquisa e de estudo, formuladas muitas vezes de memória, cujas imprecisões são parte integrante de sua estrutura. Parte-se do pressuposto de que os QC, na forma como foram publicados postumamente, apresentam Gramsci nas duas versões de um pesquisador: a primeira, nas notas redigidas até os meados de 1931, como um movimento contínuo de reflexão pessoal, mais íntima, em que as ideias fluem livremente de forma “desinteressada” e assistemática que são de domínio do sujeito e que jamais seriam publicadas sem o devido tratamento; e a segunda, a partir das notas elaboradas após 1931, quando iniciou um processo de organização de suas reflexões, de modo a compor conscientemente uma reflexão teórica na qual anunciava e assumia de forma clara pressupostos metodológicos construídos ao largo de uma longa reflexão, condizente com a exposição característica dos resultados de um trabalho de pesquisa, cujo projeto foi desenvolvido ao longo de uma década de reflexão carcerária.

2.3. A primeira aproximação dos educadores brasileiros com o pensamento de Antonio Gramsci

Este item discute a apropriação das ideias de Gramsci na área de história da educação no Brasil, tomando como premissa que o processo brasileiro de absorção do pensamento de Gramsci não pode ser caracterizado como um fenômeno de simples compreensão. As transformações políticas características do desenvolvimento histórico do Brasil, no fim da década de 1970, tiveram grande impacto no desvelamento e absorção do pensamento de Gramsci no campo educacional.

Em um ambiente de repressão às ideias políticas, instituído após a promulgação do Ato Institucional número 5 (AI5) em 1968, foi nas universidades e em especial nos cursos de Ciências Sociais e Humanas que se desenvolveram os estudos acerca do pensamento de Gramsci (BIANCHI, 2007). Durante a década

de 1970, houve um aumento no interesse dos acadêmicos pelo pensamento gramsciano. O fenômeno pode ser atribuído à expansão do ensino superior e à possibilidade de, por meio da leitura e do debate sobre o pensamento de Gramsci, contrapor à ditadura militar que se consolidara no Brasil durante a década de 1960 (SECCO, 2002; SAVIANI, 2005).

Durante a década de 1970, apareceram as primeiras publicações sobre a obra de Gramsci, iniciativas que se intensificam a partir de 1975. Em 1972, na área de ciências sociais da USP foi defendida, por Mario Innocentini, a dissertação intitulada **Estado e sociedade: contribuição para o estudo do conceito de hegemonia na obra de Antonio Gramsci**²⁵. Este pode ser considerado o primeiro trabalho acadêmico brasileiro voltado exclusivamente para o pensamento de Gramsci (BIANCHI, 2007). Ainda na USP, foi publicado por iniciativa dos alunos do Departamento de História da USP, no **Caderno de História** número 4, de abril de 1975, um artigo que foi acompanhado da tradução de um excerto da obra de Gramsci, com a indicação de uma bibliografia auxiliar sobre a temática. Durante a década de 1970, Alfredo Bosi publicou três artigos sobre Gramsci e as Cartas do Cárcere²⁶ e, em 1982, Michel Débrun, desenvolveu sua Tese de livre docência, **Gramsci: filosofia, política e o bom senso**, apresentada ao Departamento de Filosofia da UNICAMP (SECCO, 2002). Oliveiros da Silva Ferreira defendeu, em 1983 pela USP, sua Tese de Livre Docência intitulada **Os 45 cavaleiros húngaros: uma leitura dos Cadernos do Cárcere de Gramsci** (SECCO, 2002; BIANCHI, 2007)²⁷.

A apropriação do pensamento de Gramsci pelo campo da educação está atrelada ao estabelecimento da área de pesquisa em história da educação, que se desenvolveu organicamente como produto da consolidação dos Programas de

²⁵ No sítio eletrônico do Departamento de Sociologia da USP está disponível um inventário das Teses e Dissertações defendidas no programa até 2002. Com informações básicas esse inventário apresenta o título do trabalho, o professor orientador, o ano da defesa e a biblioteca em que o trabalho se encontra disponível. <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/posgraduacao/mestre.htm>>.

²⁶ Os artigos, **O trabalho dos intelectuais segundo Gramsci**, **Gramsci na prática** e **Cartas de Gramsci** foram publicados originalmente na **Folha de São Paulo** e republicados por Alfredo Bosi em 1988, pela Editora Ática, em uma coletânea intitulada **Céu, inferno** (BOSI, 2003).

²⁷ Bianchi (2007) destacou também as contribuições de Fernando Henrique Cardoso, que durante toda a década de 1970 publicou textos, os quais embora não citassem Gramsci diretamente, demonstravam o conhecimento e o emprego das categorias do pensamento gramsciano.

Pós-Graduação em Educação²⁸. A produção de pesquisas em educação no Brasil pode ser dividida em três momentos distintos que, classificados em categorias, possuem uma relação intrínseca com a criação dos programas de pós-graduação e com importantes períodos de transição histórica ou política. O primeiro desses momentos se refere às pesquisas em educação realizadas antes do período de criação dos programas de pós-graduação, em 1965; o segundo momento se refere aos primeiros 20 anos da pós-graduação em educação no Brasil (1965-1985); e o terceiro compreende a pesquisa nos programas de pós-graduação em educação no período pós-ditadura, de 1985 aos dias atuais (NOSELLA, 2010)²⁹.

Duas iniciativas governamentais constituem o marco inicial da pós-graduação no Brasil. A primeira foi o Decreto nº 53.932, chancelado pelo então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco e pelo Ministro da Educação Flávio Suplicy Lacerda em 26 de maio de 1964, que instituiu a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) vinculada ao Ministério da Educação (BRASIL, 1964)³⁰; e a segunda foi o Parecer n. 977/65 do Conselho Federal de Educação, de 3 de dezembro de 1965 (ALMEIDA JR, 2005), que teve

²⁸ Sobre a História da Pós-Graduação em Educação no Brasil recomenda-se a leitura do número especial da **Revista Brasileira de Educação** (n.30, 2005) que contém uma coletânea de artigos, depoimentos e entrevistas sobre o processo de criação e consolidação da Pós-Graduação em Educação no Brasil. Esse número especial da Revista foi organizado em torno da comemoração dos 40 anos da Pós-Graduação em Educação. O título do editorial, **História e histórias da pós-graduação em educação no Brasil**, redigido por Lucídio Bianchetti e Osmar Fávero ilustra de forma pertinente o conteúdo desse número da revista. Entre os autores, tem-se Carlos Roberto Jamil Cury e Dermeval Saviani, que apresentam a história da pós-graduação em educação a partir de diferentes dimensões: da história redigida a partir dos documentos oficiais e a história contada pela reconstrução e análise da ação de educadores como Joel Martins e Durmeval Trigueiro Mendes. Destacam-se também os depoimentos de Hermengarda Alves Lüdke (Menga Lüdke) e Bernardete Angelina Gatti.

²⁹ Marisa Bittar (2009), em um artigo intitulado **A pesquisa em Educação no Brasil e a constituição do campo científico**, emprega uma classificação diferente daquela de Nosella (2010) e que se diferencia principalmente no que diz respeito ao período anterior a criação dos Programas de Pós-Graduação. Bittar dividiu as pesquisas em História da Educação em quatro períodos: 1º) inicia em 1938 com a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); 2º) teve início em 1956 com a fundação do Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional; 3º) inicia-se em 1965 com a criação dos Programas de Pós-Graduação e abrange o período da ditadura militar; 4º) tem início com o fim da ditadura e se estende até a atualidade. Bittar enfatiza que esses marcos temporais são flexíveis e que se tomar como critério o padrão de cientificidade das pesquisas há apenas um divisor, a criação dos Programas de Pós-Graduação, que dividiria em dois períodos a produção acadêmica brasileira.

³⁰ O Decreto nº 53.932 unificou diversas iniciativas governamentais na **Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** que ficou subordinada diretamente ao Ministro da Educação e Cultura. Foram assimiladas à nova CAPES, a antiga Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão da Presidência da República; a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI), o órgão do Ministério da Educação e Cultura; e o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico (PROTEC), órgão do Ministério da Educação e Cultura.

como relator o conselheiro Newton Sucupira e o objetivo de sistematizar e organizar a pós-graduação no Brasil, tendo como matéria de apreciação a determinação e distinção dos níveis e objetivos da mesma (JAMYL CURY, 2005; RAMALHO, 2006). Em decorrência dessas iniciativas, foram fundados nesse período os primeiros Programas de Pós-Graduação em Educação do país, primeiro na PUC-Rio e, posteriormente, na PUC-SP (RAMALHO; MADEIRA, 2005; VIDAL; FARIA FILHO, 2003)³¹.

As pesquisas em história da educação do primeiro período, antes da instituição dos Programas de Pós-Graduação, eram limitadas a poucas iniciativas restritas a alguns Institutos de Ensino Superior, como a USP e aos Institutos de Pesquisa Governamentais. As pesquisas abordavam a educação a partir de duas vertentes: a primeira de natureza psico-pedagógica, que pode ser considerada hegemônica até a década 1950 e emanava do Instituto de Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP (BITTAR, 2009); a segunda, de natureza sociológica, voltava-se para a compreensão da relação entre educação e sociedade a partir da análise do cotidiano educacional. Essas pesquisas analisavam a relação entre educação e sociedade de forma politizada e eram influenciadas pela crescente valorização das Ciências Sociais, praticadas em especial pelo Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional - CBPE (BITTAR, 2009; NOSELLA, 2010).

Apresentações históricas sobre a recepção do pensamento de Gramsci no Brasil apontam que, durante a década de 1970, a academia brasileira assumiu gradativamente a tarefa de estudar, analisar, discutir e difundir o pensamento de Gramsci. As primeiras iniciativas de aproximação do pensamento gramsciano podem ter sido ações isoladas, mas tomaram corpo e se institucionalizaram dentro do cenário universitário (SECCO, 2002; BIANCHI, 2007). As leituras históricas acerca da recepção de Gramsci no Brasil estão voltadas, em sua maior parte, para a recepção política de seus escritos e, dentro de suas especificidades, analisaram a inserção acadêmica do pensamento de Gramsci a partir década de

³¹ Ambos autores reconhecem o Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como o primeiro instituído no Brasil. Porém há uma pequena discrepância em relação ao ano de instituição do programa. Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho (2003) afirmam que o programa é de 1965, enquanto Betania Leite Ramalho e Vicente de Paulo Carvalho Madeira (2005) apontam para 1966. No sítio eletrônico do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio, o ano de instituição foi 1966, enquanto o Programa de Pós-Graduação da PUC-SP foi instituído em 1969, por iniciativa do Prof. Joel Martins.

1970, com destaque para a segunda metade e início dos anos 1980 (SECCO, 2002; BIANCHI, 2007). Por essas características é possível afirmar que essas exposições importantes, e indispensáveis, para a compreensão da recepção e apropriação do pensamento gramsciano no Brasil, não abordam especificamente a recepção de seu pensamento no campo da educação e da história da educação.

As pesquisas sobre o pensamento de Antonio Gramsci no Brasil se desenvolveram com o amadurecimento dos programas de pós-graduação e o modelo educacional vigente no Brasil motivou os educadores a procurarem caminhos para superar as limitações das concepções educacionais vigentes. Foi em meio a esses esforços e com o espírito de superação que o pensamento de Gramsci proliferou no campo da educação, especialmente durante a década de 1980. Em pleno processo de abertura política, a perspectiva revolucionária, oriunda de um pensamento engajado no processo de transformação da sociedade, teve grande aceitação e passou a ser empregada como referencial das novas propostas educativas. Ainda que fosse amplamente utilizado, poucos foram os intelectuais que se dedicaram a uma análise profunda do pensamento de Gramsci e de suas categorias.

Gramsci se tornou objeto de estudo no campo da Educação a partir do fim da década de 1970, em especial a partir da experiência decorrente das atividades da Turma de Doutorado da PUC-SP, do ano de 1978, sob a orientação do Prof. Dermeval Saviani. Essa apropriação que iniciou no fim da década de 1970 se consolidou durante a década de 1980, com o segmento das atividades da pós-graduação na PUC-SP (NOSELLA, 2004; VIEIRA, 1993). Essa iniciativa teve o mérito de apresentar Gramsci e seu pensamento para o campo da educação, porém, pelas limitações materiais que circunscreveram o desenvolvimento das leituras e das análises de seu pensamento naquele período, possuía algumas dificuldades. Uma delas era a dificuldade de contextualização das ideias de Gramsci em relação ao momento histórico em que foram produzidas. Os estudos sobre seu pensamento utilizavam como recurso um conjunto de textos de Gramsci e sobre ele, adquiridos pelo próprio Dermeval Saviani durante uma

viagem à Itália, realizada no verão de 1977 (NOSELLA, 1988; SAVIANI, 2004; SAVIANI, 2005)³².

[...] Realmente, essa foi uma experiência marcante, reconhecida unanimemente por todos os que empreenderam o estudo da pós-graduação ou do pensamento educacional progressista no Brasil. Foi, com certeza, o primeiro espaço institucional que se abriu para o estudo sistemático da obra de Gramsci. Casualmente, já que não decorreu de uma decisão minha, fui colocado no centro dessa experiência. Por iniciativa dos próprios alunos fui instado a assumir a disciplina e organizar sua programação em torno da obra de Gramsci. [...] (SAVIANI, 2005, p. 5).

Essa experiência demarcou a criação de um espaço institucional de discussão da obra de Gramsci e determinou os princípios metodológicos, por meio dos quais os seus textos passaram a ser lidos no campo da história da educação no Brasil. As leituras desenvolvidas sobre Gramsci, naquele momento, estavam atreladas a convicções teóricas preestabelecidas a respeito do trabalho intelectual, que tinham como fundamento a compreensão dos problemas enfrentados no campo da história da educação. Nesse sentido, mais do que proceder a exegese do texto gramsciano com o objetivo de conhecer suas categorias em sua lógica interna, tinha-se como ponto de partida a compreensão do pensamento de Gramsci com o objetivo de compreender a realidade dos problemas educacionais enfrentados pelos educadores brasileiros. Essa experiência de Saviani e dos alunos de Doutorado em Filosofia da Educação da PUC-SP pode ser considerada o primeiro espaço institucional em que se procedeu um estudo sistemático do pensamento de Gramsci de forma coletiva no campo da Educação (SAVIANI, 2004; SAVIANI, 2005).

A experiência desenvolvida na PUC-SP foi reconhecida por Lincoln Secco (2002) o qual, embora não tenha mencionado Saviani e o grupo de doutorandos da turma de 1978, ressaltou que no fim dos anos 1970 os escritos de Gramsci foram incluídos na bibliografia básica dos cursos da PUC-SP e da Universidade

³² Saviani (2005, p. 4) lista o nome de 11 alunos que integraram a primeira turma de doutorado em Educação da PUC-SP, no ano de 1978. Alunos Regulares: Antônio Chizotti, Betty Antunes de Oliveira, Bruno Pucci, Carlos Roberto Jamil Cury, Fernando José de Almeida, Guiomar Namó de Mello, Luís Antônio Cunha, Mirian Jorge Warde, Neidson Rodrigues, Osmar Fávero, Paolo Nosella. Alunos do Programa de Doutorado em Psicologia Educacional: Cláudio Gomide, Ezequiel Theodoro da Silva, José Alberto Pedra. Aluna Especial: Lilian Anna Wachowicz. Muitos destes passaram a figurar como autores de referência sobre o pensamento marxista no Brasil.

Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Bianchi (2007), por sua vez, fez menção direta à experiência de Saviani e reconheceu a originalidade dessa iniciativa nos Programas de Pós-Graduação em Educação.

Ao mesmo tempo em que se manifestaram de modo intenso no debate político, as idéias de Gramsci encontravam novos espaços de expressão nas universidades. No final dos anos 1970, primeiro na PUC-SP, por iniciativa do professor Dermeval Saviani, teve início a difusão do pensamento de Gramsci nos cursos de Educação (BIANCHI, 2007, p. 10)

Os estudos sobre o pensamento de Gramsci, iniciados no fim da década de 1970, continuaram com as turmas de doutorandos dos anos subsequentes e os estudantes e pesquisadores formados no período serviram como multiplicadores e difundiram o pensamento gramsciano nas mais diferentes regiões do País. O movimento de difusão do seu pensamento nos cursos de graduação e nos programas de pós-graduação da área de educação fez com que, durante a década de 1980, aumentasse o número de estudos relacionados ao pensamento do autor.

Não só os doutorandos da 1ª turma da P.U.C. de São Paulo, mas também os das turmas seguintes espalharam cursos e literatura sobre e de Gramsci pelas Faculdades de Educação de todo o Brasil. Entre estes, no momento, lembro-me dos nomes do Prof. Gaudêncio Frigotto (Rio de Janeiro), Cipriano C. Luckesi (Bahia), Selma Garrido (São Paulo), Lucília R. de S. Machado (Belo Horizonte), José Carlos Libâneo (Mato Grosso e São Paulo) etc. O grupo de educadores, ideológica e organicamente ligado ao nome do Prof. Dermeval Saviani e que mais tarde tornara-se um Movimento Nacional entre os pedagogos, denominado “Pedagogia Histórico-Crítica”, inspirava-se claramente num marxismo “a la Gramsci”. Este Movimento valorizava (e ainda valoriza) os conteúdos e a disciplina escolares com base, entre outros autores, em Gramsci (NOSELLA, 1998, p. 13).

Ademais da difusão e do ensino das ideias de Gramsci país afora, muitos desses educadores, que num primeiro momento se dedicaram à leitura do pensamento de Gramsci, produziram pesquisas importantes para o amadurecimento e a compreensão, não só do pensamento gramsciano, mas também para a compreensão do marxismo no Brasil. Dentre essas pesquisas podem ser destacadas o trabalho Anita Helena Schlesener de 1983, intitulado

Gramsci: uma nova concepção de filosofia; a dissertação de Antonio Tavares de Jesus, defendida em 1985 sob o título de **A educação como hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**; em 1989, foi defendido o trabalho intitulado **O pensamento pedagógico-político de Dermeval Saviani: até que ponto Gramsci?** por Alícia Maria Catalano de Bonamio; no mesmo ano, foi defendida também a dissertação de Maria Luiza Costa intitulada **Um estudo Gramsciano da linguagem na relação pedagógica** (SANTOS, 2002)³³.

A difusão das teorias gramscianas o tornaram um autor muito popular, que foi amplamente citado, contudo nem sempre estudado em profundidade. A leitura descontextualizada do texto de Gramsci originou uma vertente de leitura que vulgarizou o pensamento de Gramsci e produziu uma leitura a-histórica de suas proposições (NOSELLA, 2004). A abertura política que se iniciara na década de 1980 e o fim do regime militar foram elementos que influenciaram a ampla utilização do pensamento de Gramsci, o qual se transformou em um modismo que, diante da complexidade do pensamento gramsciano e distante da verdadeira significação e relevância de seus textos, não durou muito e acabou por evidenciar a fragilidade e a ingenuidade com a qual o pensamento de Gramsci era abordado (NOSELLA, 2004).

A influência do legado gramsciano, no âmbito do pensamento acadêmico-educacional brasileiro, está delimitada nos últimos quinze anos, entre 1979 e 1994. Os últimos anos da década de setenta representam o marco inicial da interlocução da pesquisa educacional no Brasil com as idéias gramscianas, cabendo à década de oitenta a consolidação desse esforço. Os anos noventa indicam uma tendência de descenso dessa interlocução (VIEIRA, 1993, p. 31).

No fim da década de 1980 e início dos anos 1990, os educadores e pesquisadores perderam parte do interesse pelo pensamento de Gramsci. Mas, foi nesse período, no qual seu o pensamento parecia ter perdido vigor, que de forma “desinteressada”, em meio aos programas de pós-graduação, passou a ser

³³ Leonardo Alberto de Azevedo Santos (2002) pesquisou a presença do pensamento de Gramsci nas produções sobre educação no período entre 1981 e 1992. Com base nos dados da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPEd) e sob a orientação de Rosemary Dore Soares, o autor fez um levantamento a partir dos resumos das produções acadêmicas sobre educação. O trabalho possui um anexo contendo informações básicas sobre os trabalhos que possuem alguma relação com o pensamento de Gramsci.

explorado de forma mais sistemática e o estudo de suas categorias originaram pesquisas que revitalizaram as investigações sobre seu pensamento e a questão educacional. Diversas pesquisas passaram a ser dedicadas exclusivamente à exploração do universo conceitual de Gramsci, o que permitiu o aumento da literatura especializada disponível nas bibliotecas das universidades³⁴.

Em função da passagem dos setenta anos da morte de Gramsci em 2007, destacam-se a publicação do número 70 dos **Cadernos Cedes** em Campinas, no último trimestre de 2006, dedicado inteiramente a questões educacionais e a **Revista de sociologia e política**, número 29, de novembro de 2007. O aprofundamento das análises de Gramsci permitiu a formação de um grupo de especialistas que passaram a desenvolver uma leitura crítica, fundamentada em princípios metodológicos sólidos e coerentes com a matriz do pensamento gramsciano, cuja expressão mais atual foi o Seminário de Teoria Política do Socialismo: **Gramsci e as periferias**, realizado em Agosto de 2011 na UNESP-Marília, que reuniu renomados pesquisadores de diferentes países e contou com uma profusão de trabalhos sobre o pensamento gramsciano nas mais diferentes áreas das ciências sociais e humanas.

Atividades de cunho acadêmico e científico que permitiram a proximidade dos estudiosos brasileiros com a obra de Gramsci e têm surtido efeito positivo na qualidade das pesquisas produzidas sobre seu pensamento, não só no campo da história da educação mas em toda a área das ciências sociais e humanas.

³⁴ O Apêndice B – **Relação das pesquisas brasileiras sobre o pensamento de Antonio Gramsci (1987-2010)**, é o resultado do levantamento bibliográfico realizado na primeira fase desta pesquisa e lista as pesquisas sobre o pensamento de Gramsci divididas por área.

3. FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO EDUCACIONAL DE ANTONIO GRAMSCI

O objetivo deste capítulo é analisar categorias centrais do pensamento de Antonio Gramsci em suas relações com o fenômeno educativo. Parte-se do panorama da pesquisa brasileira sobre o pensamento gramsciano, com um enfoque especial para as análises da teoria de Gramsci no campo educacional, assumindo como pressuposto o fato de que ele é um autor amplamente citado, que muitas das produções científicas da grande área das ciências sociais e humanas se aproximam de suas categorias analíticas, no entanto, sem aprofundar as análises, e muitas vezes permanecem no âmbito do senso comum. O levantamento priorizou trabalhos dedicados à análise do pensamento gramsciano no campo da Educação.

3.1. Gramsci e a hegemonia

3.1.1. A concepção de hegemonia no pensamento de Gramsci

Dentre os temas abordados por Gramsci em suas reflexões, a concepção de hegemonia ganhou destaque, dada a centralidade que ocupa em sua obra. Essa condição da hegemonia remonta à relação intrínseca entre o pensamento de Gramsci e a história italiana. Os desencadeamentos históricos decorrentes do processo de formação do Reino da Itália, resultado da campanha de Garibaldi e do plebiscito que marcou o início do processo de unificação da Itália no início da década de 1860, evidenciou as diferenças estruturais da economia entre o norte e o sul da Itália com ênfase para a questão meridional (BEVILACQUA, 2005; LUTI, 1989).

A fundação do Reino da Itália acabou por acentuar os conflitos de interesse entre os diferentes estratos da população. A retirada de privilégios sociais,

decorrentes da assimilação de regiões autônomas como o Reino de Nápoles que antes gozava de autonomia política e econômica e passou a vivenciar a realidade de província de um Estado maior, desencadeou a insatisfação dos grupos dominantes e aguçou o desejo de poder e a luta pelo controle do Estado nas esferas política e econômica do novo reino. Ao sul, em especial nas regiões da Puglia, Molise, Basilicata e na Campânia, os camponeses, oprimidos pelo poder dos grandes proprietários rurais, iniciaram uma revolta popular armada, aos moldes do banditismo, saqueando as grandes propriedades rurais (BEVILACQUA, 2005). O anseio de formação de um bloco industrial, situado ao norte do Reino ocasionou o abandono do pequeno pólo industrial do sul, que acabou se caracterizando como uma região subdesenvolvida e de base agrária (BEVILACQUA, 2005; LUTI, 1989; CANDELORO; 2002).

O desejo de superação de uma visão de mundo fragmentária, fundamentada nos princípios do *Risorgimento* e do positivismo, previam a consolidação de uma classe burguesa na Itália sem a devida relação com os outros estratos da população (LUTI, 1989), o que originou um movimento intelectual liderado por Benedetto Croce, que valorizou a figura dos intelectuais a partir da defesa do idealismo, como filosofia geradora de uma nova perspectiva social, na qual política e cultura se encontravam entrelaçadas.

Dessa forma, podemos afirmar que a realidade política, econômica e social do Reino da Itália e os conflitos de ordem econômica, política e cultural existentes na Itália do início ao fim do século XIX, como o antagonismo entre os interesses econômicos de camponeses e industriais, sintetizados na questão meridional, ou os conflitos ideológicos decorrentes das tentativas de superação do positivismo e na implementação de um pensamento idealista a partir do qual era estabelecida a relação entre política e cultura (LUTI, 1989), forneceram a materialidade dos fatos que deu vida e embasamento para as reflexões gramscianas.

A organização social italiana serviu de objeto de análise para Gramsci. A Itália se encontrava dividida entre duas concepções de mundo distintas que disputavam a primazia do poder e da direção política do Estado. Para analisar a disputa pelo poder entre dois processos distintos de organização político-econômica, representada, de um lado pelos defensores do processo de

industrialização que se desenvolvia no norte e de outro, pelos defensores da manutenção dos latifúndios no sul, Gramsci procurou nas teorias preexistentes categorias que lhe permitissem discutir aquele momento histórico a partir de suas contradições fundamentais.

Dentre todas as categorias do pensamento de Gramsci, a de hegemonia possui uma importância que só pode ser medida pela sua ampla relação com outros elementos de seu pensamento. Presente ao longo de todo o conjunto dos QC, foi apresentada por Gramsci pela primeira vez no QC 1, § 40 (GERRATANA, 2007a; COSPITO, 2009), em uma análise sobre a conjuntura política decorrente do *Risorgimento* e das disputas políticas ocorridas na Itália. A partir dessa referência, a concepção de hegemonia se fez presente nos QC e foi desenvolvida junto à análise de outras questões do pensamento gramsciano. Dentre elas, destacam-se as análises feitas sobre as questões da organização política, da influência da religião na organização da sociedade, do papel dos intelectuais na organização da cultura e nas relações entre estrutura e superestrutura, das disputas entre ideologias na formação do Estado, e também na produção do conhecimento (GERRATANA, 2007a; MUSITELLI, 1996; COSPITO, 2009).

Nos QC a concepção de hegemonia foi tomada como um conceito amplo, inicialmente tendo em vista a ditadura do proletariado e ampliado no sentido de uma estratégia empregada na disputa pela capacidade diretiva das esferas políticas, praticada não só pelas classes proletárias, mas também pelas classes sociais em geral (MOUFFE, 1979). Embora as formulações mais elaboradas da concepção de hegemonia tenham sido feitas a partir de 1929 nos QC, as primeiras ideias de Gramsci sobre a problemática já apareciam em seus escritos do início da década de 1920. A hegemonia, como conquista do consenso, foi apresentada por Gramsci como elemento central de sua estratégia para o processo de transição da sociedade capitalista para o socialismo.

Os comunistas turinenses haviam formulado de modo concreto a questão da 'hegemonia do proletariado', ou seja, da base social da ditadura proletária e do Estado operário. O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar, contra o capitalismo e o Estado burguês, a maioria da população trabalhadora, o que significa, na Itália, nas reais relações de classe existentes na Itália, na medida em que

conseguir obter o consenso das amplas massas camponesas [...] (SP-III, 2009, p. 158)³⁵.

Gramsci apontou para questão da hegemonia e destacou a relação entre domínio e direção. Ao pensar na criação da ditadura do proletariado, afirmou que os proletários, além de se tornarem dominantes, precisariam ser dirigentes. De outro lado, indicou a necessidade de obtenção do consenso para que, com o apoio de classes aliadas, seja adquirida e mantida a governabilidade do Estado operário. A hegemonia se refere, assim, à instituição do Estado operário, mas que deve ser realizada mediante o consenso dos diferentes grupos sociais, em especial dos trabalhadores, operários das fábricas do norte, e os camponeses do sul. Para Gramsci, a discussão acerca da hegemonia do proletariado passava necessariamente pela questão meridional (GRUPPI, 1998; COUTINHO, 1981).

Ao discutir os resultados do Congresso de Livorno, Gramsci apresentou a questão meridional como o problema central da vida nacional italiana e o definiu como um problema característico do desenvolvimento do capitalismo industrial na Itália. O norte, desenvolvido economicamente, operou sua dominação econômica sobre o sul da Itália que, em sua característica essencialmente agrária e por sua forma de produção baseada no latifúndio, gerou o empobrecimento em massa dos camponeses.

[...] O capitalismo italiano conquistou o poder seguindo esta linha de desenvolvimento: subjugou o campo às cidades industriais e subjugou a Itália central e meridional ao Norte. A questão das relações entre as cidades e o campo se apresenta no Estado burguês italiano não somente como a questão da relação entre as grandes cidades industriais e as zonas rurais de uma mesma região, mas como questão das relações entre uma parte do território nacional e outra absolutamente distinta dela e caracterizada por traços particulares [...] (SP-II, 2008c, p. 112)³⁶.

³⁵ I comunisti torinesi si erano posti concretamente la questione dell'egemonia del proletariato', cioè della base sociale della dittatura proletaria e dello Stato operaio. Il proletariato può diventare classe dirigente e dominante nella misura in cui riesce a creare un sistema di alleanze di classi che gli permetta di mobilitare contro il capitalismo e lo Stato borghese la maggioranza della popolazione lavoratrice, ciò che significa, in Italia, nei reali rapporti di classe esistenti in Italia, nella misura in cui riesce a ottenere il consenso delle larghe masse contadine [...] (SP-III, 2009, p. 158).

³⁶ [...] Il capitalismo italiano ha conquistato il potere seguendo questa linea di sviluppo: ha soggiogato le campagne alle città industriali e ha soggiogato l'Italia centrale e meridionale al Settentrione. La questione dei rapporti tra città e campagna si presenta nello Stato borghese italiano non solo come questione dei rapporti tra le grandi città industriali e le campagne immediatamente vincolate ad esse nella stessa regione, ma come questione dei rapporti tra una

As discussões sobre as demandas de ordem econômica e social que sempre caracterizaram as diferenças entre o desenvolvimento do norte italiano e o atraso característico da região sul estão na gênese não só da concepção de hegemonia, mas de todo o pensamento de Gramsci. Movido pelo desejo de superar as condições de vida impostas aos trabalhadores agrários do sul da Itália, ele via na formação cultural o caminho para a produção e o desenvolvimento das condições materiais necessárias à superação das contradições históricas, características do atraso no desenvolvimento agrário do sul da Itália. Estes são os motivos pelos quais a questão meridional é um elemento fundante da concepção de hegemonia.

No campo proletário, os comunistas de Turim tiveram um ‘mérito’ incontestável: o de obrigar a vanguarda operária a se ocupar da questão meridional, apontando-a como um dos problemas essenciais da política nacional do proletariado revolucionário. Neste sentido, contribuíram na prática para retirar a questão meridional de sua fase de indefinição, intelectualista, chamada de ‘concretista’, para fazê-la ingressar numa nova fase [...] (SP-III, 2009, p. 158)³⁷.

A elaboração da concepção de hegemonia por Gramsci tem seus fundamentos nas experiências vividas durante os anos que esteve em Turim. A proximidade com o movimento operário e suas iniciativas nos conselhos de fábrica e na ocupação das fábricas em Turim, permitiram-lhe vivenciar os desgastes sofridos pela classe burguesa que, possuindo o domínio econômico, não tinha condições de governar e criava novas estratégias de dominação (SP-III, 2009). Um exemplo real dessa estratégia empregada pela burguesia foi a Proposta de Giovanni Agnelli que, em setembro de 1920, na ocupação das fábricas em Turim, propôs que a Fábrica da Fiat se tornasse uma cooperativa

parte del territorio nazionale e un'altra parte assolutamente distinta e caratterizzata da note sue particolari [...] (SP-II, 2008c, p. 112).

³⁷ Nel campo proletario, i comunisti torinesi hanno avuto un ‘mérito’ incontrastabile: di avere imposto la questione meridionale all'attenzione dell'avanguardia operaia, prospettandola come uno dei problemi essenziali della politica nazionale del proletariato rivoluzionario. In questo senso essi hanno contribuito praticamente a far uscire la questione meridionale dalla sua fase indistinta, intellettualistica, così detta ‘concretista’, per farla entrare in una fase nuova [...] (SP-III, 2009, p. 158).

coordenada pelos proletários³⁸. O próprio Agnelli acabou por abandonar a proposta um mês depois. Entretanto, a proposta gerou expectativas entre os membros da Confederação Geral do Trabalho e contribuiu para quebrar a resistência do movimento de ocupação das fábricas pelos operários turinenses (COUTINHO, 2004). Gramsci, ao discutir a questão, apontou que esse movimento fazia parte da nova estratégia assumida pela burguesia, que não conseguia governar ante os levantes dos trabalhadores das fábricas do norte e dos camponeses do sul.

No novo século, a classe dominante inaugurou uma nova política, de alianças de classe, de blocos políticos de classe, ou seja de democracia burguesa. Tinha de escolher: ou uma democracia rural, isto é, uma aliança com os camponeses meridionais, uma política de liberdade alfandegária, de sufrágio universal, de descentralização administrativa, de produtos industriais baratos; ou um bloco industrial capitalista-operário, sem sufrágio universal, com protecionismo alfandegário, com conservação do centralismo estatal (expressão do domínio burguês sobre os camponeses, especialmente no Sul e nas ilhas), com uma política reformista em face dos salários e das liberdades sindicais. Escolheu, não por acaso, esta segunda solução; Giolitti personificou o domínio burguês; o Partido Socialista tornou-se o instrumento da política Giolittiana [...] (SP-III, 2009, p. 162)³⁹.

As discussões de Gramsci sobre a hegemonia e sobre a luta pela hegemonia são resultado de sua análise sobre as tentativas de efetivar a revolução proletária engendradas pelos operários italianos. As observações e críticas à atuação do PSI, diante do movimento operário na era giolittiana⁴⁰,

³⁸ Giovanni Agnelli (1866-1945) fundador da *Fabbrica Italiana Automobili Torino* (FIAT), foi Senador do *Regno d'Italia* no ano de 1923.

³⁹ Nel nuovo secolo la classe dominante inaugurò una nuova politica, di alleanze di classe, di blocchi politici di classe, cioè di democrazia borghese. Doveva scegliere: o una democrazia rurale, cioè una alleanza coi contadini meridionali, una politica di libertà doganale, di suffragio universale, di decentramento amministrativo, di bassi prezzi nei prodotti industriali, o un blocco industriale capitalistico-operario, senza suffragio universale, per il protezionismo doganale, per il mantenimento dell'accentramento statale (espressione del dominio borghese sui contadini, specialmente del Mezzogiorno e delle isole), per una politica riformistica dei salari e delle libertà sindacali. Scelse, non a caso, questa seconda soluzione; Giolitti impersonò il dominio borghese, il Partito socialista divenne lo strumento della politica giolittiana (SP-III, 2009, p. 162).

⁴⁰ O giollitismo é o termo empregado por Gramsci para designar as perspectivas ideológicas assumidas por Giovanni Giolitti (1814-1928), Primeiro Ministro do Estado Italiano em três períodos distintos (1892-1893; 1901-1914; 1920-1921). O período entre 1901-1914 ficou conhecido historicamente como "Era giolittiana". Defensor do liberalismo, fazia uso da repressão sobre os camponeses e defendia a criação de um bloco industrial no Norte da Itália. Suas ações políticas

fundamentam a perspectiva de reflexão sobre a hegemonia para ele sempre relacionada à atividade intelectual. Na perspectiva gramsciana, cabe ao partido político promover, pela ação dos intelectuais, a formação da consciência dos trabalhadores para que estes assumam o governo do Estado. Nesse sentido, a última menção da concepção de hegemonia é apresentada no QC 29, onde Gramsci discutiu as questões concernentes ao desenvolvimento da língua italiana e de seu aprendizado pelas classes subalternas. A preocupação de Gramsci com o aprendizado e o domínio da língua está relacionada com a iniciativa dos intelectuais em organizar uma cultura homogênea e de desenvolver nas classes subalternas a capacidade de se apropriar dela. No QC 16, § 21, Gramsci afirmou que a comunicação falada, ou seja, o domínio da linguagem oral, é um meio de difusão ideológica dotado de uma rapidez sem precedentes e de uma capacidade de ação emotiva mais ampla que aquelas conseguidas pela comunicação escrita.

Nesse sentido, pode-se afirmar que para Gramsci a questão cultural traz consigo as características das esferas econômica e política e as suas preocupações sobre as ações dos trabalhadores e as tentativas de construção da hegemonia proletária, estão inscritas numa leitura de mundo que produziu conceitos e concepções a partir da realidade prática e que, ao partir de movimentos concretos, operados por homens reais, participantes da construção da sociedade, Gramsci desenvolveu uma filosofia viva, um pensamento que, nascido de uma dada realidade social é orgânico a ela e se consolidou mediante a superação das contradições impostas pela organização social vigente.

3.1.2. A concepção de hegemonia nos *Quaderni del Carcere*

A concepção de hegemonia, desenvolvida por Gramsci nas páginas dos QC, é uma categoria fundamentalmente prática e não se configura como um conceito abstrato, mas sim como uma ação real desenvolvida na sociedade tendo como base a disputa consciente entre grupos sociais antagônicos, no norte da

tendiam à conservação de uma determinada estrutura própria da sociedade burguesa em seus aspectos econômicos e sociais (DEL ROIO, 2009a).

Itália os proletários e os industriais, ao sul os camponeses e os grandes proprietários rurais (LIGUORI, 2007; MOURA LEITE; SCHLESENER, 2007; ADAMSON, 1980). Deve-se entender a hegemonia a partir da disputa entre grupos políticos defensores de ideologias distintas, como liberais e socialistas, e pela luta de classes desenvolvidas na Itália no início do século XX. Ao raiar da década de 1920, os grupos sociais que disputavam o poder político na Itália o faziam de maneira desarticulada (DIAS, 2000; ADAMSON, 1980), de modo que ao norte, predominantemente industrial, consolidava-se a hegemonia dos grupos burgueses sobre os operários e, ao sul, agrário por natureza, a hegemonia era exercida pelos aristocratas latifundiários sobre os camponeses, (GRAMSCI, 2007), que governavam em função de interesses individuais ou familiares, sem considerar necessariamente o desenvolvimento do Estado e de seus membros (CANDELORO, 2002).

A existência de diferentes grupos sociais disputando o poder político e, conseqüentemente, o econômico de forma desarticulada era o cenário no qual Gramsci analisava a questão da hegemonia. A concepção leninista de ditadura do proletariado, advinda do leste europeu onde ocorrera a revolução, não se encaixava no momento histórico vivido pela Itália. Havia uma falta de articulação dos grupos sociais para se consolidarem como classes sociais. A própria burguesia italiana não se encontrava unificada e, naquele momento, os partidos políticos não possuíam a organização necessária para desenvolver um processo de direcionamento político-cultural sobre o conjunto das frações que se estabeleciam na sociedade italiana (DIAS, 2000; ADAMSON, 1980). O caminho pelo qual a burguesia se consolidou na Itália foi o da força bruta que, por meio da opressão aos grupos opositores, exerceu o poder político.

A classe burguesa não é uma unidade fora do Estado. Pelo princípio e pela ação da livre concorrência surgem e se constituem novos grupos de produtores capitalistas que integram incessantemente a capacidade econômica do regime. Cada grupo deixaria a luta dilacerante da concorrência, impondo um monopólio. O Estado compõem juridicamente as disputas internas das classes, os atritos de interesses contrastantes, unificam as classes e lhes dão uma imagem plástica para toda a classe. O governo, o poder, é o ponto no qual se afirma a concorrência das classes. O governo é o prêmio do partido, da classe burguesa mais forte, que por esta força conquista o direito de regular o

poder do Estado, de voltá-lo para determinados fins, de moldá-lo de acordo com o seu programa econômico e político (SP-I, 2008b, p. 85)⁴¹.

No desenvolvimento do Estado italiano e na ascensão da pequena burguesia italiana ao poder, teve destaque a ação política no processo de unificação dos grupos sociais. O Estado é o prêmio daqueles que efetuam a tomada do poder, porque por meio de seu aparato burocrático permite o exercício do domínio sobre os processos. Esse foi o caso da escolha política efetuada pelo grupo dominante na era *giolittica*. Para Gramsci, no entanto, as ações da classe burguesa quando no controle do estado eram insuficientes para o estabelecimento de sua hegemonia, pois Gramsci visualizava que ações visando apenas à manutenção do poder econômico, pelo uso da força política, não garantiam a adesão das classes subalternas. Esse era para Gramsci o ponto de partida para a produção da cisão entre os governantes e o povo (JOLL, 1979; SASSOON, 1980).

Essa fissura que se desenvolveu no poder estabelecido pelo grupo dominante era, para Gramsci, o espaço necessário para o desenvolvimento das ideologias contrárias que, fundadas no consenso das classes subalternas, despontavam como uma alternativa ao modelo de sociedade estabelecida pelo grupo no poder (COUTINHO, 1981). Nessa perspectiva, Gramsci apresentou o conceito de hegemonia pela primeira vez nos QC. A hegemonia se consolida como hegemonia política e precisa encontrar o respaldo de dois grupos distintos, os aliados e os opositores. Para tal, é necessário o uso de elementos que, embora aparentemente contraditórios, permitem o exercício da direção política sobre todos os grupos sociais.

[...] Uma classe é dominante de dois modos, é 'dirigente' e 'dominante'. É dirigente das classes aliadas, é dominante das

⁴¹ La classe borghese non è una unità fuori dello Stato. Per il principio e l'azione della libera concorrenza sorgono e si costituiscono continuamente nuovi gruppi di produttori capitalisti che integrano incessantemente la capacità economica del regime. Ogni gruppo vorrebbe uscire dalla dilacerante lotta della concorrenza imponendo il monopolio. Lo Stato compone giuridicamente i dissidi interni di classe, gli attriti d'interessi contrastanti, unifica i ceti e dà l'immagine plastica dell'intera classe. Il governo, il potere, è il punto in cui si afferma la concorrenza dei ceti. Il governo è il premio del partito, del ceto borghese più forte, che per questa forza conquista il diritto di regolare il potere dello Stato, di rivolgerlo a determinati fini, di plasmarlo prevalentemente a seconda dei suoi programmi economici e politici (SP-I, 2008b. p. 85).

classes adversárias. Assim uma classe, antes de ir ao poder, pode ser 'dirigente' (e deve sê-lo); quando está no poder se torna dominante mas continua a ser 'dirigente'. [...] A direção política se torna um aspecto do domínio, enquanto a absorção das elites das classes inimigas leva a decapitação destas e à sua impotência. Pode e deve ser uma 'hegemonia política' mesmo antes de estar no governo e não deve contar somente com o poder e a força material que este lhe dá para exercitar a direção ou a hegemonia política (QC 1, § 44, p. 41)⁴².

A conquista do poder político ocorre por meio do conflito. Esse conflito é denominado por Gramsci de luta pela hegemonia, ou, luta hegemônica. O fim último da luta hegemônica é a conquista do Estado, e com ele, o Poder Político. Na concepção gramsciana de hegemonia, uma classe dominante se torna hegemônica de fato se obtém a liderança do ponto de vista intelectual e moral, antes de assumir o poder. A liderança intelectual e moral é relativa à capacidade de obtenção do consenso e pode ser obtida por meio do direcionamento cultural (SCHLESENER, 2007).

A luta hegemônica exige a determinação de um direcionamento da ação política que, em sua essência, guarda relação com o processo de formação social, de forma independente daquela já estabelecida e que se encontra repleta de fissuras em função das revoltas originadas pelo uso excessivo da força. Para a consolidação da hegemonia, o aspecto da coerção exercida pelo grupo dominante sobre os grupos adversários precisa encontrar o equilíbrio, para que possa também ser exercida sobre os grupos aliados. Para isso, é necessário o estabelecimento de alianças sólidas e que deem sustentação ao grupo dirigente. As alianças precisam ser duradouras e cabe ao partido político, munido de uma ideologia, exercer, por intermédio dos intelectuais, a direção da sociedade (DEL ROIO, 2005; SASSOON, 1980). Essa combinação de força e consenso é denominada por Gramsci de exercício normal da hegemonia.

⁴² [...] una classe è dominante in due modi, è cioè 'dirigente' e 'dominante'. È dirigente della classi alleate, è dominante della classi avversarie. Perciò una classe già prima di andare al potere può essere 'dirigente' (e deve esserlo): quando è al potere diventa dominante ma continua ad essere anche 'dirigente'. [...] La direzione politica diventa un aspetto del dominio, in quanto l'assorbimento delle élites delle classi nemiche porta alla decapitazione di queste e alla loro impotenza. Ci può e ci deve essere una 'egemonia politica' anche prima della andata al Governo e non bisogna contare solo sul potere e sulla forza materiale che esso dà per esercitare la direzione o egemonia politica (QC 1, § 44, p. 41).

[...] O exercício 'normal' da hegemonia se tornou clássico no terreno do regime parlamentar e é caracterizado pela combinação da força e do consenso, que se equilibram, sem que a força seja excessiva sobre o consenso, de fato parece depender do consenso da maioria, expresso pelos ditos órgãos de opinião pública [...] (QC 1, § 48, p. 59)⁴³.

A indicação de Gramsci de que o exercício normal da hegemonia ocorre em um âmbito mediado pelo regime parlamentar é sintomático. Significa que a hegemonia se consolida no Estado. É no âmbito do Estado e da política que ocorre a ação de direção da sociedade executada pelo partido político. A conquista da hegemonia é um processo lento, no qual o grupo intelectual, mediante a ação do partido político, implanta a ideologia com a colaboração dos grupos aliados. Nesse processo, na tentativa de estabelecer o consenso, o grupo dirigente respeita os interesses dos grupos aliados e lhes faz concessões (JOLL, 1979).

Na perspectiva gramsciana, a conquista do consenso é anterior à obtenção do poder político e se realiza mediante a conquista da direção intelectual e moral sobre a sociedade civil. A conquista do consenso é o resultado de uma ação de longa data e ocorre pelas concessões do grupo dirigente aos anseios dos grupos aliados ou opositores. A estratégia da classe dominante concede aos subalternos para conquistar o consenso e se configura como um momento democrático. No QC 8, § 191 intitulado **Egemonia e democrazia**, Gramsci apontou que entre hegemonia e democracia existe uma relação de ordem prática. A democracia é resultante da necessidade do grupo dirigente de atrair outros grupos para si. Gramsci afirmava que essa transição de grupos é decorrente do desenvolvimento econômico e ocorre de forma molecular. Isso significa que alguns grupos acabam por assumir a condição de dirigentes numa ordem já estabelecida. Esse momento "democrático" identificado por Gramsci representa uma das formas de manutenção da hegemonia, na qual o grupo dirigente permite aos subalternos se sentirem parte da estrutura social hegemônica por meio da participação no

⁴³ [...] L'esercizio 'normale' dell'egemonia nel terreno divenuto classico del regime parlamentare, è caratterizzato da una combinazione della forza e del consenso che si equilibrano, senza che la forza soverchi di troppo il consenso, anzi appaia appoggiata dal consenso della maggioranza espresso dai così detti organi dell'opinione pubblica [...] (QC 1, § 48, p. 59).

desenvolvimento econômico, ou melhor, da ilusão da participação (MANACORDA, 2008).

As estratégias empregadas na luta hegemônica se desenvolvem no âmbito do Estado. Marx e Engels na **Ideologia Alemã** (s/d), ao discutirem a Revolução Proletária, apontavam para a necessidade de tomada do poder político como condição necessária para a luta pela libertação da classe proletária. A conquista do poder político permitiria ao proletariado desvencilhar-se das formas de dominação empreendidas socialmente ao longo da história e exercer a direção sobre a sociedade, de maneira que seus interesses possam ser tomados como interesses de ordem universal.

[...] Daqui se depreende que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., etc., são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efectivas das diferentes classes entre si [...]; depreende-se igualmente que toda a classe que aspira ao domínio, mesmo que o seu domínio determine a abolição de todas as antigas formas de dominação em geral, como acontece com o proletariado, deve antes de tudo conquistar o poder político para conseguir aumentar o seu interesse próprio como sendo o interesse universal [...] (MARX; ENGELS, s/d. p. 39-40).

Dadas as condições em que Gramsci se encontrava, encarcerado, e das características da publicação da **A Ideologia Alemã**, é improvável que Gramsci tenha tido acesso ao texto de Marx e de Engels (MANACORDA, 1991). No entanto, a concepção gramsciana de hegemonia, aplicada à classe trabalhadora, como tomada do poder por meio da direção político-cultural, está em sintonia com a proposta de Marx e Engels. Ao discutir o campo de luta pela hegemonia, Gramsci ressignificou a concepção de Estado e, partindo da concepção marxista, relacionou a ideia de Estado, como organização política, à organização econômica (BUCI-GLUCKSMANN, 1990). No entanto, esta não pode ser entendida como uma forma material de um determinado modo econômico, como pertencente a um sistema produtivo determinado. No QC 10 Gramsci afirma que “[...] Certamente, o Estado não produz *ut sic* a situação econômica, mas é a expressão da situação econômica; todavia, pode-se falar do Estado como agente

econômico precisamente enquanto o Estado é sinônimo de tal situação” (QC 10, § 41, p. 1310)⁴⁴.

A concepção gramsciana de Estado, ainda que inscrita na perspectiva do pensamento marxista avança na medida em que suas ideias permitem a compreensão do Estado a partir da ampliação desse conceito (BUCI-GLUCKSMANN, 1990). Suas análises sobre a hegemonia são relacionadas à concepção de Estado, noção que é entendida por Gramsci de maneira dialética, por meio da condição de unidade-distinção que ocorre no plano das superestruturas (LIGUORI, 2007). A compreensão de Estado levada a cabo por Gramsci considera o desenvolvimento e o processo de organização econômica e política como característica dos Estados modernos (LIGUORI, 2005). No QC 6, § 87, ao analisar as iniciativas históricas da instituição do Estado, Gramsci chamou a atenção para a ampliação procedida na compreensão da noção de Estado, que ocorreu em função da necessidade de operar a superação da hegemonia da Igreja Católica e estabelecimento da primazia do Estado laico.

Deste ponto de vista, tem que ser estudada a iniciativa jacobina de instituição do culto do ‘ente-supremo’, que aparece, portanto, como uma tentativa de criar uma identidade entre Estado e sociedade civil, de unificar ditatorialmente os elementos constitutivos do Estado, em um sentido orgânico mais ampliado (Estado propriamente dito e sociedade civil) em uma busca desesperada para apertar com o punho toda a vida popular e nacional, mas aparece também, como a primeira raiz do Estado moderno laico, independente da Igreja, que procura e encontra em si mesmo, na sua vida complexa, todos os elementos de sua personalidade histórica (QC 6, § 87, p. 763)⁴⁵.

A perspectiva de aproximação entre sociedade política e sociedade civil, é um elemento que se destaca no pensamento gramsciano e permite a análise da

⁴⁴ [...] È certo che lo Stato ut sic non produce la situazione econômica ma è l'espressione della situazione economica, tuttavia si può parlare dello Stato come agente economico in quanto appunto lo Stato è sinonimo di tale situazione [...] (QC 10, § 41, p. 1310).

⁴⁵ Da questo punto di vista è da studiare l'iniziativa giacobina dell'istituzione del culto dell'ente supremo', che appare pertanto come un tentativo di creare identità tra Stato e società civile, di unificare dittatorialmente egli elementi costitutivi dello Stato in senso organico e più largo (Stato propriamente detto e società civile) in una disperata ricerca di stringere in pugno tutta la vita popolare e nazionale, mas appare anche come la prima radice dello Stato moderno laico, indipendente dalla Chiesa, che cerca e trova in se stesso, nella sua vita complessa, tutti gli elementi de sua personalità storica (QC 6, § 87, p. 763).

concepção de Estado moderno, entendido na perspectiva de ampliação do conceito de Estado (BUCI-GLUCKSMANN, 1990). A partir da leitura do § 65 do QC 11, podemos afirmar que a sociedade civil foi apresentada como o âmbito natural das disputas pela hegemonia e o campo de origem da ciência política, uma vez que a sociedade civil compreende os segmentos que não participam do governo e comporta a união dos cidadãos que, destituídos do poder governamental, adquirem influência política pelo consenso dos diferentes estratos da população reunidos em torno de instituições e organizações como os sindicatos e os partidos políticos. A sociedade política compreende a organização Estatal detentora do poder político e das condições materiais para o exercício da coerção, em especial pelo emprego do direito legislativo.

O Estado é entendido por Gramsci na perspectiva dialética de unidade entre a sociedade política, entendida tradicionalmente como Estado, e a sociedade civil, incorporada à concepção de Estado por Gramsci por meio da ampliação de sua noção (BUCI-GLUCKSMANN, 1990; LIGUORI, 2005; LIGUORI, 2007; LIGUORI, 2009). Essa perspectiva dialética de unidade-distinção é estabelecida por Gramsci no QC 12, § 1, ao discutir a relação entre os intelectuais e o mundo da produção. A noção de Estado abarca em si dois momentos importantes, a relação entre política e economia e a relação entre sociedade política e sociedade civil, componentes da superestrutura, que permitem a obtenção da hegemonia de um grupo sobre os demais.

[...] Pode-se medir a 'organicidade' dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes 'planos' superestruturais: o que pode ser chamado de 'sociedade civil' e 'sociedade política ou Estado', esses correspondem à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de 'domínio direto' ou de comando, que se expressa no Estado e no governo 'jurídico'. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas [...] (QC 12, § 1, p. 1518-1519)⁴⁶.

⁴⁶ Si potrebbe misurare l'organicità dei diversi strati intellettuali, la loro più o meno stretta connessione con un gruppo sociale fondamentale, fissando una gradazione delle funzioni e delle sovrastrutture dal basso in alto (dalla base strutturale in su). Si possono, per ora, fissare due grandi 'piani' superstrutturali, quello che si può chiamare della 'società civile' e quello della 'società politica o Stato' e che corrispondono alla funzione di 'egemonia' che il gruppo dominante esercita in tutta la società e a quello di 'dominio diretto' o di comando che si esprime nello Stato e nel

O entendimento do Estado a partir da concepção genuinamente gramsciana, em que há uma ampliação da concepção de Estado para abarcar as diversas relações existentes na sociedade, em especial aquelas derivadas das relações entre política, economia e cultura, deve, no entanto, ser feito com uma ressalva. Essa distinção entre sociedade civil e sociedade política não se materializa no campo da realidade e consiste apenas em uma distinção de caráter metodológico (LIGUORI, 2007). Na prática, sociedade civil e sociedade política compõem a mesma realidade, mas se distinguem pela posição que ocupam em relação ao Estado⁴⁷.

Gramsci analisou como as contradições existentes no mundo da produção influenciavam a luta pela capacidade diretiva e a dinâmica de renovação cultural em que o Estado é o campo das disputas entre concepções morais, religiosas e econômicas distintas. As forças conservadoras e os movimentos revolucionários são os agentes envolvidos na luta pela hegemonia e disputam os espaços da sociedade civil visando ao consenso das classes subalternas e à obtenção da hegemonia política e econômica. No QC 6 Gramsci definiu o Estado como a síntese entre sociedade civil e sociedade política, “[...] Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia revestida de coerção” (QC 6, § 88, p. 763-764)⁴⁸. O Estado é a organização social que detém o poder econômico das atividades da sociedade civil e o poder político-administrativo do governo.

A sociedade civil é para Gramsci o âmbito no qual ocorrem as contradições sociais e, portanto, o palco onde se desenvolve a disputa pela hegemonia por intermédio da luta de classes materializada nas disputas entre os grupos e camadas sociais que compõem a sociedade civil. Âmbito da luta hegemônica é a sociedade civil, na qual residem a possibilidade de obtenção do consenso e o exercício de formação cultural. Na medida em que é permeada por conflitos e contrastes, a sociedade civil contém a manifestação dos anseios e desejos de

governo ‘giuridico’. Queste funzione sono precisamente organizzative e connettive (QC 12, § 1, p. 1518-1519).

⁴⁷ O conceito de sociedade civil foi discutido por Marsílio de Pádua (1275-1343) na sua obra *Defensor Pacis* (1324) (ARNAUT DE TOLEDO; CAMPAROTTO, 2003; ARNAUT DE TOLEDO; CAMPAROTTO, 2011).

⁴⁸ “[...] Stato = società politica + società civil, cioè egemonia corazzata di coercizione (QC 6, § 88, p. 763-764).

seus integrantes, que utilizam da hegemonia na economia como elemento de luta pela obtenção do poder político (MONAL, 2005). A hegemonia política é o momento em que se estabelece a relação entre a sociedade civil, de vocação econômica, com a sociedade política, mediante a agregação do consenso e o uso da coerção como força política (LIGUORI, 2009).

A hegemonia é a expressão da sociedade civil que, a partir da estrutura do Estado se impõe à sociedade política por meio do exercício de direção cultural. A capacidade econômica, essência da sociedade civil, permite-lhe constituir um Estado com vistas ao atendimento de suas necessidades. Na luta pela hegemonia, os grupos sociais, radicados na sociedade civil exercem, por meio da organização da produção e dos meios de produção, o direcionamento cultural, que por meio da ação dos intelectuais tende a consolidar a hegemonia de um determinado grupo sobre os demais. A organização da sociedade civil a torna resistente e complexa, capaz de se contrapor à organização política do Estado.

3.2. Educação e cultura em Gramsci

As discussões de Gramsci sobre educação e cultura compõem grande parte de seus escritos carcerários e suas reflexões sobre esses temas são desencadeamentos de suas análises da organização da sociedade burguesa, girando em torno das relações entre educação e trabalho. Esses elementos se articulam no discurso de Gramsci, ora se fundindo, ora se afastando, em um movimento dialético que permite a compreensão da luta pela emancipação do homem. As questões educacionais e culturais foram discutidas a partir da percepção histórica da relação do homem com a sua realidade. As reflexões gramscianas se encaminham para o desenvolvimento de uma articulação entre o homem e o conhecimento de ordem prática e intelectual, tendo como referencial a sociedade industrial que estava se constituindo no início do século XX.

Nessa perspectiva, adotamos como pressuposto a ideia de que a concepção gramsciana de educação guarda relação com o movimento revolucionário e com a luta emancipatória de camponeses e operários. Gramsci

analisou o movimento operário e identificou elementos que considerou necessários para a consolidação da hegemonia dos trabalhadores. Seu pensamento educacional é resultado da vivência e da militância junto ao movimento operário de Turim, a partir do qual extraiu os fundamentos para as análises do fenômeno educativo.

Gramsci, na condição de dirigente, assumiu a organização política das classes trabalhadoras e identificou a incapacidade dos operários e camponeses italianos para se organizarem politicamente. Mediante as dificuldades inerentes à criação de uma nova ordem social, a hegemonia proletária, concebeu a luta pela hegemonia como um momento educativo. A necessidade urgente de pôr em ordem a ação de oposição das classes trabalhadoras perante a organização do capital, fez com que o debate sobre a educação e a formação cultural das classes operárias se estabelecesse como um tema de maior importância para as reflexões de Gramsci que, relacionou a formação cultural e os processos educativos ao desenvolvimento da Itália e acenou que a estrutura vigente naquele momento era incapaz de promover o desenvolvimento das classes subalternas rumo à emancipação do trabalhador.

Preocupado em formar quadros de intelectuais capazes de operar a revolução operária, Gramsci confrontou os modelos de escolas existentes, ao longo da tradição educacional, com a necessidade imediata de formação dos dirigentes da classe operária. Colocava-se na ordem do dia no movimento revolucionário o debate educacional, que orientado para superar o modelo de educação vigente, fundava-se sobre uma sociedade estruturada na desigualdade social, cujo papel da educação era conformar e disciplinar os indivíduos para que se inserissem na hierarquia social previamente estabelecida.

3.2.1. A formação do Bloco Histórico como elemento educativo

O debate educacional desenvolvido nos QC está circunscrito ao processo revolucionário engendrado pela classe operária no campo da sociedade civil. Responsáveis pela elaboração das concepções sociais de mundo, os intelectuais

operam no campo das superestruturas, desenvolvendo e disseminando as ideologias que podem atuar como forças conservadoras da ordem hegemônica vigente, ou fundamentar e originar rupturas na hegemonia do grupo dominante. Independente do objetivo intrínseco da sua ação, os intelectuais atuam no processo educativo das classes subalternas pela mediação, cuja finalidade é tornar acessível aos grupos subalternos os instrumentos para que estes possam desenvolver a crítica sobre a estrutura social. É por ela que os subalternos irão aderir a concepção de mundo hegemônica, originando o consenso em relação à concepção de mundo dominante, ou para atuar para sua transformação, que é a gênese do processo revolucionário.

A hegemonia se realiza no âmbito da superestrutura e a relação entre ela e a estrutura se encontra na base da luta revolucionária. Gramsci entendia que a estrutura era formada pela unidade da economia, embasada nos meios e nas formas de produção, fundamentos reais do desenvolvimento social (GRUPPI, 1998; COSPITO, 2009). A base real para o desenvolvimento das forças materiais se encontra nas relações de produção que possuem a capacidade de promover a estruturação econômica da sociedade. A superestrutura é de ordem política e jurídica e, estando implantada sobre a base econômica, tem a finalidade de promover a consciência social. A superestrutura atua no campo da organização social pela formação da consciência política e ideológica dos indivíduos e dos grupos sociais e tem como objetivo promover a unidade econômica pelo desenvolvimento das forças produtivas, para que atendam às necessidades e às demandas geradas por uma dada organização social.

No QC 13, § 17, intitulado ***Analisi delle situazioni: rapporti di forza***, Gramsci discutiu a importância da relação entre estrutura e superestrutura mediante as forças operantes em um período histórico e enfatizou que, para analisar essa relação, é necessário considerar que nenhuma sociedade é substituída por outra, sem que a sociedade precedente tenha desenvolvido todas as formas de vida que lhe são próprias. Para analisar essa realidade, Gramsci se apropriou e empregou o conceito de bloco histórico de Georges Sorel e enfatizou

que a organização ideológica e política decorrente da organização econômica da sociedade se desenvolve de forma intrínseca a ela⁴⁹.

Será que a estrutura é concebida como algo imóvel e absoluto, ou ao contrário, como a própria realidade em movimento e a afirmação das *Teses sobre Feuerbach* de que 'o educador deve ser educado', não coloca uma relação necessária de reação ativa do homem sobre a estrutura, afirmando a unidade do processo real? O conceito de 'bloco histórico', constituído por Sorel, apreende plenamente a unidade apoiada pela filosofia da práxis [...] (QC 10, § 41, p. 1300)⁵⁰.

A concepção gramsciana de bloco histórico foi desenvolvida no QC 4 e deve ser entendida como a consolidação de uma articulação interna necessária a uma situação histórica. A percepção de Gramsci indicava que em um dado momento da história, diferentes organizações sociais coexistem e disputam a hegemonia, tanto nos níveis da estrutura como da superestrutura. O confronto entre forças distintas em um dado momento histórico, ocorre tanto no campo da organização econômica e dos modos de produção (que compõem a estrutura), como por meio dos sistemas políticos ideológicos (que compõem a superestrutura), e objetivam consolidar um bloco histórico, a partir do qual se dá o exercício da hegemonia (PORTELLI, 1977; GRUPPI, 1998). O resultado da relação dialética entre as forças produtivas e as ideologias presentes no interior do bloco histórico é a sua unidade, que é orgânica. As ideologias produzidas pelos intelectuais agregados ao bloco histórico são orgânicas ao desenvolvimento das forças produtivas, da mesma maneira como as forças produtivas são desenvolvidas em função das ideologias (PORTELLI, 1977).

A formulação mais clara sobre a concepção de bloco histórico se encontra no QC 7, § 21 intitulado ***Validità delle ideologie***. Nesta, ficava evidente que as análises de Gramsci sobre a relação entre estrutura e superestrutura enfatizavam a condição dialética desses dois elementos, sem valorar um, em detrimento do

⁴⁹ Georges Eugène Sorel (1847-1922) foi um engenheiro francês que se dedicou ao estudo da filosofia social. Marxista heterodoxo, era engajado no sindicalismo revolucionário. Sorel se destacou por sua reação ao positivismo e a sua postura antijacobina.

⁵⁰ [...] Forse che la struttura è concepita come qualcosa di immobile ed assoluto o non invece come la realtà stessa in movimento e l'affermazione delle *Tesi su Feurbach* dell' 'educatore che deve essere educato' non pone un rapporto necessario di reazione attiva dell'uomo sulla struttura, affermando l'unità del processo del reale? Il concetto di 'bloco storico' costruito dal Sorel coglieva appunto in pieno questa unità sostenuta dalla filosofia della praxis [...] (QC 10, § 41. p. 1300).

outro. Dessa forma, no pensamento gramsciano os elementos relativos à materialidade da estrutura, como os aspectos econômicos possuem a mesma importância que os aspectos abstratos da superestrutura, como as ideologias.

[...] a concepção de ‘bloco histórico’, na qual aponto, as forças materiais, são o conteúdo, e a ideologia, a forma. A distinção de forma e conteúdo é meramente didática, porque as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem a forma e a ideologia seria desdobramentos individuais sem as forças materiais (QC 7, § 21, p. 869)⁵¹.

O bloco histórico é o elemento agregador no qual Gramsci localizou a unidade histórica em que se desenrola a hegemonia de um grupo sobre os demais, e cujo desenvolvimento da materialidade se configura como história ético-política (QC 8, § 240). As evoluções ocorridas na estrutura e na superestrutura de uma sociedade interferem diretamente sobre a organização social estabelecida e permitem, ou estimulam, movimentos internos que legitimam ou questionam sua organização (GRUPPI, 1998).

Gramsci desenvolveu seus debates sobre a questão do bloco histórico com base no momento revolucionário vivido na Europa no início do século XX, em especial nos desencadeamentos da Revolução Russa e nos fracassos dos movimentos operários na Itália, ocorridos pelas diferenças estruturais entre o ocidente e o oriente (GRUPPI, 1998; DEL ROIO, 2004). A história da Europa foi apresentada por ele como o processo de formação de um bloco histórico, que não pode ser entendido de forma fragmentaria, e para tanto, deve ter em consideração a revolução francesa e a guerra napoleônica (VOZA, 2009a). O sucesso da revolução russa não se concretizou na Europa, em especial na Itália, e Gramsci atribuiu essa condição às diferenças existentes na estrutura de cada bloco histórico. Na Rússia, o Estado ocupava um lugar central na organização da sociedade civil, que era desarticulada. E, uma vez superado o Estado burocrático administrativo czarista, o caminho estava livre para a implantação da revolução proletária (GRUPPI, 1998; DEL ROIO, 2004; DIAS, 2000).

⁵¹ [...] la concezione de ‘bloco storico’, in cui appunto le forze materiali sono il contenuto e le ideologia la forma, distinzione di forma e contenuto meramente didascalica, perché le forze materiali non sarebbero concepibili storicamente senza a forma e le ideologia sarebbero ghiribizzi individuali senza le forze materiali (QC 7, § 21, p. 869).

Na Europa, a realidade que se configurava no início do século XX era diferente. A estrutura da sociedade civil sobrepunha às fraquezas do Estado, e o bloco histórico formado pelos industriais, graças à contribuição generosa do capitalismo e de suas organizações, promoveu a coesão cultural. A sociedade civil presente na Itália e em outros países da Europa possuía uma estrutura sólida que, pela atividade dos grupos de intelectuais disseminou seu princípio de vida e agregou as classes operárias em torno de si, desarticulando os movimentos de resistência operados pelas instituições como os sindicatos, as cooperativas, partidos políticos e conselhos municipais (GRUPPI, 1998; DEL ROIO, 2004; DIAS 2000). A perspectiva gramsciana de bloco histórico está circunscrita na capacidade do grupo hegemônico de atrair os intelectuais. Capacidade decisiva na cisão de Gramsci com os dirigentes do PSI, que culminou na fundação do PCI.

[...] O Partido Socialista deslocou-se cada vez mais para a direita, malgrado todas as afirmações revolucionárias genéricas que alguns de seus membros ainda têm hipocrisia de expressar diante das massas. Os comunistas que permaneceram no interior do Partido Socialista seguiram a corrente de direita. Portanto, não se pode fazer nenhuma distinção no interior do Partido Socialista [...] (EP-2, 2004b, p. 50)⁵²

A formação do bloco histórico é uma ação educativa e a coesão do bloco, como hegemônico, é obtida pela ação dos intelectuais que buscam o apoio das classes subalternas, por meio do direcionamento cultural. Para que o direcionamento cultural se efetive é necessário que os intelectuais estabeleçam uma relação própria com as classes subalternas e dela se aproximem. Essa aproximação tem como objetivo adquirir o apoio dos grupos sociais afastados do poder político, por meio do consenso. Caso o estabelecimento do consenso das classes subalternas com o princípio de vida proposto pelo grupo hegemônico não se efetive, ele pode usar o poder da coerção, ou a ação dos intelectuais na formação dos quadros subalternos para a manutenção da hegemonia do grupo dirigente, desencadeando uma ação educativa, em que os subalternos são preparados a partir de um princípio intelectual e moral para atender às

⁵² Os textos da edição brasileira dos **Escritos Políticos** serão citados a partir da abreviação EP seguida do número do volume, do ano da edição consultada e do número da página. Ex: EP-2, 2004, p. 1)

necessidades e às demandas de uma da organização socioeconômica e ideológica hegemônicas.

A desagregação de uma dada hegemonia pela constituição de um novo bloco histórico, como foi o caso da revolução proletária na Rússia, é um momento educativo por excelência. A experiência intelectual de Gramsci e sua militância junto aos trabalhadores de Turim ilustram o momento educativo que se desenvolveu a partir dos aparelhos de hegemonia constituintes da sociedade civil. No caso de Gramsci e seus companheiros comunistas, o instrumento empregado foi a imprensa, por meio da publicação periódica do ***L'Ordine Nuovo***. O periódico, do qual Gramsci era um dos editores, tinha como finalidade educar os trabalhadores para efetivar a consolidação de um novo bloco histórico. A ação educativa ocorria informalmente, mas tinha como fim a formação da consciência dos trabalhadores a partir de um programa definido. Esse programa era composto pela ideologia do Partido e só poderia ser concebida dentro da estrutura econômica italiana vigente naquele momento.

[...] Nosso programa atual deve reproduzir, na situação hoje existente na Itália, a posição assumida nos anos de 1919-1920. Deve refletir a situação objetiva de hoje, com as possibilidades que se oferecem ao proletariado para uma ação autônoma, de classe independente; deve prosseguir, em termos políticos atuais, a tradição de intérprete fiel e integral do programa da Internacional Comunista. O problema urgente, a palavra de ordem necessária hoje, é a do governo operário e camponês. Trata-se de popularizá-la, de adequá-la às condições concretas italianas, de demonstrar como ela decorre de cada episódio da vida nacional [...]. Portanto, todos os problemas da organização da fábrica serão por nós recolocados em discussão, já que só através de uma poderosa organização do proletariado, alcançada com todos os meios possíveis em regime de reação [...] (EP-2, 2004b, p. 248).

O programa ideológico do ***L'Ordine Nuovo*** estava circunscrito à ação educacional desenvolvida pelos intelectuais do PCI que, por meio da imprensa, difundiam entre camponeses e operários os ideais da revolução proletária. A ação educativa era concentrada na organização do consenso e a formação crítica dos trabalhadores para que desenvolvessem a sua autonomia e exercessem a atividade diretiva.

Os velhos amigos de *L'Ordine Nuovo*, sobretudo os que trabalharam em Turim nos anos 1919-1920, compreendem bem toda a importância deste problema, já que recordam como, em Turim, só foi possível afastar os reformistas das posições organizativas à medida que foram se formando, a partir do movimento dos conselhos de fábrica, companheiros operários capazes de efetuar um trabalho prático e não só de gritar "Viva a Revolução!" [...] (EP-2, 2004b, p. 251-252).

A formação de quadros dirigentes oriundos da classe proletária é o resultado da ação educacional desenvolvida pelos intelectuais, cujo fim é a formação de um bloco histórico. A ação educativa desenvolvida nas fábricas, por intermédio dos conselhos de fábrica, e as ações educativas via imprensa e escolas de partido representavam o momento da luta hegemônica desenvolvida no âmbito da sociedade civil.

3.2.2. O papel educativo dos intelectuais na consolidação do bloco histórico

Ao discutir a homogeneidade do bloco histórico e as temáticas ligadas à organicidade entre estrutura e superestrutura ou sobre a dialética entre as forças produtivas e as ideologias, Gramsci desenvolveu também a sua reflexão sobre a função dos intelectuais na luta hegemônica e, conseqüentemente, na ação de consolidação da hegemonia. A reflexão gramsciana sobre os intelectuais é ancorada no desenvolvimento histórico da Itália e na compreensão dos elementos constituintes da hegemonia. Os intelectuais atuaram ao longo da história produzindo ideologias, organizando o sistema produtivo e executando a direção cultural, essas ações foram a base para o desenvolvimento das forças produtivas e para a consolidação da hegemonia capitalista durante o século XIX.

A ação dos intelectuais deu homogeneidade e organicidade ao bloco histórico, formado pela burguesia que, ao exercer seu domínio de classe, desenvolveu os meios de produção a partir da produção industrial, desagregando a antiga classe hegemônica dos aristocratas agrários, herdeiros da tradição feudal. Aos intelectuais coube o papel de produzir ideologias e princípios de vida

embasados na estrutura econômico-produtiva, característica da sociedade que estava se formando.

Foi no QC 12 que Gramsci aprofundou suas reflexões sobre o papel social dos intelectuais na organização da cultura e analisou as diferentes formas de ação intelectual no processo de consolidação da hegemonia. Embora o QC 12 centralize as discussões sobre a questão dos intelectuais e a sua inserção na vida social, a temática acerca dos intelectuais é refletida em outros cadernos. O fio condutor da reflexão gramsciana é a sua preocupação com a elaboração da consciência coletiva unitária, que possibilitaria à classe dos trabalhadores (operários industriais e camponeses) exercer oposição e superar o regime de opressão imposto pelo capitalismo no início do século XX. No QC 1, ao analisar as Revistas tipo crítico, histórico e bibliográfico, avaliou a inserção dessas formas de publicação periódica no processo de formação cultural dos trabalhadores⁵³. Dentre os temas abordados nelas estavam os desencadeamentos decorrentes das atividades políticas desenvolvidas por sindicatos e partidos políticos, o que demonstra a importância das publicações periódicas na educação dos trabalhadores.

Gramsci fez a análise do conteúdo das “Revistas tipo” tendo em vista o papel social que desenvolviam e a ação dos intelectuais envolvidos na sua redação. A ação dos redatores era uma ação educacional, vinculada à reforma ético-política da sociedade, desenvolvida pela veiculação de críticas ao modelo cultural hegemônico. A crítica operada sobre a base histórica material e real sobre a qual os conceitos do senso comum eram fundamentados, representava a possibilidade de formação da consciência proletária e o desenvolvimento da vontade coletiva de superação das contradições sociais produzidas pela organização do capital. Os intelectuais assumiam o papel de mediadores e sua atividade propiciava aos trabalhadores os elementos teóricos e materiais necessários à compreensão das relações entre estrutura e superestrutura. Essa perspectiva descrevia a importância e a necessidade da mediação no processo

⁵³ As “*Riviste tipo*” aparecem já na primeira página do QC 1, redigida em 8 de fevereiro de 1929, como o 14º argumento assinalado por Gramsci em seu plano de estudo. A denominação “tipo” tem a função de identificar a temática geral abordada pelas diferentes revistas. Gramsci destaca a veiculação de três tipos de revistas: “revista tipo” teórica, “revista tipo” crítico-histórica e “revista tipo” de cultura geral.

de desvelamento da realidade e apreensão dos elementos constituintes da luta hegemônica.

Um estudioso que examina um fenômeno histórico para construir uma obra sintética, deve passar por uma série de operações preliminares, das quais apenas uma pequena parte, em uma última análise, serão utilizadas. Este trabalho é utilizável, no entanto, para este tipo de revista, dedicada a um tipo específico de leitor, ao qual é necessário apresentar, além da obra sintética, as atividades analíticas preliminares como um todo. O leitor comum não tem e não pode ter um hábito “científico” que só se adquire pelo trabalho especializado: é preciso ajudá-lo com a atividade literária apropriada. Não basta lhe dar os conceitos históricos; se sua concretude lhe escapa: é preciso dar-lhe a série inteira de fatos específicos, muito individualizados. Um movimento histórico complexo se decompõe ao longo do tempo e do espaço de um lado e em planos diferentes (questões específicas) [outras] também desmantelou no tempo e no espaço (QC 1, § 38, p. 27)⁵⁴.

A percepção de Gramsci sobre a função educativa dos intelectuais desenvolvida naquele momento histórico pela ação jornalística, incorria na análise da formação cultural dos trabalhadores com vistas à consolidação da hegemonia proletária. As leituras dos textos do QC 1 nos permitem afirmar que Gramsci percebia que o início do século XX representava uma fissura no bloco histórico consolidado pela burguesia.

Suas análises sobre a questão meridional e a desagregação da unidade dos camponeses ante a exploração capitalista, enfatizavam a necessidade de voltar a produção industrial para as necessidades específicas da Itália, visando ao seu desenvolvimento integral. Ele vinculava a ação de ocupação das fábricas pelos operários, que deveriam exercer a organização da produção segundo a ideologia comunista, como uma fase necessária à ação de integração da produção industrial às necessidades específicas da Itália.

⁵⁴ Uno studioso che esamina un fenomeno storico per costruire un lavoro sintetico, deve compiere tutta una serie di operazioni preliminari, che solo in piccola parte, in ultima analisi, risultano utilizzabili. Questo lavoro è utilizzabile invece per questo tipo di rivista, dedicata a un tipo determinato di lettore, al quale occorre, oltre all'opera sintetica, presentare l'attività analitica preliminare nel suo complesso. Il lettore comune non ha e non può avere un abito 'scientifico' che solo viene dato dal lavoro specializzato: occorre perciò aiutarlo con una attività letteraria opportuna. Non basta dargli dei 'concetti' storici; la loro concretezza gli sfugge: occorre dargli serie intere di fatti specifici, molto individualizzati. Un movimento storico complesso si scompone nel tempo e nello spazio da una parte e in piani diversi (problemi speciali) [dall'altro,] anch'essi scomponibili nel tempo e nello spazio [...] (QC 1, § 38, p. 27).

[...] Quebrando a autocracia na fábrica, quebrando o aparelho repressivo do Estado capitalista, instaurando o Estado operário que irá subordinar os capitalistas à lei do trabalho útil, os operários quebrarão todas as cadeias que mantêm os camponeses presos à sua miséria, ao seu desespero. Instaurando a ditadura operária, tendo em mãos as indústrias e os bancos, o proletariado dirigirá o enorme poder da organização estatal para sustentar os camponeses em sua luta contra os proprietários, contra a natureza, contra a miséria [...] (EP-2, 2004b, p. 406-407).

Ao apresentar a perspectiva teórica dos comunistas turinenses do início na década de 1920, Gramsci chamava a atenção dos proletários para o fato de que, para a consolidação da hegemonia proletária, os trabalhadores deveriam possuir a capacidade de exercer a função de intelectual, em especial na organização da esfera produtiva, motivo pelo qual a atividade primária das Revistas se fazia importante. A formação dos novos quadros de dirigentes necessários para a organização do Estado proletário passava, segundo ele, pela formação dos trabalhadores, que deveriam apreender a historicidade na qual se organizou a sociedade capitalista, para então, a partir da compreensão da organicidade existente entre os meios de produção e as diretrizes ideológicas, pudessem promover a consolidação de sua hegemonia no campo das ideias e da produção material da vida.

A consolidação do bloco histórico passaria, necessariamente, pela educação das classes trabalhadoras, que se consolidariam como intelectuais oriundos das necessidades do desenvolvimento político-econômico do Estado proletário. Essa configuração social, resultado da tentativa de formação das classes operárias para o exercício do direcionamento do Estado proletário, implicava necessidade de ressignificar o entendimento sobre a concepção de intelectual. A análise das “Revistas tipo” desenvolvida por Gramsci no QC 1, § 43 apontava para o surgimento dessa nova concepção, uma vez que os intelectuais assumiam novos papéis perante o processo revolucionário, dentre eles, a organização da cultura e do mundo da produção.

Por intelectuais ocorre entender não [apenas] aqueles grupos comumente entendido por esta denominação, mas em geral toda a massa social que exerce funções organizativas em sentido amplo, seja no campo da produção, seja no campo da cultura,

seja no campo administrativo-político: correspondem a isto os sub-oficiais e os oficiais subalternos do exército (e mesmo uma parte dos oficiais superiores, com exceção dos estados maiores no sentido mais estrito da palavra) (QC 1, § 43, p. 37)⁵⁵.

No QC 12 Gramsci operou uma “ampliação” na compreensão da função dos intelectuais na sociedade e, conseqüentemente, da própria concepção de intelectual. A ampliação da concepção de intelectual permitiu a análise da existência dos diferentes grupos de intelectuais e a classificação destes em dois grupos distintos, que atuam simultaneamente em um dado momento histórico (MUSITELLI, 1996). Gramsci distinguiu os intelectuais a partir de sua origem e posição social, destacando a relação entre eles e o bloco histórico. Gramsci vivenciava um momento histórico de crise hegemônica, a partir do qual os grupos subalternos iniciaram um processo revolucionário cujo objetivo era instaurar uma nova hegemonia (MANACORDA, 2008).

A ampliação da concepção de intelectual é decorrente da posição assumida pelos intelectuais na organização social da modernidade. Na função de elaboradores e disseminadores das concepções de mundo, encontravam-se a serviço do grupo dominante e eram os responsáveis por sua hegemonia política sobre os demais grupos (MANACORDA, 2008). A desagregação de um bloco histórico ou as fissuras encontradas em sua organização político-econômica, propiciaram a diferentes estratos da sociedade civil a oportunidade de agregar o consenso das classes subalternas insatisfeitas com o resultado do direcionamento dado pela classe hegemônica. Gramsci afirmava que todos os homens possuem as capacidades necessárias para o exercício da atividade intelectual e que para se habilitar e atuar como intelectuais precisam passar por uma formação educacional.

Todos os homens são intelectuais, pode-se dizer que sim; mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (pois, pode acontecer que cada um, em algum momento, frite dois

⁵⁵ Per intellettuali occorre intendere non [solo] quei ceti comunemente intesi con questa denominazione, ma in generale tutta la massa sociale che esercita funzioni organizzative in senso lato, sia nel campo della produzione, sia nel campo della cultura, sia nel campo amministrativo-politico: corrispondono ai sott'ufficiali e agli ufficiali subalterni nell'esercito (e anche a una parte degli ufficiali superiori con esclusione degli stati maggiori nel senso più ristretto della parola) (QC 1, § 43, p. 37).

ovos ou costure um casaco rasgado, não se dirá que todos são cozinheiros ou alfaiates). Assim, historicamente se formam categorias especializadas para o exercício da função intelectual, formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes e sofrem elaborações mais amplas e complexas em conexão com o grupo social dominante [...] (QC 12, § 1, p. 1516-1517)⁵⁶.

A ampliação do entendimento da concepção de intelectual proposta por Gramsci teve como fundamento explicar a consolidação do bloco histórico capitalista na Itália e na Europa ao longo do século XIX. O capitalismo, para efetivar sua hegemonia criou uma nova ordem social e formou quadros de trabalhadores capacitados para organizar os meios de produção e a sociedade a partir da elaboração de uma nova concepção de cultura (MACCIOCCHI, 1980; MANACORDA, 2008; NOSELLA, 2004). As análises gramscianas valorizaram o caráter intelectual existente nas atividades de ordem prática e destacaram a necessidade de formação dos indivíduos para o exercício de todas as atividades no mundo da produção. O processo de intelectualização das atividades de ordem econômica possibilitou a ascensão econômica dos indivíduos da classe trabalhadora e, portanto subalterna, fortalecendo-a como classe social na medida em que passou a ser composta, também, por intelectuais (MACCIOCCHI, 1980).

Esses intelectuais inseridos no mundo do trabalho passaram a operar tanto nos campos da estrutura como das superestruturas exercendo atividades específicas da esfera da produção material da vida e ao direcionamento político-cultural da sociedade. Dessa forma, os intelectuais, ligados ao mundo da produção, atuam na esfera da sociedade civil e permitem a consolidação econômica do grupo social dominante (MACCIOCCHI, 1980; PORTELLI, 1977). Os intelectuais ligados ao mundo da produção trabalham para consolidar e aprimorar a organização produtiva já existente, sem a preocupação, ou condição, para superá-la. Os intelectuais que atuam na superestrutura por sua vez, pelo domínio das esferas política e cultural, atuam na elaboração de ideologias que,

⁵⁶ Tutti gli uomini sono intellettuali, si potrebbe dire perciò; ma non tutti gli uomini hanno nella società la funzione di intellettuali (così, perché può capitare che ognuno in qualche momento si friga due uova o si cucisca uno strappo della giacca, non si dirà che tutti sono cuochi e sarti). Si formano così storicamente delle categorie specializzate per l'esercizio della funzione intellettuale, si formano in connessione con tutti i gruppi sociali ma specialmente in connesione coi gruppi sociali più importanti e subiscono elaborazioni più estese e complesse in connessione col gruppo sociale dominante [...] (QC 12, § 1, p. 1516-1517).

disseminadas para as classes subalternas, perpetuam a hegemonia da classe social dominante.

[...] Os intelectuais estão ‘comprometidos’ com grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’, dado pelas grandes massas da população pela orientação impressa pelo grupo fundamental dominante da vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, conseqüentemente, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando da direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo [...] (QC 12, § 1, p. 1519)⁵⁷.

A ação dos intelectuais organiza a atividade produtiva e fortalece a hegemonia de um grupo que faz a consolidação de seu domínio econômico com o auxílio da organização política da sociedade. Quando os intelectuais que atuam na esfera da superestrutura entram em desacordo com o exercício da hegemonia da classe dominante, passam a desenvolvê-la também no campo da sociedade civil. Ao executarem o trabalho intelectual característico da superestrutura no campo da sociedade civil, desencadeiam o processo de formação cultural das classes subalternas, preparando-as para um novo tipo de atuação, de ordem político-partidária. Essa atuação dos intelectuais representa o sinal de que o grupo dominante perdeu o consenso espontâneo dos estratos de intelectuais que lhe dão homogeneidade como bloco histórico (MONAL, 2003).

Com a crise hegemônica surgem as possibilidades de desagregação do bloco histórico estabelecido e são produzidas ideologias que desencadeiam a luta hegemônica no âmbito da sociedade civil (LIGUORI, 2003). Essa dupla condição dialética e contraditória da atuação dos intelectuais e de seu posicionamento

⁵⁷ [...] Gli intellettuale sono i ‘commessi’ del gruppo dominante per l’esercizio delle funzione subalterne dell’egemonia sociale e del governo politico, cioè: 1) del consenso ‘spontaneo’ dato dalle grandi masse della popolazione all’indirizzo impresso alla vita sociale dal gruppo fondamentali dominante, consenso che nasce ‘storicamente’ dal prestigio (e quindi dalla fiducia) derivante al gruppo dominante dalla sua posizione e dalla sua funzione nel mondo della produzione; 2) dell’apparato di coercizione statale che assicura ‘legalmente’ la disciplina di quei gruppi che non ‘consentono’ né attivamente né passivamente, ma è costituito per tutta la società in previsione dei momenti di crisi nel comando e nella direzione in cui il consenso spontaneo vien meno [...] (QC 12, § 1, p. 1519).

mediante uma determinada organização social foi analisada por Gramsci no QC 12. Os desencadeamentos históricos, decorrentes do século XIX, serviram de incentivo aos intelectuais italianos que, insatisfeitos com a organização social, ético-política e econômica estabelecida pela sociedade burguesa-capitalista, passaram a fazer oposição a ela, tornado-se independentes (SCHLESENER, 2002). Esse é o tema central das discussões do QC 12, e é a partir do desenvolvimento da temática, a formação dos intelectuais e de sua atuação ante a hegemonia estabelecida que desenvolveu suas reflexões sobre a escola e o princípio educativo (MANACORDA, 2008; NOSELLA, 2004).

O debate sobre a organização social da Itália no início do século XX, tomado a partir da identificação entre os intelectuais e as suas funções na organização do bloco histórico, permitiu a ampliação da concepção de intelectual e a compreensão da natureza das atividades desenvolvidas por uma imensa gama de trabalhadores ativos na produção da vida material, seja pela sua ação na esfera da estrutura seja na superestrutura (MACCIOCCHI, 1980). Foi evidenciada a atuação de diversos tipos de intelectuais que, entendidos no âmbito de sua ação, permitiram a superação da antiga concepção de intelectualidade vinculada ao exercício racional, abstrato composto por conhecimentos meramente eruditos e enciclopédicos (MACCIOCCHI, 1980; DEL ROIO, 2009b).

A concepção gramsciana de intelectual os apresenta como um grupo entrelaçado ao tecido social do bloco hegemônico e os intelectuais passaram a ser identificados pela sua ação na esfera social. Intelectuais urbanos e rurais, acadêmicos ou técnicos, industriais, profissionais e outras tantas denominações de quantas funções possam ser estabelecidas pelo grupo hegemônico (QC 12). Gramsci captou as dimensões do desenvolvimento da sociedade civil e, ao identificar os agentes responsáveis pela transformação, contrapôs-se às teorias vigentes na época que defendiam a elitização da classe intelectual e consequentemente, do saber por ela produzido aproximando os intelectuais do povo (QC 11, § 67). Essa aproximação está na origem da crise do bloco histórico e da tentativa de superação do Estado burguês pela instauração da hegemonia do proletariado, uma vez que, próximos aos trabalhadores, sejam eles industriais ou rurais, os intelectuais desenvolvem uma educação ao trazerem consigo o

saber, de ordem filosófica e científica, antes distante das classes subalternas e acessíveis somente aos estratos mais ricos da sociedade.

3.2.3. A inserção dos intelectuais na sociedade: intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais

As discussões gramscianas sobre intelectuais, cultura e educação se encontram condensadas, de certa forma, aos argumentos desenvolvidos no QC 12 (1932). Dada a característica de seu pensamento, análises relacionadas a esses temas podem ser encontradas em cadernos redigidos antes de 1932, nos QC 1 (1929-1930) e QC 4 (1930-1932). Nos escritos posteriores à redação do QC 12, os QC 11 (1932-1933), iniciados no mesmo período e terminados posteriormente, QC 19 (1934-1935) e QC 22 (1934) também são apresentadas reflexões relativas às temáticas da educação, dos intelectuais e da cultura. As temáticas referentes às questões dos intelectuais, da escola e do princípio pedagógico foram exploradas na discussão do princípio educativo proposto por Gramsci em suas análises sobre o desenvolvimento do capitalismo, de sua cultura e da conformação das classes subalternas (MANACORDA, 2008) e pela compreensão da relação entre a questão pedagógica e o trabalho industrial (NOSELLA, 2004), leituras que enfatizaram a relação entre o processo de industrialização e a educação na obra gramsciana. Outras leituras relacionadas à questão educacional focam as análises sobre a ação educativa desenvolvida pelos intelectuais nos espaços informais, como as publicações periódicas (SOARES, 2007) e sobre as relações entre as questões escolares e o Estado (SOARES, 2000).

Gramsci iniciou sua reflexão sobre os intelectuais no QC 12 com uma análise sobre a vinculação entre os intelectuais e a esfera social na qual estão inseridos. Gramsci investigou o desenvolvimento histórico das classes de intelectuais e fez distinção dentre eles pela relação que mantinham com o bloco histórico (PORTELLI, 1977; VOZA, 2009b). Tendo como base a formação da sociedade capitalista na Itália, distinguiu os intelectuais em duas categorias

fundamentais: intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais (QC 12). A fundamentação de Gramsci para tal atribuição foi a relação dos intelectuais com a organização da sociedade burguesa e a sua vinculação com o mundo da produção. Gramsci apontou que, ao se estabelecer historicamente como classe fundamental, a burguesia criou os intelectuais necessários para a sua manutenção (VOZA, 2009b).

[...] Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]. Pode-se observar que os intelectuais 'orgânicos', que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são na maioria dos casos, 'especializações' de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz (QC 12, § 1, p. 1513-1514)⁵⁸.

A investigação de Gramsci sobre os intelectuais é ancorada nos próprios elementos constituintes da realidade. A denominação de intelectuais orgânicos ou intelectuais tradicionais é uma distinção metodológica cujo caráter principal de sua função é estabelecer a situação histórica de cada conjunto de intelectuais (MACCIOCCHI, 1980; VOZA, 2009d). As análises sobre a função social dos intelectuais permitiu a Gramsci estabelecer o vínculo orgânico entre os intelectuais e o grupo que eles representam, bem como sua função na organização da superestrutura (PORTELLI, 1977). A análise da função dos intelectuais no bloco histórico fundamentou a ampliação da concepção de intelectual proposta por Gramsci no QC 1, § 43. A partir dessa ampliação, a antiga percepção de intelectual erudito foi substituída por uma concepção de intelectual que valorizava a capacidade diretiva e organizativa da sociedade. Intelectual, na concepção gramsciana, é o dirigente da sociedade que, mesmo não dominando a cultura erudita, assume o papel de dirigir os grupos sociais em suas funções, e ao

⁵⁸ [...] Ogni gruppo sociale, nascendo sul terreno originario di una funzione essenziale nel mondo della produzione economica, si crea insieme, organicamente, uno o più ceti di intellettuali che gli danno omogeneità e consapevolezza della propria funzione non solo nel campo economico, ma anche in quello sociale e politico [...]. Si può osservare che gli intellettuali 'organici' che ogni nuova classe crea con se stessa ed elabora nel suo sviluppo progressivo, sono per lo più 'specializzazioni' di aspetti parziali dell'attività primitiva del tipo sociale nuovo che la nuova classe ha messo in luce (QC 12, § 1, p. 1513-1514).

exercer sua função desenvolve o papel de educador (GRUPPI, 1998; VOZA, 2009d).

[...] Deve-se observar o fato de que o empreendedor representa uma elaboração social superior, caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos naquelas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador da massas de homens, deve ser um organizador da 'confiança' dos investidores em seu negócio, dos compradores de sua mercadoria, etc.). Se não todos os empreendedores, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe [...] (QC 12, § 1, p. 1513)⁵⁹.

Esses intelectuais orgânicos, por serem originados das necessidades próprias do mundo da produção, dão coesão ao bloco histórico e atuam na organização da estrutura e da superestrutura para consolidar a hegemonia da classe dominante (GRUPPI, 1998; SAMPAIO, 2007; VOZA, 2009d). Os intelectuais são originários do caráter orgânico do vínculo entre estrutura e superestrutura e formam uma camada social diferenciada que atua dialeticamente. Ligados à estrutura, são fundamentais para o domínio econômico e são responsáveis por elaborar e gerir a superestrutura. (PORTELLI, 1977; SAMPAIO, 2007; VOZA, 2009b). Os intelectuais orgânicos, ligados diretamente à classe hegemônica, atuam na esfera política com o objetivo de transformar o conjunto das relações sociais visando à sua adequação ao projeto social da classe dominante (SOARES, 2000; TAVARES DE JESUS, 2005; VOZA, 2009b). Partindo dessa percepção, todos os intelectuais foram em um dado momento histórico, orgânicos à sociedade à qual estavam filiados (MACCIOCCHI, 1980), como foi o caso da organização social burguesa, na qual “[...] o empresário

⁵⁹ [...] Ocorre notare che il fatto che l'imprenditore rappresenta una elaborazione sociale superiore, già caratterizzata da una certa capacità dirigente e tecnica (cioè intellettuale): egli deve avere una certa capacità tecnica, oltre che nella sfera circoscritta della sua attività e della sua iniziativa, anche in altre sfere, almeno in quelle più vicine alla produzione economica (deve essere un organizzatore di masse d'uomini, deve essere un organizzatore della 'fiducia' dei risparmiatori nella sua azienda, dei compratori della sua merce ecc.). Se non tutti gli imprenditori, almeno una élite di essi deve avere una capacità di organizzatore della società in generale, in tutto il suo complesso organismo di servizi, fino all'organismo statale, per la necessità di creare le condizioni più favorevoli all'espansione della propria classe [...] (QC 12, § 1, p. 1513).

capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.” (QC 12, § 1, p. 1513)⁶⁰, da mesma maneira como os eclesiásticos foram intelectuais orgânicos da ordem econômico-cultural e política anterior.

A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade. Mas o monopólio das superestruturas por parte dos eclesiásticos [...] não foi exercido sem luta e sem limitações; e, por isso, nasceram, sob várias formas [...], outras categorias, favorecidas e ampliadas pelo fortalecimento do poder central do monarca, até o absolutismo. Assim, foi-se formando a aristocracia togada, com seus próprios privilégios, bem como uma camada de administradores, etc., cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos, etc. (QC 12, § 1, p. 1514-1515)⁶¹.

Os intelectuais orgânicos, ainda que ligados a uma classe fundamental do desenvolvimento socioeconômico de um determinado período histórico, possuem certa autonomia em relação a essa estrutura socioeconômica. Os intelectuais representantes de uma classe fundamental podem ser oriundos de classes sociais diferentes. Uns são originados da própria classe que representam, enquanto outros são oriundos de classes auxiliares, aliadas do grupo dominante e essa origem é refletida em autonomia (MACCIOCCI, 1980; DEL ROIO, 2007; VOZA, 2009b). A autonomia dos intelectuais é uma característica intrínseca à sua própria função no campo da superestrutura. O exercício da direção política e cultural se dá mediante a autocrítica dos intelectuais sobre o desenvolvimento da classe social dominante. Quando o desenvolvimento dos intelectuais não ocorre no mesmo ritmo que o desenvolvimento da classe à qual se encontram filiados

⁶⁰ [...] l'imprenditore capitalistico crea com sé il tecnico dell'industria, lo scienziato dell'economia politica, l'organizzatore di una nuova cultura, di un nuovo diritto, ecc. ecc. [...] (QC 12, § 1, p. 1513).

⁶¹ La categoria degli ecclesiasti può essere considerata la categoria intellettuale organicamente legata all'aristocrazia fondiaria: era equiparata giuridicamente all'aristocrazia, con cui divideva l'esercizio della proprietà feudale della terra e l'uso dei privilegi statali legati alla proprietà. Ma il monopolio delle superstrutture da parte degli ecclesiastici [...] non è stato esercitato senza lotta e limitazioni, e quindi si è avuto il nascere, in varie forme [...] di altre categorie, favorite e ingrandite dal rafforzarsi del potere centrale del monarca, fino all'assolutismo. Così si viene formando l'aristocrazia della toga, con suoi propri privilegi; un ceto di amministratori ecc., scienziati, teorici, filosofi non ecclesiastici ecc. (QC 12, § 1, p. 1514-1515).

inicialmente, instala-se a crise hegemônica e, conseqüentemente, o bloco histórico perde a sua homogeneidade (DEL ROIO, 2007; VOZA, 2009b).

Outro elemento que pode causar instabilidade no bloco histórico é o grupo dos intelectuais tradicionais e a sua ação nos processos de direcionamento político-cultural da sociedade, uma vez que independentes na nova organização hegemônica não se encontram diretamente envolvidos e comprometidos com os processos de estruturação social oriundos da classe dominante (MACCIOCCHI, 1980; VOZA, 2009c). Os intelectuais tradicionais compreendem as camadas sociais homogêneas, organizadas de acordo com a ordem socioeconômica da antiga hegemonia, e detinham para si a função de direção. Cabe à nova hegemonia incorporar esses intelectuais à sua estrutura por meio de sua assimilação ao novo projeto de desenvolvimento econômico e direcionamento ético-político. O confronto entre os grupos de intelectuais representantes de grupos sociais fundamentais é o próprio momento da luta hegemônica e se desenvolve no campo da sociedade civil.

[...] Todo grupo social ‘essencial’ emergindo da história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou, pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias, categorias sociais de intelectuais preexistentes, as quais apareciam como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas [...] (QC 13, § 1, p. 1514)⁶².

A existência dos intelectuais tradicionais é independente da estrutura econômica, pois estes são anteriores a ela. Essa condição é transformada em autonomia, porque estes se declaram independentes do grupo dominante, e se desenvolveu na luta pela hegemonia. A oposição dos grupos de intelectuais tradicionais desestabiliza a organização política da nova hegemonia e gera fissuras na estrutura. Essas fissuras aparecem no campo da sociedade civil e se concretizam na insatisfação dos trabalhadores que, descontentes com os

⁶² [...] Ma Ogni gruppo sociale ‘essenziale’ emergendo all storia dalla precedente struttura economica e come espressione di un suo sviluppo (di questa struttura), ha trovato, almeno nella storia finora svoltasi, categorie sociali preesistente e che anzi apparivano come rappresentanti una continuità storica ininterrotta anche dai più complicati e radicali mutamenti delle forme sociali e politiche [...] (QC 13, § 1, p. 1514).

resultados do desenvolvimento econômico e cultural, organizam-se e criam instituições de ordem política cujo objetivo principal é a formulação de uma nova cultura a partir da formação da consciência dos trabalhadores (SCHLESENER, 2007; VOZA, 2009c).

Gramsci, ao analisar a atuação dos intelectuais tradicionais no desenvolvimento da estrutura econômica norte-americana, fez essas considerações tomando com base os entraves existentes no desenvolvimento das forças produtivas, para as quais uma série de diretrizes historicamente consolidadas interferiam na organização e no desenvolvimento da estrutura econômica, entre estas se destacam os conjuntos de diretrizes econômicas, cujas práticas são cerceadas por princípios morais agregados de tradições passadas (MANACORDA, 2008; MACCIOCCHI, 1980). O mesmo fato pode ocorrer na esfera política, na qual os preceitos intelectuais incorporados por alguns grupos sociais são resultado de modelos ultrapassados, cujos ideais não permitem a evolução rápida da estrutura do novo bloco histórico que se consolidou.

[...] os imigrantes anglo-saxões são também uma elite intelectual, mas sobretudo moral. Refiro-me, naturalmente, aos primeiros imigrantes, aos pioneiros, protagonistas das lutas religiosas e políticas inglesas, derrotados, mas nem humilhados nem rebaixados em sua pátria de origem. Eles trazem para a América, em suas próprias pessoas, além da energia moral e volitiva, um certo grau de civilização, uma certa fase da evolução histórica européia que, transplantada no solo virgem americano por tais agentes, continua a desenvolver as forças implícitas em sua natureza, mas com um ritmo incomparavelmente mais rápido do que na velha Europa, onde existe toda uma série de freios (morais, intelectuais, políticos, econômicos, incorporados em determinados grupos da população, relíquias dos regimes passados que não querem desaparecer) que se opõem a um processo rápido e equilibram na mediocridade qualquer iniciativa, diluindo-a no tempo e no espaço (QC 12, § 1, p. 1525-1526)⁶³.

⁶³ [...] gl'immigrati anglosassoni sono anch'essi un'élite intellettuale, ma specialmente morale. Si vuol parlare naturalmente dei primi immigrati, dei pionieri, protagonisti delle lotte religiose e politiche inglesi, sconfitti, ma non umiliati né depressi nella loro patria d'origine. Essi importano in America, con se stessi, oltre l'energia morale e volitiva, un certo grado di civiltà, una certa fase dell'evoluzione storica europea, che trapiantata nel suolo vergine americano da tali agenti, continua a sviluppare le forze implicite nella sua natura ma con un ritmo incomparabilmente più rapido che nella vecchia Europa, dove esiste tutta una serie di freni (moralmente intellettuali politici economici, incorporati in determinati gruppi della popolazione, reliquie dei passati regimi che non vogliono sparire) che si oppongono a un processo celere ed equilibrano nella mediocrità ogni iniziativa, diluendola nel tempo e nello spazio (QC 12, § 1, p. 1525-1526).

A ação dos intelectuais tradicionais influencia o processo de consolidação do bloco histórico e, conseqüentemente, o resultado do desenvolvimento social de um país ou de uma nação (PORTELLI, 1977; VOZA, 2009a). Gramsci relacionou a ação dos intelectuais com o projeto de formação intelectual ocorrido no interior das instituições educacionais. A capacidade de direcionamento das instituições de ensino em um bloco histórico possibilita que grupos de intelectuais influenciem o processo de formação de novos grupos de intelectuais. A atuação dos intelectuais tradicionais nos partidos políticos, nas instituições sociais dedicadas ao desenvolvimento da cultura e na organização sócio-político-econômica é de grande relevância para a consolidação de uma hegemonia, uma vez que esses intelectuais possuem uma relação consolidada com as classes subalternas (MANACORDA, 2008; NOSELLA, 2004; DIAS, 2000).

A análise de Gramsci sobre os intelectuais tradicionais tem sua origem na preocupação com a assimilação destes pelo processo revolucionário desencadeado pelo movimento operário (VOZA, 2009c). Gramsci tinha clareza que o próprio movimento operário, representado pelo partido político, possuía a capacidade de formar os seus intelectuais orgânicos, ou seja, aqueles que engajados no movimento participavam da organização do partido (DIAS, 2000; DEL ROIO, 2005). Sabia porém, que o partido não conseguia assimilar os intelectuais tradicionais simpatizantes da causa proletária e, conseqüentemente, deixava esses intelectuais ociosos e, por não saber aproveitar as habilidades destes intelectuais, acabava por considerá-los inúteis.

Gramsci considerava os religiosos como o grande exemplo de intelectuais tradicionais e era interessado na sua atuação na organização da sociedade. Ele também avaliou as conseqüências de sua ação no desenvolvimento histórico da Itália, especialmente nos desdobramentos da questão meridional. Analisou a questão tendo como cenário as diferenças sociais, políticas e econômicas existentes entre o norte e sul e os desdobramentos da tentativa de superação da visão de mundo imposta pela antiga organização que levou à desagregação do desenvolvimento econômico e cultural do sul da Itália (VOZA, 2009b). Ao analisar o processo de formação desses intelectuais tradicionais, a escola tradicional reuniu elementos para propor uma nova concepção educacional, formulada a partir das necessidades inerentes ao momento histórico vivido por ele. Sua

proposta educacional, e conseqüentemente escolar, tinha como ponto de partida sua percepção de que a escola tradicional, de cunho humanista, não era mais suficiente para atender às necessidades da sociedade que se constituía (MANACORDA, 2008; NOSELLA, 2004; META, 2009).

A reflexão de Gramsci sobre o papel dos intelectuais termina por desencadear uma reflexão educacional mais profunda, voltada diretamente para a organização escolar e para a elaboração da cultura por meio das instituições escolares (MANACORDA, 2008; NOSELLA, 2004; SOARES, 2000). Amparados na leitura dos QC e de seus comentadores, afirmamos que Gramsci defendeu a proposta de organização de uma nova escola que atendesse às necessidades da formação para o trabalho e valorizasse os princípios humanistas de formação e defendeu que a educação e a formação escolar deveriam fazer parte de um projeto político, coordenado pelo Estado e que não se caracterizasse como uma reforma abstrata. Entendemos ainda que Gramsci pressupôs que o trabalho, na condição de princípio educativo universal, permitiria à escola inicial, de ordem humanista, desenvolver as capacidades manuais do indivíduo para o trabalho técnico-industrial e as suas habilidades intelectuais para o exercício do direcionamento cultural, uma vez que a concepção gramsciana de educação tinha como objetivo desenvolver o indivíduo plenamente para que, de pleno poder de suas aptidões intelectuais, atuasse nas diferentes esferas da sociedade, seja na organização da estrutura econômico-produtiva, seja na organização político-cultural da sociedade, por meio das superestruturas.

4. RELIGIÃO, CULTURA E EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI

Este capítulo tem o objetivo de analisar as proposições de Gramsci, registradas nos QC sobre a influência da religião, em específico da Igreja Católica, na formação cultural dos proletários italianos no início do século XX. Centrado nas suas análises sobre a estratégia política operada pelo catolicismo no processo de renovação de suas ideologias e na luta pela hegemonia religiosa no Ocidente, com destaque para a Ação Católica e os diferentes grupos de intelectuais religiosos que disputaram entre si a direção cultural dos italianos, ele partiu do pressuposto de que a Igreja Católica exercia sua hegemonia pela difusão de princípios religiosos, que influenciaram a ação dos diferentes grupos na organização política e econômica do período.

Gramsci distinguia na Itália a existência de duas concepções de religião que, na transição do século XIX para o século XX, disputavam a hegemonia sobre a formação cultural dos italianos. De um lado a confessional, representada e defendida pela Igreja Católica, cujo peso da tradição se encontrava arraigado no seio da sociedade, sobretudo sobre as classes subalternas, e de outro a concepção laica, teorizada por Benedetto Croce, que reunia em si os ideais da burguesia e os anseios das elites e intelectuais pela formação do Estado laico (STACCONE, 1991; PORTELLI, 1994).

Essas concepções foram identificadas como religião tradicional e religião moderna e foram analisadas por Gramsci tendo em vista as relações que desenvolviam com as classes subalternas. Gramsci assumiu, em relação à religião, uma posição distinta dos socialistas italianos do período, que acusavam as religiões de não refletirem a luta de classes e legarem ao plano transcendental as soluções para os problemas de ordem prática. Gramsci valorizava a religião por ofertar ao homem as respostas para questões as quais a imediatez da natureza humana não possuía respostas (NARDONE, 1977). Suas análises extrapolaram a disputa existente entre essas concepções de mundo e se dedicam à compreensão de suas consequências sobre a formação cultural das classes subalternas (STACCONE, 1991).

4.1. A Religião como princípio da formação educacional do povo italiano

4.1.1. Religião, senso comum e filosofia

As análises de Gramsci sobre a religião se fundamentam no desenvolvimento histórico da Itália e consideram o papel assumido pela Igreja Católica na organização ético-política e na reforma moral da sociedade. Religião e Igreja são analisadas por Gramsci em suas relações com o Estado, no processo de adaptação do Catolicismo às transformações de ordem política e econômica, com ênfase para a influência cultural desenvolvida sobre os diferentes grupos sociais. Gramsci analisou a ação da Igreja Católica na manutenção de sua hegemonia perante os movimentos intelectuais que, impulsionados pela ascensão da burguesia e vinculados ao renascimento e ao humanismo, consolidavam-se mediante as revoluções industrial e iluminista.

A religião e a Igreja Católica são o fundamento de muitas das proposições gramscianas e, em muitos casos, foi a análise do processo de adaptação da Igreja Católica ao tempo histórico vivido, que lhe permitiu fundamentar, ampliar e ressignificar diversos conceitos, como os de Estado, bloco histórico, intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais (SCHLESENER, 2002; PORTELLI, 1984). Nos QC, analisou a influência do poder eclesial sobre a organização cultural dos camponeses do sul da Itália e enfatizou o caráter ideológico da religião. Suas análises foram operadas tendo em vista os aspectos políticos de seu pensamento e procedem em torno das principais categorias analíticas que propôs (PORTELLI, 1984; LA ROCCA, 2009b).

Dentre as categorias gramscianas empregadas na análise das questões religiosas se destacam as concepções de Filosofia e de Senso Comum. Concepções-chave para a investigação da crítica gramsciana à religião e que permitem analisar a inserção da concepção religiosa de mundo na cultura popular (PORTELLI, 1984; LA ROCCA, 2009b; PEZZIMENTI, 2004). A percepção do caráter ideológico da doutrina religiosa permitiu a Gramsci construir seu discurso

sobre a religião e o catolicismo pela identificação do papel social assumido por elas na sustentação de sua concepção de mundo. Essa ideologia religiosa, difundida pelo catolicismo no Ocidente, era considerada por Gramsci um empecilho ou entrave para o desenvolvimento da revolução proletária, dado o nível e a capacidade de inserção do pensamento religioso no cotidiano do povo italiano (PORTELLI, 1984; FULTON, 1987; SCHLESENER, 2002; LA ROCCA, 2009).

Religião, Filosofia e Senso Comum são elementos que compõem os planos de estudos elaborados por Gramsci e se entrelaçam nas análises que fez sobre a história da Itália. Isso pode ser constatado pela leitura direta da primeira página do QC 1, datada de 8 de fevereiro de 1929. Ela contém o plano de estudo de Gramsci no qual a questão religiosa aparece como o sexto item, que previa a investigação e análise da ação política da igreja com ênfase para a origem e o desenvolvimento da Ação Católica na Itália e na Europa. O Senso Comum compôs o décimo terceiro item que fazia uma indicação direta ao conceito de Folclore. Devido ao caráter histórico da análise, a Filosofia não apareceu como um ponto específico, mas estava contemplada pelo item três em que propôs investigar a formação e o desenvolvimento dos grupos de intelectuais italianos.

Em 1931, após dois anos de trabalho nos QCs, ao iniciar a redação do QC 8, sob o título de ***Note Sparse e appunti per una storia degli intellettuali italiani***, Gramsci apresentou uma nova proposta de trabalho, na qual considerava os apontamentos redigidos nos cadernos anteriores. Nessa reformulação, o Senso comum apareceu como terceiro tema, ligado diretamente ao folclore. A questão religiosa foi ampliada e apareceu como o décimo terceiro tema, sendo que a história da Ação Católica estava acompanhada pelos termos: Católicos Integrais, jesuítas e modernistas. A questão filosófica não apareceu como um tema, mas novamente se encontrava dissolvida na história dos intelectuais italianos, que passou a fazer referência direta a Maquiavel e a Benedetto Croce.

Para além da reflexão sobre os temas que deveriam continuar como foco de suas investigações, Gramsci apresentou, na sequência do QC 8, uma proposta de reagrupamento dos temas, ou seja, delineou a perspectiva de redação dos Cadernos Especiais, dentre os quais figurava a proposta de elaboração de uma **Introdução ao estudo da filosofia e notas críticas a um ensaio de sociologia**

(QC 11), além de um estudo específico sobre **Maquiavel** (QC 13; QC 18). A questão religiosa voltou a ser contemplada por Gramsci na proposição de elaborar um Caderno voltado para as notas sobre a **História da Ação Católica. Católicos integrais – jesuítas – modernistas** (QC 20). O Senso Comum não foi contemplado nesta proposta, no entanto, em 1935 iniciou redação do QC 27, que dedicado exclusivamente a **Observações sobre o “Folclore”** permaneceu inacabado.

A reorganização dos temas e a proposta de reestruturação dos temas nos novos Cadernos Especiais dedicados a uma única temática pode ser interpretada como uma tentativa da parte de Gramsci de legar aos seus correligionários uma estratégia de luta e superação das ideologias presentes na sociedade Italiana. Uma leitura atenta do QC 11, no qual Gramsci se dedicou à elaboração de uma introdução à filosofia, revela que na construção de seus argumentos e notas, mais do que apresentar a filosofia, ou a sua história, produziu um ensaio teórico que desafiava seus pares a filosofar.

A forma como expôs os temas e apresentou questionamentos, diretamente ligados à superação do senso comum e da visão desagregadora que os operários tinham sobre a filosofia, pode ser entendida como uma ação educativa. A proposta filosófica de Gramsci, apresentada no QC 11, especificamente no § 12, constitui um importante exercício de filosofia, uma lição, a partir da qual os proletários poderiam ascender pela atitude filosófica à superação do senso comum, sedimentado na sociedade italiana pela tradição e pela atuação do clero na disseminação da ideologia religiosa, dirigindo-se à formação de uma filosofia original e orgânica ao proletariado, a filosofia da práxis.

A ascensão do fascismo significava a derrota da classe trabalhadora e da revolução proletária e as análises dos QC refletem a necessidade gramsciana de analisar os motivos pelos quais a revolução proletária no Ocidente não ocorreu (SCHLESENER, 2009). Para Gramsci a resposta a esse problema estava na influência da religião sobre a formação cultural dos italianos, fenômeno que segundo ele, também foi o responsável pelo fracasso da Reforma Protestante na Itália. Tomando como premissa o fato de que, Gramsci defendia a superação da concepção religiosa de mundo como necessária à consolidação da revolução proletária, e defendia a educação dos trabalhadores em uma perspectiva crítica

que os conduzisse a filosofia da práxis, podemos hipoteticamente conceber que ele formulou, nos QC, um exercício filosófico capaz de conduzir as classes subalternas à superação da concepção religiosa de mundo.

No QC 7, § 33, intitulado ***Posizione del problema***, Gramsci fez uma breve análise sobre a proposição de uma nova visão de mundo e apontou a fecundidade da visão de mundo proposta por Marx, que inaugurou uma nova era histórica e filosófica e considerou: “[...] Marx inicia intelectualmente uma idade histórica que durará provavelmente por séculos, isto é, até o desaparecimento da Sociedade política e o advento da Sociedade regulada [...]” (QC 7, § 33, p.882)⁶⁴.

A análise gramsciana demonstrou sua visão política, na qual a consolidação da hegemonia do proletariado não era um projeto de realização a curto prazo. Gramsci tinha a consciência política de que a derrota do proletariado, em primeira instância, era apenas uma fase do processo revolucionário, que não poderia ser abandonado diante das dificuldades. Nesse sentido, podemos afirmar que Gramsci, na condição de dirigente político do PCI, esforçou-se para deixar aos seus sucessores um exercício filosófico capaz de promover a formação cultural do proletariado, de novos intelectuais e dirigentes orgânicos à classe trabalhadora. Para tanto, precisava enfrentar o problema da religião e da formação do senso comum, o preconceito das classes populares em relação à filosofia e, por fim, estimular o homem simples a exercer a crítica sobre sua própria concepção de mundo. Gramsci iniciou sua reflexão atacando a raiz do problema: a identidade cultural e histórica do povo italiano⁶⁵.

O problema da disseminação da ideologia religiosa sobre a cultura do povo italiano era para Gramsci uma questão educacional, prática, decorrente do direcionamento cultural e político exercido pela concepção religiosa de mundo que mediada pelo clero e sua ação educativa, serviu de base cultural para a formação do senso comum das classes populares, sobretudo na região meridional (STACCONE, 1991). Deve-se levar em consideração que no período em que

⁶⁴ [...] Marx inizia intellettualmente un'età storica che durerà probabilmente dei secoli, cioè fino alla sparizione della Società politica e all'avvento della Società regolata [...] (QC 7, § 33, p.882).

⁶⁵ De acordo com Green (2009), Gramsci empregou o termo “simples” para designar o homem religioso proveniente das classes populares. Essa denominação é derivada da visão paternalista que a Igreja desenvolveu acerca da “gente comum” e dos camponeses em relação à condição de superioridade que a igreja concedia a seus intelectuais. Essa concepção pode ser visualizada no QC 1, § 72 (p. 80-81).

Gramsci começou sua militância político-partidária e sua colaboração com a imprensa socialista (1914), o processo ou projeto de unificação da Itália consolidado em 1861, com a formação do Reino da Itália, ainda estava em vias de realização. A linguagem não estava unificada e a miséria decorrente da ocupação napoleônica e expropriação dos bens dos camponeses se agravava, evidenciando as diferenças na organização econômica entre as regiões norte e sul (SCHLESENER, 2002; STACCONE, 1991).

Em muitos momentos da história italiana o direcionamento moral e a cultura religiosa disseminados pela ação educativa da igreja, representavam a única fonte de formação cultural e educacional do povo italiano (SCHLESENER, 2002; MANACORDA, 2006). Cabe ressaltar que durante a Idade Média a igreja controlou os sistemas educacionais formais e informais, sendo hegemônica inclusive na direção das Universidades (PORTELLI, 1971; MANACORDA, 2006).

Essa ação formativa, e portanto educacional, que reforçou a disseminação da concepção religiosa de mundo foi considerada por Gramsci um empecilho para o desenvolvimento da revolução proletária (PORTELLI, 1984; VASALE, 1979; DEL ROIO, 2005). Para se manter hegemônica no Estado liberal italiano, formado pela dominação napoleônica na primeira década de 1800, a Igreja Católica precisou se reorganizar para superar a dissolução do absolutismo e dos traços de feudalidade que forneciam a base político-econômica de sustentação do seu aparelho religioso (ACERBI, 2003; BEDOUELLE, 1993). Diante da formação do Estado novo e das investidas liberais de criação do Estado laico, a Igreja passou a estabelecer alianças com a burguesia que figurava como classe dominante (PORTELLI, 1971; STACCONE, 1996; MARTINA, 2005).

A relação da religião com o Estado laico, no início do século XIX, materializou-se em acordos que mantiveram a posição privilegiada da Igreja na educação do povo italiano (MANACORDA, 2006). Essa ação educacional, de ordem moral, foi desenvolvida com maestria, respeitando, no entanto, os acordos firmados entre a igreja, o Estado e a nova classe dirigente. A Igreja, como aparelho de hegemonia do novo Estado italiano, ao difundir sua concepção de mundo além de reafirmar os princípios da caridade e do perdão, reafirmava os ideais de pobreza e simplicidade. Essa ideologia religiosa, mediada pela forte valorização da moral, servia para a pacificação do povo italiano ante a exploração

capitalista e o sentimento de indignação e revolta das classes populares em relação à miséria que assolava a Itália (QC 20, § 3)⁶⁶.

Ao enfrentar a ação da ideologia religiosa em sua militância política, Gramsci percebeu que esta, inculcada nos operários cristãos, mediava suas ações perante a opressão operada pelo Estado burguês, tornando-os dóceis, suscetíveis e resignados ante a violência social e a exploração capitalista. Sobre isso escreveu no ***Avanti!*** em 26 de Agosto de 1920, um artigo intitulado **Socialistas e cristãos**, no qual analisou o episódio da prisão e absolvição de um operário cristão acusado injustamente de jogar uma bomba em uma praça de Turim, pelo testemunho falso de um policial.

Há alguns dias, Giacosa foi solto, depois de ser absolvido no processo. Ele demonstrou cabalmente que não poderia ter jogado nenhuma bomba: Giacosa é um cristão devoto. Tão logo libertado, fez ao '*Avanti!*' Uma doação de dez liras, acompanhada da seguinte mensagem: 'O companheiro Giacosa, pela graça recebida, doa dez liras ao '*Avanti!*' Crê no Evangelho de Cristo. Faz votos para que Cristo puna aquele digno policial que fez um juramento falso' (ST, 2008d, p. 296)⁶⁷.

No artigo Gramsci utilizou o episódio ocorrido, e em especial a doação feita pelo operário cristão, para reafirmar dois argumentos importantes: a) a posição dos socialistas perante a luta operária, aproveitando para credenciar o ***Avanti!*** como órgão de luta e defesa dos trabalhadores, independente de sua religiosidade; e, b) apontar a influência nociva da religião sobre a cultura e o pensamento dos trabalhadores mediante a opressão capitalista. Esse artigo é interessante, porque nele estão lançadas as bases para a tentativa de superação da cisão entre os socialistas marxistas, que não professavam religião, e os operários com filiação religiosa. Podemos afirmar que Gramsci via na doação feita

⁶⁶ A primeira nota redigida por Gramsci nos QC faz menção direta a questão. Sob o título de **Sobre a pobreza, o catolicismo e o papado** indicou no discurso ideológico da Igreja 4 ideias que tornavam os católicos suscetíveis à exploração capitalista: 1) a propriedade privada era um direito natural, que deveria ser respeitado; 2) os pobres deveriam se contentar com sua condição porque ela era fruto da ação de Deus; 3) as esmolas são um dever cristão e implicam, necessariamente na existência na pobreza; 4) a questão social é sobre tudo moral e religiosa, e não econômica (QC 1, § 1, p. 6). Gramsci retomou esta nota no QC 20, § 3.

⁶⁷ L'altro giorno il Giacosa è stato scarcerato, perché prosciolto in istruttoria; egli dimostrò luminosamente di non aver potuto lanciare nessuna bomba. Il Giacosa è cristiano devoto; appena scarcerato egli manda all'*Avanti!* una sottoscrizione di lire dieci con questa dicitura: 'Il compagno Giacosa, per grazia ricevuta, mette dieci lire per l'*Avanti!* Crede nel Vangelo di Cristo. Fa voti che Cristo punisca quella degna guardia regia che ha giurato in falso' (ST, 2008d, p. 296).

por Giacosa a possibilidade de elevação da consciência política dos operários cristãos em direção à unificação do movimento proletário.

[...] Um operário cristão, reconhece no *Avanti!*, no jornal da classe operária, o seu jornal, aquele que o defendeu ao defender toda a classe agredida a tiros de fuzil no 1º de maio. Ele compreendeu que a ideia religiosa não constitui motivo de divisão na classe operária, assim como não constitui motivo de divisão na classe burguesa [...] (ST, 2008d, p. 296)⁶⁸.

A partir da indicação gramsciana de que para a classe dominante a religião não era motivo de cisão e que esta mantinha sua coesão a despeito de suas diferenças, podemos afirmar que esse texto possui o germe da crítica gramsciana ao papel da religião na formação da consciência proletária e na defesa dos interesses burgueses. O convencimento das autoridades de que Giacosa não poderia fazer tal mal, pois era um “cristão devoto”, era uma prova da condição de apatia que a religião cultivava nos trabalhadores e a segurança que isso representava para a classe burguesa (GREE, 2009). A convicção em afirmar que a religiosidade dos operários era um empecilho para a união da classe trabalhadora, torna-se explícita quando reafirma a posição laica do movimento socialista e postula a substituição da religião por uma filosofia fundamentada no materialismo histórico (VASALE, 1979). Na sequência do texto, Gramsci apresentou, partindo da visão socialista, uma breve compreensão daquilo que entendia como concepção de religião, colocando-a na condição de concepção de mundo.

[...] Os Socialistas marxistas não são religiosos; creem que a religião é uma forma transitória da cultura humana, que será superada por uma forma superior de cultura a filosófica; creem que a religião é um concepção mitológica da vida e do mundo, concepção que será superada e substituída por aquela fundada no materialismo histórico, ou seja, por uma concepção que situa e busca no próprio interior da sociedade humana e na consciência individual as causas e as forças que produzem e criam a história [...] (ST, 2008d, p. 296-297)⁶⁹.

⁶⁸ [...] Un operaio, cristiano, riconosce nell'*Avanti!*, nel giornale della classe operaia, il suo giornale, quello che lo ha difeso, difendendo tutta la classe operaia aggredita a fucilate il 1º maggio. Egli comprende che l'idea religiosa non costituisce motivo di scissione nella classe operaia, come non costituisce motivo di scissione nella classe borghese [...] (ST, 2008d, p. 296).

⁶⁹ [...] I socialisti marxisti non sono religiosi; credono che la religione sia una forma transitoria della cultura umana che sarà superata da una forma superiore di cultura, quella filosofica; credono che

A concepção apresentada por Gramsci apontava para a distinção clara entre religião e filosofia e enfatizava a relação e a influência de ambas na cultura humana (LA ROCCA, 2009b). O destaque para a existência de uma diferença substancial entre as formulações filosóficas e religiosas é uma indicação daquilo que foi discutido amplamente nos QC a partir da contraposição entre filosofia e senso comum. As análises gramscianas, presentes nos QC, que tratam da diferenciação entre religião, filosofia e consequentemente da cultura popular expressa pelo senso comum (resultado da apropriação da religião e da filosofia), estão ligadas à percepção de que a cultura decorrente da visão religiosa de mundo era nociva ao movimento operário, porque os tornava passivos ante o processo de exploração e de expropriação de sua força de trabalho (MACCIOCCHI, 1979; PORTELLI, 1978; LA ROCCA, 2009b). Talvez esta tenha sido a razão pela qual Gramsci encerrou seu texto sobre o caso Giacosa, renegando a atitude cristã e reafirmando a necessidade de superação da concepção religiosa de mundo e da hegemonia burguesa, por meio da organização dos trabalhadores na luta pela consolidação do Estado operário.

[...] O operário cristão Giacosa revela ter compreendido essa formulação do pensamento político proletário quando, mesmo sendo cristão, reconhece no *Avanti!* o órgão de sua classe. Ele faz votos para que Cristo puna o policial que fez um juramento falso. O partido comunista não reconhece essa tática como boa e prefere a sua: expropriar os capitalistas e, com a força do Estado operário, tornar impossível, também para os operários cristãos, que o falso juramento de um agente da burguesia possa fazer com que os proletários apodreçam na cadeia (ST, 2008d, p. 297)⁷⁰.

Gramsci percebia que, no início do século XX, a religião era empregada como um instrumento de dominação pela classe burguesa, que encontrava na

la religione sia una concezione mitologica della vita e del mondo, concezione che sarà superata e sostituita da quella fondata sul materialismo storico, cioè da una concezione che pone e ricerca nel seno stesso della società umana e nella coscienza individuale le cause e le forze che producono e creano la Storia (ST, 2008d, p. 296-297).

⁷⁰ [...] L'operaio cristiano Giacosa mostra di aver compreso questo nesso del pensiero politico proletario, se, pure essendo cristiano, egli riconosce nell'*Avanti!* l'organo della sua classe. Egli fa voti perché Cristo punisca la guardia regia che ha giurato il falso; il Partito socialista non riconosce come buona questa tattica e preferisce la sua: espropriare i capitalisti e con la forza dello Stato operaio rendere impossibile, anche per gli operai cristiani, che il giuramento falso di un agente della borghesia faccia marcire in prigione i proletari (ST, 2008d, p. 297).

Igreja Católica e no papado um aliado fiel contra as forças revolucionárias que, na condição de herdeiros declarados da filosofia moderna, haviam abandonado a igreja e a religião transcendental em função de uma concepção de mundo embasada nos princípios da materialidade e laicidade do Estado, o que representava um perigo tanto para os interesses políticos do papado como da burguesia liberal (LIGUORI, 2005; LIGUORI 2009; LA ROCCA, 2009). Contudo, Gramsci não se encontrava embebido do espírito antirreligioso ou anticlerical que pairava sobre seus companheiros revolucionários ou mesmo sobre pensadores liberais, como Benedetto Croce que preconizava a vida sem a religião revelada (VASALE, 1979). Gramsci valorizava a religião por sua capacidade de difusão cultural e de agregação das classes subalternas e, em especial, reconhecia a importância dos grupos sociais que se encontravam sob a tutela da Igreja para o êxito da Revolução proletária. Em 1916, em um texto intitulado **Bruxaria**, discutia a importância da religião e a exploração da fraqueza humana em situações de guerra e morte apontando a necessidade humana do transcendental:

A indiferença religiosa do tempo normal, a ausência da prática do culto, não é independência, não é a liberação dos ídolos. A religião é uma necessidade do espírito. Os homens, muitas vezes, se sentem tão perdidos na vastidão do mundo, se sentem esbofeteados por forças que não conhecem, o complexo de energia histórica refinada e sutil o suficiente para escapar ao senso comum, nos momentos supremos, somente aqueles que tem substituído a religião por alguma outra força moral podem ser salvos da ruína (ST, 2008d, p. 44)⁷¹.

Esses condicionantes, tornaram a reflexão sobre a religião, e sobretudo o cristianismo e a Igreja Católica, necessária ao pensamento gramsciano, de tal modo que, além de ocupar um espaço considerável em seus escritos, é um elemento importante para a compreensão da cultura popular (LA ROCCA, 2009b; STACCONE, 1996). A definição de Religião aparece no QC 6, redigido entre 1930 e 1932, e é apresentada a partir da tradição e da força ideológica que o

⁷¹ L'indifferenza religiosa dei tempi normali, l'assenza della pratica del culto, non è indipendenza, non è liberazione dagli idoli. La religione è un bisogno dello spirito. Gli uomini si sentono spesso così sperduti nella vastità del mondo, si sentono così spesso sbalottati da forze che non conoscono, il complesso delle energie storiche così raffinato e sottile sfugge talmente al senso comune, che nei momenti supremi solo chi ha sostituito alla religione qualche altra forza morale riesce a salvarsi dallo sfacelo (ST, 2008d, p. 44).

transcendentalismo demonstrou ao longo da história. Nesse sentido, empregando o conceito de religião extraído de um Manual de História da Religião, Gramsci determinou que:

‘A palavra religião no seu significado mais amplo, denota uma relação de dependência que liga o homem a um ou mais poderes superiores, dos quais ele sente que depende e aos quais tributa atos de culto tanto individuais como coletivos’ (QC 6, § 41, p. 715)⁷².

Partindo dessa definição, enfatizou que uma religião precisaria ser composta por três elementos, com destaque para o seu caráter transcendental, marcado pelo sentimento de dependência do homem em relação às divindades, à origem do culto e aos ritos religiosos.

[...] no conceito de religião se pressupõem estes elementos constitutivos: 1º a crença de que existam uma ou mais divindades pessoais que transcendem as condições terrestres temporais; 2º o sentimento dos homens de que dependem destes seres superiores que governam totalmente a vida do cosmo; 3º a existência de um sistema de relações (culto) entre os homens e os deuses [...] (QC 6, § 41, p. 715)⁷³.

Ao se referir à religião, Gramsci se dirigia diretamente ao cristianismo e, portanto, à concepção confessional de religião, criticando toda e qualquer iniciativa teórica que retirava da concepção de religião o elemento transcendental representado pela crença nos poderes superiores. Essa redução ou simplificação era considerada por Gramsci com cautela, visto que a limitação dos elementos constituintes da religião ampliava a compreensão do fenômeno religioso e o entendimento da religião ficava reduzido a um conjunto de normativas sociais que poderiam servir de obstáculo ao exercício livre das faculdades humanas (LA ROCCA, 2009b).

⁷² ‘La parola religione nel suo significato più ampio, denota in legame di dipendenza che riannoda l’uomo a una o più potenze superiori dalle quali sente di dipendere ed a cui tributa atti di culto sia individuali che collettivi’ (QC 6, § 41, p. 715).

⁷³ [...] nel concetto di religione si presuppongono questi elementi costitutivi: 1º la credenza che esistano una o più divinità personali trascendenti le condizioni terrestri e temporali; 2º il sentimento degli uomini di dipendere da questi esseri superiori che governano la vita del cosmo totalmente; 3º l’esistenza di un sistema di rapporti (culto) tra gli uomini e gli dei [...] (QC 6, § 41, p. 715).

Em função da reflexão filosófica realizada por Gramsci, a concepção de religião se encontra dispersa nos QC e deve ser identificada a partir de um conjunto de notas que demonstram a relação entre a religião e a formação cultural do povo, uma vez que a religião assumiu a condição de concepção de mundo e passou a compor o universo cultural das diferentes classes sociais que naquele momento da história italiana, tinham na religião e no culto a única fonte de saber, seja para o direcionamento moral, seja para a interpretação da natureza ou da história. No QC 11, redigido entre 1931 e 1932, ao discutir a historicidade da filosofia da práxis, Gramsci ampliou sua reflexão sobre a concepção de religião e concluiu que, na condição de concepção de mundo fundamentada na transcendentalidade, em muitos momentos fornecia explicações confusas sobre a natureza das coisas e pouco esclareciam àqueles que a ela recorriam.

[...] Neste sentido, a religião é a mais gigantesca utopia, isto é, a mais gigantesca ‘metafísica’ que já apareceu na história, já que ela é a mais grandiosa tentativa de conciliar em forma mitológica as contradições reais da vida histórica: ela afirma, na verdade, que o homem tem a mesma ‘natureza’, que existe o homem em geral, enquanto criado por Deus, filho de Deus, sendo por isso irmão dos outros homens, igual aos outros homens, livre entre os outros e da mesma maneira que os outros, e que ele pode se conceber desta forma espelhando-se em Deus, ‘auto-consciência’ da humanidade; mas afirma também que nada disso pertence a este mundo e ocorrerá neste mundo, mas em um outro (– utópico –). Assim, as ideias de igualdade, liberdade e fraternidade fermentam entre os homens, entre os homens que não se vêem como iguais, nem como irmãos de outros homens, nem livre em face deles [...]. (QC 11, § 62, p. 1488)⁷⁴.

A exposição de Gramsci sobre a face utópica da religião e sua caracterização metafísica, permite-nos afirmar que as ferramentas oferecidas pela ideologia religiosa no processo de desvelamento do mundo e na compreensão dos fatos de ordem histórica e naturais, encontram-se distantes da capacidade

⁷⁴ [...] In questo senso la religione è la più gigantesca utopia, cioè la più gigantesca ‘metafisica’, apparsa nella storia, poiché essa è il tentativo più grandioso di conciliare in forma mitologica le contraddizioni reali della vita storica: essa afferma, invero, che l’uomo ha la stessa ‘natura’, che esiste l’uomo generale, in quanto creato da Dio, figlio di Dio, perciò fratello degli altri uomini, uguale agli altri uomini, libero fra gli altri e come gli altri uomini, e che tale egli si può concepire specchiandosi in Dio, ‘autoscienza’ dell’umanità, ma afferma anche che tutto ciò non è di questo mondo e per questo mondo, ma di un altro (– utópico –). Così le idee di uguaglianza, di fraternità, di libertà fermentano tra gli uomini, in quegli strati di uomini che non si vedono né uguali, né fratelli di altri uomini, né liberi nei loro confronti [...] (QC 11, § 62, p. 1488).

reflexiva e analítica da grande maioria dos fiéis, privados da possibilidade de real compreensão dos fenômenos que desconhecem os sistemas explicativos e os traduzem em termos compreensíveis e aceitáveis pelo grupo social ao qual estão inseridos, muitas vezes descaracterizando, e até mesmo distorcendo, a própria concepção religiosa de mundo (LA ROCCA, 2009b).

Ao escrever as **notas e críticas sobre uma tentativa de Ensaio popular de sociologia**, na segunda parte do QC 11, mais precisamente no § 13, Gramsci apontou que os sistemas ideológicos que compõem uma determinada visão de mundo, seja religiosa ou filosófica, formam um sistema que expressa a posição das elites intelectuais. Criticou a interpretação dos intelectuais socialistas de que a apropriação popular de teorias filosóficas, e a consequente elaboração de uma concepção de mundo própria da classe popular, estivessem em oposição ao sistema filosófico tradicional. Gramsci percebia que quando um grupo hegemônico dissemina sua ideologia sobre as classes populares, a apropriação que estas faziam dos sistemas ficava na superficialidade e em muito pouco se apropriavam dos sistemas e menos ainda contradiziam a filosofia tradicional (LIGUORI, 2009).

O *Ensaio popular* se equivoca ao partir (implicitamente) do pressuposto de que, a esta elaboração de uma filosofia original das massas populares, oponham-se aos grandes sistemas das filosofias tradicionais e a religião do alto clero, isto é, a concepção do mundo dos intelectuais e da alta cultura. Na realidade, estes sistemas são desconhecidos pelas multidões, não tendo eficácia direta sobre o seu modo de pensar e de agir. Isto não significa, por certo, que eles sejam desprovidos inteiramente de eficácia histórica: mas esta eficácia é de outra natureza. Estes sistemas influem sobre as massas populares como força política externa, como elemento de força coesiva das classes dirigentes, e, portanto, como elemento de subordinação a uma hegemonia exterior, que limita o pensamento original das massas populares de uma maneira negativa, sem influir positivamente sobre elas, como fermento vital de transformação interna daquilo que as massas pensam, embrionária e caoticamente, sobre o mundo e a vida (QC 11, § 13, p. 1396)⁷⁵.

⁷⁵ Il *Saggio popolare* sbaglia nel partire (implicitamente) dal presupposto che a questa elaborazione di una filosofia originale delle masse popolari si oppongano i grandi sistemi delle filosofie tradizionali e la religione dell'alto clero, cioè le concezioni del mondo degli intellettuali e dell'alta cultura. In realtà questi sistemi sono ignoti alla moltitudine e non hanno efficacia diretta nel suo modo di pensare ed operare. Certo ciò non significa che essi siano del tutto senza efficacia storica: ma questa efficacia è d'altro genere. Questi sistemi influiscono sulle masse popolari come forza politica esterna, come elemento di forza coesiva delle classi dirigente, come elemento quindi

O discurso de Gramsci possui duas ideias centrais: a) a apropriação popular dos grandes elaborações culturais e sistemas filosóficos e religiosos dão origem a concepções de mundo originais, oriundas do pensamento popular; b) a elite intelectual e os grupos dominantes utilizam os sistemas e ideologias filosóficas e religiosas como instrumento de controle do pensamento popular (SAVIANI, 2004b). Essa dupla condição presente na apropriação popular dos sistemas ideológicos origina uma concepção de mundo distinta daquela operada pelos grandes sistemas filosóficos e, inclusive, daquelas presentes nos sistemas ideológicos religiosos e foi classificada por Gramsci como senso comum (LIGUORI, 2007; LIGUORI, 2009). Mas o que seria o senso comum para Gramsci? A resposta foi apresentada de forma fragmentada e somente pode ser entendida se o senso comum for analisado em suas relações com a filosofia e a religião. Nessa perspectiva, Gramsci afirmou:

[...] O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o 'folclore' da filosofia e, como todo folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia [...] (QC 11, § 13, p. 1396)⁷⁶.

O senso comum, ainda que entendido como uma concepção de mundo que cumpre o papel de filosofia popular, não possui o mesmo grau de sistematização do pensamento filosófico tradicional (LIGUORI, 2007; LIGUORI, 2009). Além das características do senso comum elencadas por Gramsci, é possível atribuir outras características que historicamente se encontram ligadas à concepção de senso comum. Deve-se ter em conta que o senso comum é, por sua lógica interna, contraditório e sua composição se dá mediante a integração entre

di subordinazione a una egemonia esteriore, che limita il pensiero originale delle masse popolari negativamente, senza influirvi positivamente, come fermento vitale di trasformazione intima de ciò che le masse pensano embrionalmente e caoticamente intorno al mondo e la vita [...] (QC 11, § 13, p. 1396).

⁷⁶ [...] Il senso comune non è una concezione unica, identica nel tempo e nello spazio: è il 'folclore' della filosofia e come il folclore si presenta in forme innumerevoli: il suo tratto fondamentale e più caratteristico è di essere una concezione (anche nei singoli servelli) disgregata, incoerente, inconsequente, conforme alla posizione sociale e culturale delle moltitudini di cui esse è la filosofia [...] (QC 11, § 13, p. 1396).

elementos da ação cotidiana, do pensamento popular, e elementos retirados dos sistemas filosóficos tradicionais. Esse processo de assimilação torna o senso comum uma concepção de mundo fragmentária, permeada de contradições e que constantemente, pela junção que faz das diferentes teorias e concepções, é marcada pela incoerência (SAVIANI, 2004b).

Apesar de ser uma visão de mundo fragmentária, desagregada, contraditória, incoerente e inconsequente, Gramsci demonstrou sagacidade ao perceber que ela se encontrava disseminada em todos os estratos sociais, do popular ao intelectual, dos operários aos burgueses. Todavia, essa presença não representa uma unidade na visão de mundo desses grupos tão diferentes, mas significava, ao ver de Gramsci, que todos os estratos sociais fazem sua apropriação particular da filosofia tradicional e dela extraem elementos para a formulação de sua visão de mundo.

[...] Todo estrato social tem seu 'senso comum', que é, no fundo a concepção de vida e a moral mais difundida. Toda corrente filosófica deixa uma sedimentação de 'senso comum': este é o documento de sua efetividade histórica. O senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e opiniões filosóficas que penetram no costume. O 'senso comum' é o folclore da 'filosofia' e ocupa um lugar intermediário entre o 'folclore' propriamente dito (isto é, tal como é entendido) e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. O 'senso comum' cria o futuro do folclore, isto é, uma fase mais ou menos enrijecida de um certo tempo e lugar [...] (QC 1, § 65, p. 76)⁷⁷.

As análises gramscianas sobre o senso comum exploram em profundidade a relação dessa concepção de mundo com a filosofia e a religião (LA ROCCA, 2009b). Com base nas leituras, podemos afirmar que no sistema teórico gramsciano, explicitamente no QC 12, § 1, a afirmação de que todos os homens são considerados capazes de filosofar, ainda que muitos não ocupem na sociedade a posição de filósofo, caminha de encontro com sua preocupação em

⁷⁷ [...] Ogni strato sociale ha il suo 'senso comune' che è in fondo la concezione della vita morale più diffusa. Ogni corrente filosofica lascia una sedimentazione di 'senso comune': è questo il documento della sua effettualità storica. Il senso comune non è qualcosa di irrigidito e immobile, ma si trasforma continuamente, arricchendosi di nozioni scientifiche e opinioni filosofiche entrate nel costume. Il 'senso comune' è il folklore della 'filosofia' e sta di mezzo tra il 'folklore' vero e proprio (cioè come è inteso) e la filosofia, la scienza, l'economia degli scienziati. Il 'senso comune' crea il futuro folklore, cioè una fase più o meno irrigidita di un certo tempo e luogo [...] (QC 1, § 65, p. 76).

relação à apropriação popular dos sistemas filosóficos e elaboração do senso comum. A análise gramsciana desenvolvida no QC 12, que conduziu à ideia de que o homem comum tem a capacidade necessária para produzir uma concepção de mundo que se torne hegemônica, pode ser relacionada com a questão da superação do senso comum pelas classes de trabalhadores, com as quais Gramsci compartilhava o ideal revolucionário.

Nesse ponto, podemos voltar à hipótese de que Gramsci reorganizou intencionalmente suas notas com o objetivo de estabelecer uma teoria filosófico-política capaz de conduzir a classe operária no processo de elaboração de um pensamento filosófico original. Essa filosofia da práxis, originária do senso comum da classe operária, teria o potencial para se tornar hegemônica ante as filosofias liberal e cristã predominantes no início do século XX. A partir das análises dos textos do QC 11 poderíamos questionar se, o QC 11, mais especificamente o § 12, teria o objetivo de guiar os trabalhadores rumo à superação do senso comum a partir da atividade filosófica. Talvez, o reagrupamento das notas e as novas reflexões que originaram o QC 11 sejam a resposta. Mais do que uma introdução ao estudo da filosofia e à história da cultura, Gramsci formulou um exercício filosófico que, em linhas gerais, defendeu a capacidade do homem comum de desenvolver o raciocínio filosófico complexo, sendo para tanto necessário ao homem do povo, denominado por Gramsci de simples, superar a visão do senso comum e a concepção religiosa de mundo para então fundamentar, a partir de sua prática, a almejada Filosofia da Práxis.

O QC 12 pode ser considerado um complemento à proposta gramsciana, já que nele é feita a defesa de que todo homem é um filósofo por natureza. A partir da leitura dos QC podemos afirmar que a concepção de “homem filósofo”, a qual aparece no QC 12, é uma consequência daquela provocação que aparece no QC 11, § 12, como uma indicação teórica acerca dos pressupostos do estudo da filosofia. Se tomarmos como premissa o fato de que o pensamento de Gramsci é revolucionário, podemos entender que a indicação teórica se torna para o homem simples um “convite à filosofia”. Se radicalizarmos o raciocínio, mais do que um convite, Gramsci deixou um desafio para os proletários, o desafio de desenvolver a pesquisa, produzir o conhecimento e superar o senso comum pela tomada de consciência da própria realidade, permeada pela filosofia do grupo hegemônico.

É preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são ‘filósofos’, definindo os limites e as características desta ‘filosofia espontânea’, peculiar a ‘todo o mundo’, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, e método o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por ‘folclore’ (QC 11, § 12, p. 1375)⁷⁸.

As indicações metodológicas propostas para o estudo da filosofia permitem a análise sobre os principais elementos que compõem o processo de dominação empregado pelo conjunto da sociedade burguesa, o domínio da linguagem (cult), o senso comum (e sua superação: o bom senso) e a questão religiosa (cristalizada pela cultura nos estratos mais simples da população). Portanto, a partir da leitura do texto, podemos afirmar que a tomada de consciência acerca do papel e da importância dos elementos, acima apontados, é o primeiro passo para a conscientização dos trabalhadores sobre sua condição social. É nessa situação que o apelo para a superação/desconstrução da noção preconcebida, de que filosofar é difícil, torna-se importante e que a ideia, de que as atividades ligadas ao pensamento são privilégios de poucos, precisaria ser superada para dar lugar ao intelectual proletário, o homem filósofo.

O zelo que Gramsci tinha no concernente ao ideal revolucionário e à formação cultural dos italianos e, conseqüentemente, pela libertação moral e intelectual em relação às ideologias religiosas, fica evidente na convicção que demonstrou ao afirmar que, garantir ao homem simples o exercício do livre pensar, não é sinônimo de qualidade de pensamento (FROSINI, 2002). O fato de

⁷⁸ Occorre distruggere il pregiudizio molto diffuso che la filosofia sia un alcunché di molto difficile per il fatto che essa è l'attività intellettuale propria di una determinata categoria di scienziati specialisti o di filosofi professionali e sistematici. Occorre pertanto dimostrare preliminarmente che tutti gli uomini sono ‘filosofi’, definendo i limiti e i caratteri di questa ‘filosofia spontanea’, propria di ‘tutto il mondo’, e cioè della filosofia che è contenuta: 1) nel linguaggio stesso, che è un insieme di nozioni e di concetti determinati e non già e solo di parole grammaticalmente vuote di contenuto; 2) nel senso comune e buon senso; 3) nella religione popolare e anche quindi in tutto il sistema di credenze, superstizione, opinione, modi di vedere e di operare che si affacciano in quello che generalmente si chiama ‘folclore’ (QC 11, § 12, p. 1375).

Gramsci ter chamado a atenção para os limites da filosofia espontânea, oriunda das classes subalternas, remete-nos ao zelo que tinha sobre a formação cultural do povo italiano e para a necessidade de constituir um grupo intelectual orgânico do movimento operário. A preocupação com os limites da filosofia espontânea está circunscrita pelo perigo de reprodução da ideologia dominante ou mesmo de formulação de um pensamento que, partindo do senso comum, não supere as contradições e a fragmentariedade que lhe são características (LIGUORI, 2007).

Ainda que Gramsci recomendasse cautela na fase inicial do processo de produção filosófica, podemos extrair, do excerto citado acima, duas lições fundamentais para o desenvolvimento da estratégia revolucionária. 1) Tornar o ato de filosofar uma ação espontânea é o primeiro passo para o desenvolvimento da autonomia intelectual do proletariado, por isso a filosofia espontânea deve ser um ato comum a todos. 2) Tornar-se consciente de que a própria produção intelectual e filosófica é permeada por limites oriundos do senso comum é a garantia de que o sujeito poderá exercer a crítica de sua própria concepção de mundo.

O domínio intelectual da autocrítica, ou seja, da capacidade de percepção dos limites da própria elaboração teórica, é compatível com a capacidade de exercício da crítica sobre a produção intelectual de um indivíduo ou de uma classe à qual o sujeito pertença. Criticar a própria concepção de mundo tinha o potencial de conceder ao proletariado o poder de identificar as influências da ideologia dominante acerca de sua concepção de mundo. A consciência do nível de influência da concepção de mundo hegemônica sobre as formulações dos proletários representava a capacidade de superação daquela hegemonia previamente estabelecida a partir da crítica aos seus fundamentos (MACCIOCCHI, 1980).

O caminho para a consolidação da hegemonia dos proletários passava pela elaboração de uma concepção própria de mundo, uma filosofia original, que superasse o senso comum, fundamentada na filosofia do grupo dominante (DAINOTTO, 2009). Gramsci entendia que para superar o senso comum dos trabalhadores em relação à filosofia, era necessário analisar a ideia de que os proletários e as classes subalternas em geral possuíam sobre a filosofia. Concernente a isso, Gramsci escreveu:

Qual é a ideia que o povo faz da filosofia? Pode-se reconstituí-la através do modo de falar e das expressões da linguagem comum. Uma das mais difundidas é aquela de ‘tomar as coisas com filosofia’, a qual, analisada, não tem por que ser inteiramente refutada. É verdade que ela contém um convite implícito à resignação e à paciência, mas parece que o ponto mais importante seja, ao contrário, o convite à reflexão, à tomada de consciência daquilo que acontece é, no fundo, racional, e que assim deve ser enfrentado, concentrando as próprias forças racionais e não se deixando levar pelos impulsos instintivos e violentos. Essas expressões populares, poderiam ser agrupadas com as expressões similares dos escritores de caráter popular – recolhidas dos grandes dicionários – nos quais entrem os termos ‘filosofia’ e ‘filosoficamente’; e assim se poderá perceber que estes têm um significado muito preciso, de superação das paixões bestiais e elementares numa concepção da necessidade que fornece a própria ação uma direção consciente. Este é o núcleo sadio do senso comum, que poderia precisamente ser chamado de bom senso e que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente [...] (QC 11, § 12, p. 1380)⁷⁹.

A crítica gramsciana sobre a noção popular de filosofia não descartou a visão popular, porém apontou como ponto negativo a banalização do pensamento filosófico. Por outro lado, destacou a rápida identificação entre o filosofar e a disciplina (paciência) e percebeu que o povo tinha consciência de que o exercício filosófico exigia disponibilidade de tempo e concluiu que a visão popular, o senso comum, concedeu ao pensamento filosófico uma condição de superioridade em relação à sua própria capacidade histórica de apreender a realidade (SEMERARO, 2006). Ao enfatizar e incentivar a redescoberta da filosofia por meio da possibilidade de ressignificação das concepções “filosofia” e “filosoficamente”, Gramsci oferecia às classes populares o instrumental

⁷⁹ Quale è l'idea che il popolo si fa della filosofia? Si può ricostruire attraverso i modi di dire del linguaggio comune. Uno dei più diffusi è quello di ‘prendere le cose con filosofia’, che, analizzato, non è poi da buttar via del tutto. È vero che in esso è contenuto un invito implicito alla rassegnazione e alla pazienza, ma pare che il punto più importante sia invece l'invito alla riflessione, a rendersi conto e ragione che ciò che succede è in fondo razionale e che come tale occorre affrontarlo, concentrando le proprie forze razionali e non lasciandosi trascinare dagli impulsi istintivi e violenti. Si potrebbero raggruppare questi modi di dire popolari, con le espressioni simili degli scrittori di carattere popolare – prendendole dai grandi vocabolari – in cui entrano i termini di ‘filosofia’ e ‘filosoficamente’ e si potrà vedere che questi hanno un significato molto preciso, di superamento delle passioni bestiali ed elementari in una concezione della necessità che dà al proprio operare una direzione consapevole. È questo il nucleo sano del senso comune, ciò che appunto potrebbe chiamarsi buon senso e che merita di essere sviluppato e reso unitario e coerente [...] (QC 11, § 12, p. 1380).

necessário à reaproximação dos grupos subalternos do saber sistematizado (MACCIOCCI, 1980; SEMERARO, 2006).

Gramsci defendia a ideia de que a elaboração de uma filosofia deveria ser fundada na realidade concreta e que no caso dos trabalhadores, operários industriais ou camponeses, estava circunscrita ao mundo da produção, ou seja, ao campo das estruturas que movem a vida e pertencem ao campo da sociedade civil e de sua construção econômica (MACCIOCCI, 1980; DAINOTTO, 2009; SEMERARO, 2006). Devemos estar atentos ao fato de que, para Gramsci, a proximidade da classe operária com o mundo da produção, reforçada pelo senso comum, servia de empecilho ao desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, visto que os limites das condições materiais da classe trabalhadora reforçavam o aspecto econômico de suas reivindicações, as quais acabavam permanecendo no campo da produção e do consumo material, sem que se voltasse para a formação cultural e pudesse evoluir rumo à inauguração de uma nova forma de pensar (DAINOTTO, 2009; SEMERARO, 2006).

A capacidade de identificar a influência da ideologia dominante na forma de pensar popular e na formação do senso comum era importante para o processo de amadurecimento da filosofia popular, porque, embora não pudesse ser considerada a superação do senso comum, ela representava a passagem deste para o “bom senso” (FROSINI, 2010). No entanto, para que o pensamento da classe proletária pudesse ascender à condição de uma filosofia sistemática, havia a necessidade de superação do preconceito que os proletários tinham em relação à filosofia e ao ato de filosofar. Nesse sentido, o caminho apontado por Gramsci passava pela superação da tradição cultural italiana fundada em uma visão religiosa de mundo, que disseminara ao longo dos séculos, por meio de uma ação educativa eficaz, a ideia de que o povo não tinha condições intelectuais para compreender os mistérios da vida, tarefa que cabia à religião e à Igreja, que a realizava por meio de seus intelectuais (STACONNE, 1996).

Na tentativa de superar a visão religiosa de mundo e libertar o proletário das ideologias dominantes, Gramsci propôs a investigação do “por que” e do “como” as concepções de mundo se difundem e se tornam populares. Seguindo o mesmo sistema de guiar o leitor pelo processo do filosofar, mais do que apresentar uma resposta pronta para tal problema, Gramsci apresentou

questionamentos, a partir dos quais os simples poderiam proceder à compreensão e a crítica ao processo de disseminação das ideologias.

Por que e como se difundem, tornando-se populares, as novas concepções de mundo? Neste processo de difusão [...] influem, como e em que medida, a forma racional em que a nova concepção é exposta e apresentada, a autoridade [...] do expositor e dos pensadores e cientistas nos quais o expositor se fundamenta, a participação na mesma organização daquele que sustenta a nova concepção [...]? Estes elementos, na realidade, variam de acordo com o grupo social e com o nível cultural do referido grupo. Mas a pesquisa é interessante, sobretudo, no que diz respeito às massas populares, que mais dificilmente mudam de concepção e que, em todo caso, jamais a mudam aceitando a nova concepção em sua forma 'pura', por assim dizer, mas somente e sempre como combinação mais ou menos heteróclita e bizarra [...] (QC 11, § 12, p. 1389-1390)⁸⁰.

A investigação sobre a difusão e a popularização das concepções de mundo, e portanto de ideologias hegemônicas ou não, pode ser interpretada como parte da produção da consciência operária. A tentativa gramsciana de fundação da filosofia da práxis vai além da mera teorização e compreensão de princípios fundamentais da filosofia e se encaminha para o campo da investigação dos processos reais que constituem a difusão das ideologias no universo social das classes populares (FROSINI, 2010; SCHLESENER, 2002; MACCIOCCHI, 1980).

A resposta apresentada por Gramsci, permite afirmar que ele entendia a formação do senso comum como um processo lento, mediado pelo espírito de conservação que se instalara nas classes populares. É necessário pensar que Gramsci não defendia a ideia de que os grupos populares possuísem dificuldade de cunho intelectual, e sim que esta é uma consequência da ideologia religiosa cristalizada no senso comum, que de pronto renega e assume uma postura hostil a toda e qualquer concepção de mundo que lhe seja contrária ou que apresente

⁸⁰ Perché e come si diffondono, diventando popolari, le nuove concezioni del mondo? In questo processo di diffusione [...] influiscono, e come e in che misura, la forma razionale in cui la nuova concezione è esposta e presentata, l'autorità [...] dell'espositore e dei pensatori e scienziati che l'espositore chiama in suo sostegno, l'appartenere alla stessa organizzazione di chi sostiene la nuova concezione [...]? Questi elementi in realtà variano a seconda del gruppo sociale e del livello culturale del gruppo dato. Ma la ricerca interessa specialmente per ciò che riguarda la masse popolari, che più difficilmente mutano di concezione, e che non le mutano mai, in ogni caso, accettandole nella forma 'pura', per dire così, ma solo e sempre come combinazione più o meno eteroclita e bizzarra [...] (QC 11, § 12, p. 1389-1390).

mudanças e inovações (LIGUORI, 2009). Daí a dificuldade do proletariado em assumir integralmente as novas concepções que lhes eram apresentadas, entre estas a ideologia burguesa e a ideia de Estado laico, ou o pensamento socialista, o materialismo histórico e a ideia de revolução proletária.

Em decorrência disso, podemos afirmar que a ideologia religiosa, sedimentada no imaginário popular italiano no início do século XX, era um entrave tanto para a consolidação do Estado burguês quanto para a sua superação pela revolução proletária. O próprio Gramsci vivenciava essa dificuldade ao tentar difundir a concepção de mundo oriunda do movimento revolucionário na imprensa socialista do período, uma vez que a forma com que os grupos sociais subalternos se apropriam das concepções de mundo das quais se aproximam, tem como fundamento a reafirmação e a manutenção de sua própria concepção de mundo. Dessa prática nascem as contradições e incoerências apontadas por Gramsci como características do senso comum e a sua relativização, isto é, a coexistência de diversos tipos de senso comum em uma mesma sociedade.

Ao analisar os mecanismos que influenciavam a adesão ou apropriação de uma dada concepção de mundo pelas classes populares, Gramsci destacou o peso da autoridade intelectual na veiculação de uma ideologia. Nesse aspecto, o clero se tornou o grupo hegemônico em decorrência da confiança concedida pelo povo em função de sua posição social e filiação à Igreja. Outro fator que reforçava a hegemonia clerical e tornava uma concepção de mundo atraente para as classes populares, era a sua aplicação prática no cotidiano, preferencialmente as aplicações de cunho moral (FULTON, 1978).

A ação dos clérigos deve ser entendida por sua vinculação à política da Igreja, que no caso da Itália, sob a influência do poder papal, vinculava-se a uma política cosmopolita de abrangência mundial (SCHLESENER, 2009). No que se refere à Itália, sede do poder papal, coração político da Igreja Católica e capital do cristianismo, a religião, mais do que influir sobre o operariado italiano, exercia seu domínio sobre a quase totalidade dos camponeses da região meridional, para os quais o cristianismo significava a principal fonte de elaboração cultural (SCHLESENER, 2002). Isso reitera a afirmação gramsciana de que o senso comum estava intrinsecamente ligado à concepção moral mais difundida e conduz à reflexão sobre a difusão das ideologias para o campo da ação política, e para a

questão da hegemonia, como podemos ler na conclusão de Gramsci sobre a temática.

[...] Pode-se concluir que o processo de difusão das novas concepções ocorre por razões políticas, isto é, em última instância, sociais, mas, que o elemento formal da coerência lógica, o elemento de autoridade e o elemento organizativo têm uma função muito grande neste processo tão logo tenha tido lugar a orientação geral, tanto em indivíduos singulares como em grupos numerosos [...] (QC 11, § 12, p. 1390)⁸¹.

A religião constituiu um ponto nevrálgico na formação da cultura europeia e em especial da Itália, dadas as relações entre o papado e as lideranças políticas de cada período (VASALE, 1979). As elaborações dos intelectuais religiosos fizeram parte da história cultural da Itália e em muitos momentos foram decisivas para a construção de sua organização política. Se tomarmos as análises de Gramsci sobre o senso comum e a difusão de uma concepção de mundo nascida da elaboração de uma filosofia tradicional por um grupo de intelectuais, e as aplicarmos sobre a ação da religião e do clero na inserção e na difusão dessa ideologia para as classes populares, podemos afirmar que o resultado da apropriação dessa filosofia pelas classes populares constitui um conjunto de fragmentos que, embora sirvam de fundamentação moral para a ação cotidiana, não constitui uma teoria popular que permita analisar a realidade (LIGUORI, 2009; FULTON, 1978). Esse fato tem origem nas lacunas existentes no processo de apropriação da filosofia; deformidades que se consolidam na cultura popular, transmitida de geração em geração sem uma revisão teórico-crítica ou necessidade de fundamentação dos argumentos nos quais ela está fundamentada.

Uma vez que a validade lógica não é um ponto importante para as classes populares, a falta de coerência lógica na construção do senso comum e a apreensão limitada dos caracteres moralizantes de uma filosofia impedem os homens simples de visualizar o sistema filosófico como um todo, condição que

⁸¹ [...] Si può concludere che il processo di diffusione delle concezioni nuove avviene per ragioni politiche, cioè in ultima istanza sociali, ma che l'elemento autoritativo e l'elemento formale, della logica coerenza, l'elemento organizzativo hanno in questo processo una funzione molto grande subito dopo che l'orientamento generale è avvenuto, sia nei singoli individui che in gruppi numerosi [...] (QC 11, § 12, p. 1390).

tem como consequência a impossibilidade de exposição e de reconstrução do sistema. Ademais, a apropriação da filosofia pelo senso comum dificulta, para o homem simples, a justificativa de seus argumentos e legitima os princípios morais que fundamentam sua vida cotidiana. Transformada em movimento cultural, a filosofia de um “grupo homogêneo” (QC 1, § 43) destituída de sua lógica interna é cristalizada em formulações que assumem o caráter dogmático das verdades religiosas e acabam por ocasionar aquilo que Gramsci denominou como problema fundamental dos sistemas filosóficos.

Mas, neste ponto, coloca-se o problema fundamental de toda concepção do mundo, de toda filosofia, que se transformou em um movimento cultural, em uma ‘religião’, em uma ‘fé’, ou seja, que produziu uma atividade prática e uma vontade nas quais ela esteja contida como ‘premissa’ teórica implícita [...] (QC 11, § 12, p. 1380)⁸².

Gramsci tinha clareza de que o homem simples, ao internalizar a ideologia religiosa e assumi-la como princípio de vida moral e como concepção de mundo, fazia-o pela ação de convencimento dos intelectuais religiosos que constantemente reafirmavam os princípios da filosofia tradicional e forneciam as devidas fundamentações para o esclarecimento dos “fiéis”. Nesse aspecto, a filosofia, como capacidade racional e livre de pensar, deixava de existir para dar lugar a um conjunto de proposições para as quais o homem simples não possui justificativa além da sua crença na autoridade religiosa. A sistemática da defesa da autoridade da Igreja que ocorreu ao longo dos séculos e a força da tradição dos princípios religiosos que fundamentam sua ideologia, aliados à histórica aceitação popular das ideologias religiosas, reforçam a perspectiva do homem simples de que a concepção religiosa de mundo é a verdadeira expressão da realidade, ainda que idealizada, transcendental e utópica.

Sem o conhecimento do sistema filosófico que fundamenta sua concepção de mundo, o homem simples assume o princípio moral organizativo de sua existência como uma fé, para a qual basta a tradição e a autoridade, não mais de

⁸² Ma a questo punto si pone il problema fondamentale di ogni concezione del mondo, di ogni filosofia, che sia diventata un movimento culturale, una ‘religione’, una ‘fede’, cioè che abbia prodotto un’attività pratica e una volontà e in esse sia contenuta come ‘premissa’ teorica implicita [...] (QC 11, § 12, p. 1380).

quem a formula, mas de quem é responsável pela sua difusão e inserção cultural (LIGUORI, 2009). É a apropriação dessa concepção de mundo na condição de fé, não mais como filosofia constituída de sua habitual criticidade, rigorosidade e radicalidade, que permite ao homem simples manter sua convicção ante as novas concepções de mundo, apropriando-se lentamente de cada uma sem, no entanto, desapegar da sua.

[...] Disto se conclui, entretanto, que, nas massas como tais, a filosofia não pode ser vivida senão como uma fé. Que se pense, ademais na posição intelectual de um homem do povo; ele elaborou para si opiniões, convicções, critérios de discriminação e normas de conduta. Todo aquele que sustenta um ponto de vista contrário ao seu, enquanto é intelectualmente superior, sabe argumentar as suas razões melhor do que ele, logicamente, o põe no saco em uma discussão. Deveria, por isso, o homem do povo mudar de convicções? E apenas porque, na discussão imediata, não sabe se impor? Se fosse assim, poderia acontecer que ele devesse mudar uma vez por dia, isto é, todas as vezes que encontrasse um adversário ideológico intelectualmente superior (QC 11, § 12, p. 1390-1391)⁸³.

A análise sobre a apropriação da filosofia como fé é importante para o projeto gramsciano de superação do senso comum, porque expõe a fragilidade intelectual da concepção de mundo assumida pelos proletários e demonstra os prejuízos por ela causados pela falta de criticidade e justificabilidade da própria convicção de mundo. Como se pode perceber, o problema apontado por Gramsci não é a fácil derrota das convicções pessoais do homem simples, mas a sua estagnação intelectual evidenciada pela sua incapacidade de fazer a crítica sobre sua própria concepção de mundo, condição que o faz, em vez de operar um exame filosófico daquilo que questiona sua concepção de mundo, retroceder mediante a novas propostas (DAINOTTO, 2009).

Pode-se afirmar que esse fenômeno era um entrave para a estratégia revolucionária, pois a inculcação dogmática não permitia aos operários cristãos se

⁸³ [...] Da ciò si concludere però che nelle masse in quanto tali la filosofia non può essere vissuta che come una fede. Si immagini del resto la posizione intellettuale di un uomo del popolo; egli si è formato delle opinioni, delle convinzioni, dei criteri di discriminazione e delle norme di condotta. Ogni sostenitore di un punto di vista contrastante al suo, in quanto è intellettualmente superiore, sa argomentare le sue ragioni meglio di lui, lo mette in sacco logicamente ecc.; dovrebbe perciò l'uomo del popolo mutare le sue convinzioni? Perché nell'immediata discussione non sa farsi valere? ma allora gli potrebbe capitare di dover mutare una volta al giorno, cioè ogni volta che incontra un avversario ideologico intellettualmente superiore (QC 11, § 12, p. 1390-1391).

desvincular da ideologia religiosa e assumir posições teóricas ou concepções de mundo que claramente confrontavam a ideologia de seu grupo. Com base nos escritos de Gramsci, e em biografias dele, podemos afirmar que ao longo de toda a sua militância jornalística, vivenciou as dificuldades de apresentar aos proletários, em especial aos cristãos, uma nova concepção de mundo (FIORI, 1979; MUSITELLI, 1996). Antes mesmo do episódio do operário cristão Giacosa, narrado por Gramsci em 1920, ele escreveu um artigo intitulado **A consolação e os Católicos, *Avanti!*** de 21 de junho de 1916, no qual analisou a Feira de Nossa Senhora da Consolação em Turim e demonstrou a influência da autoridade eclesiástica na formação da concepção de mundo dos operários.

[...] Para eles [os católicos], vale apenas a autoridade, a revelação, a palavra de Deus, já que situam a origem dos fatos humanos fora do homem, numa vontade suprema que tudo abarca e tudo julga, e definem o que é certo e o que é errado à luz de uma concepção semítica do bem e do mal que pode valer para os escravos, mas não para os homens. Nós [socialistas] não esperamos nada de outros, mas só de nós mesmos: a nossa consciência de homens livre nos impõe um dever e nossa força organizada o põe em prática [...] (ST, 2008d, p. 112-113)⁸⁴.

O discurso de Gramsci, em relação aos fundamentos da concepção de mundo cristã e do posicionamento dos católicos diante da vida material e da exploração do capital, assume um tom de crítica e de defesa aberta dos princípios da filosofia marxista, até então entendida como anticristã. O discurso antirreligioso de Gramsci é focado para a questão da consciência filosófica e da vontade transformadora dos indivíduos, já que o catolicismo tornava os operários apáticos e suscetíveis à aceitação das condições impostas a eles pela sociedade burguesa. Em repúdio à cultura da passividade e espera da “graça” disseminada entre os católicos, Gramsci concluiu sua crítica às festividades de Nossa Senhora da Consolação fazendo uma exposição dos princípios do socialismo.

⁸⁴ Per essi vale solo l'autorità, la rivelazione, la parola di Dio, poiché pongono la scaturigine dei fatti umani fuori dell'uomo, in una volontà suprema che tutto abbraccia e tutto giudica, e spartisce il torto o la ragione al lume di una semitica concezione del bene e del male che può valere per gli schiavi, non per gli uomini. Noi non aspettiamo nulla da altri che da noi stessi; la nostra coscienza di uomini liberi ci impone un dovere, e la nostra forza organizzata lo attua [...] (ST, 2008d, p. 112-113).

[...] Somente o que é nossa obra, nossa conquista, tem valor para nós mesmos; não o que nos vem concedido por um poder superior, seja ele o Estado burguês ou Nossa Senhora da Consolação. Portanto, não é apenas a repugnância pelo rito, pela exterioridade, pelo simbolismo agora esvaziado de qualquer contido de fé – malgrado os esforços dialéticos de algum habilidoso casuísta – que nos mantém distantes do catolicismo. É a antítese insuperável das idéias: o homem que tomou consciência da força de sua vontade, da eficácia de sua consciência na história, não quer mais saber da Consolação e das virtudes taumatúrgicas. E, no mundo católico, ainda existem demasiadas consolações (ST, 2008d, p. 113)⁸⁵.

A experiência pessoal de observação dos fenômenos religiosos na sociedade italiana e a compreensão das consequências da concepção religiosa de mundo sobre os operários são aspectos da condição intelectual de Gramsci, que afloram no § 12 do QC 11 e que ele parece desejar deixar de herança para os proletários. As formulações filosóficas de sua introdução à filosofia, permeada de questionamentos sobre os elementos que compõem o saber popular, qualificam-se como uma tentativa de condução dos proletários para o desvelamento da filosofia e para uma formação cultural libertadora em relação à influência nociva da religião, uma formação cultural que permita ao simples exercer a crítica ao senso comum e aos condicionantes de sua existência. Podemos afirmar que é nessa perspectiva que Gramsci, ao redigir o § 12 do QC 11, o fez a partir da apresentação de uma série de problemas “interessantes”.

A cristalização da filosofia em forma de senso comum, justificada pela autoridade do clero, que transmitia a visão de mundo elaborada pelos intelectuais religiosos, é um fato que não escapou à percepção de Gramsci. A confiança “cega e obediente” que os proletários depositavam em seus líderes espirituais se tornava nociva para a revolução proletária, porque a despeito da coerência lógica das críticas feitas ao catolicismo, os operários católicos até então se mantinham fiéis à tradição. Essa fé na tradição, e na conformidade do senso comum eram,

⁸⁵ Solo ciò che è opera, conquista nostra, ha valore per noi, diventa parte di noi stessi, non ciò che viene elargito da un potere superiore, sia esso lo Stato borghese, o sia la Madonna della Consolata. Non è quindi solo la ripugnanza per il rito, per l'esteriorità, per il simbolismo ormai vuoto di ogni contenuto di fede che, a malgrado gli sforzi dialettici di qualche abile casuista, ci tiene lontani dal cattolicesimo. È l'antitesi insanabile delle idee; l'uomo che ha acquistato coscienza della forza della sua volontà, dell'efficacia della sua coscienza nella storia, non vuole più saperne della Consolata e delle sue virtù taumaturgiche. E nel mondo cattolico ci sono ancora troppe Consolate (ST, 2008d, p. 113).

segundo Gramsci, os sustentáculos da concepção de mundo popular, como escreveu na sequência do §12 do QC 11.

Em que elementos se fundamenta, então a sua filosofia? e, especialmente, a sua filosofia na forma que tem para ele maior importância, isto é, como norma de conduta? O elemento mais importante, indubitavelmente, é de caráter não racional: é um elemento de fé. Mas de fé em quem e em quê? Sobre tudo no grupo social ao qual pertence, na medida em que este pensa as coisas também difusamente como ele: o homem do povo pensa que tantos não podem se equivocar tão radicalmente, como o adversário argumentador queria fazer crer; que ele próprio, é verdade, não é capaz de sustentar e desenvolver as suas razões como o adversário faz com as dele, mas que, em seu grupo, existe quem poderia fazer isso, certamente ainda melhor do que o referido adversário; e, de fato, ele se recorda de ter ouvido alguém expor, longa e coerentemente, de maneira a convencê-lo de sua fé. Ele não se recorda concretamente das razões apresentadas e não saberia repeti-las, mas sabe que elas existem, já que ele as ouviu expor e ficou convencido delas. O fator de ter sido convencido uma vez, de maneira fulminante, é a razão da permanente persistência na convicção, ainda que não se saiba mais argumentar (QC 11, § 12, p. 1391)⁸⁶.

Com essa exposição, Gramsci deixou claro que a formação do senso comum está atrelada à ação de difusão da filosofia. Um aspecto importante de sua análise é a reafirmação de que as classes populares se convencem da validade de certos princípios mediante um discurso bem articulado, proferido por alguém confiável e com argumentos capazes de atender seus critérios intelectuais e seus anseios e angústias (LIGUORI, 2005; LIGUORI, 2009). Outro fator presente na argumentação gramsciana é a valorização do grupo social no qual o indivíduo está inserido. A confiança em seus pares e na coletividade é um elemento característico da concepção de mundo do homem simples, que diante

⁸⁶ Su quali elementi si fonda dunque la sua filosofia? e specialmente la sua filosofia nella forma che per lui ha maggiore importanza di norma di condotta? L'elemento più importante è indubbiamente di carattere non razionale, di fede. Ma in chi e che cosa? Specialmente nel gruppo sociale al quale appartiene in quanto la pensa diffusamente come lui: l'uomo del popolo pensa che in tanti non si può sbagliare, così in tronco, come l'avversario argomentatore vorrebbe far credere; che egli stesso, è vero, non è capace di sostenere e svolgere le proprie ragioni come l'avversario le sue, ma che nel suo gruppo c'è chi questo saprebbe fare, certo anche meglio di quel determinato avversario ed egli ricorda infatti di aver sentito esporre diffusamente, coerentemente, in modo che egli ne è rimasto convinto, le ragioni della sua fede. Non ricorda le ragioni in concreto e non saprebbe ripeterle, ma sa che esistono perchè le ha sentite esporre e ne è rimasto convinto. L'essere stato convinto una volta in modo folgorante è la ragione permanente del permanere della convinzione, anche se essa non si sa più argomentare (QC 11, § 12, p. 1391).

de novas perspectivas de interpretação da realidade se mantém firme em suas convicções, sob o argumento de que o povo não se engana.

A conclusão que Gramsci apresentou sobre a questão dos princípios que fundamentam a concepção de vida do homem simples incorre na questão da autoridade. A partir disso, é possível pensar que a forma como as filosofias chegam às camadas populares não reflete a sistematização dos grandes sistemas filosóficos. A consequência mais nefasta dessa prática para as classes populares é a aparente segurança fornecida pela confiança na autoridade. Mediante essa segurança, as dúvidas se dissipam e com elas a atitude filosófica e investigativa (DAINOTTO, 2009). Surge assim, mediante a incapacidade de argumentação e justificação de sua concepção de mundo, uma atitude agressiva de recusa às novas ideologias, o que, para os revolucionários proletários, não era interessante.

Estas considerações, contudo, conduzem à conclusão de que as novas convicções das massas populares são extremamente débeis, notadamente quando estas novas convicções (igualmente novas) ortodoxas, socialmente conformistas de acordo com os interesses das classes dominantes [...] (QC 11, § 12, p. 1391)⁸⁷.

Gramsci apontou a submissão dos grupos sociais à ideologia e aos interesses das classes dominantes. Essa condição era própria de seu tempo e das relações estabelecidas entre a Igreja e as classes dominantes no início do século XX. Os resultados das campanhas papais do século XVIII e XIX acabaram sendo desastrosos para a hegemonia religiosa na Itália. O papado com suas medidas políticas, na tentativa de se manter no domínio político do Estado Italiano, rompeu com as elites, deixando de ser a religião das classes dirigentes. Esse desgaste acabou por se agravar ao fim do processo de unificação do Estado, com a instituição do Reino da Itália e a ocupação de Roma, em 1870, foi coroada a vitória da burguesia italiana, que conquistou seu Estado Nacional (STACCONE, 1991; SEQUEIRA, 2004; MARTINA, 2005).

⁸⁷ Ma queste considerazioni conducono alla conclusione di una estrema labilità nella convinzioni nuove delle masse popolari, specialmente se queste nuove convinzioni sono in contrasto con le convinzioni (anche nuove) ortodosse, socialmente conformiste secondo gli interessi generali delle classi dominanti [...] (QC 11, § 12, p. 1391).

O papado tomou medidas enérgicas contra o novo Estado e orientou o clero e os católicos a se afastarem da militância política. Essa espécie de boicote enfraqueceu o Estado e a classe dirigente, a nova burguesia, que em 1898 declarou os católicos subversivos e possíveis aliados dos socialistas (QC 19, § 31). Diante de tal acusação o papado, sob a liderança de Pio IX, reviu a posição política da Igreja Católica e iniciou uma aproximação com o Estado, que por sua vez, temerário em relação ao posicionamento do papado, organizava-se em uma ofensiva anticatólica que previa medidas hostis como a vigilância policial contra o clero (ACERBI, 2003; BEDOUELLE, 1993; STACCONE, 1991).

No cenário de hostilidade e na tentativa de se afastar do socialismo, julgado anticristão, a partir de 1890, o papado iniciou uma ação mais intensa de aproximação com o Estado, firmou acordos que possibilitaram as eleições populares de 1904. Na sequência das negociações, em 1912, com forte apelo antissocialista, o papado firmou um novo acordo com o Estado (ACERBI, 2003; BEDOUELLE, 1993; STACCONE, 1991), renunciou ao decreto proibitivo da participação dos católicos no meio político, fundou o Partido Popular Italiano e criou as condições materiais necessárias para que o Estado realizasse o sufrágio universal (QC 1, § 53).

No período em que Gramsci atuou na militância (dezembro de 1915 – data que iniciou sua colaboração efetiva no *Avanti!*, até 1926, ano em que foi preso) a participação popular nos processos políticos ainda era embrionária e, dada a maioria católica, completamente subordinada à autoridade papal. A luta teórica de Gramsci pela libertação intelectual dos operários era uma necessidade que se impunha do ponto de vista da revolução proletária. Por esses fatos, a questão da relação entre religião e senso comum ocupa um lugar importante nas notas dos QC. Em função da leitura histórica que Gramsci fez da história dos intelectuais na Itália e da influência da concepção de mundo religiosa sobre ela, é possível afirmar que o senso comum do povo italiano estava impregnado pela ideologia religiosa.

[...] Os elementos principais do senso comum são fornecidos pelas religiões e, conseqüentemente, a relação entre senso comum e religião é muito mais íntima do que a relação entre senso comum e sistemas filosóficos intelectuais. Mas, também com relação à religião, é necessário distinguir criticamente. Toda

religião, inclusive a católica (ou antes, notadamente a católica, precisamente pelos seus esforços de permanecer 'superficialmente' unitária, a fim de não fragmentar-se em igrejas nacionais e em estratificações sociais), é na realidade uma multidão de religiões distintas, frequentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequenos-burgueses e dos operários urbanos, um catolicismo das mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo [...] (QC 11, § 13, p. 1396-1397)⁸⁸.

A distância entre a formulação filosófica dos intelectuais e o senso comum, resultado da apropriação que as classes populares fazem de tal filosofia, consiste em um problema para a consolidação da filosofia da práxis (DAINOTTO, 2009). Essa prática de estratificação intelectual acabou ocorrendo no interior do catolicismo em função das próprias medidas de ordem política tomadas pelo papado. Na ânsia de acolher todos os estratos sociais sob sua concepção de mundo, o catolicismo promoveu uma concepção de mundo agregadora, que, quando assimilada pelas diferentes classes sociais, atendia em linhas gerais seus anseios e o elemento agregador dessas diferenças era a concepção moral (DAINOTTO, 2009; LA ROCCA, 2009b).

Esse fenômeno que gerou a estratificação da concepção religiosa de mundo, manteve sua aparente unidade, porque cada estrato social ressignificou a filosofia cristã tradicional e a assimilou formando o senso comum próprio de sua classe, o que reforçava a posição teórica de Gramsci apresentada no QC 1 § 65, e já citada, de que “Todo estrato social tem seu ‘senso comum’, que é, no fundo a concepção de vida e a moral mais difundida”. A multiplicidade de “interpretações” da mesma concepção religiosa exige do grupo dirigente um esforço intelectual para que a unidade conceitual e totalizante se mantenha e tal concepção de mundo não sofra uma cisão, que promova a criação ou fundação de novas concepções derivadas da primeira.

⁸⁸ [...] Gli elementi principali del senso comune sono forniti dalle religioni e quindi il rapporto tra senso comune e religione è molto più intimo che tra senso comune e sistemi filosofici degli intellettuali. Ma anche per la religione occorre distinguere criticamente. Ogni religione, anche la cattolica (anzi specialmente la cattolica, appunto per i suoi sforzi di rimanere unitária 'superficialmente', per non frantumarsi in chiese nazionali e in stratificazioni sociali) è in realtà una molteplicità de religione distinte e spesso contraddittorie: c'è un cattolicismo dei contadini, un cattolicismo dei piccoli borghesi e operai di città, un cattolicismo delle donne e un cattolicismo degli intellettuali ach'esso variegato e sconnesso [...] (QC 11, § 13, p. 1396-1397).

[...] A religião, e uma Igreja determinada, mantém a sua 2Q permanentemente e organizadamente a própria fé, repetindo infatigavelmente a sua apologética, lutando sempre e em cada momento com argumentos similares, e mantendo uma hierarquia de intelectuais que emprestem à fé, pelo menos a aparência da dignidade do pensamento [...] (QC 11, § 12, p. 1391-1392)⁸⁹.

A manutenção da hierarquia e o respeito aos costumes são condições indispensáveis para a sustentação da unidade e da hegemonia de um grupo social (COSPITO, 2009). No campo da religião, o respeito à hierarquia significava o reconhecimento da autoridade papal e a submissão ao seu direcionamento político-cultural. Os movimentos de renovação e as Revoluções ocorridas na Europa a partir do século XVI tiveram o mérito de romper com a hierarquia da Igreja e substituir sua direção cultural por concepções de mundo distintas daquela promovida pelo catolicismo (PORTELLI, 1977; PORTELLI, 1984; STACCONE, 1991).

A manutenção da hierarquia e da submissão ao poder papal foi a fórmula que manteve a unidade do catolicismo durante o processo de modernização da Igreja, ainda que no resultado final tenha havido uma separação, aceitável e controlável do ponto de vista da hierarquia eclesial, entre a concepção de mundo dos intelectuais e o senso comum das diferentes classes sociais. No desenvolvimento de suas reflexões sobre o processo de modernização do catolicismo, Gramsci adquiriu a consciência de que o verdadeiro poder de uma religião estava na sua capacidade de manter a unidade entre os grupos de intelectuais e o povo, sobre isso escreveu:

[...] A força das religiões, e notadamente da Igreja Católica, consistiu e consiste no seguinte: elas sentem intensamente a necessidade de união doutrinária de toda a massa 'religiosa' e lutam para que os estratos intelectualmente superiores não se destaquem dos inferiores. A Igreja romana foi sempre a mais tenaz na luta para impedir que se formassem 'oficialmente' duas religiões, a dos 'intelectuais' e a das 'almas simples' [...] (QC 11, § 12, p. 1380-1381)⁹⁰.

⁸⁹ [...] La religione, e una dererminata chiesa, mantiene la sua comunità di fedeli [...] nella misura in cui intrattiene permanentemente e organizzatamente la fede propria, ripetendone l'apologetica indefessamente lottando in ogni momento e sempre con argomenti simili, e mantenendo una gerarchia di intellettuali che alla fede diano almeno l'apparenza della dignità del pensiero [...] (QC 11, § 12, p. 1391-1392).

⁹⁰ [...] La forza delle religioni e specialmente della chiesa cattolica è consistita e consiste in ciò che esse sentono energicamente la necessità dell'unione dottrinale di tutta la massa 'religiosa' e

A constatação de que a existência da unidade conceitual entre os intelectuais e os estratos populares é necessária e se tornou um ponto importante do pensamento gramsciano, que defendia a formação de um bloco histórico de base proletária. A unidade apregoada, dizia respeito à relação entre teoria e prática e que somente poderia ser alcançada se os estratos de intelectuais fossem orgânicos da classe operária. Os problemas a serem solucionados partem do cotidiano da vida popular, cuja grande maioria, no tempo de Gramsci, estava ligado ao mundo da produção, seja no campo ou na cidade. A reforma intelectual e moral presente nessa concepção de mundo, deveriam surgir da produção material da vida (estrutura) e se converter em ideologias que compõem o campo das superestruturas (FROSINI, 2010; LIGUORI, 2009). Essa formulação está de acordo com a proposta gramsciana que via na superação do senso comum das classes trabalhadoras o surgimento de uma filosofia original.

[...] De resto, a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social [...] (QC 11, § 12, p. 1382)⁹¹.

A concepção de que os problemas práticos da esfera da produção, e portanto do campo da estrutura, devem servir de fundamento para a elaboração de uma filosofia própria e original das classes proletárias, faz parte da teoria da hegemonia proposta por Gramsci e remonta à questão dos intelectuais. Podemos afirmar que o § 12 do QC 11 se constitui em um breve programa de formação de intelectuais orgânicos. Gramsci defendeu na sua teoria da hegemonia, que a função desses intelectuais orgânicos era assumir as atividades de elaboração

lottano perchè gli strati intellettualmente superiori non si stacchino da quelli inferiori. La chiesa romana è stata sempre la più tenace nella lotta per impedire che 'ufficialmente' si formino due religioni, quella degli 'intellettuali' e quella delle 'anime semplici' [...] (QC 11, § 12, p. 1380-1381).

⁹¹ [...] D'altronde l'organicità di pensiero e la saldezza culturale poteva aversi solo se tra gli intellettuali e i semplici ci fosse stata la stessa unità che deve esserci tra teoria e pratica; se cioè gli intellettuali fossero stati organicamente gli intellettuali di quelle masse, se avessero cioè elaborato e reso coerente i principi e i problemi che quelle masse ponevano con la loro attività pratica, costituendo così un blocco culturale e sociale [...] (QC 11, § 12, p. 1382).

política, relativas à superestrutura, o que permitiria ao proletariado assumir o controle do Estado e consolidar sua hegemonia (COSPITO, 2009; SCHLESENER, 2002).

A formação de intelectuais orgânicos tem como ponto de partida a crítica ao senso comum e a promoção da atividade investigativa, que deve tomar como objeto de investigação a materialidade que compõe as relações sociais em que o sujeito está inserido. Gramsci considerava o materialismo histórico, por se situar como crítica da organização política e econômica da sociedade burguesa, uma expressão da filosofia crítica da realidade material e, portanto, um sistema filosófico que constituía uma base sólida e crítica para a fundação da filosofia da práxis (DAINOTTO, 2009). A superação do senso comum e da ideologia religiosa estava fundamentada na ação prática, de modo que a sua realização deve ser direcionada à ação política, que por sua vez não pode ser deslocada dos processos reais de produção da vida material. Nesse sentido, a filosofia da práxis, nasce da estrutura e se concretiza na ação política. Portanto, a ação de criação dessa filosofia está fundada na crítica ao modelo político-econômico que descola a estrutura da superestrutura (DAINOTTO, 2009; COSPITO, 2009).

Com essa linha de argumentação Gramsci determinou o ponto de origem da filosofia da práxis, o momento de superação da concepção de mundo alienante perante a atitude filosófica da classe operária, que elabora a crítica sobre os fundamentos do senso comum. Portanto, o nascimento da filosofia da práxis faz a amarração de todo o itinerário de investigação filosófica proposto por Gramsci, desde a crítica ao senso comum, passando pela afirmação da capacidade do homem simples de filosofar e a necessidade de exercer a crítica sobre sua própria concepção de mundo. A apropriação da atitude filosófica, que se transforma em filosofia da práxis é a materialização dos ideais de produção de uma cultura oriunda das necessidades das classes operárias e, por isso, é orgânica a elas. Com a filosofia da práxis, surgem também os intelectuais orgânicos da classe operária, cuja função é estabelecer a relação entre superestrutura política e a estrutura econômica.

Uma filosofia da práxis só pode se apresentar, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo

cultural existente). E portanto, antes de tudo, como crítica do 'senso comum' (e isto após se basear sobre o senso comum para demonstrar que 'todos' são filósofos e que não se trata de induzir *ex novo* uma ciência na vida individual de 'todos', mas de inovar e tornar 'crítica' uma atividade já existente); e, posteriormente, como crítica da filosofia dos intelectuais, que deu origem à história da filosofia e que, enquanto individual, (e, de fato, ela se desenvolve essencialmente na atividade de indivíduos singulares particularmente dotados), pode ser considerada como 'culminâncias' de progresso do senso comum, pelo menos do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, popular (QC 11, §12, p. 1383)⁹².

O caminho teórico percorrido até aqui revela que Gramsci, mesmo consciente da derrota das classes trabalhadoras na tentativa de consolidar a Revolução proletária, acreditava no projeto de construção da hegemonia do proletariado e estava consciente que esta somente se realizaria a longo prazo. Mediante o fracasso da revolução proletária no ocidente, Gramsci procedeu a uma investigação histórica sobre a formação cultural do povo italiano e identificou que a influência da concepção religiosa de mundo foi determinante para a consolidação da dominação burguesa sobre os diferentes estratos sociais e, para tanto, a questão religiosa devia ser analisada em profundidade para se estabelecer os mecanismos de sua dominação político-cultural.

Diante de todo esse cenário, a questão política surge como um elemento agregador, capaz de estabelecer a relação entre a concepção de mundo dos simples e as formulações filosóficas dos grupos de intelectuais. Esse fenômeno foi apontado por Gramsci, que identificou o esforço do catolicismo na tentativa de se manter como uma religião unificada, sem as divisões decorrentes da estratificação social. Foi essa lição que Gramsci demonstrou ao enfatizar o caráter agregador da política. Podemos afirmar ainda que, se para a manutenção da unidade e hegemonia do catolicismo foi necessário superar, ainda que de

⁹² Una filosofia della passi non può che presentarsi inizialmente in atteggiamento polemico e critico, come superamento del modo di pensare precedente e del concreto pensiero esistente (o mondo culturale esistente). Quindi innanzi tutto come critica del 'senso comune' (dopo essersi basata sul senso comune per dimostrare che 'tutti' sono filosofi e che non si tratta di introdurre *ex novo* una scienza nella vita individuale di 'tutti', ma di innovare e rendere 'critica' un'attività già esistente) e quindi della filosofia degli intellettuali, che ha dato luogo alla storia della filosofia, e che, in quanto individuale (e si sviluppa infatti essenzialmente nell'attività di singoli individui particolarmente dotati) può considerarsi come le 'punte' di progresso del senso comune, per lo meno del senso comune degli strati più colti della società, e attraverso questi anche del senso comune popolare [...] (QC 11, § 12, p. 1383).

modo fictício, o abismo existente entre as concepções de mundo dos simples e dos intelectuais, para a consolidação da filosofia da práxis seria necessário ao movimento proletário criar uma identificação orgânica entre estrutura e superestrutura (DAINOTTO, 2009). Ao expor o mecanismo de atuação empregado pela igreja na manutenção de sua unidade, Gramsci chamou atenção para a necessidade de superar as antigas e tradicionais fórmulas políticas empregadas até então.

A relação entre filosofia 'superior' e senso comum é assegurada pela 'política', do mesmo modo como é assegurada pela política a relação entre o catolicismo dos intelectuais e o dos 'simples'. As diferenças entre os dois casos são, todavia, fundamentais. O fato de que a Igreja deva enfrentar um problema dos 'simples' significa, justamente, que existiu uma ruptura na comunidade dos 'fiéis', ruptura que não pode ser eliminada pela elevação dos 'simples' ao nível dos intelectuais (a Igreja nem sequer se propõe esta tarefa ideal e economicamente desproporcional em relação às suas forças atuais), mas mediante uma disciplina de ferro sobre os intelectuais para que eles não ultrapassem certos limites nesta separação, tornando-a catastrófica e irreparável [...] (QC 11, § 12, p. 1383-1384)⁹³.

A questão que se impõe é aquela da unidade do bloco histórico, elemento que parece ter faltado à classe operária na condução do processo revolucionário. Gramsci, na condição de dirigente político, adquiriu a convicção de que a formação de intelectuais orgânicos à classe operária e a consequente superação do senso comum eram condições imprescindíveis para a consolidação da hegemonia proletária. Devemos ter em mente que ao pensar na organicidade dos proletários intelectuais, Gramsci pensava no conjunto da formação cultural da classe trabalhadora, como formação da consciência coletiva, ou consciência de classe.

Gramsci desenvolveu sua crítica à formação cultural dos italianos e, em decorrência desta, aos mecanismos e instituições que serviram de suporte para a

⁹³ Il rapporto tra filosofia 'superiore' e senso comune è assicurato dalla 'politica', così come è assicurato dalla politica il rapporto tra il cattolicesimo degli intellettuali e quello dei 'semplici'. Le differenze nei due casi sono però fondamentali. Che la Chiesa debba affrontare un problema dei semplici significa appunto che c'è stata rottura nella comunità dei 'fedeli', rottura che non può essere sanata innalzando i 'semplici' al livello degli intellettuali (la chiesa non si propone neppure questo compito idealmente ed economicamente impari alle sue forze attuali), ma con una disciplina di ferro sugli intellettuali perché non oltrepassino certi limiti nella distinzione e non la rendano catastrofica e irreparabile [...] (QC 11, § 12, p. 1383-1384).

formulação e difusão da concepção de mundo que submeteu as classes populares a um regime de exploração e alienação dos meios de produção. Nesse campo, a Igreja católica e sua concepção religiosa de mundo, mais que aparelhos ideológicos a serviço dos grupos hegemônicos, foram mestres e responsáveis pela degradação cultural dos operários, motivos pelos quais Gramsci defendeu a superação dos valores religiosos e a elaboração de uma cultura operária voltada à formação do homem integral.

4.1.2. A crítica gramsciana à religião

O conjunto de suas análises sobre o fenômeno religioso apontava para a contradição existente na relação teoria e prática que caracteriza o cristianismo. A religião se constituiu historicamente sobre uma ideologia que era a expressão teórica das contradições existentes no mundo da produção, os ritos e as práticas características da vida religiosa eram elaborados tomando como base as camadas sociais da elite intelectual da Igreja e constantemente fundamentavam a defesa dos privilégios desse grupo. Contraditoriamente, o discurso social da Igreja, de cunho popular, primava pela reivindicação dos princípios morais originais do cristianismo, dentre os quais se destacavam a pregação em defesa da vida na austeridade, mediada pela caridade e pela partilha (LA ROCCA, 2002).

O papel assumido pela religião e pelo catolicismo no desenvolvimento italiano foi analisado por Gramsci pela contraposição entre os ideais religiosos e os ideais do movimento proletário. As notas dos QC representam um aprofundamento ou amadurecimento daquelas proposições de ordem prática elaboradas por Gramsci e veiculadas aos trabalhadores por meio da imprensa socialista entre os anos de 1914 e 1926, nas quais acusava a religião de impedir a emancipação dos trabalhadores por meio da inculcação de princípios que valorizavam a determinação moral dos costumes, vigiadas por meio de uma consciência transcendental, firmada sobre a figura de um Deus punitivo, a quem os homens deveriam se submeter pela aceitação de sua condição histórica.

Para Gramsci o poder da Igreja católica estava na sua capacidade de materializar a ideologia em princípios fundamentais da religião, apresentados ao povo italiano em forma de normas e costumes que passavam a compor o cotidiano. Gramsci considerava esse processo nocivo para o desenvolvimento cultural dos trabalhadores, porque estes assimilavam a ideologia na esfera do senso comum. A institucionalização da religião pela estrutura político-jurídica da Igreja Católica permitiu ao cristianismo manter sua hegemonia pelo consenso dos grupos que aderiam a fé católica e, em momentos de crise, pelo uso da coerção sobre a organização das forças produtivas. Nesse sentido, é possível afirmar que Gramsci entendia a difusão do princípio de vida religioso do cristianismo e a sua proposta de reforma intelectual e moral como um freio para o processo de desenvolvimento econômico da Itália.

No QC 2, § 49, Gramsci enfatizou o papel do socialismo no processo de superação da ideologia religiosa, que tinha na Igreja Católica seu principal instrumento de difusão e conservação:

A Igreja Católica é 'a mais poderosa força conservadora que governa sob o ponto de vista do divino, salvação última onde a decadência dos valores humanos põe em perigo a estrutura social'. A internacional vermelha é 'desvio da ideologia cristã', 'é ativa por toda parte, mas sobretudo onde uma sociedade econômica se desenvolveu segundo o padrão do Ocidente. Subversora de valores, é força revolucionária e expansiva. Nega a ordem, a autoridade e a hierarquia constituídas, mas obedece à sua própria ordem, mais férrea e imperiosa do que a antiga por necessidade de conquista [...] (QC 2, § 49, p. 203-204)⁹⁴.

A concepção socialista de mundo e o movimento revolucionário eram indicados por Gramsci, ainda em sua juventude, como possibilidade de emancipação do trabalhador em relação à religião e sua ideologia, de cunho transcendental. Em oposição a ela, propôs uma análise ancorada na compreensão da realidade e na superação dos instrumentos ideológicos que

⁹⁴ La Chiesa cattolica è 'la più possente forza conservatrice governante sotto la specie del divino, salvezza ultima ove la decadenza dei valori mette a repentaglio la struttura sociale'. L'Internazionale rossa è 'deviazione dell'ideologia cristiana', 'è attiva dovunque, ma specialmente ove una società economica abbia preso sviluppo secondo il metro dell'Occidente. Sovvertitrice di valori, è forza rivoluzionaria ed espansiva. Nega l'ordine, l'autorità, la gerarchia in quantoché costituiti ma obbedisce all'ordine proprio, più ferreo ed imperioso dell'antico per necessità di conquista [...] (QC 2, § 49, p. 203-204).

escravizam o trabalhador ao sistema econômico e ao mundo do trabalho chancelado pela religião (NARDONE, 1977).

[...] Esta gente não percebe (uma gente que fala a propósito, e mais frequentemente sem propósito, de valores espirituais) que o socialismo é precisamente a religião que deve aniquilar o cristianismo. Religião no sentido de que também o socialismo é uma fé, que tem seus místicos e seus práticos; religião porque substitui nas consciências o Deus transcendental dos católicos pela confiança no homem e em suas melhores energias como uma única realidade espiritual. Nosso Evangelho, [...] é a filosofia moderna, aquela que dispensa a hipótese de Deus na visão do universo, que põe seus fundamentos tão somente na história, na história da qual fomos criaturas no passado e da qual seremos criadores no futuro (ST, 2008d, p. 94-95)⁹⁵.

A contraposição entre religião e revolução se tornou evidente pela equiparação que Gramsci fez dos ideários religiosos aos revolucionários (ST, 2008d) que se completam com a demonstração da relação intrínseca entre a religião e a manutenção dos privilégios sociais e econômicos das classes dominantes. Pode-se afirmar que as críticas de Gramsci à religião confessional e ao modelo transcendental de vida imposto, de forma coercitiva, aos diferentes grupos sociais pelo catolicismo, estavam fundamentadas na ideia de emancipação do homem.

O esforço intelectual, de cunho ideológico, operado pela religião na sua adaptação às transformações de ordem estrutural ocorridas na Europa com a ascensão do capitalismo, foi analisado por Gramsci, que identificou a Igreja como defensora ferrenha da ordem feudal ante as investidas do capitalismo e demonstrou que esta se moldou para assimilar as transformações sociais e se manter hegemônica. Detentora de uma relação intrínseca com os camponeses, os maiores seguidores e perpetuadores das ideologias religiosas pelo respeito à tradição, a Igreja Católica passou de instituição orgânica defensora do modelo feudal de mundo a uma força conservadora que, mediante a impossibilidade de

⁹⁵ [...] Perché tutta questa gente non si è accorta, essa che a proposito, e più spesso a sproposito, parla di valori spirituali, che il socialismo è precisamente la religione che deve ammazzare il cristianesimo. Religione nel senso che è anch'esso una fede, che ha i suoi mistici e i suoi pratici; religione, perché ha sostituito nelle coscienze al Dio trascendentale dei cattolici la fiducia nell'uomo e nelle sue energie migliori come unica realtà spirituale. Il nostro evangelo è la filosofia moderna, cari amici del Savonarola, quella che fa a meno dell'ipotesi di Dio nella visione dell'universo, quella che solo nella storia pone le sue fondamenta, nella storia, di cui noi siamo le creature per il passato e i creatori per l'avvenire (ST, 2008d, p. 94-95).

sustentar a antiga organização social, aliou-se à burguesia e colocou sua ideologia religiosa a serviço da classe social que figurava como dominante.

Ao analisar as origens do *Risorgimento* no QC 19, § 3, Gramsci enfatizou que ao longo do século XVIII a manutenção da hegemonia cristã no Ocidente serviu de empecilho para a unificação e o desenvolvimento do Estado italiano. Os países europeus eram contrários à unificação da Itália sob a influência do poder papal, porque nessa situação a igreja seria fortalecida, militar e territorialmente. Da parte do papado, não era interessante que o Estado fosse unificado sem que a Igreja figurasse como elemento centralizador, condições que, durante o século XVIII, incentivaram as nações europeias a acentuar os discursos pró-nacionalismo adotando novas estratégias de relacionamento com a península italiana. Sobre a posição da Igreja e do papado no período Gramsci afirmou:

[...] Esta atmosfera cultural italiana permanecera até então indistinta e genérica; beneficiando especialmente o Papado, formava o terreno ideológico do poderio papal no mundo, o elemento discriminador para a seleção e a educação do pessoal eclesiástico e laico-eclesiástico, de que o Papado necessitava para sua organização prático-administrativa, para a centralização do organismo eclesiástico e sua influência, para todo o conjunto da atividade política, filosófica, jurídica, jornalística e cultural que constituía a máquina para o exercício do poder indireto [...] ou daquelas funções de poder direto que poderiam se efetivar concretamente no sistema de relações de força internas de cada país católico [...] (QC 19, § 3, p. 1966)⁹⁶.

A atmosfera cultural à qual Gramsci se referiu era aquela decorrente da Reforma Protestante e também do Concílio de Trento (1545-1563), que pode ser entendido como um marco divisor na estratégia política da Igreja e nas formas de relação entre o clero e os fiéis. Mediante a expansão do protestantismo, as deliberações do Concílio foram em direção ao aumento da disciplina religiosa e do afastamento do clero dos negócios da vida civil, o que acarretou, também, no

⁹⁶ [...] Questa atmosfera culturale italiana era rimasta fin'allora indistinta e generica; essa giovava specialmente al Papato, formava il terreno ideologico della potenza papale nel mondo, l'elemento discriminativo per la scelta e l'educazione del personale ecclesiastico e laico-ecclesiastico, di cui il Papato aveva bisogno per la sua organizzazione pratico-amministrativa, per centralizzare l'organismo chiesastico e il suo influsso, per tutto l'insieme dell'attività politica, filosofica, giuridica, pubblicistica, culturale che costituiva la macchina per l'esercizio del potere indireto [...] o di quelle funzioni di potere diretto che potevano concretamente attuarsi nel sistema di rapporti di forza interni di ogni singolo paese cattolico [...] (QC 19, § 3, p. 1966).

afastamento gradativo da Igreja da organização política da sociedade (SEQUEIRA, 2004; ZINNHOBLE, 2006)⁹⁷.

Durante os séculos XVII e XVIII, em plena efervescência do absolutismo, na tentativa de manter sua hegemonia, o papado adotou estratégias de combate ao protestantismo, que em muitos casos foram violentas e geraram um clima de anticlericalismo. Como estratégia, o papado se afastou das classes populares e se aproximou das elites, em especial da nobreza e das realezas, na tentativa de influenciar os governantes a adotarem o Catolicismo como religião oficial e obter o apoio político, jurídico e militar na luta contra o protestantismo. Sob o aspecto de organização clerical, a Igreja, na defesa de sua hegemonia passou a cultivar princípios políticos e morais distintos daqueles que a Igreja, na condição de comunidade de fiéis, mantinha e cultivava junto às classes populares (MENA, 1996). Sobre isso Gramsci afirmou:

[...] Um elemento importante e, às vezes, decisivo dos sistemas europeus, sempre fora o Papado. No curso do século XVIII, o enfraquecimento do Papado como potência Européia é, sem dúvida, catastrófico. Com a Contra-Reforma, o Papado havia modificado essencialmente a estrutura de seu poder: afastara-se das massas populares, tornara-se promotor de guerras e extermínio, confundira-se com as classes dominantes de modo irremediável. Assim, havia perdido a capacidade de influenciar governos, seja diretamente, seja indiretamente, através da pressão das massas populares fanáticas e fanatizadas: é digno de nota que, justamente enquanto Belarmino elaborava sua teoria do domínio indireto da Igreja, a Igreja, com sua atividade concreta, destruía as condições de qualquer domínio seu, mesmo indireto, afastando-se das massas populares [...] (QC 19, § 2, p. 1963)⁹⁸.

⁹⁷ Ainda que existam outros precedentes na história da Igreja Católica, as primeiras proibições efetivas da participação do clero nos negócios do Estado e da Sociedade Civil, em forma de legislação, remontam o século XII, quando os clérigos foram proibidos de assumir cargos públicos de caráter executivo em administrações civis e de caráter jurídico em tribunais civis. No século XVII houve uma ampliação nas proibições, que passaram a explicitar a política partidária, que significava a ação política e os cargos civis de caráter legislativo nas assembleias parlamentares. Os fatos que levaram à adoção de tais medidas, em especial no século XVII, foram os desvios morais na ação dos clérigos que envolvidos em diversos escândalos manchavam a reputação da Igreja (SEQUERA, 2003).

⁹⁸ [...] Un elemento importante e talvolta decisivo dei sistemi europei era sempre stato il Papato. Nel corso del Settecento l'indebolimento della posizione del Papato come potenza europea è addirittura catastrofico. Colla Controriforma il Papato aveva modificato essenzialmente la struttura della sua potenza: si era alienato le masse popolari, si era fatto fautore di guerre sterminatrici, si era confuso con le classi dominanti in modo irremediabile. Aveva così perduto la capacità di influire sia direttamente sia indirettamente sui governi attraverso la pressione delle masse popolari fanatiche e fanatizzate: è degno di nota che proprio mentre il Bellarmino elaborava la sua teoria del

A política papal adotada a partir da Contrarreforma surtiu efeitos distintos de acordo com as diferentes regiões e reinos da Europa (PORTELLI, 1984). Gramsci analisou essas diferenças com ênfase para os casos da Itália e da França (PORTELLI, 1984; MENA, 1994) e percebeu que os desencadeamentos, que levaram a organização do Estado Francês e a conjuntura política que a conduziram à Revolução ao fim do século XVIII, eram distintos das condições da Itália, que fragmentada em diversos Reinos se encontrava submetida a tutela do papado que mantinha o controle do poder político.

No Estado francês, o marco para a ofensiva contra a Igreja Católica e o papado foi a convocação da *Assemblée des représentants généraux des États* em maio de 1789 (ZINNHOBLER, 2006; MARTINA, 2005). A *assemblée* era composta por representantes da nobreza, do clero e do terceiro estado⁹⁹. Dentre os representantes do clero havia a predominância do baixo clero, com preponderância dos 208 párocos sobre os 47 bispos presentes. Essa predominância do baixo clero, e a sua ligação com o povo, influenciou na aliança estabelecida entre o clero e o terceiro estado (BEDOUELLE, 1993; MARTINA, 2005). O Estado francês enfrentava sérios problemas econômicos e a convocação da *Assemblée* tinha o objetivo de promover estratégias para superar a crise. Transformada em Assembléia Nacional Constituinte, em agosto de 1789, iniciou as reformas abolindo os direitos feudais e, sob forte influência humanista, promulgou a Declaração dos Direitos do homem e do cidadão (ZINNHOBLER, 2006; MARTINA, 2005).

O clero não era homogêneo e os Bispos, provenientes de linhagem nobre se encontravam distantes do povo e preocupados em manter seus privilégios, não desenvolviam uma ação pastoral efetiva. Eles foram vencidos pelos párocos, que por sua simplicidade se identificavam com seus fiéis e gozavam de grande prestígio com as classes populares (ZINNHOBLER, 2006). Motivado pela defesa dos direitos do povo, em agosto de 1789, parte do clero renunciou seus privilégios e bens em favor do Estado Nacional. Essa ação motivou uma onda de

dominio indiretto della Chiesa, la Chiesa, con la sua concreta attività, distruggeva le condizioni di ogni suo dominio, anche diretto, staccandosi dalle masse popolari [...] (QC 19, § 2, p. 1963).

⁹⁹ O terceiro estado era entendido pelo conjunto do povo, que por sua vez era representado e liderado pela pequena burguesia que se formava (MARTINA, 2005).

anticlericalismo na França que acabou confiscando por iniciativa do bispo de Autun, Charles-Maurice de Talleyrand, todos os bens da Igreja, procedendo em 1790 com a supressão das ordens religiosas, em especial das não-caritativas.

Por fim, visando assumir o controle da Igreja, em novembro de 1789, a *Assemblée* promulgou a *Constituição civil do Clero*, que além de conceder ao Estado o controle da Igreja, previa uma reorganização e redução das Dioceses, a instituição da eleição popular de Bispos e párocos. Dentre outras normativas estava a imposição de que todos os envolvidos no serviço eclesiástico prestassem o juramento à constituição civil (MARTINAS, 2005). Essas medidas foram tomadas de maneira unilateral, sem o conhecimento ou consentimento do papado, e inauguraram a tentativa francesa de criação de uma Igreja Nacional independente do poder religioso de Roma (ZINNHOBLER, 2006; MARTINA, 2005).

Estabeleceu-se na França, então, dois grupos de clérigos, os oficiais da Igreja Católica, ordenados por bispos consagrados com a bênção e a autorização papal que se recusaram a prestar o juramento ao Estado Francês e o clero juramentado, cujo poder clerical era de origem Estatal. Em contrapartida, o Papa Pio VI, condenou em março de 1791 a *constituição civil do clero* e declarou que todas as consagrações e ordenações realizadas na França, a partir dela, eram criminosas e um atentado a fé, recomendando aos fiéis que, em sua quase totalidade permaneciam fiéis a Santa Sé, não participassem das celebrações realizadas pelo clero juramentado (ZINNHOBLER, 2006; MARTINA, 2005).

Uma vez questionado o poder papal e instalado, a grosso modo, a Religião Nacional, teve início o processo de laicização do Estado e, conseqüentemente, a tentativa de descristianização da França. O resultado dessa iniciativa foi a pregação do ateísmo e a caça aos clérigos não-juramentados e aos religiosos remanescentes. Esse clima de perseguição se intensificou após a queda da monarquia em 1792 e se estendeu até 1794 (BEDOUELLE, 1993). A partir de então, abrandou-se, e aos poucos as iniciativas do Estado foram vencidas pelo apelo popular, que se mantinha fiel a Santa Sé. Diante das iniciativas papais e dos acordos firmados com o Governo Francês na Concordata de 1801, a Igreja Católica foi declarada religião da maioria do povo francês e retomou o controle da

direção religiosa sem, no entanto, interferir nas questões do Estado (BEDOUELLE, 1993; MARTINA, 2005).

Na Itália, em especial nas regiões dominadas pela ocupação napoleônica (centro e o sul), as condições impostas à Igreja Católica não foram outras. Quando na França o furor da Revolução já havia se dissipado, em função da campanha napoleônica, em 1810, foram suprimidas as ordens religiosas femininas e masculinas e os religiosos foram forçados a buscar asilo, os bens das Congregações foram confiscados e os seminários fechados (BEDOUELLE, 1993; MARTINA, 2005). O papado foi enfraquecido, ao Norte da Itália pela dominação estrangeira não-napoleônica, que incentivou o desenvolvimento das forças burguesas e o processo de industrialização se encontrava em estágio de desenvolvimento. Ao sul, predominantemente agrário, as novas medidas Estatais promovidas pela ocupação napoleônica previam a expropriação das propriedades dos antigos senhores feudais, formando ao sul novo conjunto de aristocratas, promovendo a concentração das propriedades e a proliferação do latifúndios e com o fim da campanha napoleônica, instalou-se nos anos de 1816 e 1817 um período de carestia e de miséria, especialmente para os pequenos camponeses (GUIDETTI, 1982).

Os eventos que precederam tal situação político-social na Itália, na segunda metade do século XVIII, quando foi tentado, em vão, abolir as instituições de ordem feudal que ainda prevaleciam no território italiano. Somente com a ocupação napoleônica ao sul no Reino de Nápoles (1806-1815), em agosto de 1806, com um único ato administrativo, foram abolidos os principais traços de feudalidade na organização do Reino napolitano e, conseqüentemente, em toda a região meridional. Como resultado, os grandes barões que por séculos haviam possuído um poder quase absoluto sobre os homens, propriedades (terras, castelos), cidades e rios, foram transformados em proprietários de terras de uso particular e todas as outras posses e propriedades passaram para o controle do novo Estado. O mesmo aconteceu com as propriedades vinculadas à Igreja (BEVILACQUA, 2005).

Os pequenos camponeses que pelo cultivo das terras outrora serviam ou aos antigos aristocratas ou à Igreja, a partir de então foram expropriados de suas parcelas de terra e passaram a conviver com a miséria e a falta de trabalho. Para

amenizar tal situação, o governo do novo Estado de Nápoles dividiu pequenas parcelas das terras confiscadas entre os camponeses locais, promovendo uma gigantesca reforma agrária em todo o Reino meridional. Em contrapartida, os pequenos e novos proprietários foram obrigados a pagar um tributo anual em benefício do Estado e em prol do bem comum (BEVILACQUA, 2005).

Os altos tributos aos quais os pequenos camponeses da região meridional passaram a conviver fez com que estes se aproximassem da Igreja que também fora expropriada pelo regime napoleônico. Esse fenômeno permitiu que o papado e a Igreja Católica mantivessem sua hegemonia sobre os camponeses do sul. Em regiões como o Reino da Sardenha, onde a reforma napoleônica não chegou, mantinha-se a antiga estrutura feudal e o domínio religioso da Igreja Católica nos processos sociais e políticos (BEVILACQUA, 2005).

O fim da campanha napoleônica acabou por restituir, não sem prejuízo, a autoridade papal, então, e mais ainda após a unificação da Itália (1831-1861), que deu origem ao Reino da Itália em 1861, encontrava-se formalmente destituída do poder temporal e estava limitada às deliberações diretamente ligadas à religião, desde que essas não influíssem na organização do Estado, então constituído pela laicidade e com autonomia perante a Igreja. Na tentativa de reproduzir na Itália, aquilo que fora a Revolução Francesa, e suprir as necessidades religiosas do povo italiano, Benedetto Croce elaborou uma concepção própria de religião que, fundamentada no pensamento liberal, tratou de dar bases para a separação entre o Estado e a Igreja. Gramsci, atento à importância que a questão religiosa assumiu no processo de constituição dos Estados Nacionais, exerceu sobre ela sua crítica e identificou na Itália a existência de duas concepções distintas de religião. A primeira concepção de religião apontada por Gramsci foi a Confessional, contraposta pela segunda, entendida como Leiga (PORTELLI, 1984; LA ROCCA, 2009b).

Ao discutir a concepção de religião no QC 6, § 41, advertiu sobre o uso indiscriminado que a modernidade fez das palavras religião e religioso e se posicionou criticamente quanto ao uso indiscriminado desses conceitos. Para ele, a banalização da concepção confessional de religião permitia que toda e qualquer ideologia social que, em nome da manutenção da convivência, desenvolvesse um conjunto de normas moralizantes, fosse estabelecida como religião. O risco de

assumi-la como tal, apenas pela necessidade de ordem e de manutenção dos costumes, era a imposição de limites à capacidade intelectual.

Deveríamos também examinar se é possível chamar de 'religião' uma fé que não tenha por objeto um deus pessoal, mas só forças impessoais e indeterminadas. No mundo moderno, abusa-se das palavras 'religião' e 'religioso', atribuindo-as a sentimentos que nada têm a ver com as religiões positivas. Também o puro 'teísmo' não deve ser considerado como uma religião; falta-lhe o culto, isto é, uma relação determinada entre o homem e a divindade (QC 6, § 41, p. 716)¹⁰⁰.

A atenção que Gramsci dispensou à discussão sobre o fenômeno religioso demonstrava sua consciência em relação à importância e à influência da religião no desenvolvimento político e econômico da Itália. Com a certeza de que a religião ocupava um capítulo importante na história Italiana, Gramsci analisou criticamente o desenvolvimento do cristianismo como um conjunto de práticas culturais que, mediadas pela ideologia religiosa, consolidaram-se em práticas milenares. A crítica à religião, como conjunto cultural e ideológico, caracterizou-se como tal sob o aspecto de alienação do homem perante a crença em uma divindade transcendental (PORTELLI, 1984).

A banalização da concepção de religião apontada por Gramsci serviu de fundamento para a análise do caráter histórico-político da institucionalização da religião e do aparato eclesial da Igreja Católica. Essa perspectiva de análise foi além da crítica ao movimento católico e tomou a religião como um fenômeno de ordem político-cultural. A aproximação entre religião e política foi resultado da leitura sociológica que Gramsci fez do fenômeno religioso e se consolidou com suas análises sobre os desencadeamentos da reforma ético-política ocorrida na Itália a partir do *Risorgimento*. A oposição institucional operada pela Igreja Católica, em defesa da religião e de suas instituições clericais ante os movimentos de reformas, é a expressão daquilo que Gramsci entendia como a força política da religião (VASALE, 1979; FULTON, 1987).

¹⁰⁰ Sarebbe da vedere anche se può chiamarsi 'religione' una fede che non abbia per oggetto un dio personale, ma solo delle forze impersonali e indeterminate. Nel mondo moderno si abusa delle parole 'religione' e 'religioso' attribuendole a sentimenti che nulla hanno che dovere con le religione positive. Anche il puro 'teísmo' non è da ritenersi una religione; manca in esso il culto, cioè un rapporto determinato fra l'uomo e la divinità (QC 6, § 41, p. 716).

A religião aparece, portanto, como uma concepção de mundo consolidada mediante a ação dos intelectuais religiosos, que difundiam por meio de suas atividades educacionais e pastorais os princípios da moral cristã, como modelo social de vida. Na história moderna da Itália, a religião cristã perdeu sua força política e sofreu com o processo de secularização decorrente do advento do racionalismo e da consolidação do Estado moderno (PORTELLI, 1977; FULTON, 1987). Gramsci percebeu que o movimento de secularização, além de destituir a religião de seus caracteres transcendentais e divinos, promovia a fundamentação de uma concepção laica de religião que, ancorada nas concepções idealistas de mundo, estava pautada na reforma moral e na difusão de normas práticas de conduta para promover a unidade dos cidadãos em torno da figura do Estado (GRUPPI, 1998, FULTON, 1987).

A desagregação do bloco histórico, estabelecido pelo catolicismo como instituição promotora da unidade político-cultural e ideológica da sociedade italiana, abriu espaço para novas possibilidades de interpretação do fenômeno religioso. Gramsci destacou a concepção idealista de religião cunhada por Croce (PORTELLI, 1984; LA ROCCA, 2009b) e a criticou, não por seus aspectos ideológicos, mas pelos desencadeamentos de ordem prática decorrentes do idealismo nela empregado (PORTELLI, 1984).

A contraposição entre as concepções confessional e laica de religião era um fato concreto que não escapava a Gramsci. Como consequência da Revolução Francesa, estabeleceu-se uma crise ideológica e religiosa que desencadeou um ciclo histórico no qual o movimento de secularização ganhou contornos políticos. Os discursos sobre as virtudes religiosas foram substituídos gradativamente por discursos voltados às virtudes cívicas e os cristãos, defensores do reino de Deus, foram convidados a assumir a tarefa de alimentar e reforçar de maneira contínua e progressiva os fundamentos éticos da sociedade civil secularizada que se formava. O processo de secularização forçou a Igreja Católica a desenvolver novas estratégias de difusão de sua ideologia e, nesse aspecto, destacam-se as atividades educacionais, que permitiam a inserção da ideologia religiosa do catolicismo no centro da sociedade civil, de modo que quando essa inserção via educação não foi possível, a hegemonia católica foi

enfraquecida, possibilitando o desenvolvimento de outras ideologias como foi o caso do iluminismo na França (VECCHIO, 2003).

[...] A França foi dilacerada pelas guerras de religião, com a vitória aparente do catolicismo, mas teve uma grande reforma popular no século XVIII, com o Iluminismo, o voltairianismo, a enciclopédia, que precedeu e acompanhou a revolução de 1789; tratou-se realmente de uma grande reforma intelectual e moral do povo francês, mais completa do que a luterana alemã, por que alcançou mesmo as grandes massas camponesas, porque teve um fundo laico acentuado e tentou substituir a religião por uma ideologia completamente laica representada pelo vínculo nacional e patriótico [...] (QC 16, § 9, p. 1859)¹⁰¹.

A concepção laica de religião é uma concepção de mundo mediada pelas transformações sociais de ordem política, culturais e econômicas decorrentes dos processos revolucionários que precederam a consolidação do capitalismo como modelo econômico predominante. O advento das ideologias iluministas, acentuaram a valorização do pensamento filosófico de ordem racional, que passou a fomentar e a incentivar a formulação de uma concepção laica de religião. Gramsci julgava a concepção laica de religião proposta por Croce, destituída de atitude crítica e de engajamento político, o que a tornava pouco combativa e útil na luta pela superação da religião confessional e sua visão de mundo. Por ser pouco combativa, a concepção laica de religião assumia uma postura de legitimação da hegemonia burguesa por meio da pregação da aceitação passiva das condições sociais que se formavam na Itália. De acordo com Gramsci, tal religião não servia aos interesses da revolução proletária (PORTELLI, 1984; LA ROCCA, 2009b).

[...] Para Croce, a religião é uma concepção da realidade com uma moral adequada a esta concepção, apresentada em forma mitológica. Portanto, é religião toda filosofia, ou seja, toda concepção do mundo, na medida em que se tornou 'fé', isto é, em que é considerada não como atividade teórica (de criação de um

¹⁰¹ [...] La Francia fu lacerata dalle guerre di religione con la vittoria apparente del cattolicismo, ma ebbe una grande riforma popolare nel Settecento con l'illuminismo, il voltairianismo, l'enciclopedia che precedé e accompagnò la rivoluzione del 1789; si trattò realmente di una grande riforma intellettuale e morale del popolo francese, più completa di quella tedesca luterana, perché abbracciò anche le grandi masse contadine della campagna, perché ebbe un fondo laico spiccato e tentò di sostituire alla religione una ideologia completamente laica rappresentata dal legame nazionale e patriottico [...] (QC 16, § 9, p. 1859).

novo pensamento), mas sim como estímulo à ação (atividade ético-política concreta, de criação da história) [...] (QC 10, § 5, p. 1217)¹⁰².

Ao apresentar a concepção de Croce sobre a religião, Gramsci chamou a atenção para as tentativas reducionistas, que tratavam a religião como filosofia. Ao evidenciar a tentativa de identificação da religião com a ideologia, criticou as perspectivas teóricas que entendiam a religião como uma concepção de mundo e o faziam indistintamente, concebendo qualquer concepção de mundo como religião (STACCONE, 1991). Ao proceder a crítica à concepção laica de religião, Gramsci não estava desqualificando as proposições de Croce sobre a relação entre religião e filosofia, ou sobre a ideia de que a religião é uma concepção de mundo fundada sobre uma moral, estava sim, preocupado em apresentar os limites da simples qualificação das ideologias como religião e da apresentação das religiões como ideologia. No entender de Gramsci, a concepção laica de religião esvazia a filosofia de sua intelectualidade, deixando-a à mercê da ação prática de ordem moral. Gramsci não exclui a possibilidade de uma concepção de mundo ser tomada como uma religião e ainda apresenta as condições objetivas para que tal feito se realize (VASALE, 1979).

[...] Uma concepção de mundo não pode se revelar capaz de impregnar toda uma sociedade e de se transformar em 'fé' a não ser quando demonstra ser capaz de substituir as concepções e fés precedentes em todos os graus da vida estatal. [...] Não se pode deixar de assinalar, ademais, que uma fé que não consegue se traduzir em termos 'populares' demonstra, por isso mesmo, ser uma característica de um determinado grupo social (QC 10, § 5, p. 1217-1218)¹⁰³.

A análise gramsciana das concepções de religião foi formulada tendo em vista a influência que exerciam sobre os grupos subalternos. Gramsci tinha

¹⁰² [...] Per il Croce verso la religione è una concezione della realtà con una moral conforme questa concezione, presentata in forma mitologica. Pertanto è religione ogni filosofia, cioè ogni concezione del mondo, in quanto è diventata 'fede', cioè considerata non come attività teoretica (di creazione di nuovo pensiero) ma come stimolo all'azione (attività etico-politica concreta, di creazione di nuova storia) [...] (QC 10, § 5, p. 1217).

¹⁰³ [...] Una concezione del mondo non può rivelarsi valida a permeare tutta una società e a diventare 'fede' se non quando dimostra di essere capace di sostituire le concezioni e fedi precedenti in tutti i gradi della vita statale. [...] Non può non essere rilevato inoltre che una fede che non si riesce a tradurre in termini 'popolari' mostra per ciò stesso di essere caratteristica di un determinato gruppo sociale. (QC 10, § 5, p. 1217-1218).

clareza de que a religião católica se institucionalizou em uma profunda relação com os camponeses, que assumiam os preceitos religiosos como uma concepção de vida. Gramsci tinha ciência de que a concepção de mundo assumida pelos camponeses italianos, em função da religiosidade por eles vivida, era uma das causas do atraso político-econômico e cultural do sul da Itália (LA ROCCA, 2002; DEL ROIO, 2005).

Gramsci reconhecia a importância dos camponeses no desenvolvimento da revolução proletária e entendia a aliança entre operários e camponeses como um elemento indispensável para a concretização dos ideais revolucionários (SP-III, 2009)¹⁰⁴ e postulava que a libertação dos camponeses do jugo da ideologia religiosa era uma condição para o sucesso da revolução proletária e suas análises sobre a posição social da igreja e da religião apontavam que, apesar de suas tentativas de se plasmar aos moldes da sociedade burguês-capitalista, a natureza da ideologia religiosa de cunho popular era contraditória com os princípios fundamentais do capitalismo, condição que enfraquecia o poder da igreja frente à nova organização do Estado.

[...] O próprio Vaticano percebe como é contraditório pretender introduzir o cristianismo nos países orientais nos quais penetra o capitalismo: os orientais vêem o antagonismo entre eles, que não é visto em nossos países porque o cristianismo se adaptou molecularmente e se converteu em jesuitismo, isto é, numa grande hipocrisia social. Daí decorrerem as dificuldades do trabalho das missões, bem como o escasso valor das conversões, de resto muito limitadas. (QC 2, § 90, p. 247-248)¹⁰⁵.

A vinculação entre a religião e a organização social do povo italiano é o ponto de partida para o entendimento da crítica gramsciana à religião e deve ser entendida em um movimento maior de crítica aos sistemas ideológicos e concepções de mundos. Ao questionar a concepção confessional de religião, Gramsci operava sua crítica aos desdobramentos práticos do pensamento filosófico-político da Igreja Católica, disseminada especialmente pela ação do

¹⁰⁴ Trata-se do texto *Il significato e i risultati del III Congresso del Partito Comunista d'Italia*, publicado no L'Unità de 24 de fevereiro de 1926 (SP-III, 2009, p.113-125).

¹⁰⁵ [...] Il Vaticano stesso si accorge come sia contraddittorio voler introdurre il cristianesimo nei paesi orientali in cui viene introdotto il capitalismo: gli orientali ne vedono l'antagonismo che nei nostri paesi non si vede perché il cristianesimo si è adattato molecularmente ed è diventato gesuitismo, cioè una grande ipocrisia sociale: da ciò le difficoltà dell'opera delle missioni e lo scarso valore delle conversioni d'altra parte molto limitate (QC 2, § 90, p. 247-248).

clero e dos intelectuais religiosos. Ao criticar a concepção laica de religião, questionava as características da filosofia liberal própria da sociedade burguesa que estava se formando, cujo maior representante intelectual era Croce. A análise de Gramsci sobre a religião é, portanto, uma crítica às concepções de mundo que disputavam o poder político-econômico na Itália ao longo do século XIX e início do século XX (PORTELLI, 1984; STACCONE, 1991; LA ROCCA, 2009).

A concepção de mundo derivada do cristianismo era uma grande sistematização e organização cultural de cunho político e econômico. A crítica gramsciana à concepção confessional de religião se dirigia à defesa conservadora da Igreja Católica como instituição capaz de promover a organização social por meio da afirmação de seu princípio de vida. A concepção confessional era importante porque, além de uma definição propriamente dita do termo religião, apresentava princípios teórico-práticos a partir dos quais o catolicismo construiu sua hegemonia. Gramsci criticou a defesa exacerbada da religião em seus aspectos transcendentais e afirmou que ela afastava os homens da materialidade da vida e, ao constituir uma visão de mundo difundida entre os diferentes estratos sociais, em especial os camponeses, tornava-os dependentes, tolhendo sua autonomia e capacidade de articular a crítica sobre a própria realidade (PORTELLI, 1984). O culto era entendido como uma expressão de conformação entre as classes subalternas, que vivem a resignação sob a crença de que as condições sociais são desdobramentos das vontades divinas.

[...] De certo modo, existe uma fratura entre o povo e os intelectuais, entre o povo e a cultura. Também os livros religiosos são escritos em latim médio, de modo que mesmo as discussões religiosas escapam ao povo, embora a religião seja o elemento cultural predominante: da religião, o povo vê os *ritos* e *ouve* as prédicas exortativas, mas não pode acompanhar as discussões e os desenvolvimentos ideológicos, que são monopólio de uma casta (QC 3, § 76, p. 353-354)¹⁰⁶.

No tocante à concepção laica de religião, esta é definida pela defesa dos ideais liberais de sociedade, em que se sobrepõe a valorização de uma

¹⁰⁶ [...] In ogni modo c'è una frattura tra il popolo e gli intellettuali, tra il popolo e la cultura. (anche) i libri religiosi sono scritti in mediolatino, sicché anche le discussioni religiose sfuggono al popolo, quantunque la religione sia l'elemento culturale prevalente: della religione il popolo *vede* i *riti* e *sente* le prediche esortative, ma non può seguire le discussioni e gli sviluppi ideologici che sono monopolio di una casta (QC 3, § 76, p. 353-354).

concepção filosófica de mundo (LA ROCCA, 2009b). A crítica de Gramsci à perspectiva ideológica do liberalismo de Croce, que toma a religião como um instrumento de afirmação de seus princípios de classe, chama a atenção para a questão da alienação das classe trabalhadora, que ao assimilar essa concepção de religião como filosofia, toma os preceitos religiosos como a máxima elaboração intelectual do homem e segue esses princípios “religiosamente” sem operar sobre eles uma reflexão-crítica. Uma vez entendida como filosofia, a religião não pode ser destituída das normativas morais, na percepção de Gramsci a concepção laica de religião fazia a separação entre estes elementos (filosofia e normas de conduta), criando uma espécie de hierarquia que priorizava os elementos filosóficos sobre aqueles da ação prática (LA ROCCA, 2002).

[...] Se por religião deve-se entender uma concepção de mundo (uma filosofia) com uma norma de conduta adequada, que diferença pode existir entre religião e ideologia (ou instrumento de ação) e, em última análise, entre ideologia e filosofia? Existe, ou pode existir, filosofia sem uma vontade moral adequada? Os dois aspectos da religiosidade, a filosofia e a norma de conduta, podem ser concebidos como destacados e como (podem) estar concedidos como destacados? E se a filosofia e a moral são sempre unitárias, porque a filosofia deve ser logicamente precedente à prática e não o inverso? [...] (QC 10, § 31, p. 1269-1270)¹⁰⁷.

Gramsci entendia que toda religião é originalmente uma expressão mitológica de algumas concepções de mundo. A religião é, portanto, uma filosofia que se expressa na linguagem e no senso comum de uma dada cultura. Para Gramsci, o cristianismo é expressão fundamental dessa forma de religião, que se configura como uma ideologia com influência política na sociedade, que se estende a todos os grupos sociais e permite o processo de conformação moral (PORTELLI, 1984; STACCONE, 1991). A religião pode atuar como um sistema de resistência moral, na qual, de forma ingênua e acrítica as classes subalternas

¹⁰⁷ [...] Se per religione si ha da intendere una concezione del mondo (una filosofia) con una norma di condotta conforme, quale differenza può esistere tra religione e ideologia (o strumento d'azione) e in ultima analisi, tra ideologia e filosofia? Esiste o può esistere filosofia senza una volontà morale conforme? I due aspetti della religiosità, la filosofia e la norma di condotta, possono concepirsi come staccate e come (possono) essere state concepite come staccate? E se la filosofia e la morale sono sempre unitarie, perché la filosofia deve essere logicamente precedente alla pratica e non viceversa? [...] (QC 10, § 31, p. 1269-1270).

ligadas pelo sentimento religioso fazem a defesa obstinada, paciente e perseverante das ideologias religiosas às quais pertencem; outra possibilidade de atuação da religião na sociedade ocorre mediante a apropriação que os intelectuais representantes de uma dada organização social fazem desta e da forma como a utilizam como instrumento de dominação por meio da manipulação do imaginário social das classes subalternas (VASALE, 1979).

Na concepção de Gramsci, a religião é um fenômeno histórico, que deve ser entendido como uma ideologia cujo elemento fundamental é a filosofia que fundamenta uma concepção de mundo. Essa filosofia deve ser acessível a todos os “fiéis” e a sua disseminação entre as classes subalternas, na condição de concepção de mundo, precisa ser mediada pela ação dos intelectuais para evitar ou diminuir possíveis equívocos interpretativos. A apropriação subjetiva da religião como ideologia gera distorções na interpretação de seus princípios e o entendimento de sua proposta de vida acaba por ser distorcido e muitas vezes contradito pelos seus próprios seguidores.

4.2. A *Azione Cattolica*: a organização política da religião

Quando, entre 1934 e 1935, Gramsci redigiu o QC 20 dedicado à **Ação Católica – Católicos Integrais – Jesuítas – Modernistas** ele o fez em uma perspectiva diferente das análises contidas em seus escritos anteriores à sua prisão em 1926. Ao redigir seus textos jornalísticos, Gramsci enfrentava a questão religiosa como um fenômeno real, materializado na prática social dos cristãos que viviam de acordo com o princípio moral de vida fundamentado na concepção cristã de mundo. A influência do catolicismo sobre a formação cultural das classes subalternas na Itália foi vivenciada por Gramsci, em sua juventude, como um obstáculo a ser superado no processo de unificação das classes proletárias e na consolidação da hegemonia dos trabalhadores (PORTELLI, 1984; STACCONE, 1991).

Ao redigir as notas dos QC, a revolução proletária no ocidente havia fracassado, Gramsci e os dirigentes do PCI haviam sido presos e a hegemonia

burguesa havia se consolidado e reprimido o movimento operário. Suas análises se voltavam para a compreensão dos fatos que levaram à derrota política dos trabalhadores (MACCIOCCI, 1980). Esse é o ponto de partida para as análises gramscianas sobre a religião, mas, qual é a importância de analisar historicamente a questão da influência religiosa sobre a formação cultural do povo italiano? Para Gramsci, a resposta a essa questão estava vinculada à hegemonia da Igreja Católica e à superação da visão religiosa de mundo pela fundamentação da filosofia da práxis. Gramsci percebeu que o cristianismo era mais do que uma concepção de mundo e que sua ação educativa/formativa era identificada como um processo de humanização e a formação cultural oriunda do catolicismo era considerada um elemento civilizador.

[...] O catolicismo teve uma tal função e disso se conservam inúmeros traços na linguagem e no modo de pensar, sobretudo dos camponeses: cristão e homem são sinônimos, ou melhor, são sinônimos cristão e 'homem civilizado' ('Não sou cristão!' – 'E então o que você é, um animal?'). Os criminosos ainda dizem: 'cristãos e criminosos' (em Ústica, primeiras surpresas quando, à chegada do vapor, ouvíamos os criminosos dizerem: 'São todos cristãos, só há cristãos, não há sequer um cristão') [...] (QC 20, § 1, p. 2082)¹⁰⁸.

Como se pode ler, a influência do catolicismo sobre a formação cultural e moral do povo italiano era tomada como um sinal de civilidade e de distinção, como apresentara Gramsci no *Avanti!* ao analisar o caso do operário Giacosa (ST, 2008). Foi diante da consciência da força coerciva e do poder consensual exercido pela Igreja Católica que Gramsci analisou as estratégias e os agentes envolvidos nos processos de difusão da concepção cristã de mundo e a adequação do cristianismo às exigências da era moderna. Pela análise das notas dos QC, é possível identificar que Gramsci reconhecia os padres jesuítas como os principais responsáveis pela implementação das reformas estruturais da Igreja e de sua adequação às mudanças ocorridas tanto no período da Reforma

¹⁰⁸ [...] Il cattolicesimo ha avuto una tale funzione e di ciò rimangono tracce abbondanti nel linguaggio e nei modi di pensar specialmente dei contadini: cristiano e uomo sono sinonimi, anzi sono sinonimi cristiano e 'uomo incivile'. ('Non sono cristiano!' – 'E allora cosa sei, una bestia?') I coatti dicono ancora: 'cristiani e coatti' (ad Ustica prime meraviglie quando all'arrivo del vaporetto si sentiva dire dai coatti: 'sono tutti cristiani, non ci sono che cristiani, non c'è neanche un cristiano') [...] (QC 20, § 1, p. 2082).

Protestante, como no período da Revolução Francesa e do *Risorgimento* italiano (ST, 2008d)¹⁰⁹.

A Ação Católica foi o instrumento utilizado pelo catolicismo na luta pela manutenção de sua hegemonia no direcionamento cultural do povo italiano após a derrocada do absolutismo e a instituição do Estado laico, resultado prático do processo de unificação da Itália que abalou a hegemonia do catolicismo sobre a organização política do Estado. A Ação Católica deve ser entendida como um movimento político moderno, empreendido pelo catolicismo na tentativa de se adequar à nova realidade política e social que se configurou na Itália e na Europa durante o século XIX. A Igreja Católica iniciou um novo período na sua organização hierárquica e, conseqüentemente, reformulou sua concepção de mundo para atender às necessidades e demandas da sociedade que se formara a partir da ascensão da burguesia. A Igreja operou a Ação Católica como uma resposta à necessidade de se reorganizar e lutar por sua hegemonia no campo da política moderna (PORTELLI, 1984; STACCONI, 1991; LA ROCCA, 2009a).

[...] A Ação Católica assinala o início de uma nova época na história da religião católica: de uma época em que ela, de concepção totalitária (no duplo sentido: de que era uma concepção total do mundo de uma sociedade em sua totalidade), torna-se parcial (também no duplo sentido) e deve dispor de um partido próprio. As diversas ordens religiosas representam a reação da Igreja (comunidade dos fiéis ou comunidade do clero), a partir do alto ou a partir de baixo, contra as desagregações parciais da concepção de mundo (heresias, cismas, etc., e também degenerescência das hierarquias); a Ação Católica representa a reação contra a intensa apostasia de amplas massas, isto é, contra a superação de massa da concepção religiosa do mundo [...] (QC 20, § 2, p. 2086)¹¹⁰.

A luta política é marcada por uma dialética na qual as forças que disputam a hegemonia convergem visando à consolidação de um bloco histórico que

¹⁰⁹ No texto *La divina Favella* publicado na coluna *Sotto la Mole* em 27 de Junho de 1916, Gramsci analisou o exercício de controle e censura executado pelos jesuítas sobre a produção literária produzida por intelectuais religiosos (ST, 2008d, p.115-116).

¹¹⁰ [...] L'Azione Cattolica segna l'inizio di una epoca nuova nella storia della religione cattolica: quando essa da concezione totalitaria (nel duplice senso: che era una totale concezione del mondo di una società nel suo totale), diventa parziale (anche nel duplice senso) e deve avere un proprio partito. I diversi ordini religiosi rappresentano la reazione della Chiesa (comunità dei fedeli o comunità del clero), dall'alto o dal basso, contro le disgregazioni parziali della concezione del mondo [...] (QC 20, § 2, p. 2086).

detenha a capacidade de direcionamento político, econômico e cultural de grupos e classes. A luta política, pensada de forma positiva, pode ser caracterizada como a tentativa de um grupo social em convencer outros grupos sociais a participarem de seu projeto político e de sua concepção de mundo. Por outro lado, se tomada negativamente, a luta política é a tentativa de desagregação de uma vontade particular, tornada coletiva pela coerção (NARDONE, 1977). Foi na tentativa de discutir os resultados da luta política ocorrida na Itália no início do século XX que Gramsci analisou o posicionamento político da Igreja Católica diante da vitória do liberalismo (PORTELLI, 1984).

As análises de Gramsci sobre a Ação Católica evidenciaram a capacidade intelectual da Igreja de se plasmar ao momento histórico vivido, mesmo perante um cenário desfavorável, em que os ideários iluministas e liberais apregoavam o fim/superação da religião (NARDONE, 1977) e a sua substituição como agente de formação cultural, por uma educação laica ofertada por uma escola laica controlada pelo Estado (MANACORDA, 2004)¹¹¹. A Ação Católica pode ser concebida como a síntese de um processo dialético em que as forças ideológicas da modernidade se confrontaram com a ideologia religiosa tradicional até então hegemônica. Os embates entre essas duas concepções de mundo distintas, e de perspectivas sociais e políticas contrárias, causaram a derrocada da hegemonia católica, que perdeu sua influência sobre o regime político, com a queda de diversas monarquias em toda a Europa e com a instituição dos Estados republicanos (MACCIOCCHI, 1980; MARTINA, 2005; BEVILACQUA, 2005; NARDONE, 1977).

Gramsci defendia que a influência do catolicismo sobre as classes subalternas era mais nociva à revolução proletária do que as investidas da filosofia liberal operada pelos intelectuais burgueses (FROSINI, 2002) e que a Igreja, sob a liderança do papado, mesmo com o enfraquecimento de sua hegemonia política, não perdera sua influência e capacidade de direcionamento cultural sobre as classes subalternas, com ênfase para os grupos de camponeses do sul da Itália (LA ROCCA, 2009b). Mesmo com a derrota teórica que tornou o

¹¹¹ No texto *La barba e la fascia* de 5 de fevereiro de 1918 (ST, 2008d, p. 220-221), Gramsci apresentou o posicionamento dos jesuítas em relação à questão da liberdade e afirmou que nos colégios jesuítas os estudantes que falassem de república, de ideais populares, de direitos dos povos espezinhados eram severamente punidos.

catolicismo uma ideologia e uma força subalterna, a superação da hegemonia religiosa na Itália e a ascensão de uma concepção de mundo fundamentada em uma filosofia laica não era uma realidade.

Ainda que a Igreja tivesse perdido o poder de direcionamento cultural sobre a elite política, manteve sua hegemonia sobre as classes subalternas, que assumiam a concepção religiosa de mundo, sedimentada no senso comum, por tradição e, mesmo flertando com elementos da concepção liberal de mundo, mediante a ação do clero, na condição de intelectuais tradicionais, agiam como conservadores, reproduzindo a ideologia religiosa ao mesmo passo em que assumiam uma posição de desconfiança diante das inovações culturais que desautorizavam os fundamentos do saber e da crença popular.

A separação entre fé e política, entre Estado e Religião, gerou um novo cenário de luta pela hegemonia e com o advento do Estado laico e as reivindicações por uma educação livre da influência da concepção religiosa de mundo (MANACORDA, 2004), a Igreja perdeu seu campo de batalha e o enfraquecimento de sua hegemonia foi inevitável. A ascensão do pensamento liberal, o crescimento da escola laica e, conseqüentemente, a difusão de uma cultura popular fundada em caracteres racionais, filosóficos e científicos, obrigou a Igreja a rever sua posição política e se moldar à nova estrutura do Estado. Durante o XIX, a Igreja Católica se reorganizou hierarquicamente e, na tentativa de conservar sua condição hegemônica, institucionalizou a sua luta política atuando em duas frentes distintas, na organização da religião, com a Ação Católica, e na esfera política, com a fundação do Partido Popular e a participação da Igreja nos sindicatos (DEL ROIO, 2009c; STACCONE, 1991).

[...] Não é mais a Igreja que estabelece o terreno e os meios da luta; ao contrário, ela deve aceitar o terreno que lhe é imposto pelos adversários ou pela indiferença e se servir de armas tomadas de empréstimo ao arsenal de seus adversários (a organização política de massa). A Igreja, portanto, está na defensiva, perdeu a autonomia dos movimentos e das iniciativas, não é mais uma força ideológica mundial, mas apenas uma força subalterna (QC 20, § 2, p. 2086-2087)¹¹².

¹¹² [...] Non è più la Chiesa che fissa il terreno e i mezzi della lotta, essa invece deve accettare il terreno impostole dagli avversari o dall'indifferenza e servirsi di armi prese a prestito dall'arsenale dei suoi avversari (l'organizzazione politica di massa). La Chiesa, cioè, è sulla difensiva, ha

Mediante o fracasso das tentativas de restauração da Monarquia e a instituição do Estado laico de regime republicano ocorridos na Europa ao longo do século XIX, a Igreja Católica foi forçada a se organizar para lutar por sua hegemonia no campo político (GUIDETTI, 1978). Este foi o germe da Ação Católica, na visão de Gramsci deveria ser entendida como um movimento de organização política das forças religiosas para manutenção da unidade das classes subalternas sob seu direcionamento cultural. Na estratégia política da Igreja o primeiro passo foi, mesmo que em atitude conservadora, aproximar-se dos grupos dominantes com concessões que, num primeiro momento, foram desastrosas para a hegemonia religiosa e figuraram como uma vitória das forças políticas do liberalismo e do Estado laico.

[...] A Ação Católica nascida especificamente depois de 1848 era muito diferente da atual, reorganizada por Pio XI. A posição originária da Ação Católica depois de 1848 (e em parte também no período de incubação que vai de 1789 a 1848, quando surgem e se desenvolvem o fato e o conceito de nação e de pátria, que se tornam o elemento ordenador – intelectual e moralmente – das grandes massas populares, em concorrência vitoriosa com a Igreja e a religião católica) pode ser caracterizada se estendendo à religião católica [...] (QC 20, § 1, p. 2081)¹¹³.

Ao analisar a estratégia assumida pela Igreja Católica na luta pela hegemonia, Gramsci percebeu a manobra intelectual dos dirigentes religiosos para naturalizar as iniciativas e estratégias modernas de luta política e chamou a atenção para o fato de que a Igreja procurava fundamentar historicamente sua inserção no campo da política e justificar o movimento da Ação Católica como uma ação histórica que, desenvolvida pela Igreja ao longo dos séculos, precisava ser reformulada para atender às necessidades históricas do período. Sobre a questão Gramsci afirmou:

perduto l'autonomia dei movimenti e delle iniziative, non è più una forza ideologica mondiale, ma solo una forza subalterna (QC 20, § 2, p. 2086-2087).

¹¹³ L'Azione Cattolica, nata specificatamente dopo il 1848, era molto diversa da quella attuale, riorganizzata da Pio XI. La posizione originaria dell'Azione Cattolica dopo il 1848 (e in parte anche nel periodo di incubazione che va dal 1789 al 1848, quando sorge e si sviluppa il fatto e il concetto di nazione e di patria che diventa l'elemento ordinatore – intellettualmente e moralmente – delle grandi masse popolari in concorrenza vittoriosa con la Chiesa e la religione cattolica) può essere caratterizzata estendendo alla religione cattolica [...] (QC 20, § 1, p. 2081).

Todos os raciocínios feitos pelos historiadores católicos (e as afirmações apodíticas dos pontífices nas Encíclicas) para explicar o nascimento da Ação Católica e para vincular esta nova formação a movimentos e atividades que 'sempre existiram', desde Cristo, são extremamente falaciosos. Depois de 1848, em toda a Europa (na Itália a crise assume a forma específica e direta do anticlericalismo e da luta, inclusive militar, contra a Igreja), a crise histórico-político-intelectual é superada com a nítida vitória do liberalismo (entendido como concepção do mundo e não só como corrente política particular) sobre a concepção cosmopolita e 'papalina' do Catolicismo. Antes de 1848, formavam-se partidos mais ou menos efêmeros e personalidades individuais insurgiam-se contra o catolicismo; depois de 1848, o catolicismo e a Igreja 'devem' ter um partido próprio para se defender e recuar o menos possível; não podem mais falar (extraoficialmente, já que a Igreja jamais confessará a irrevocabilidade de tal estado de coisas) como se acreditassem ser a premissa necessária e universal de todo o modo de pensar e de agir [...] (QC 20, § 1, p. 2081-2082)¹¹⁴.

O resultado prático da Revolução Francesa foi a crescente onda de anticlericalismo e o confisco dos bens da Igreja, não apenas no território francês, mas por toda a Europa (MARTINA, 2003; MARTINA, 2005). No caso da Itália, a reação da Igreja perante o novo Estado que se formara após o fim da ocupação napoleônica, resultou no enfraquecimento de suas relações com as classes subalternas e no distanciamento entre o clero e os fiéis, condições que, mais do que causar um cisma na estrutura do catolicismo tinham o potencial de minar a capacidade da igreja de manter sua hegemonia cultural (MASELLA, 2009; MARTINA, 2003).

Ao defender a ideia de que o catolicismo precisou se modernizar para assimilar e superar o cenário de dissolução de sua hegemonia, Gramsci via a

¹¹⁴ Tutti i ragionamenti fatti dagli storici cattolici (e le affermazioni apodittiche dei pontefici nelle Encicliche) per spiegare la nascita dell'Azione Cattolica e per riallacciare questa nuova formazione a movimenti e attività 'sempre esistiti' da Cristo in poi, sono di una estrema fallacia. Dopo il 1848 in tutta l'Europa (in Italia la crisi assume la forma specifica e diretta dell'anticlericalismo e della lotta anche militare contro la Chiesa) la crisi storico-politico-intellettuale è superata con la netta vittoria del liberalismo (inteso come concezione del mondo oltre che come particolare corrente politica) sulla concezione cosmopolitica e 'papalina' del cattolicesimo. Prima del 1848 si formavano partiti più o meno effimeri e insorgevano singole personalità contro il cattolicesimo; dopo il 1848 il cattolicesimo e la Chiesa 'devono' avere un proprio partito per difendersi, e arretrare il meno possibile, non possono più parlare (altro che ufficialmente, perché la Chiesa non confesserà mai l'irrevocabilità di tale stato di cose) come se sapessero di essere la premessa necessaria e universale di ogni modo di pensare e di operare [...] (QC 20, § 1, p. 2081-2082).

Ação Católica como uma inovação, uma renovação nunca antes vivenciada pela Igreja, nem mesmo durante o período de reforma e contrarreforma.

[...] a Ação Católica é uma inovação, e não, como dizem as encíclicas papais, uma atividade que sempre existiu desde os Apóstolos. É uma atividade estreitamente ligada, como reação, ao iluminismo francês, ao liberalismo, etc., à atividade dos Estados modernos no sentido de se separar da Igreja, isto é, à reforma intelectual e moral laica bem mais radical (para as classes dirigentes) do que a Reforma Protestante; atividade católica que se configura sobretudo depois de 1848, ou seja, com o fim da Restauração e da Santa Aliança (QC 6, § 183. p. 828-829)¹¹⁵.

Na prática, a Ação Católica representava o processo de organização política da Igreja que, distante do poder precisou criar mecanismos de ação para enfrentar a ideologia liberal que dominara o Estado. Essa situação escondia uma contradição que caracterizou a Ação Católica como estratégia de aproximação entre a religião e a política moderna. Esse elemento é a concepção liberal de mundo, amplamente combatida pelos setores conservadores do clero, que passou a ser o fundamento da Ação Católica amparada pela filosofia liberal, e que também estabeleceu a criação do Partido Popular em 1919. O Partido Popular foi o trunfo utilizado pelo catolicismo na luta pela hegemonia do direcionamento cultural do povo italiano e se voltava à defesa das classes subalternas sem deixar de reafirmar os princípios fundamentais da concepção religiosa de mundo (DEL ROIO, 2009c).

A criação do Partido Popular foi um avanço da Igreja em direção à democracia, o que era um problema para a sua hierarquia, porque as classes subalternas participavam do partido político em condição de igualdade com o clero (DEL ROIO, 2009c). Esse fenômeno era um reflexo da democratização operada pela formação dos Estados Nacionais e pela substituição gradativa da ideologia religiosa pelo pensamento liberal. Quando, em 1919, Gramsci acompanhava a criação do Partido Popular, ele pensava que a Ação Católica,

¹¹⁵ [...] l'Azione Cattolica è una *innovazione* e non già, come sempre dicono le encicliche papali, una attività sempre esistita dagli Apostoli in poi. Essa è una attività strettamente legata, come reazione, all'illuminismo francese, al liberalismo, ecc. e all'attività degli Stati moderni per la separazione dalla Chiesa, cioè alla riforma intellettuale e morale laicistica ben più radicale (per le classi dirigenti) della Riforma protestante; attività cattolica che si configura specialmente dopo il 48, cioè con la fine della Restaurazione e della Santa Alleanza (QC 6, § 183. p. 828-829).

pelo seu avanço democrático, romperia com os setores conservadores da Igreja, formado pela aristocracia latifundiária e se voltaria para a causa proletária tornando-se, gradativamente, defensora dos interesses populares (STACCONE, 1991)¹¹⁶.

Nos QC, no entanto, com o aprofundamento da reflexão e com uma análise acurada do movimento político real desenvolvido pela Ação Católica, Gramsci reafirmou que a Igreja teve a capacidade orgânica de se moldar à nova estrutura do Estado laico e de lutar por sua hegemonia com as armas políticas deste Estado. Nesse sentido, não se realizou sua expectativa de que o Partido Popular romperia com a elite agrária e se voltaria para a defesa dos interesses das classes subalternas. Na prática, o Partido Popular permitiu ao catolicismo desenvolver um discurso de esquerda que, sem ferir a hierarquia eclesiástica, pressionou os liberais a reconhecer a importância do Partido Popular, e consequentemente, da Igreja Católica como força política moderna, e propor uma aliança, que reconduziu a Igreja Católica à sua hegemonia cultural (STACCONE, 1991; PORTELLI, 1984).

[...] a constituição do Partido Popular foi determinada pela convicção de que, no pós-guerra, seria inevitável um avanço democrático, ao qual seria preciso um órgão e um freio, sem pôr em risco a estrutura autoritária da Ação Católica, que oficialmente é dirigida pelo Papa e pelos Bispos. Sem o Partido Popular e as inovações em sentido democrático introduzidas na Confederação Sindical, o impulso popular teria subvertido toda a estrutura da Ação Católica, pondo em questão a autoridade absoluta das hierarquias eclesiásticas [...] (QC 20, § 1, p. 2083)¹¹⁷.

A luta pela hegemonia empreendida pela Ação Católica, não foi uma ação homogênea e Gramsci percebeu que dentro de sua estrutura política, os interesses e os objetivos dos diferentes grupos de intelectuais desencadearam

¹¹⁶ Sobre a criação do Partido Popular Gramsci publicou no *L'Ordine Nuovo* de 1 de novembro de 1919 o artigo intitulado *I popolari*, no qual analisou o programa político do Partido Popular e a posição do catolicismo diante dos avanços do liberalismo (SP-II, 2008c. p. 27-28).

¹¹⁷ [...] la costituzione del Partito Popolare fu consigliata da ciò che si riteneva inevitabile nel dopo guerra una avanzata democratica, alla quale occorreva dare un organo e un freno, senza mettere in rischio la struttura autoritaria dell'Azione Cattolica che ufficialmente è diretta personalmente dal Papa e dai Vescovi: senza il Partito Popolare e le innovazioni in senso democratico portate nella Confederazione sindacale, la spinta popolare avrebbe sovvertito tutta la struttura dell'Azione Cattolica, mettendo in questione l'autorità assoluta delle gerarchie ecclesiastiche [...] (QC 20, § 1, p. 2083).

uma disputa interna que expressava o processo dialético de transformação da estrutura social do catolicismo e a capacidade interna da Igreja de se adaptar à nova situação histórica que se formara a partir da criação do Estado moderno (STACCONE, 1991; PORTELLI, 1984). Gramsci destacava que o direcionamento político da Ação Católica era disputado por três grupos com posicionamentos políticos distintos: 1) *Católicos Integrais*; 2) *Modernistas*; e 3) *Jesuítas*.

Os *Católicos Integrais* assumiram uma posição política de extrema-direita, ligados à aristocracia fundiária, eram intransigentes na afirmação da conservação de seus privilégios sociais, em função disso constantemente atacavam o papado e criticavam as ações políticas conciliadoras que emanavam do poder central da Igreja (STACCONE, 1991; PORTELLI, 1984; MEZZINA, 2009). Os *Modernistas* assumiram uma atitude populista e na condição de forças progressistas, cujo objetivo era a reforma do catolicismo, apoiados em investigações do pensamento e nas ciências modernas, e promoviam por sua ação político-social a aproximação da Igreja com as classes subalternas, favorecendo a aproximação dos católicos tanto ao socialismo reformista como das tendências liberais. Com atitudes reformistas no campo intelectual da igreja, os modernistas defendiam uma posição científico-religiosa de oposição à tradição eclesiástica fundada na concepção dogmática (STACCONE, 1991; PORTELLI, 1984).

Os jesuítas figuravam como o terceiro grupo e eram os representantes oficiais da política papal, atuando como agentes promotores da política central do Vaticano. Na condição de promotores de soluções centristas e equilibradas, os jesuítas eram os responsáveis pela mediação e a coibição dos excessos políticos praticados por Integrais e Modernistas. Gramsci defendia que a principal função dos jesuítas, como grupo de intelectuais orgânicos do catolicismo, era a manutenção da homogeneidade das forças intelectuais da Igreja de modo a impedir a divisão do cristianismo em duas religiões (STACCONE, 1991; PORTELLI, 1984; SEMERARO, 2009).

As contradições existentes entre os interesses dos diferentes grupos políticos que compunham a Ação Católica e os conflitos internos dão conta da dimensão do desgaste ocorrido na hegemonia da Igreja Católica. Gramsci enfatizou nos QC a dificuldade vivenciada pelo papado na tentativa de manter a unidade ideológica do catolicismo e escreveu:

[...] a força de coesão da Igreja é muito menor do que se pensa, não só porque a crescente indiferença das massas dos fiéis pelas questões puramente religiosas e eclesiásticas dá um valor muito relativo à superficial e aparente homogeneidade ideológica, mas pelo fato bem mais grave de que o centro eclesiástico é impotente para aniquilar as forças organizadas que lutam conscientemente no seio da Igreja. Em particular, a luta contra o modernismo que desmoralizou o jovem clero, que não hesita em pronunciar o juramento antimodernista mesmo conservando suas opiniões [...] (QC 20, § 4, p. 2090)¹¹⁸.

Quando a hegemonia religiosa enfraqueceu, diminuiu também o consenso das classes subalternas, fenômeno presente entre os intelectuais leigos e religiosos que coexistiam na estrutura hierárquica da Igreja. Contudo, o papado mantinha sua influência na base da coerção, pela força moral de sua concepção de mundo, difundida sobretudo entre os camponeses. No QC 14, Gramsci chamou a atenção para a dimensão e o significado real das ações desenvolvidas pelos diferentes grupos de intelectuais religiosos e enfatizou que a Igreja agia no sentido de transformar questões políticas em problemas de natureza religiosa, e portanto, em fenômenos cuja resolução dependia da mediação da igreja e de seu conjunto de intelectuais, uma vez que os problemas políticos assumiam caracteres transcendentais e não poderiam ser resolvidos pelo debate político liberal.

[...] O que importa observar aqui é que modernismo, jesuitismo e integrismo, todos eles têm significados mais amplos do que os estritamente religiosos: são 'partidos' no 'império absoluto internacional' que é a Igreja romana. E não podem deixar de pôr sob forma religiosa problemas que muitas vezes são puramente mundanos, de 'domínio' (QC 14, § 52, p. 1712)¹¹⁹.

¹¹⁸ [...] la forza coesiva della Chiesa è molto minore di ciò che si pensa, non solo per il fatto che la crescente indifferenza della massa dei fedeli per le questioni puramente religiose ed ecclesiastiche dà un valore molto relativo alla superficiale ed apparente omogeneità ideologica, ma per il fatto bem più grave che il centro ecclesiastico è impotente ad annientare le forze organizzate che lottano coscientemente nel seno della Chiesa. Specialmente la lotta contro il modernismo ha demoralizzato il giovane clero, che non esita a pronunziare il giuramento antimodernista pur continuando a conservare le sue opinioni [...] (QC 20, § 4, p. 2090).

¹¹⁹ [...] Ciò che importa qui notare è che sia il modernismo, sia il gesuitismo, sia l'integralismo hanno significati più vasti che non siano quelli strettamente religiosi: sono 'partiti' nell'"impero assoluto internazionale" che è la Chiesa Romana ed essi non possono evitare di porre in forma religiosa problemi che spesso sono puramente mondani, di 'dominio' (QC 14, § 52, p. 1712).

A leitura que Gramsci fez da influência da religião na organização política da Itália demonstrou a capacidade orgânica da Igreja Católica de se adequar politicamente aos novos tempos e apresentou os jesuítas e sua ação educacional como os responsáveis pela organização intelectual da Igreja. Os jesuítas atuavam de maneira centralizadora e assumiam a função de mediadores entre a ideologia religiosa, o clero, os intelectuais leigos e os fiéis. Em muitos casos, mediante os excessos cometidos em nome da política, os jesuítas assumiram uma atitude severa e, na condição de agentes do poder papal, impunham aos diferentes grupos os limites para a ação prática, seja no campo da política, da ciência, da educação e da vida religiosa. Gramsci, ao identificar o papel central ocupado pelos jesuítas, evidenciou que estes eram os grandes responsáveis pela articulação intelectual que plasmou a Igreja Católica aos tempos modernos, e reconheceu que todas as inovações passavam pela avaliação dos jesuítas e que a aprovação destes, dependiam para se consolidar como prática social do catolicismo.

[...] Deve-se notar que todas as inovações no seio da Igreja, quando não são devidas à iniciativas do centro, têm em si algo de herético e terminam por assumir explicitamente este caráter, até que o centro reaja energicamente, desbaratando as forças inovadoras, reabsorvendo os vacilantes e excluindo os refratários. É significativo que a Igreja jamais tenha desenvolvido amplamente o sentido da autocritica como função central, apesar de sua tão elogiada adesão às grandes massas de fiéis. Por isso, as inovações sempre foram impostas e não propostas, e acolhidas somente oborto collo. O desenvolvimento histórico da Igreja ocorreu por fracionamento (as diversas companhias religiosas são, na realidade, frações absorvidas e disciplinadas como 'ordens religiosas'). Outro fato da Restauração: os governos fazem concessões às correntes liberais à custa da Igreja e de seus privilégios, este é um elemento que cria a necessidade de um partido da Igreja, ou seja, a Ação Católica (QC 6, § 188, p. 833)¹²⁰.

¹²⁰ [...] È da notare che tutte le innovazioni nel seno della Chiesa quando non sono dovute a iniziativa del centro, hanno in sé qualcosa di ereticale e finiscono con assumere esplicitamente questo carattere finché il centro reagisce energicamente, scompigliando le forze inovatrici, riassorbendo i tentennanti ed escludendo i refrattari. È notevole che la Chiesa non ha mai avuto molto sviluppato il senso dell'autocritica come funzione centrale; cio nonostante la tanto vantata sua adesione alle grandi masse dei fedeli. Perciò le innovazioni sono sempre state imposte e non proposte e accolte solo abtorto collo. Lo sviluppo storico della Chiesa è avvenuto per fracionamento (le diverse compagnie religiose sono in realtà frazioni assorbite e disciplinate come 'ordini religiosi'). Altro fatto della Restaurazione: i governi fanno concessioni alle correnti liberali a

A necessidade emergente de organização política da Igreja ante o Estado moderno, em que se estabeleceu a separação entre o poder político e o poder religioso, permitiu a afirmação dos jesuítas como principal grupo de intelectuais religiosos. Responsáveis não só pela elaboração da estratégia política assumida pelo Vaticano, mas também, responsáveis pela reformulação da concepção religiosa de mundo e de sua difusão por meio de estratégias educacionais inovadoras. Ao assumir a tarefa de modernizar a Igreja sem, no entanto, promover grandes mudanças na estrutura tradicional da Igreja, os jesuítas se tornaram uma força política com amplos poderes (STACCONE, 1991; PORTELLI, 1984).

Com base nas notas dos QC dedicadas aos jesuítas, é possível afirmar que Gramsci entendia que o papado legara à Companhia de Jesus a missão de reconduzir o catolicismo à sua hegemonia e que para tal, os jesuítas eram identificados como o grande grupo de intelectuais do catolicismo e, conseqüentemente, ainda que na própria Companhia existissem pontos de vista diferentes, ela representava a posição política do Vaticano. Gramsci ao analisar a posição política do Vaticano observou que na luta pela hegemonia, o catolicismo procurou manter sua estrutura hierárquica e retardou a participação dos fiéis na luta política, o que lhe permitia utilizar as classes subalternas como força coerciva (STACCONE, 1991; PORTELLI, 1984).

A luta interna pela manutenção da hierarquia eclesial e da tradição religiosa fez com que os *modernistas* fossem considerados um grupo subversivo, visto que suas proposições políticas se aproximavam da esquerda e dos ideais revolucionários, questionando a hierarquia da Igreja e defendendo o interesse do povo. Na tentativa de coibir tal situação, a Igreja acabou fortalecendo o grupo conservador, os *integrais* que, numa situação favorável, trataram de se mobilizar na tentativa de garantir a manutenção dos privilégios políticos e econômicos dos aristocratas fundiários, antigos mantenedores da estrutura econômica da Igreja (STACCONE, 1991; PORTELLI, 1984).

spese della Chiesa e dei suoi privilegi e questo è un elemento che crea la necessita di un partito della Chiesa ossia dell'Azione Cattolica (QC 6, § 188, p. 833).

Foi com a responsabilidade de reconduzir a Igreja ao seu estado original de dirigente cultural do povo italiano que as diretrizes políticas do Vaticano foram centralizadas na figura dos jesuítas, cuja capacidade intelectual, disciplina e organização interna forneciam ao papado os elementos necessários para estabelecer uma posição política conciliadora que permitisse à Igreja se modernizar sem abrir mão dos principais elementos de sua tradição religiosa, e para tal, era necessário ao papado minimizar ou até mesmo neutralizar as forças políticas extremistas. Nessa perspectiva, Gramsci via na ação do Papa Pio XI a afirmação da supremacia dos jesuítas sobre as demais organizações políticas e religiosas que compunham a Ação Católica, não apenas para a política italiana, mas também na organização do catolicismo como potência europeia e internacional, como demonstrou ao considerar a influência dos grupos políticos do catolicismo na tentativa de retomada da hegemonia religiosa na França (STACCONE, 1991; PORTELLI, 1984).

[...] Pio XI pretende limitar a importância dos católicos integrais, abertamente reacionários e que tornam quase impossível a organização na França de uma poderosa Ação Católica e de um partido democrático-popular que possa concorrer com os radicais, mas sem atacá-los de frente. A luta contra o modernismo desequilibrara excessivamente à direita o catolicismo; portanto, é preciso novamente 'centralizá-lo' nos jesuítas, isto é, dar-lhe de novo uma forma política dútil, sem enrijecimentos doutrinários, com uma grande liberdade de manobra, etc. [...] (QC 20, § 1, p. 2092-2093)¹²¹.

A posição social assumida pelos jesuítas na hierarquia do catolicismo era cobiçada tanto por *modernistas* como *integrais*, que mantinham uma ação ofensiva constante em relação aos jesuítas. Ainda que os conflitos fossem constantes, os jesuítas desenvolveram habilidades e souberam operar os mecanismos necessários para manter, ainda que precariamente, a unidade da Igreja, preparando o terreno para a retomada da hegemonia política do catolicismo perante as consequências da Reforma Protestante e as investidas

¹²¹ [...] Pio XI vuole limitare l'importanza dei cattolici integrali, apertamente reazionari e che rendono quasi impossibile in Francia l'organizzazione di una forte Azione Cattolica e di un partito democratico-popolare che possa far la concorrenza ai radicali, senza però attaccarli di fronte. La lotta contro il modernismo aveva squilibrato troppo a destra il cattolicismo; occorre pertanto nuovamente 'incentrarlo' nei gesuiti, cioè ridargli una forma politica duttile, senza irrigidimenti dottrinari, con una grande libertà di manovra ecc. [...] (QC 20, § 1, p. 2092-2093).

políticas do liberalismo. Contudo, Gramsci não desconsiderava a importância dos outros grupos políticos e reconhecia que cada um deles havia ocupado um espaço estratégico na luta contra a laicidade do Estado. De um lado os *modernistas*, que engrossavam as fileiras do catolicismo com intelectuais leigos e reconstituíram a ligação entre o clero e as classes subalternas, por meio da defesa de uma política esquerdista, comprometida com os ideais revolucionários da classe trabalhadora; de outro, os *integrais*, que com a defesa das elites trouxeram os aristocratas para a ofensiva católica.

[...] Os 'católicos Integrais' tiveram muito êxito durante o papado de Pio X; representaram uma tendência européia do catolicismo, politicamente de extrema direita, mas naturalmente eram mais fortes em determinados países, como a Itália, a França e a Bélgica, onde, sob diferentes formas, as tendências de esquerda em política e no campo intelectual se manifestavam com mais força na organização católica [...] (QC 20, § 4, p. 2088)¹²².

Integrais e *modernistas* tinham em comum a constante oposição aos jesuítas, que eram considerados o inimigo a ser vencido. O posicionamento político dos jesuítas, seu poder político exercido sob a autoridade papal e a sua capacidade de direcionamento cultural eram vistos com maus olhos pelas elites agrárias e pelos intelectuais laicos. Se de um lado os jesuítas eram considerados conservadores por parte dos *modernistas*, os *integrais* acusavam os jesuítas de serem modernizadores, essa dualidade de interpretações sobre a ação jesuítica é resultado de sua ação mediadora, que promovia lentamente a modernização do catolicismo, visando ao equilíbrio entre a aceitação das classes subalternas e a necessidade de adequação do cristianismo aos novos tempos (STACCONE, 1991; PORTELLI, 1984; SEMERARO, 2009).

Diante dos jesuítas [os Integrais], assumiam uma atitude jansenista, ou seja, de grande rigor moral e religioso, contra toda forma de relaxamento, de oportunismo, de centrismo. Os jesuítas, naturalmente, acusam os 'Integrais' de jansenismo (de hipocrisia jansenista) e, mais ainda, de fazerem o jogo dos modernistas

¹²² [...] I 'cattolici integrali' ebbero molta fortuna sotto il papato di Pio X; rappresentarono una tendenza europea del cattolicesimo, politicamente di estrema destra, ma naturalmente erano più forti in certi paesi, come l'Italia, la Francia, il Belgio, dove, in forme diverse, le tendenze di sinistra in politica e nel campo intellettuale, si facevano sentire più fortemente nell'organizzazione cattolica [...] (QC 20, § 4, p. 2088).

(teologizantes): 1) por sua luta contra os jesuítas; 2) porque ampliavam de tal modo a noção de modernismo e, por conseguinte, ampliavam de tal modo o alvo a atingir que ofereciam aos modernistas um campo de manobra bastante cômodo. Com efeito, ocorreu que, em sua luta comum contra os jesuítas, Integrais e modernistas se encontraram objetivamente no mesmo campo e colaboraram entre si [...] (QC 20, § 1, p. 2089)¹²³.

A posição política assumida pelos jesuítas evidenciou a sua ação intelectual de direcionamento cultural, seja sobre o clero como elite intelectual do cristianismo, seja sobre as classes subalternas que compõem o grupo de fiéis da Igreja Católica. A revista *Civiltà Cattolica* era o meio pelo qual os jesuítas desenvolviam sua ação política e intelectual, disseminando seu direcionamento cultural para os diferentes grupos sociais por intermédio da imprensa. Os jesuítas usavam com maestria a imprensa como meio de controle das atividades dos diferentes grupos religiosos que disputavam, na esfera política, a direção cultural da Itália. No § 164, do QC 3, Gramsci chamou a atenção para a redação da *Civiltà Cattolica* e destacou a projeção e inserção de seus membros na esfera da política e da organização da sociedade.

§ 164. *Notas sobre o movimento religioso. A redação da 'Civiltà Cattolica'*. Os artigos da 'Civiltà Cattolica' são todos escritos por padres da Companhia de Jesus e normalmente não são assinados. Em alguns casos, pode-se saber quem são os autores, porque seus nomes aparecem nas separatas (mas nem sempre). Assim, por exemplo, a rubrica sobre as questões operárias é redigida pelo Padre Angelo Brucculeri, que deve ser também o representante italiano no Centro Internacinoal de Malinês, que redigiu o *Codice sociale* (QC 3, § 164, p. 414)¹²⁴.

¹²³ Di fronte ai gesuiti assumevano un atteggiamento quase giansenistico, cioè di grande rigore morale e religioso, contro ogni forma di lassismo, di opportunismo, di centrismo. I gesuiti naturalmente accusano gli integrali di giansenismo (di ipocrisia giansenistica) e ancor di piú, di fare il gioco dei modernisti (teologanti): 1) per la loro lotta contro i gesuiti; 2) perché allargavano talmente la nozione di modernismo e quindi ampliavano talmente il bersaglio, da offrire ai modernisti un campo di manovra comodissimo. Di fatto è avvenuto che nella loro comune lotta contro i gesuiti, integrali e modernisti si siano trovati obbiettivamente nello stesso terreno e abbiano collaborato tra loro [...] (QC 20, § 1, p. 2089).

¹²⁴ § 164. *Note sul movimento religioso. La redazione della 'Civiltà Cattolica'*. Gli articoli della 'Civiltà Cattolica' sono scritti tutti da padri della Compagnia di Gesù e ordinariamente non sono firmati. Qualche volta si può sapere chi siano gli autori, perché negli estratti il loro nome è pubblicato (non sempre però). Così, per es., la rubrica sulle quistioni operaie è fatta dal padre Angelo Brucculeri, che deve essere anche il rappresentante italiano nel Centro Internazionale di Malines che ha compilato il *Codice sociale* (QC 3, § 164, p. 414).

Gramsci desenvolveu uma visão crítica acerca dos jesuítas e de suas atividades no processo de modernização do catolicismo e identificou que a política jesuítica tinha um único fim, a manutenção da hegemonia do catolicismo. Representantes da posição política do Vaticano e na defesa dos interesses da Igreja, os jesuítas assumiam muitas vezes posições contraditórias, sustentadas por uma diplomacia apurada que atendia aos interesses dos grupos dominantes e acabavam por submeter as classes subalternas a um regime de submissão (SEMERARO, 2009).

Do ponto de vista revolucionário defendido por Gramsci, a ação dos jesuítas era considerada nociva para as classes subalternas e por essa razão ele considerava a concepção de mundo defendida pelos jesuítas um obstáculo para o desenvolvimento da civilização moderna. As análises gramscianas em relação à religião e aos jesuítas, ainda que expressem um juízo negativo sobre ambos, não são permeadas pelo sentimento antirreligioso, anticlerical e antijesuítico comum aos intelectuais de seu tempo (STACCONE, 1991; PORTELLI, 1984; SEMERARO, 2009).

[...] o jesuitismo é um progresso em relação à idolatria, mas é um estorvo para o desenvolvimento da civilização moderna, representada pelas grandes cidades costeiras: ele serve como meio de governo para manter no poder as pequenas oligarquias tradicionais, que, por isso, travam apenas uma luta branda e débil. A maçonaria e a Igreja Positivista são as ideologias e as religiões laicas da pequena burguesia urbana, às quais adere em grande parte o sindicalismo anarquista, que faz do cientificismo anticlerical seu alimento intelectual [...] (QC 1, § 107, p. 98)¹²⁵.

Para Gramsci, a força do catolicismo moderno estava na aparente defesa da liberdade, pela qual os fiéis não eram obrigados a assumir o catolicismo por imposição, mas sim por escolha e convicção pessoal de que a concepção religiosa de mundo respondia, ainda que de forma transcendental, às demandas sociais de cada grupo. Segundo Gramsci, os jesuítas foram os responsáveis pela

¹²⁵ [...] il gesuitismo è un progresso in confronto dell'idolatria, ma è un inciampo per lo sviluppo della civiltà moderna rappresentata dalle grandi città costiere: esso serve come mezzo di governo per mantenere al potere le piccole oligarchie tradizionali, che perciò non fanno che una lotta blanda e molle. La massoneria e la Chiesa positivista sono le ideologie e le religioni laiche della piccola borghesia urbana, alle quali aderisce in gran parte il cosí detto sindacalismo anarchico che dello scienfismo anticlericale fa il suo pascolo intellettuale [...] (QC 1, § 107, p. 98).

transformação do catolicismo, com sua disciplina espiritual e sobretudo com seu método filosófico. Esse método foi disseminado entre as classes subalternas e impossibilitava a superação do senso comum e a fundação da filosofia da práxis (FROSINI, 2002).

A disputa intelectual proposta pelo método de investigação jesuítico não conduzia as classes subalternas ao questionamento dos elementos que permeiam a produção da existência humana, em outras palavras, Gramsci acusava os jesuítas de promover um pensamento social que distanciava os trabalhadores da reflexão sobre os processos dialéticos que envolviam o mundo da produção e das relações entre estrutura e superestrutura, de modo que as análises ficavam no campo da argumentação teórica e pouco ou nada se aplicavam na transformação da organização político-social da sociedade burguesa que se formara na Itália.

§ 7. Sobre o ‘pensamento social’ dos católicos, parece-me possível fazer a seguinte observação crítica preliminar: não se trata de um programa político obrigatório para todos os católicos, para cuja realização estejam voltadas as forças organizadoras que os católicos possuem, mas se trata pura e simplesmente de um ‘conjunto de argumentações polêmicas’ positivas e negativas, sem caráter político concreto. Isso deve ser dito sem entrar nas questões de mérito, ou seja, no exame do valor intrínseco das medidas de caráter econômico-social que os católicos colocam na base de tais argumentações (QC 5, § 7, p. 546)¹²⁶.

Os jesuítas eram entendidos por Gramsci como grandes estrategistas políticos e articuladores que empregavam a educação como um instrumento de direcionamento cultural do povo italiano. Diante da aparente liberdade de escolha do cristianismo como concepção de mundo, estava a imposição moral de defesa da fé, de respeito aos costumes e obediência ao clero e à hierarquia da Igreja. As medidas educativas implantadas pela estratégia jesuítica eram consideradas por

¹²⁶ § 7. *Sul ‘pensiero sociale’ dei cattolici* mi pare si possa fare questa osservazione critica preliminare: che non si tratta di un programma politico *obbligatorio* per tutti i cattolici, al cui raggiungimento sono rivolte le forze organizzate che i cattolici posseggono, ma si tratta puramente e semplicemente di un ‘complesso di argomentazioni polemiche’ positive e negative senza concretezza politica. Ciò sia detto senza entrare nelle quistioni di mérito, cioè nell’esame del valore intrinseco delle misure di carattere economico-sociale che i cattolici pongono alla base di tali argomentazioni (QC 4, § 7, p. 430).

Gramsci o grande trunfo para a manutenção da hegemonia da Igreja, não apenas no território italiano, mas em todas as áreas geográficas de sua atuação.

[...] Uma das medidas mais importantes imaginadas pela Igreja para reforçar suas fileiras nos tempos modernos é a *obrigação* imposta às famílias de promover a primeira comunhão aos *sete anos*. Compreende-se o efeito psicológico que deve ter sobre crianças de sete anos o aparato cerimonial da primeira comunhão, seja como evento familiar individual, seja como evento coletivo: e que fonte de terror isso se torne e, portanto, de apego à Igreja. Trata-se de ‘comprometer’ o espírito infantil tão logo ele começa a refletir [...] (QC 5, § 58, p. 591)¹²⁷.

A perspectiva educativa inaugurada pelos padres da Companhia de Jesus assumiu carateres próprios. De acordo com Gramsci, serviram para fortalecer a fé dos cristãos na Igreja e na figura do papa, ao mesmo tempo coíbiavam as ações e os comportamentos revolucionários. Tal direcionamento refletiu como um freio para os ideais revolucionários, considerados subversivos aos olhos do papado, que reforçava sua hegemonia após a separação do poder em poder religioso e poder estatal. Gramsci percebia que a atividade dos jesuítas tinha como objetivo elaborar estratégias e agir de tal forma que a diretrizes papais pudessem ser postas em prática. Um exemplo disso é o texto da encíclica *Diu Satis* de Pio VII, que reivindicava para o clero a atividade educativa das crianças e adolescentes e alertava para o risco da difusão de ideais distintos daqueles defendidos pelo poder central da Igreja.

Considerai atentamente a que tipos de homens estão confiadas as crianças e os adolescentes nos seminários e nos colégios, em que disciplinas são intruídos, quais mestres são escolhidos para os liceus, que aulas ministram, vigiai assiduamente, indagai e explorai tudo; expulsai ou impedi que se aproximem ‘os lobos rapaces que não poupam’ a grei dos cordeiros inocentes; e se por acaso se introduziram em algum lugar, afastai-os e destruí-os incontinenti, ‘de acordo com o poder que Deus vos deu para a edificação’. [...] E não falamos somente de arrancar das mãos dos homens, de destruir completamente, queimando-os, aqueles livros

¹²⁷ [...] Una delle misure piú importanti escogitate dalla Chiesa per rafforzare la sua compagine nei tempi moderni è l'*obbligo* fatto alle famiglie di far fare la prima comunione ai *sette anni*. Si capisce l'effetto psicologico che deve fare sui bambini di sette anni l'apparato cerimoniale della prima comunione, sia come avvenimento familiare individuale, sia come avvenimento collettivo: e quale fonte di terrori divenga e quindi di attaccamento alla Chiesa. Si tratta di ‘compromettere’ lo spirito infantile appena incomincia a riflettere [...] (QC 5, § 58, p. 591).

nos quais se atenta à doutrina de Cristo abertamente, e especialmente, é preciso impedir que cheguem às mentes e aos olhos de todos aqueles livros que atuam mais às escondidas e mais insidiosamente (*Diu Satis*. PIO VII, 15 de maio de 1800)¹²⁸.

Como se pode ler, as atividades dos jesuítas estavam de acordo com a orientação papal e, portanto, mais do que livros, cabia aos jesuítas coibir os avanços ideológicos dentro da estrutura política do catolicismo. Além da ação direta de vigilância e até mesmo de represália desenvolvida pelos jesuítas, fica clara a orientação papal para que a Igreja assumisse o controle da educação, em especial da educação fundamental, momento em que a personalidade e o caráter de crianças e jovens estão na fase de formação.

Gramsci apontava que essa era a natureza dos acordos promovidos entre o Vaticano e a cúpula do governo fascista, acordos que reconduziram a Igreja à sua hegemonia, pela conquista do direito de coordenar a educação primária enquanto o Estado assumia a direção da educação universitária. Dada a influência da Igreja nos processos formativos da Itália, Gramsci dedicou nos QC um espaço considerável para as análises sobre o papel da religião, de seus intelectuais e de sua concepção de mundo na organização política, econômica e cultural, para além da Itália, sobre toda a Europa.

¹²⁸ [...] Considerate attentamente a quali uomini siano affidati i fanciulli e gli adolescenti nei seminari e nei collegi, in quali discipline siano istruiti, quali maestri siano scelti nei licei, che lezioni si tengano; sorvegliate assiduamente, indagate, esplorate ogni cosa; scacciate e tenete lontani "i lupi rapaci che non risparmiano" il gregge degl'innocenti agnelli; e se per caso si sono introdotti in qualche luogo spingeteli fuori e sterminateli immantinente, "secondo il potere che Dio vi diede per l'edificazione". [...] E non parliamo soltanto di strappare dalle mani degli uomini, di distruggere completamente bruciandoli quei libri nei quali si dà contro la dottrina di Cristo apertamente; ma anche e soprattutto bisogna impedire che arrivino alle menti e agli occhi di tutti quei libri che operano più nascostamente e più insidiosamente [...] (*Diu Satis*. PIO VII, 15 de maio de 1800).

5. CONCLUSÃO

Religião e Igreja Católica são termos que frequentemente aparecem nos textos dos *Quaderni del Carcere* (QC) de Antonio Gramsci (1891-1937) e muitas vezes são empregados como sinônimos. A frequência desses temas nas notas dos QC pode ser atribuída à influência que exerceram sobre a formação cultural dos italianos. O desenvolvimento histórico da Itália e da Europa são os fundamentos das análises gramscianas e se constituem em uma importante chave de compreensão de seu pensamento.

Em raros casos, as notas dos QC constituem um texto coeso e sequencial, no qual uma temática é desenvolvida em sua totalidade, na maioria das vezes os parágrafos redigidos por Gramsci fazem indicações de fontes, apontam temas para pesquisas posteriores ou são indicações de problemas, constantemente se caracterizam como resenhas e análises de livros ou artigos que constituem uma profunda coletânea de textos breves e descontínuos. Este é o caso da maioria dos textos que se referem à Religião e à Igreja Católica. Outra característica da reflexão gramsciana sobre a religião é o contexto histórico em que as notas dos QC foram redigidas, ou seja, o fracasso da revolução proletária no Ocidente.

O objetivo central das análises gramscianas é a compreensão do papel da igreja e da ideologia religiosa na consolidação da hegemonia burguesa e, no fracasso da investida proletária. Ainda que Gramsci tenha organizado o QC 20 com temas que dizem respeito à Igreja Católica, o caderno não é constituído de uma linearidade e, se tomado como único referencial sobre o tema, não permite uma apreensão fiel daquilo que é o pensamento de Gramsci acerca da religião. A fragmentariedade, característica da redação das notas dos QC, torna necessária que a sua leitura seja desenvolvida tendo em vista o elemento unificador de seu pensamento, ou seja, a perspectiva revolucionária e o seu comprometimento com a causa operária.

Essa condição de leitura que se impõe não se aplica apenas à investigação da questão religiosa e dos temas que a ela se relacionam, antes, diz respeito a toda tentativa de leitura do texto gramsciano. A compreensão das principais categorias analíticas que fundamentam seu pensamento está circunscrita à leitura

contextualizada, à superação da fragmentariedade e à reconstrução do discurso gramsciano com base na matriz de fundamentação de seu pensamento, o materialismo histórico.

O pensamento gramsciano tem sido amplamente debatido e estudado nos círculos acadêmicos. A vasta quantidade de textos sobre Gramsci e seus escritos passam a falsa impressão de que todas as possibilidades de leitura e interpretação de seu pensamento já se esgotaram. De fato, é possível afirmar que para as principais categorias do pensamento gramsciano existem muitos trabalhos publicados e que incontáveis análises e apresentações já foram feitas, no entanto, no que se refere às pesquisas desenvolvidas no Brasil, grande parte delas, foram realizadas tendo como fonte de leitura as traduções dos textos de Gramsci para o português e, portanto, não consideram o processo de construção e desconstrução ao qual o texto dos QC está submetido.

Quanto ao método de análise a ser empregado nos estudos do pensamento de Gramsci, para além da leitura contextualizada historicamente, de cunho materialista, o pensamento gramsciano deve ser lido em uma perspectiva de reconstrução espaço-temporal de suas análises. A proposta de leitura genético-evolutiva se destaca, pois ao valorizar a origem, permite-se verificar que a gênese do pensamento gramsciano é o movimento real da história, dos homens, da organização social, das disputas de poder e da organização da produção material da existência humana. Enquanto a perspectiva evolutiva permite identificar, mapear e analisar com profundidade o processo de amadurecimento de suas ideias, a unidade teórica presente na fragmentariedade das notas e o seu amadurecimento teórico, que de origem idealista avançou em direção ao marxismo e ao reinterpretar, ressignificar e ampliar muitas das categorias do pensamento marxista, tornou-o para além de uma teoria interpretativa, uma práxis filosófica.

Partindo da ideia de que a religião é uma concepção de mundo fundamentada na crença em uma divindade transcendental, por quem o homem nutre um sentimento de dependência e desenvolve o rito como forma de relação entre homem e divindade (QC 6, § 41), Gramsci defendia que a religião era uma forma de consciência popular (QC 10-1, § 10), responsável por fornecer às

classes subalternas os fundamentos mitológicos e epistemológicos para a elaboração do senso comum (QC 11, § 13; QC 24, § 4; QC 27, § 1-2).

O senso comum foi apresentado nos QC como uma filosofia espontânea (QC 4, § 18), como a cristalização de uma concepção de mundo resultante do processo de apropriação que as classes subalternas fazem das ideologias religiosas (QC 1, § 65), principal fonte da fundamentação do senso comum (QC 4, § 41) e da concepção de mundo das classes subalternas, que se apropriam dos caracteres moralizantes da ideologia religiosa e extraem explicações fragmentarias e transcendentais para os problemas cotidianos, o que torna possível identificar o senso comum como a concepção moral mais difundida (QC 1, § 65).

A ascensão social da burguesia como classe dominante e os avanços do campo da filosofia e da ciência promoveram na era das revoluções, transformações sociais e políticas que abalaram a hegemonia religiosa (QC 4, § 3; QC 19, § 24; QC 14, § 55). A instituição do Estado moderno laico tirou da religião sua capacidade diretiva sobre os governantes do Estado, que promoveram a separação entre o poder religioso e o poder político (QC 21, § 5). Tal condição forçou a Igreja a promover uma estratégia de luta no campo da política que ficou conhecida como Ação Católica (QC 20, § 2).

A Ação Católica é o nome dado ao processo de organização política da religião na modernidade, uma estrutura organizacional que se assemelha a um partido político organizado e dirigido pela Igreja com o objetivo de conter as tentativas de superação da concepção religiosa de mundo, seja pelos intelectuais leigos ou pelas classes subalternas (QC 20, § 2). Na estrutura interna da Ação Católica, os intelectuais religiosos se dividiam em três grandes grupos. O primeiro, dos conservadores, ligados à nobreza e à aristocracia, denominados de Católicos Integrais, defendiam a manutenção do estrutura religiosa e condenavam toda e qualquer ação de modernização da Igreja (QC 20, § 4; QC 14, § 52). O segundo, dos Modernistas, fundamentados no pensamento liberal, representavam estratos da pequena burguesia que se formara e assumiam uma atitude populista, que aos moldes da esquerda, defendia os interesses dos trabalhadores diante da aristocracia, mas reforçavam a concepção de mundo burguesa subjugando as classes subalternas ao trabalho pela pregação da liberdade. Por fim, o terceiro

grupo era composto pelos padre jesuítas, que por representarem o papado, assumiam uma posição de centro, atuando como mediadores dos conflitos existentes nos extremos da Ação Católica e na condição de defensores da fé e do poder da igreja ante as investidas do laicismo e do liberalismo, atuavam também com mão de ferro no direcionamento político e cultural da Igreja (QC 2, § 13).

A Igreja Católica e a religião foram pensadas por Gramsci como um bloco histórico, sustentado pela ação intelectual do clero que, na condição de intelectuais orgânicos elaboraram a concepção religiosa de mundo durante o período medieval e, na modernidade, na condição de intelectuais tradicionais, lutaram pela manutenção da hegemonia do catolicismo mediante os avanços do iluminismo e da filosofia liberal. A Companhia de Jesus é, na visão de Gramsci, o grupo de intelectuais modernos mais poderoso dentro da estrutura do catolicismo e da Ação Católica. Representantes do poder papal, os jesuítas assumiram a tarefa de promover a modernização do catolicismo por meio de uma política fundada na diplomacia e na coerção.

Coube, portanto, aos jesuítas assumir a função de centro diretivo, elaborando uma filosofia homogênea que atendesse à necessidade de adaptação da concepção religiosa de mundo às demandas da nova organização político-econômica, próprias da modernidade e da sociedade burguesa (QC 1, § 43). Uma vez que, nos QC, toda relação de hegemonia é considerada necessariamente uma relação educativa (QC 10-II, § 44), podemos afirmar que a ação dos jesuítas foi exclusivamente educativa e tinha como objetivo final a reconquista da hegemonia do catolicismo perdida com o processo de secularização/laicização do Estado.

A defesa de que é necessário educar as classes subalternas para que essas superem o senso comum como concepção de mundo e elaborem uma concepção de mundo genuína das classe proletária, a filosofia da práxis (QC 11, § 12; QC 11, § 13) é o fio condutor da reflexão de Gramsci e a filosofia deve ser entendida como possibilidade de superação do senso comum e da concepção religiosa de mundo (QC 11, § 12). Nesse aspecto, destacam-se as formulações do QC 11, § 12, pois nelas Gramsci apresentou pontos de referência para o estudo da filosofia.

Superar a visão negativa que as classes subalternas possuíam das atividades filosóficas (QC 11, § 12) é o primeiro passo para a crítica à concepção religiosa de mundo, de modo que Gramsci postulou que o PCI e os dirigentes políticos dos proletários precisariam difundir entre os trabalhadores a convicção de que todo homem é um filósofo (QC 8, § 173), um intelectual em potencial, ainda que se reconheça com tal e não desenvolva tal atividade em seu cotidiano, (QC 12, § 1) e, por fim, internalizar nas classes subalternas a ideia de que todo filósofo é um homem político (QC 17, § 22). A participação política é, na visão de Gramsci, o elo entre o senso comum e a filosofia (QC 11, § 12) e a possibilidade de superação do senso comum e da concepção religiosa de mundo, visto que a participação das classes subalternas na luta revolucionária exigia dos envolvidos o desenvolvimento da consciência crítica sobre os fenômenos sociais. Gramsci apontava que tal perspectiva não era interessante para a hegemonia religiosa ou para a burguesia, e que a estratégia do catolicismo foi afastar o clero e os fiéis do envolvimento com a luta política (QC 3, § 25).

A crítica de Gramsci à religião e ao catolicismo é fundamentada na percepção de que o direcionamento cultural praticado pela Igreja, ia ao encontro com a necessidade de manutenção de sua hegemonia. Gramsci, no entanto, não desconsiderou a importância da igreja e de sua ação educacional ao longo dos século. Pelo contrário, valorizou o potencial diretivo de seus intelectuais e demonstrou que o poder coercivo empregado pela Companhia de Jesus, na execução da política papal, era nocivo para o desenvolvimento do movimento proletário. Dessa forma, fundamentado em uma pesquisa histórica, demonstrou os efeitos do domínio religioso sobre as classes subalternas e elegeu a Igreja católica e seus intelectuais como os principais adversários ideológicos da causa operária.

Dada a importância que Gramsci conferiu aos jesuítas, na condição de intelectuais orgânicos do catolicismo moderno, cabe ainda investigar como se deu sua influência sobre a reformulação do catolicismo, não apenas no período da contrarreforma e das missões jesuíticas até a supressão da ordem por Clemente XIV, em julho de 1773, mas especialmente após a restauração da Companhia de Jesus em agosto de 1814, por Pio VII, por intermédio da bula papal *Sollicitudo omnium ecclesiarum*. Mediante a insistência de Gramsci em relação à ação de

direcionamento cultural desenvolvida pelos jesuítas na imprensa católica, seria interessante desenvolver uma investigação sobre a *Civiltà Cattolica*, principal órgão de difusão do pensamento jesuítico no início do século XX, com o objetivo de determinar as concepções de educação e cultura presentes no pensamento religioso do período. Pesquisa esta que permitiria contrapor a posição intelectual contemporânea dos jesuítas com as diretrizes do *Ratio Studiorum*.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, Volume 1: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere**, Volume 2: os intelectuais, o princípio educativo. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do Cárcere**, Volume 3: Maquiavel, notas sobre o estado e a política. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do Cárcere**, Volume 4: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Cadernos do Cárcere**, Volume 5: o risorgimento, notas sobre a história da Itália. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Cadernos do Cárcere**, Volume 6: literatura, folclore, gramática. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. **Cartas do Cárcere**, Volume 1 – 1926-1930. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

_____. **Cartas do Cárcere**, Volume 2 – 1931-1937. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

_____. **Escritos políticos**: Volume 1 – 1910-1920. Organização e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. **Escritos políticos**: Volume 2 – 1921-1926. Organização e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. **Lettere dal Carcere**. A cura di Sergio Caprioglio e Elsa Fubini. Nuova ed. riveduta e integrata sugli autografi, con centodiciannove lettere inedite. Torino: Einaudi, 1965. Edizione elettronica: Progetto Manuzio, 2008a. Disponível em: <<http://www.liberliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm>>. Acesso em 28 mar 2011.

_____. **Quaderni del Carcere**: Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007. 4 vol.

_____. **Scritti politici I.** A cura di Paolo Spriano. Roma: Editori Riuniti, 1973. Edizione elettronica: progetto Manuzio, 2008b. Disponível em : <<http://www.liberliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm> >. Acesso em 28 mar 2011.

_____. **Scritti politici II.** A cura di Paolo Spriano. Roma: Editori Riuniti, 1973. Edizione elettronica: projeto Manuzio, 2008c. Disponível em: <<http://www.liberliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm> >. Acesso em 28 mar 2011.

_____. **Scritti politici III.** A cura di Paolo Spriano. Roma: Editori Riuniti, 1973. Edizione elettronica: projeto Manuzio, 2009. Disponível em: <<http://www.liberliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm> >. Acesso em 28 mar 2011.

_____. **Sotto la mole 1916-1920.** Torino: Einaudi, 1960. Edizione elettronica: Projeto Manuzio, 2008d. Disponível em: <<http://www.liberliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm> >. Acesso em 28 mar 2011.

LITERATURA DE APOIO

ACERBI, Antonio. **La Chiesa e l'Italia: per una storia dei loro rapporti negli ultimi due secoli.** Milano: Vita e Pensiero, 2003.

ADAMSON, Walter L. **Hegemony and revolution: a study of Antonio Gramsci's political and cultural theory.** Los Angeles: University of California Press, 1980.

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio de.; et al. Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro. n.30, p.162-173, Dez, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300014&lng=en&nrm=iso> Acesso em 20 mai. 2011.

ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar; RAZENTE CAMPAROTTO, Peterson. A contribuição de Marsílio de Pádua à separação entre teologia e direito. **Revista Brasileira de História das Religiões.** Maringá, ano 3, n.9, Jan. 2011. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/st12.html>>. Acesso em 26 Jul. 2011.

_____. O Conceito de Poder na Filosofia Política de Marsílio de Pádua. **Acta Scientiarum.** Maringá, v. 25, n.2, p. 267-276, 2003.

BALDAN, Attilio. **Gramsci come storico: studio sulle fonti dei "Quaderni del Carcere".** Bari: Dedalo, 1978.

BARATTA, Giorgio. **As rosas e os Cadernos**: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Tradução de Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. Identidade e diversidade do pensamento de Gramsci. In: DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de Gramsci**: a fórmula política da frente única (1919-1926). São Paulo: Xamã, 2005. p. 11-14.

BEDOUELLE, Guy. **La storia della Chiesa**. Vol.14. Milano: Jaca Book, 1993.

BEVILACQUA, Piero. **Breve storia dell'Italia Meridionale: dall'Ottocento a oggi**. 2. Ed. Roma: Donzelli Editore, 2005.

BIANCHI, Alvaro. Dossiê "Gramsci e a Política": apresentação. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, n.29, p. 7-13, nov. 2007.

_____. Estratégia a contratempo: notas para uma pesquisa sobre o conceito gramsciano de hegemonia. **Cadernos Cemarx**. Campinas. n.4. p. 9-39, 2007.

BITTAR, Marisa. A pesquisa em educação no Brasil e a constituição do campo científico. **Revista HISTEDBR- On-line**. Campinas. n.33, p. 3-22, mar. 2009.

BOSI, Alfredo. **Céu, inferno**: ensaios de critica literária. 2. Ed. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BRASIL. Decreto nº 53.932, de 26 de Maio de 1964. **Altera dispositivos dos Decretos ns. 29741, de 11 de julho de 1951, 50737, de 07 e junho de 1961, 51146, de 05 de agosto de 1961, 49355, de 28 de novembro de 1960, 51405, de 6 de fevereiro de 1962, 52456 de 16 de setembro de 1963, e 53325 de 18 de dezembro de 1963, reunindo num só órgão a Capes, Cosupi e Protec**. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53932-26-maio-1964-393973-publicacaooriginal-1-pe.html>> . Acesso em 23 ago. 2011.

CANDELORO, Giorgio. **Storia dell'Italia moderna: il fascismo e le sue guerre**. 9. Ed. Milano: Giangiacomo Feltrinelli Editore, 2002. (Colezione SAGGI – Universale Economica Feltrinelli).

COSPITO, Giuseppe. *Egemonia*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009. p. 266-269.

COUTINHO, Carlos Nelson. A presença de Gramsci no Brasil. **Revista em Pauta**. Rio de Janeiro, n.22, p. 37-44, 2008.

_____. Cronologia da Vida – da edição brasileira dos *Cadernos* de 1999. **Gramsci e o Brasil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Juiz de Fora, 1999.

(Seção: Vida e Obra). Disponível em:

<<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=123>>. Acesso em 31 mar. 2009.

_____. Introdução e notas ao texto. In: GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**: volume 2 - 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Gramsci**. Porto Alegre: LP&M, 1981.

DAINOTTO, Roberto. *Filosofia della praxis*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009. p. 312-315.

DEBRUN, Michel. **Gramsci: e filosofia, política bom senso**. 1982. 268f. Tese de Livre-Docência. (Filosofia) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Estadual de Campinas. Campinas, 1982.

DEL ROIO, Marcos. *Giolitti, Giovanni*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009a. p. 357-358.

_____. Gramsci e a educação do educador. **Cadernos Cedes**. Campinas, vol.26, n.70, p. 311-328, set./dez. 2006.

_____. Gramsci e o trabalho como fundamento da hegemonia. In: MENEZES NETO, Antonio Júlio de.; et al. **Trabalho, política e formação humana: interlocuções com Marx e Gramsci**. São Paulo: Xamã, 2009b.

_____. **Os prismas de Gramsci**: a fórmula da Frente única (1919-1926). São Paulo: Xamã, 2005.

_____. *Partito Popolare*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009c. p. 624-625.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.

FIORI, Giuseppe. **A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

FROSINI, Fábio. O neoidealismo italiano e a elaboração da filosofia da práxis. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luis Sérgio; VACCA, Giuseppe. (Org.). **Gramsci no seu tempo**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira. Co-edição: Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 263-285.

_____. *La “Filosofia della Praxis” nei Quaderni del Carcere di Antonio Gramsci*. **ISONOMIA – Rivista dell’Istituto di Filosofia “Arturo Massolo”**. Urbino, p.1-51, jul, 2002. (Sezione Storica). Disponível em: <<http://www.uniurb.it/Filosofia/isonomia/2002%20frosini.pdf>>. Acesso em 08 dez. 2011.

FULTON, John. *Religion and Politics in Gramsci: an introduction*. **Sociological Analysis**. v.48, n.3. p. 197-216, 1987.

GERRATANA, Valentino. *Apparato critico*. In: Gramsci. GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**: Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007a. 4 vol. Vol. 4, p. 2034-3370.

_____. Cronologia della vita di Antonio Gramsci. In: GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**: *Quaderni 1–5 (1929-1932)*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Vol. I. Torino: Einaudi, 2007b. p.XLIII-LXVIII.

_____. Gramsci: uma introdução. **Gramsci e o Brasil**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Juiz de Fora, 1997. (Seção: Vida e Obra). Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=122>>. Acesso 31 mar. 2009.

_____. Prefazione. In: GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**: Quaderni 1–5 (1929-1932). Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Vol. I. Torino: Einaudi, 2007c. p.XI-XLII.

GREEN, Marcus. *Semplici*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009. p. 757-759.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. Tradução de Dario Canali. 15. Ed. Porto Alegre: LP&M, 1998.

_____. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. 2ª Ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Apresentação de Luiz Werneck Vianna. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUIDETTI, Massimo. **Storia d'Italia e d'Europa**: l'Europa della borghesia. Milano: Jaca Book, 1982.

JAMIL CURY, Carlos Roberto. Quadragésimo ano do parecer CEF Nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação**: Especial sobre os 40 anos da Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro, n.30, p. 7-20. set-dez, 2005.

JOLL, James. **As idéias de Gramsci**. Tradução de James Amado. São Paulo: Cultrix, 1979.

LA ROCCA, Tommaso. A filosofia marxista da religião: panorama. In: PENZO, Giorgio; GIBELLINI, Rosino. (Org). Deus na filosofia do século XIX. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 2002. p. 521-532.

_____. *Azione Cattolica*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009a. p. 61-63.

_____. *Religione*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009b. p. 700-704.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 173-188.

_____. **Roteiros para Gramsci**. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

_____. *Senso comune*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009. p. 759-761.

_____. *Stato*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009. p. 802-805.

LUTI, Giorgio. **Il Novecento: dall'inizio del secolo al primo conflitto mondiale**. 2.Ed. Padova: Piccin Nuova Libreria, 1989. (*Colezione Storia Letteraria d'Italia, Vol. 11, a cura de Armando Balduino*).

MACCIOCCI, Maria-Antonietta. **A favor de Gramsci**. Tradução de Angelina Peralva. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

_____. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo**. 2. ed. brasileira. Tradução de Willian Lagos. Campinas: Alínea, 2008.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja de Lutero aos nossos dias: II – A era do absolutismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **História da Igreja de Lutero aos nossos dias: III – A era do Liberalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MASELLA, Luigi. *Restaurazione*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009. p. 704-705.

MENA, Javier. **Gramsci y la revolucion francesa**. Mexico: Plaza y Valdez, 1996.

META, Chiara. *Educazione*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009. p. 262-266.

MEZZINA, Domenico. *Integralisti*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009. p. 424-425.

MONASTA, Attilio. *Antonio Gramsci (1891-1937). Prospects: the quarterly review of comparative education*. UNESCO - International Bureau of Education. Paris, v. XXIII, n. 3-4, p. 597-612, 1993. Disponível em: <<http://www.ibe.unesco.org/publications/ThinkersPdf/gramscie.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2011.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução e organização de Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MONAL, Isabel. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. (Org). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 189-200.

MORDENTI, Raul. “*Quaderni dal Carcere*” di Antonio Gramsci. In: ROSA, Alberto Asor (Curator). **Letteratura Italiana Einaudi. Le Opere**. Torino: Einaudi, 1996. Vol. IV.II.

_____. *Introduzione a Gramsci*. In: **Seminario su Gramsci: atti del seminario dei studio organizzato dalla Associazione Cultural Punto Rosso e dalla rivista Essere Comunisti**. Milano: Edizione Punto Rosso/Rivista Essere Comunisti, 2010. p.9-64.

MOUFFE, Chantal. *Hegemony and ideology in Gramsci*. In: _____. **Gramsci & Marxist theory**. London: Routledge & Kegan Paul, 1979. p.168-204.

MUSITELLI, Marina Paladini. **Introduzione a Gramsci**. Roma-Bari: Laterza, 1996.

NARDONE, Giorgio. **L'umano in Gramsci: evento politico e comprensione dell'evento politico**. Bari: Dedado Libri, 1977.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. A pesquisa em educação: um balanço da produção dos programas de pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**. v.15, n.42, p. 177-203, jan/abr. 2010.

_____. Gramsci e os educadores brasileiros: um balanço crítico. **Revista da FAEBA**. Salvador, n.10, p. 9-23, jul/dez, 1998.

PEZZIMENTI, Rocco. **Politica e religione: la secolarizzazione nella modernità**. Roma: Città Nuova, 2004.

PIO VII. **Diu Satis**. Ecíclica do Papa Piu VII. Vaticano. 15 mai 1800. Disponível em: < <http://www.papalencyclicals.net/Pius07/index.htm>>. Acesso em 10 nov. 2011.

PIO IX (Papa). ***Nostis et Nobiscum***: on the Church in the Pontifical States. Encyclical of Pope Pio IX. Nápoles, 8 dez. 1849. Disponível em: <<http://www.papalencyclicals.net/Pius09/p9nostis.htm>>. Acesso em 16 nov. 2011.

_____. ***Quanto Conficiamur Moerore***: on promotion of false doctrines. Encyclical of Pope Pio IX. Roma, 10 Ago. 1963. Disponível em: <<http://www.papalencyclicals.net/Pius09/p9quanto.htm>>. Acesso em 16 nov. 2011.

PIO X (Papa). ***Pascendi Dominici Gregis***: sobre as doutrinas modernistas. Encíclica do Sumo Pontífice Pio X. Roma, 8 de setembro, 1907. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis_po.html>. Acesso em 10 nov. 2011.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Gramsci e a questão religiosa**. 2. Ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

PORTERA, Agostino. ***Pedagogia interculturale in Italia e in Europa: aspetti epistemologici e didattici***. Milano: Vita e Pensiero, 2002.

RAGAZZINI, Dario. **Teoria da personalidade na sociedade de massa: a contribuição de Gramsci**. Tradução de Maria de Lourdes Menon. Campinas: Autores Associados, 2005.

RAMALHO, Betania Leite. 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil: produção do conhecimento, poderes e práticas. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.11, n.31, p.183-185. jan-abr, 2006.

RAMALHO, Betania Leite; MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. Após-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação: Especial sobre os 40 anos da Pós-Graduação em Educação**. Rio de Janeiro, n.30, p.70-81. set-dez, 2005.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. **Especial sobre os 40 anos da Pós-Graduação em Educação**. Rio de Janeiro, n.30, set-dez, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-247820050003&lng=en&nrm=isso>. Acesso em 03 abr. 2011.

SADER, Emir. **Gramsci: poder, política e partido**. Tradução de Eliana Aguiar. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SAMPAIO, Wilson Correia. **Gramsci: política e educação**. Maceió: EDUFAL, 2007.

SANTUCCI, Antonio. **Gramsci**. Santiago: LOM, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Apresentação à 3ª edição. In: NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2004a. p.11-20.

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 15. Ed. Campinas: Autores Associados, 2004b.

_____. Gramsci na Educação Brasileira. In: RAGAZZINI, Dario. **Teoria da personalidade na sociedade de massa: a contribuição de Gramsci**. Tradução de Maria de Lourdes Menon. Campinas: Autores Associados, 2005. p.1-25.

SASSOON, Anne Showstack. **Gramsci's politics**. London: Croom Helm, 1980.

SCHLESENER, Anita Helena. **A escola de Leonardo: política e educação nos escritos de Gramsci**. Brasília: Liber Livro, 2009.

_____. **Hegemonia e cultura em Gramsci**. 3. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

_____. **Revolução e cultura em Gramsci**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

SECCO, Lincoln. A pré-história de Gramsci no Brasil (1927-1974). **Revista Novos Rumos**. Instituto Astrogildo Pereira. São Paulo, ano 15, n.32, p.16-28, 2000.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas idéias**. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da nossa época. v.94).

SEMERARO, Giovani. *Gesuiti*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009. p. 350-351.

SEQUEIRA, Domingos. **Os presbíteros diocesanos e o seu envolvimento na política: proibição e exceção – Estudo histórico-canônico-teológico**. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2004.

SIMIONATTO, Ivete. Cadernos de um revolucionário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.17, n.48, p.212-215, 2002.

SOARES, Rosemary Dore. Atividade editorial como atividade educativa: reflexões de Gramsci sobre as "Revistas tipo". **Revista Sociologia Política**. Curitiba, n.29. p. 79-83. nov, 2007.

_____. **Gramsci, o Estado e a escola**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

STACCONE. Giuseppe. **Filosofia da religião: o pensamento do homem ocidental e o problema de Deus**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

TAVARES DE JESUS, Antonio. **O pensamento e a prática escolar de Gramsci**. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

VASALE, Claudio. **Politica e religione in A. Gramsci: l'ateodicea della secolarizzazione**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1979.

VECCHIO, Gioglio. *Patriottismo e universalismo nelle associzaioni laicali cattoliche*. In: ACERBI, Antonio. **La Chiesa e l'Italia: per uma storia dei loro rapporti negli ultimi due secoli**. Milano: Vita e Pensiero, 2003. p. 233-274.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, n.45, p. 37-70, 2003.

VIEIRA, Carlos Eduardo. O historicismo gramsciano e a pesquisa em educação. **Perspectiva**. Florianópolis. v.11, n.20, p. 31-51, 1993.

VOZA, Pasquale. *Blocco storico*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009a. p. 71-72.

_____. *Intellettuali*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009b. p. 425-428.

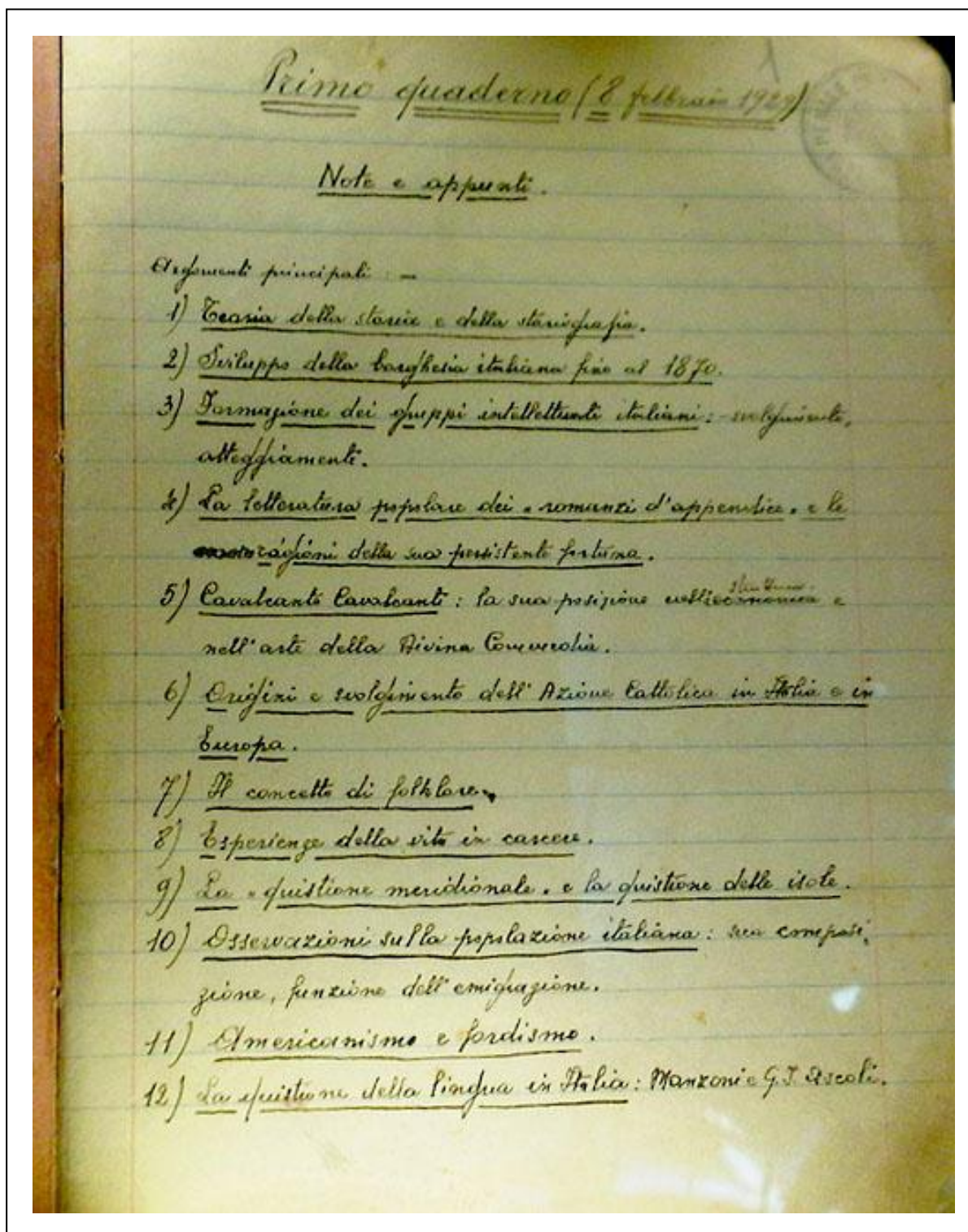
_____. *Intellettuali tradizionali*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009c. p. 432-433.

_____. *Intellettuali organici*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. (Org.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009d. p. 431-432.

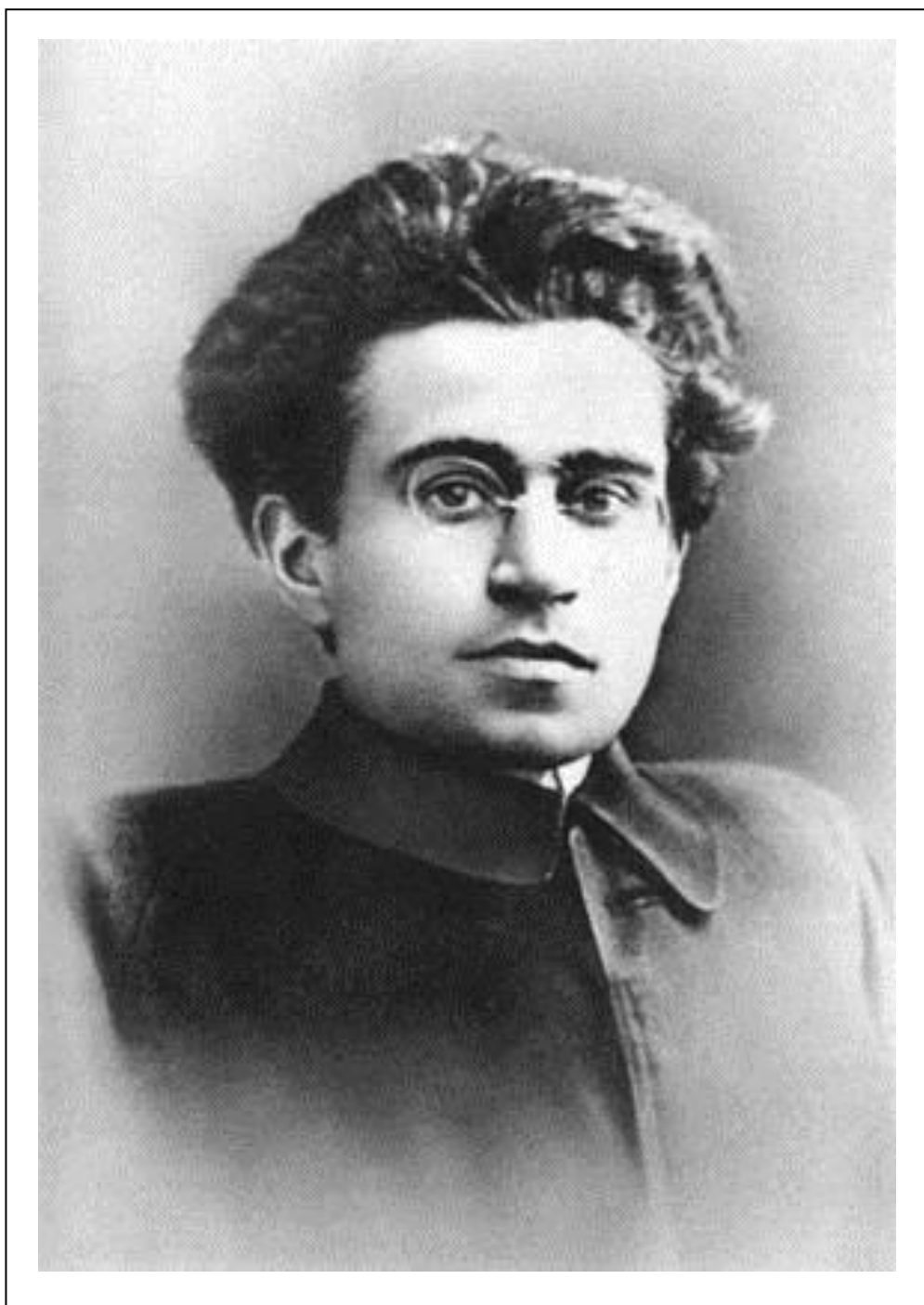
ZINNHOBLE, Rudolf. Idade Moderna. In: LENZENWEGER, Josef. et. al. (Org.). **História da Igreja Católica**. São Paulo: Loyola, 2006.

ANEXOS

Anexo A – Quaderni del Carcere, primeira página¹²⁹.



Anexo B – Gramsci em torno de 30 anos de idade, início década de 1920¹³⁰.



¹³⁰ Fonte: **Photo Archive - International Gramsci Society.**

Edited by Marcus E. Green – 18 jul. 2010.

Disponível em: <http://www.internationalgramscisociety.org/about_gramsci/photo_archive/gramsci_1920s.html>. Acesso: 15 dez. 2011.

Anexo C – Gramsci na Clínica Cusumano em Fórmia (1935)¹³¹.



¹³¹ Fonte: **Photo Archive - International Gramsci Society.**

Edited by Marcus E. Green – 18 jul. 2010.

Disponível em: <http://www.internationalgramscisociety.org/about_gramsci/photo_archive/gramsci_1933-35_formia-clinic.html>. Acesso: 15 dez. 2011.

APÊNDICES

Apêndice A – Cronologia da vida de Antonio Gramsci (1891-1937)¹³²

1891

22 de Janeiro – Nasceu em Ales (Cagliari, Sardenha). Filho de Francesco e Giuseppina Marcias era o quarto de sete filhos (Gennaro, Grazietta, Emma, Antonio, Mario, Teresina, Carlo).

1902

Começou a trabalhar em um cartório em Ghilarza.

1905

Concluiu o curso primário e fez os primeiros contatos com a imprensa socialista por meio da leitura do *Avanti!*.

1905-08

Frequentou o ginásio em Santu Lussurgiu, a 15 quilômetros de Ghilarza.

1910

Publicou o seu primeiro artigo no *L'Unione Sarda*.

1911

Foi morar em Cagliari com o irmão Gennaro e começou a frequentar o movimento socialista. Participou ativamente de grupos juvenis de discussão dos problemas econômicos e sociais da Sardenha. Concluiu o segundo grau no verão e se inscreveu em um concurso de bolsas de estudo para alunos pobres do antigo Reino da Sardenha.

Outubro – Foi a Turim, prestou o concurso e obteve a bolsa de estudos.

Novembro – Inscreveu-se na Faculdade de Letras.

1912

Nos primeiros meses da vida universitária frequentou o curso de literatura italiana ministrado por Umberto Cosmo. Conheceu e ficou amigo de Palmiro Togliatti com quem fez uma pesquisa sobre a estrutura social da Sardenha.

¹³² Esta cronologia foi elaborada tendo como base a *Cronologia della vita di Antonio Gramsci* elaborada por Valentino Gerratana e disponível no primeiro volume dos *QC*, complementada pela biografia de Gramsci elaborada por Giuseppe Fiori - **A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. – e pelas Cronologias traduzidas e publicadas na nova edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* e dos *Escritos políticos*.

1913

Apesar de se dedicar com afinco à vida acadêmica, em função de sua frágil saúde não prestou nenhum exame referente ao ano letivo de 1912-1913.

1914

Inspirado na leitura assídua dos jornais ***La Voce*** e ***L'Unità***, projetou, com alguns amigos, a fundação de uma revista socialista.

1915

No inverno de 1914-15 – Assistiu um curso de filosofia teórica ministrado por Annibal Pastore, de quem recebeu aulas particulares.

Abril – Após prestar os exames de literatura italiana abandonou os estudos universitários.

Outono – Passou a escrever para ***Il Grido del Popolo***, semanário socialista, uma série de notas e artigos com temas de cunho social e literário.

Dezembro – Entrou para a redação do ***Avanti!***, jornal cotidiano do PSI.

1916

Na condição de cronista teatral, produziu uma série de textos e notas sobre os costumes na coluna *Sotto la Mole* do ***Avanti!***

1917

Fevereiro – Organizou e redigiu ***La Città Futura***, número único, publicado pela Federação Juvenil Socialista do Piemonte. O número continha os artigos "Três princípios, três ordens", "Indiferentes", "A disciplina" e "Margens", publicados juntos a escritos de Benedetto Croce e Gaetano Salvemini.

Setembro – Assumiu o cargo de secretário da Comissão Executiva Provisória da seção turinense do PSI e a direção do ***Il Grido del Popolo***.

18-19 de Novembro – Participou da reunião clandestina da "fração intransigente revolucionária" do PSI em Florença.

Dezembro – Propôs a criação de uma associação proletária de cultura em Turim e defendeu a complementação da ação política e econômica dos socialistas com um organismo de atividade cultural. Fundou um Clube de vida moral, com orientação de Giuseppe Lombardo Radice, um pedagogo idealista.

1918

4 de maio – Publicou em ***Il Grido del Popolo*** o artigo **O nosso Marx** em comemoração de seu centenário.

1919

Abril – Com Togliatti e outros socialistas decidiu criar ***L'Ordine Nuovo***, com o subtítulo "*Resenha semanal de cultura socialista*".

1 de Maio – Foi publicado o primeiro número da revista **L'Ordine Nuovo** que trazia ao lado do título a seguinte inscrição : "Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda a vossa força".

Maio – Foi eleito para a Comissão Executiva turinense do PSI.

Julho – Foi preso durante a greve política de solidariedade às repúblicas comunistas da Rússia e da Hungria.

26 de Julho – Publicou no **L'Ordine Nuovo** o **Programa da fração comunista**, primeiro documento oficial da fração comunista abstencionista do PSI.

Novembro – A assembléia da seção turinense da FIOM (Federação Italiana dos Operários Metalúrgicos) aprovou o princípio da constituição dos conselhos de fábrica integralmente como fora apresentado pelos integrantes do **L'Ordine Nuovo**.

1920

13 de Abril – Foi proclamada a greve geral em Turim, no entanto, o movimento não teve a esperada adesão em escala nacional, ainda que em Turim a greve contasse com a participação de mais de 200 mil trabalhadores turineses.

24 de Abril – Com o esgotamento da greve os patrões saem fortalecidos e assumem a regulamentação da disciplina interna das fábricas.

8 de Maio – Publicou a moção **Para uma renovação do Partido Socialista** no **L'Ordine Nuovo**.

19 de Julho - 7 de Agosto – Foi realizado em Moscou o II Congresso da Internacional Comunista (IC) que fixou as condições para a aceitação dos partidos nacionais (os chamados "21 pontos"). Neste congresso Lenin definiu a moção de Gramsci, **Para uma renovação do Partido Socialista**, como "plenamente correspondente aos princípios da Internacional Comunista".

Setembro – Participou da ocupação das fábricas e publicou uma série de artigos no **Avanti!** que advertiam os operários sobre a ilusão em relação a ocupação das fábricas e defendiam a criação uma defesa militar operária.

24 de Dezembro – Saiu o último número de **L'Ordine Nuovo** semanal. A edição turinense do **Avanti!** assumiu o nome **L'Ordine Nuovo** e a direção do novo jornal foi confiada a Gramsci.

1921

1 de Janeiro – Saiu em Turim o primeiro número da edição diária do **L'Ordine Nuovo**, junto com Gramsci na redação estavam Togliatti e Piero Gobetti, jovem revolucionário liberal amigo de Gramsci.

15-21 de Janeiro – Participou em Livorno no XVII Congresso do PSI e em 21 de janeiro foi constituído o "Partido Comunista da Itália – Seção italiana da

Internacional Comunista". Gramsci passou a fazer parte do Comitê Central do novo Partido.

15 de maio – Disputou as eleições como candidato à deputado pelo PCI, na província de Turim, mas não foi eleito.

1922

20-24 de Março – Participou em Roma do II Congresso do PCI, que aprovou as chamadas "teses de Roma", que polemizam implicitamente contra a tática da "frente única" proposta por Lenin e pela IC. Ao final do congresso Gramsci foi indicado para representar o Partido em Moscou, junto ao Comitê Executivo da IC.

26 de Maio – Partiu para Moscou, junto com Amadeo Bordiga e Antonio Graziadei.

Junho – Em Moscou, participou da Segunda Conferência do Executivo Ampliado da IC e assumiu uma posição no Executivo da IC. Depois da Conferência, foi internado em uma clínica para doenças nervosas perto de Moscou onde conheceu Julia Schucht, sua futura esposa.

28 de Outubro – Os fascistas pressionam a Monarquia com a *marcha sobre Roma*, que nomeou Mussolini para a chefia do gabinete.

1923

Fevereiro – Vários membros do Comitê Executivo e dirigentes regionais do PCI foram presos e a prisão de Gramsci também foi decretada.

12-23 de Junho – Participou dos trabalhos da Terceira Conferência do Executivo Ampliado da IC e pronunciou um discurso sobre a "questão italiana". Gramsci foi designado para Viena.

12 de Setembro – Gramsci comunicou a decisão do Executivo da IC de publicar um novo jornal operário e propõem que tenha o título ***L'Unità*** e citou pela primeira vez a questão da aliança entre os estratos mais pobres da classe operária do Norte e as massas camponesas do Sul.

3 de Dezembro – Chegou a Viena e iniciou uma intensa correspondência com Terracini, Togliatti, Leonetti, Mauro Scoccimarro e Pietro Tresso.

1924

9 de Fevereiro – Em carta a Togliatti e Terracini, expôs sua concepção do Partido no quadro nacional e internacional e anunciou o desejo de trabalhar pela criação de um novo grupo dirigente comunista, alinhado com as posições da IC.

12 de Fevereiro – Foi publicado em Milão o primeiro número de *L'Unità. Quotidiano degli operai e dei contadini*.

1 de Março – Foi publicado em Roma o primeiro número do quinzenário *L'Ordine Nuovo. Rassegna di politica e di cultura operaia, III série*, organizado por Gramsci. No cabeçalho se lê: "L'Ordine Nuovo se propõe suscitare nas

massas dos operários e camponeses uma vanguarda revolucionária, capaz de criar o Estado dos conselhos de operários e camponeses e de fundar as condições para o advento e a estabilidade da sociedade comunista".

12 de Março – A *La Correspondance Internationale* apresentou um artigo de Gramsci sobre o Vaticano.

Abril – Sob profundo clima de intimidação e corrupção foi realizada, pelo Governo Fascista, sob o comando de Benito Mussolini, as eleições para o parlamento.

6 de Abril – Foi eleito deputado pelo distrito do Vêneto, obtendo 1.856 votos dos 32.383 dados ao PCI.

Maio – Regressou à Itália depois de dois anos de ausência e participou da I Conferência Nacional do PCI.

30 de Maio – O deputado Giacomo Matteotti (PSI) denunciou as irregularidades no processo eleitoral e contestou a validade das eleições.

Junho – Transferiu-se para Roma, onde se instalou na casa da família Passarge, na Via Vesalio.

10 de Junho – Giacomo Matteotti, deputado socialista, foi seqüestrado e assassinado depois de pronunciar na Câmara um duro discurso contra o governo fascista. Esse crime, evidentemente cometido pelos fascistas, deu origem à uma intensa crise política na Itália.

Agosto – Em Moscou, Julia deu à luz ao primeiro filho de Gramsci, Delio.

1925

Janeiro – O governo fascista, liderado por Mussolini implantou o Estado autoritário.

Fevereiro – Colaborou na criação de uma escola de partido por correspondência se encarregando da redação das apostilas. Em Roma, conheceu Tatiana ("Tania") Schucht, irmã de Julia.

Março-Abril – Foi a Moscou para participar dos trabalhos da V Sessão do Executivo Ampliado da IC.

16 de Maio – Pronunciou na Câmara dos Deputados o seu único discurso parlamentar, em oposição ao projeto de lei sobre as associações secretas, apresentado por Mussolini e Alfredo Rocco.

Agosto-Setembro – Elaborou, com colaboração com Togliatti, as Teses de Lyon, apresentadas no III Congresso do PCI.

Outono – Julia chegou em Roma, com Delio, para se encontrar com Gramsci. **24 de Outubro** – A polícia revistou o quarto que Gramsci ocupa na residência da família Passarge.

1926

Janeiro – Participou do III Congresso Nacional do PCI (23-26 de janeiro). O resultado do Congresso constitui a afirmação do novo grupo dirigente comunista liderado por Gramsci.

Agosto – Desfrutou de alguns dias de férias com o filho Delio em Trafòl (Bolzano). Julia, grávida, voltou a Moscou, onde nasceu Giuliano, filho que não chegou a conhecer.

8 de Novembro – Foi preso com outros deputados comunistas em consequência das "medidas excepcionais" adotadas pelo regime fascista depois de um atentado contra Mussolini.

18 de Novembro – Foi condenado ao confinamento por cinco anos, sob controle policial.

7 de Dezembro – Chegou a Ústica, prisão para confinados políticos. Durante sua permanência na ilha, morou numa casa particular em companhia de outros confinados.

1927

14 de Janeiro – Foi decretada a sua prisão pelo Tribunal Militar de Milão, por ordem do promotor Enrico Macis.

9 de Fevereiro – Obteve licença para escrever duas cartas semanais.

19 de março – Descreveu parte de seu cotidiano e apresentou seu plano de estudos em uma carta à Tatiana.

Abril – Foi transferido para uma nova cela. Com insônia não dormia mais do que três horas por noite.

Maior – Para auxiliá-lo, Tatiana mudou-se para Roma.

2 de Junho – Foi interrogado pelo promotor Macis.

Agosto-Setembro – Recebeu diversas visitas de Tatiana entre setembro de 1927 a janeiro de 1928.

Outubro – Encomendou livros e revistas de tema sardo. Pediu à mãe e a Tatiana que lhe enviassem o *Breviario di neolinguistica* de Bertoni e Bartoli. Foi informado da doença nervosa de sua esposa Julia.

1928

11 de Maio – Foi transferido para Roma em função de seu julgamento.

28 de Maio – Iniciou no Tribunal Especial o chamado "processão" contra Gramsci e o grupo dirigente do PCI. Em relação a Gramsci, o promotor Michele Isgrò afirma: "Devemos impedir esse cérebro de funcionar durante vinte anos".

4 de junho – Foi condenado a 20 anos, 4 meses e 5 dias de prisão, a serem cumpridos na Penitenciária de Portolongone.

22 de Junho – Foi submetido a uma visita médica especial: sofria de uricemia crônica e, por isso, foi tomada a decisão de enviá-lo para a Casa Penal Especial de Turi, na província de Bari.

19 de Julho – Chegou à Casa penal de Turi na província de Bari e foi colocado numa cela com outros cinco presos políticos. Nesse estabelecimento, sob o número de matrícula 7047, cumpriu a maior parte de sua pena. Podia escrever aos familiares a cada quinze dias. O irmão Carlo encaminhou uma petição solicitando uma cela individual e a permissão para escrever.

Agosto – Obteve uma cela individual ao lado do posto de guarda. Nos primeiros tempos de sua permanência em Turi recebeu freqüentes visitas do pároco local.

Dezembro – Sofreu um ataque de uricemia e durante de três meses, passou as horas do "passeio" sentado ou apoiado no braço de outro prisioneiro. Recebeu diversas visitas de Tatiana.

1929

Janeiro – Recebeu permissão para escrever na cela e projetou leituras sistemáticas para aprofundar certos temas. Encomendou alguns livros e iniciou seu trabalho realizando traduções.

8 Fevereiro – Iniciou a redação dos QC com notas e apontamentos, registrando na primeira linha a data: 8 de fevereiro de 1929.

Março – Apresentou à Tatiana seu plano de estudo sobre a história italiana do século XIX e a formação e o desenvolvimento dos grupos de intelectuais, sobre a teoria da história e da historiografia e sobre as questões do americanismo e seu modo de produção, o fordismo.

Abril – Recebeu uma visita de Tatiana.

Julho – Solicitou a cópia das atas parlamentares com às discussões sobre a Concordata – acordo entre o governo fascista e a Igreja Católica que propiciou a criação do Estado do Vaticano e a regulamentação do ensino religioso em escolas públicas da Itália.

Agosto – Projetou um estudo sobre o Canto X do "Inferno" de Dante, que ocupou uma parte do Caderno 4.

Dezembro – Recebeu diversas visitas de Tatiana, que se instalou em Turi temporariamente.

1930

Junho – Recebeu a visita de Tatiana e do irmão Gennaro, enviado por Togliatti para pô-lo a par dos conflitos internos do grupo dirigente do PCI, que culminaram na expulsão de Leonetti, Tresso e Ravazzoli.

Julho – Foi beneficiado com o indulto de 1 ano, 4 meses e 5 dias.

1931

Junho – Recebeu algumas obras de Marx, na tradução francesa publicada pelas edições Costes, de Paris e o suplemento do *Economist* sobre o primeiro plano quinquenal soviético.

Julho – Foi autorizado a escrever aos familiares toda semana.

Agosto – Sofreu a primeira grave crise de saúde e foi visitado pelo irmão Carlo.

Setembro – Solicitou que Tatiana entregasse ao professor Umberto Cosmo, o esquema do ensaio sobre o Canto X do "Inferno" de Dante.

Outubro – Enviou uma petição à Mussolini, Chefe de Governo, solicitando permissão para continuar a ler as revistas das quais tinha assinatura. A petição foi parcialmente aceita em dezembro.

1932

Agosto – Recebeu de Tatiana a sugestão de que deveria ser visitado por um médico de confiança.

Novembro – Sua condenação foi reduzida para 12 anos e 4 meses. Em Turi, por ordem do Ministério, os presos políticos foram submetidos ao regime de isolamento. Com a cumplicidade de alguns carcereiros, Gramsci evitou a proibição e retomou o contato com os companheiros.

1933

Janeiro – Recebia a visita de Tatiana regularmente, uma vez que esta se transferira em definitivo para Turi.

Fevereiro – O Ministério autorizou a visita de um médico de confiança.

7 de Março – Teve uma segunda grave crise. Durante duas semanas, dia e noite, em turnos de 12 horas, foi assistido por um companheiro de Bolonha, Gustavo Trombetti, e por um operário de Grosseto. Foi visitado por Tatiana e a informou de seu projeto de transferência para a enfermaria de uma outra prisão. Foi retirada de Gramsci a autorização de ter consigo o necessário para escrever.

Agosto – Foi visitado diversas vezes por Carlo e Tatiana.

Outubro – Foi aceita a petição de sua transferência para a clínica do Dr. Giuseppe Cusumano, em Formia. O Tribunal Especial recusou a petição relativa à aplicação do decreto de indulto de novembro de 1932.

19 de Novembro – Foi transferido para a enfermaria da prisão de Civitavecchia, onde se encontrou com Tatiana.

7 de Dezembro – Foi transferido da prisão de Civitavecchia para a clínica do Dr. Cusumano, em Formia, onde foi internado ainda na condição de prisioneiro. Recebeia a visita de Tatiana todas as semanas. Durante sua permanência em Formia, foi visitado pelo irmão Carlo e pelo amigo Sraffa. Voltou a ler, mas suas condições de saúde lhe impediam de escrever.

1934

Outubro – Apresentou o pedido de liberdade condicional, com base no Código Penal e nos Regulamentos carcerários (24 de setembro). Em 25 de outubro, foi promulgado o decreto que lhe concedeu liberdade condicional. Dois dias depois, acompanhado pela cunhada Tatiana, saiu pela primeira vez da clínica Cusumano para passear pelas ruas de Formia, sob vigilância policial.

1935

Abril – Pediu para ser transferido para a clínica Poggio Sereno, de Fiesole.

Junho – Sofreu uma nova crise e renovou o pedido para ser transferido da clínica Cusumano.

24 de Agosto – Deixou a clínica Cusumano, acompanhado pelo professor Puccinelli, para se internar na clínica Quisisana de Roma. Nos meses seguintes, foi assistido pela cunhada Tatiana e visitado freqüentemente por Carlo. Durante a permanência na clínica, foi visitado por Piero Sraffa.

1936

Retomou a correspondência com a mulher e os filhos.

1937

Abril – Readquiriu a plena liberdade.

25 de Abril – Em meio a uma crise de saúde, sofreu um derrame cerebral.

27 de Abril – Não resistiu ao derrame e faleceu no início da manhã.

28 de Abril – Foi sepultado no período da tarde e seu funeral foi acompanhado apenas por Carlo e Tatiana.

Apêndice B – Relação das pesquisas brasileiras sobre o pensamento de Antonio Gramsci (1987-2010)¹³³

EDUCAÇÃO

Dissertações

01/09/10 – SILVA, Deise Rosalio. **Intelectuais, cultura e escola única no pensamento político-pedagógico de Antonio Gramsci**. 1v. 267p. Mestrado. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto.

01/03/10 – SOBRAL, Karine Martins. **O Trabalho como Princípio Educativo em Gramsci: Ensaio de Compreensão à luz da Ontologia Marxiana**. 1v. 99p. Mestrado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Maria Susana Vasconcelos Jimenez.

01/03/2009 – FREITAS, Luiz Carlos de. **O Partido Como Agente Educativo em Gramsci**. 1v. 131p. Mestrado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Gilmar Henrique da Conceição.

01/03/2008 – PROTASIO, Alexandre Reinaldo. **O Conceito de Natureza em Gramsci: Contribuições para a Educação Ambiental**. 2v. 187p. Mestrado. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - EDUCAÇÃO AMBIENTAL – Orientador(es): Humberto Calloni.

01/03/2008 – BERGAMO, Edmir Aparecido. **Gestão Democrática da Escola: Análise e Proposição a partir de uma Perspectiva Gramsciana**. 1v. 107p. Mestrado. UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Anita Helena Schlesener.

01/04/2007 – OLIVEIRA, Thiago Chagas. **Formação Política e Consciência de Classe no Jovem Gramsci (1916-1920)**. 1v. 150p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Sandra Cordeiro Felismino.

01/04/2007 - DA SILVA, Taiara Barbosa. **Aspectos da Relação entre Educação e Domínio da Natureza em Antonio Gramsci**. 1v. 90p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Alexandre Fernandez Vaz.

¹³³ O levantamento dos trabalhos de pesquisa foi realizado no Banco de Teses e Dissertações (BTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e compreendeu todos os trabalhos listados no banco de dados disponível on-line em: < <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. O levantamento seguiu a delimitação temporal disponível na própria estrutura do BDT, que lista as pesquisas realizadas entre os anos de 1987 e 2010. Para critério de apresentação, optou-se por agrupá-los pela área do programa de pós-graduação em que o trabalho foi defendido (educação, filosofia, ciência política, etc.). As pesquisas foram divididas entre Dissertações e Teses, que são apresentadas pela ordem cronológica da data de defesa, das mais recentes para as mais antigas.

01/03/2007 – VENDRAME, Liane Vizzotto. Educação do Campo: Limites e Possibilidades da Proposta de Concórdia (SC) a partir da Concepção de Escola Unitária de Gramsci. 2v. 198p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Rose Meri Trojan.

01/12/2006 – MACHADO, Vania Mara Pereira. Hegemonia e Educação: a Guerra de Posição dos Intelectuais Católicos na Luta pela Restauração. 2v. 101p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Peri Mesquida.

01/11/2005 – GOIS, Marco Aurélio Oliveira. A Educação na Cidade de Santos no Período – 1888-1930: uma Abordagem Gramsciana. 1v. 162p. Mestrado. UNIVERSIDADE BRAZ CUBAS - SEMIÓTICA, TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO – Orientador(es): Ivone Marques Dias.

01/11/2002 – GONÇALVES, Vera Lúcia. Contemporaneidade do Pensamento Educacional de Gramsci. 1v. 118p. Mestrado. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Roberto Aparecido Algarte.

01/08/2002 – SANTOS, Leonardo Alberto de Azevedo. A Influência do Pensamento de Antônio Gramsci no Debate Educacional Brasileiro dos Anos Oitenta. 1v. 190p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Rosemary Dore Soares.

01/07/2001 – NORONHA, Evelyn Lauria. A Formação do Intelectual Orgânico em Gramsci: uma Alternativa para as Classes Subalternas. 2v. 143p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Carlos Guillermo Rojas Niño.

01/10/1998 - DE MARI, Cezar Luiz. As Relações Entre Estado e Sociedade Civil na Realidade Brasileira, dos Anos 70 aos 90: uma Análise Gramsciana. 1v. 171p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Maria Da Graça Nóbrega Bollmann.

01/09/1998 – WEBER, Sueli Wolff. Gramsci e Vygotsky: na Educação para os Excluídos. 1v. 245p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Carlos Alberto Marques.

01/10/1997 – SAMPAIO, Wilson Correia. Os Princípios da Educação em Gramsci e as suas Implicações na Pedagogia Brasileira. 1v. 126p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Miguel Angel Garcia Bordas.

01/05/1994 – RUIZ, Erasmo Miessa. Americanismo e Freudismo: algumas Questões da Obra de Gramsci Pertinentes a Construção de uma Nova Concepção de Homem em Psicologia. 1v. 135p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Valdemar F. E. Sguissardi.

01/03/1994 – VIEIRA, Carlos Eduardo. **O Historicismo Gramsciano e a Pesquisa em Educação.** 1v. 248p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE – Orientador(es): Mirian Jorge Warde.

01/10/1989 – GUEDES, Costa Maria Luiza. **Um Estudo Gramsciano da Linguagem na Relação Pedagógica.** 1v. 157p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - EDUCAÇÃO (CURRÍCULO) – Orientador(es): Antônio Chizzotti.

01/04/1989 – DE BONAMINO, Alicia Maria Catalano. **O Pensamento Pedagógico - Político de Dermeval Saviani: Ate que Ponto Gramsci?.** 1v. 211p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Leandro Konder.

01/07/1987 – RUBIN, Cecy Funck. **A Formação Política do Professor de Educação Física: uma Visão Gramsciana.** 10v. 124p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Nome não Informado.

Teses

01/04/2006 – SAID, Ana Maria. **A Estratégia e o Conceito de Democracia em Gramsci e o PCB.** 1v. 196p. Doutorado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Patrizia Piozzi.

01/09/2004 – MARTINS, Marcos Francisco. **O Valor Pedagógico e Ético-Político do Conhecimento para a "Filosofia da Transformação" de Gramsci e sua Relação com o Marxismo Originário.** 1v. 320p. Doutorado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Silvio Donizetti De Oliveira Gallo.

01/10/2001 – RUIZ, Erasmo Miessa. **Indivíduo, Trabalho e Educação.** 1v. 297p. Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – EDUCAÇÃO – Orientador(es): Ozir Tesser.

01/03/1999 – VIEIRA, Carlos Eduardo. **Historicismo, Cultura e Formação Humana no Pensamento de Antonio Gramsci.** 1v. 300p. Doutorado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE – Orientador(es): Mirian Jorge Warde.

01/06/1993 – DE JESUS, Antonio Tavares. **Escola e Trabalho: Aspectos Pedagógicos da Relação Hegemônica em Gramsci.** 1v. 204p. Doutorado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – EDUCACAO – Orientador(es): Paolo Nosella.

01/11/1992 – SOARES, Rosemary Dore. **A Concepção Gramsciana do Estado e o Debate sobre a Escola.** 1v. 525p. Doutorado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE – Orientador(es): Fernando S. Massote.

HISTÓRIA

Dissertações

01/08/2001 – DE SOUZA, José Carlos Lima. **Gramsci: da Fundação à Refundação do Comunismo Italiano.** 1v. 200p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – HISTÓRIA – Orientador(es): Daniel Aarão Reis Filho.

01/02/1998 – SECCO, Lincoln Ferreira. **A Recepção das Idéias de Gramsci no Brasil.** 1v. 287p. Mestrado. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – HISTÓRIA ECONÔMICA – Orientador(es): Osvaldo Luiz Angel Coggiola.

Teses

01/04/2001 – SCHLESENER, Anita Helena. **A Representação de Gramsci no Brasil: a Interpretação no Contexto do PCB nos anos 60.** 1v. 187p. Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – HISTÓRIA – Orientador(es): Luiz Carlos Ribeiro.

CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertações

01/02/2006 – MEZAROBBA, Gilson. **A Trajetória do Partido dos Trabalhadores - 1979 - 2000: uma Análise a partir da Estratégia de Luta Hegemônica em Antônio Gramsci.** 1v. 133p. Mestrado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – CIÊNCIAS SOCIAIS – Orientador(es): Jose Mario Angeli.

01/03/2005 – REIS, Claudio. **Antonio Gramsci como Tradutor da Nação: uma Análise sobre seus Textos de 1910 -1926.** 1v. 201p. Mestrado. UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA – CIÊNCIAS SOCIAIS – Orientador(es): Marcos Tadeu Del Roio.

01/12/2003 – SILVA, Edilene Da Cruz. **Hegemonia e Revolução Passiva: Aspectos do Pensamento Político de Antonio Gramsci.** 1v. 252p. Mestrado. UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA – CIÊNCIAS SOCIAIS – Orientador(es): Marcos Tadeu Del Roio.

01/08/2003 – OLIVEIRA, Tatiana Fonseca. **Hegel, Marx e Gramsci: Confluências e Divergências do Conceito de Sociedade Civil.** 1v. 133p. Mestrado. UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA – CIÊNCIAS SOCIAIS – Orientador(es): Marcos Tadeu Del Roio.

01/10/2002 – NERIS, Geraldo Magella. **"Política E Hegemonia: a Interpretação Gramsciana de Maquiavel"**. 1v. 202p. Mestrado. UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA – CIÊNCIAS SOCIAIS – Orientador(es): Marcos Tadeu Del Roio.

Teses

01/06/2009 – REIS, Claudio. **O "Nacional-Popular" em Antonio Gramsci**. 1v. 420p. Doutorado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – CIÊNCIAS SOCIAIS – Orientador(es): Omar Ribeiro Thomaz.

CIÊNCIA POLÍTICA

Dissertações

01/02/2005 – OCTAVIANI LUIS, Alessandro Serafim. **Hegemonia e Direito: uma Reconstrução de Conceito de Gramsci**. 1v. 134p. Mestrado. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – CIÊNCIA POLÍTICA – Orientador(es): Cícero Romão Resende de Araújo.

01/12/2003 – GOMES, Victor Leandro Chaves. **Por que os Homens não se Rebelam? Aquiescência e Política em Antonio Gramsci**. 1v. 72p. Mestrado. INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DO RIO DE JANEIRO – CIÊNCIA POLÍTICA (CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA) – Orientador(es): Cesar Augusto Coelho Guimarães.

01/05/1999 – FERME, Claudio. **Democracia e Socialismo no Dédalo da História - A Esquerda Brasileira e a Recepção do Pensamento de Antonio Gramsci (1966-1993)**. 1v. 301p. Mestrado. INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DO RIO DE JANEIRO – CIÊNCIA POLÍTICA (CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA) – Orientador(es): Cesar Augusto Coelho Guimarães.

01/11/1994 – BURGOS, Raul. **As Peripécias de Gramsci entre Gulliver e o Pequeno Polegar: um Estudo sobre os Projetos Políticos do PT e da FMLN**. 1v. 332p. Mestrado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – CIENCIA POLITICA – Orientador(es): Evelina Dagnino.

SOCIOLOGIA

Dissertações

01/05/2008 – RODRIGUES GOMES, Daniel de Oliveira. **Entre a Classe e a Nação: O (Inter)Nacionalismo de Gramsci**. 1v. 81p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – SOCIOLOGIA – Orientador(es): Manuel Domingos Neto.

01/06/2006 – BOMM, Michael Daniel. **Carisma, Burocracia e Estado Novo: uma Análise sobre Liderança Política em Weber e Gramsci**. 1v. 131p. Mestrado.

UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ARARAQUARA – SOCIOLOGIA – Orientador(es): Marco Aurélio Nogueira.

01/12/1998 – SOSA, Ruth. **Crise do Fordismo ou Crise do Capital? Para uma análise Gramsciana dos Aparelhos de Hegemonia no Capitalismo Contemporâneo.** 1v. 336p. Mestrado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – SOCIOLOGIA – Orientador(es): Edmundo Fernandes Dias.

01/05/1995 – CICONE, Reinaldo Barros Cicone. **Da Intenção ao Gesto: Um Olhar Gramsciano sobre a Possibilidade de Integração do PT a Ordem.** 1v. 215p. Mestrado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – SOCIOLOGIA – Orientador(es): Edmundo Fernandes Dias.

Teses

01/07/2008 – OLIVEIRA, Tatiana Fonseca. **A Filosofia da Práxis nos Cadernos do Cárcere.** 1v. 205p. Doutorado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – SOCIOLOGIA – Orientador(es): Marcio Bilharinho Naves.

01/04/2008 – MILITÃO, Maria Socorro Ramos. **Movimentos dos Trabalhadores sem Terra: Observações sobre a Reforma Intelectual e Moral Gramsciana.** 1v. 261p. Doutorado. UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ARARAQUARA – SOCIOLOGIA – Orientador(es): Marcos Tadeu Del Roio.

01/02/2006 – BEZERRA, Ciro De Oliveira. **Ambivalência do Conhecimento no Projeto Emancipatório da Modernidade: Marx e Gramsci.** 1v. 345p. Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – SOCIOLOGIA – Orientador(es): Breno Augusto Souto Maior Fontes.

FILOSOFIA

Dissertações

01/02/10 – FREIRE, Jose Carlos. **O Conceito de Estado na Filosofia Política de Antonio Gramsci.** 1v. 98p. Mestrado. FACULDADE DE SÃO BENTO – FILOSOFIA – Orientador(es): José Carlos Bruni.

01/09/2006 – DE SOUZA, Andréa Silveira. **A Crise do Capitalismo Atual e o Pensamento Gramsciano.** 1v. 120p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – FILOSOFIA – Orientador(es): José Gonzalo Armijos Palacios.

01/05/2006 – MENDES, Valdenésio Aduci. **Alcances e Limites do Conceito de Sociedade Civil em Antonio Gramsci.** 1v. 132p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – FILOSOFIA – Orientador(es): Selvino José Assmann.

01/05/2005 – SILVA, Ieda Gomes da. **Hegemonia, Cultura e Política em Gramsci**. 1v. 137p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – FILOSOFIA – Orientador(es): Luigi Bordin.

01/12/2003 – DE OLIVEIRA, Lino Batista. **A Teoria Aplicada do Estado no Pensamento de Antonio Gramsci**. 1v. 120p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS – FILOSOFIA – Orientador(es): Constança Terezinha Marcondes Cesar.

01/11/2003 – OLIVEIRA, Dimas Novais de. **Sociedade Civil, Hegemonia e Democracia: Aspectos da Teoria Política de Antonio Gramsci**. 1v. 100p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS – FILOSOFIA – Orientador(es): Constança Terezinha Marcondes Cesar.

01/10/1998 – BUSSINGER, Pedro José. **Gramsci e a Cidadania**. 1v. 169p. Mestrado. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FILOSOFIA – Orientador(es): José Sotero Caio.

01/07/1998 – ALVES, Josias Manoel. **A Autonomia Política no Estado Gramsciano**. 1v. 152p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – FILOSOFIA – Orientador(es): José Nicolau Heck.

01/01/1996 – DE OLIVEIRA, Maria Tereza. **O Senso Comum como ponto de Partida para a Filosofia da Práxis em Gramsci**. 1v. 165p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – FILOSOFIA – Orientador(es): Dacier de Barros e Silva; Michel Zaidan Filho.

01/12/1993 – HEINZ, Efken Karl. **Teoria da Ideologia em Antonio Gramsci**. 1v. 123p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – FILOSOFIA – Orientador(es): Michel Zaidan Filho.

01/11/1988 – AGUIAR, Odilio Alves. **O Marxismo como Filosofia da Práxis nos Quaderni del Carcere de Gramsci**. 1v. 178p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – FILOSOFIA – Orientador(es): Manfredo Araújo de Oliveira.

SERVIÇO SOCIAL

Dissertações

01/10/10 – NASCIMENTO, Thiago José Andrade. **Sobre o Estado Moderno: uma Análise das Concepções de Estado de Karl Marx e Antônio Gramsci**. 1v. 95p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – SERVIÇO SOCIAL – Orientador(es): José Nascimento de França.

01/12/1994 – SIEDE, Maria Virginia. **Movimentos Sociais Populares e Serviço Social: uma Interlocução com o Pensamento Gramsciano**. 1v. 160p. Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – SERVIÇO SOCIAL – Orientador(es): Ivete Semionatto.

Teses

01/07/2006 – DE ALMEIDA, Erica Terezinha Vieira. **A Sociedade Civil e seus Múltiplos Significados na Sociedade Contemporânea: uma Leitura Gramsciana.** 1v. 280p. Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – SERVIÇO SOCIAL – Orientador(es): Carlos Nelson Coutinho.

01/12/2003 – SALES, Ivandro Da Costa. **Gestão Democrática em Diálogo com Gramsci.** 12v. 120p. Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – SERVIÇO SOCIAL – Orientador(es): Anita Aline Albuquerque Costa.

01/10/2002 – DE MENESES, Jaldes Reis. **Gramsci e a Revolução Passiva: Racionalidade, Historiografia e História.** 1v. 225p. Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – SERVIÇO SOCIAL – Orientador(es): Carlos Nelson Coutinho.

DIREITO

Dissertações

01/12/2005 – BANDEIRA, Elane Saraiva de Souza. **Estado, Igreja e Representação Política: uma Leitura a partir de Gramsci.** 1v. 142p. Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – DIREITO – Orientador(es): Orides Mezzaroba.

LINGUA E LITERATURA

Dissertações

01/10/1997 – PUTTINI, Rodolfo Franco. **O Conceito de Cultura em Antonio Gramsci desde as Crônicas Turinenses aos Cadernos do Cárcere.** 1v. 94p. Mestrado. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – LINGUA E LITERATURA ITALIANA – Orientador(es): Carmelo Distante.

Apêndice C – Levantamento Bibliográfico da presença do pensamento de Gramsci nas pesquisas acadêmicas¹³⁴.

Tabela 1. Pesquisas de mestrado e doutorado que utilizaram o referencial de Antonio Gramsci (1987-2010) – CAPES, 2011.

Ano	Análises do pensamento de Gramsci		Pesquisas utilizaram Gramsci como referência	Total
	Educação	Outras		
2010	2	2	73	77
2009	1	1	48	50
2008	2	3	57	62
2007	3	0	62	65
2006	2	6	55	63
2005	1	4	34	39
2004	1	0	29	30
2003	0	6	40	46
2002	2	2	25	29
2001	2	2	25	29
2000	0	0	15	15
1999	1	1	17	19
1998	2	4	13	19
1997	1	1	9	11
1996	0	1	15	16
1995	0	1	10	11
1994	2	2	4	8
1993	1	1	5	7
1992	1	0	6	7
1991	0	0	5	5
1990	0	0	7	7
1989	2	0	2	4
1988	0	1	3	4
1987	1	0	5	6
Total	27	38	564	629

¹³⁴ O levantamento foi realizado com base no Banco de Teses e Dissertações da Capes, que em janeiro de 2012, disponibilizava os resumos das pesquisas realizadas entre 1987 e 2010.